

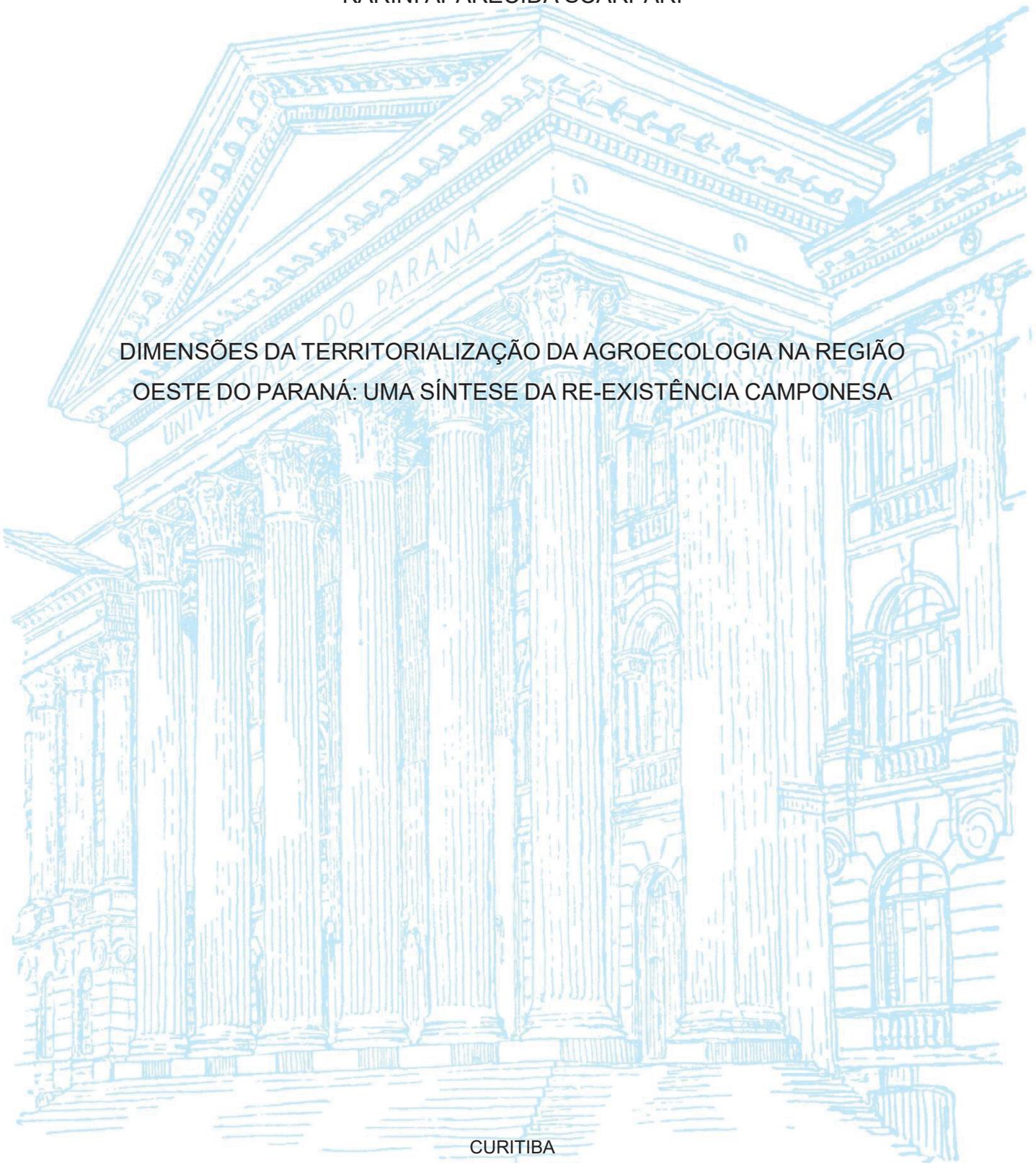
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARINI APARECIDA SCARPARI

DIMENSÕES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO  
OESTE DO PARANÁ: UMA SÍNTESE DA RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA

CURITIBA

2024



KARINI APARECIDA SCARPARI

DIMENSÕES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO  
OESTE DO PARANÁ: UMA SÍNTESE DA RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador(a): Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Coorientador(a): Prof. Dr. João Wilson Zonin

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Scarpari, Karini Aparecida

Dimensões da territorialização da agroecologia na região  
Oeste do Paraná: uma síntese da re-existência camponesa /  
Karini Aparecida Scarpari. – Curitiba, 2024.  
1 recurso online: PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio  
Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg  
Coorientador: Prof. Dr. João Wilson Zonin

1. Ecologia agrícola. 2. Agricultura familiar. 3. Sistemas  
agrícolas. I. Brandenburg, Alfio. II. Zonin, João Wilson. III.  
Universidade Federal do Paraná. Programa Pós-Graduação em  
Meio Ambiente e Desenvolvimento. IV. Título.



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **KARINI APARECIDA SCARPARI** intitulada: **DIMENSÕES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: UMA SÍNTESE DA RE-EXISTÊNCIA CAMPONESA**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 08 de Maio de 2024.

Assinatura Eletrônica  
09/05/2024 09:09:56.0  
ALFIO BRANDENBURG  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
09/05/2024 08:48:18.0  
VALDIR FRIGO DENARDIN  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
09/05/2024 10:38:27.0  
ANA ALICE AGUIAR ELEUTERIO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO  
LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica  
09/05/2024 19:15:29.0  
MOACIR ROBERTO DAROLT  
Avaliador Externo (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO  
PARANÁ)

Dedico esse trabalho para a menina que eu fui. Para a mulher que me tornei. O ponto de partida não é o mesmo para todos, mas à medida que você ganha experiência e desenvolve novas habilidades seu mundo pode se expandir.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que acredito ser uma força maior que Eu e todas as demais criaturas, independentemente de qualquer religião, crença ou doutrina que possa existir.

Aos meus pais, que mesmo não tendo completado o ensino básico, sempre nos incentivou a continuar com os estudos e a pensar num futuro melhor.

Ao meu irmão Alexandre por ter me tornado tia de uma garotinha incrível e estender a mão sempre que preciso.

A minha sobrinha Helena, uma menina tão fofo e esperta que em tão pouco tempo soube ganhar meu afeto.

A minha irmã Maria, que segue meus passos na pós-graduação.

A minha irmã Ana pela paciência, parceria e amizade de longa data.

Ao meu orientador, Professor Alfio Brandenburg, que sem nem me conhecer aceitou esse ofício e diante das minhas incertezas e confusões, sempre teve paciência apresentando argumentos que me colocaram no melhor caminho.

Ao Professor João Wilson Zonin, meu coorientador, que foi muito gentil em aceitar o convite de participar do comitê de orientação e me abriu portas durante o trabalho de campo.

Aos professores do PPGMADE-UFPR, sobretudo o Professor Valdir e a Professora Carolina, coordenadores na época em que ingressei no programa e ao mesmo tempo em que eclodiu a emergência sanitária causada pela Pandemia do COVID-19. Em meio a tantas incertezas, medos e angústias eles nos receberam da melhor maneira possível.

Aos meus colegas dessa jornada que foi o PPGMADE, principalmente a Luciana e a Juliana com as quais troquei momentos de aflição, alegrias e afetos.

Ao secretário do PPGMADE, Lucas, que sempre foi prestativo, profissional e atencioso.

A Equipe do Grupo de Pesquisa Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer (OBEAMV) que me incentiva a pensar e agir na construção de sociedades sustentáveis e regenerativas.

Um agradecimento especial a coordenadora do Núcleo Oeste PR Joelma Gomes de Queiroz e a coordenadora do Capa-Rondon Raquel Rossi que me ajudaram tirando dúvidas e checando os dados sobre os grupos.

E por fim, aos agricultores familiares, técnicos e profissionais que se dedicam a construir a agroecologia através desse movimento-rede que é a Rede Ecovida com os quais tive a oportunidade de compartilhar momentos de aprendizagem e luta coletiva.

*"Quando engenheiros me disseram que iriam usar a tecnologia para recuperar o Rio Doce, perguntaram a minha opinião. Eu respondi: 'A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos de parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a cem quilômetros nas margens direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida'. Então um deles me disse: 'Mas isso é impossível'. O mundo não pode parar. E o mundo parou." (Ailton Krenak, 2020, p.3)*

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta o processo de construção do conhecimento interdisciplinar no que se refere a agroecologia (ciência, prática e movimento social e político) conforme sua emergência e estruturação no território referente a região Oeste do Paraná. O objetivo da pesquisa foi identificar as dimensões relacionadas com a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná. A metodologia adotada é de ordem qualitativa e foi dividida em três fases. A primeira fase aconteceu entre 2020-2022 e envolveu a pesquisa exploratória e descritiva através de procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A segunda se deu em 2023, nessa fase foi feita a pesquisa de campo que envolveu os procedimentos técnicos de observação participante em encontros e eventos sobre o tema, além de dois questionários semiestruturados sendo o primeiro aplicado a 13 lideranças locais e o segundo direcionado a 18 agricultores familiares agroecológicos da região. A terceira compreendeu a análise das informações coletadas em campo. O estudo investiga os atores que formam o Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia onde atualmente participam 146 famílias organizadas em 18 grupos locais que estão presentes em 16 municípios da região Oeste do Paraná. Como resultado, percebemos que há atores chaves que participam do sistema agroalimentar territorial orientando a transição ecológica na região sendo mais evidente a participação dos produtores, da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública e das políticas públicas. Entre as dimensões territoriais analisadas (econômica, política, cultural e natural) o fator determinante para a territorialização da agroecologia é a dimensão cultural em consonância com a natural onde temos o predomínio da mão de obra familiar e uma diversidade de alimentos sendo produzidos para o consumo e que ao mesmo tempo atendem os consumidores locais via circuitos curtos como feiras, lojas especializadas, cestas orgânicas e delivery. Depois, aparece a dimensão política, pois é por meio do Núcleo Oeste PR que vemos a união e organização social dos produtores para a certificação da produção e, igualmente, a organização social por meio de associações e cooperativas que permite o acesso ao mercado institucional favorecendo, dessa forma, a dimensão econômica. Por fim, constata-se que não há até o momento uma política pública ou mesmo uma estratégia voltada para a transição agroecológica e, portanto, os processos relacionados à territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná emergem da sociedade civil organizada que articulam formas de (re)existência do campesinato no território.

**Palavras-chave:** 1. Sistema Agroalimentar. 2. Dinâmicas Territoriais. 3. Movimento-Rede.

## ABSTRACT

This research presents the process of building interdisciplinary knowledge concerning agroecology (science, practice, and social-political movement) as it emerges and structures itself in the western region of Paraná. The objective of the study was to identify the dimensions related to the territorialization of agroecology in this area. The adopted methodology is qualitative and was divided into three phases. The first phase, which took place between 2020-2022, involved exploratory and descriptive research through bibliographic and documentary procedures. The second phase occurred in 2023 and included field research, which involved participant observation at meetings and events on the subject, along with two semi-structured questionnaires: the first was applied to 13 local leaders, and the second targeted 18 agroecological family farmers in the region. The third phase comprised the analysis of the information collected in the field. The study investigates the actors forming the Western Nucleus of the Ecovida Agroecology Network, where 146 families organized into 18 local groups participate across 16 municipalities in western Paraná. The findings reveal key actors within the territorial agri-food system guiding the ecological transition in the region. Notably, producers, public Technical Assistance and Rural Extension (ATER), and public policies play significant roles. Among the analyzed territorial dimensions (economic, political, cultural, and natural), the cultural dimension, aligned with the natural dimension, is crucial for the territorialization of agroecology. This is evident through the predominance of family labor and the diversity of foods produced for consumption, which simultaneously cater to local consumers via short circuits like fairs, specialized stores, organic baskets, and delivery services. The political dimension follows, as the Western PR Nucleus demonstrates the social organization of producers for production certification and social organization through associations and cooperatives, facilitating access to the institutional market and, consequently, favoring the economic dimension. Lastly, it is noted that, to date, there is no public policy or strategy specifically aimed at agroecological transition. Therefore, the processes related to the territorialization of agroecology in the western region of Paraná emerge from organized civil society, which articulates ways for the peasantry to (re)exist in the territory.

**Keywords:** 1. Agri-food System. 2. Territorial Dynamics. 3. Network Movement.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. CRONOLOGIA E TRAJETÓRIA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	43
FIGURA 2. INSTÂNCIAS ORGANIZATIVAS DA REDE ECOVIDA.....	125
FIGURA 3. ATORES E DIMENSÕES PARA A ANÁLISE DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA.....	133
FIGURA 4. ATORES CHAVES DO SISTEMA AGRALIMENTAR TERRITORIAL NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	134
FIGURA 5. DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS AGROECOLÓGICOS POR MUNICÍPIO, REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	146
FIGURA 6. MUDAS E SEMENTES CRIOULAS - NÚCLEO OESTE DO PARANÁ DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	155
FIGURA 7. PRINCIPAIS VANTAGENS PARA OS GRUPOS PARTICIPAREM DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	157
FIGURA 8. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PRODUTORES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	158
FIGURA 9. INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM AGROECOLOGIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	161
FIGURA 10. ÁREA DAS PROPRIEDADES RURAIS CERTIFICADAS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	174
FIGURA 11. VARIEDADE DE CULTIVOS AGROECOLÓGICOS DE PRODUTORES DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	174
FIGURA 12. CRIAÇÃO ANIMAL NAS PROPRIEDADES AGROECOLÓGICAS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	175
FIGURA 13. PROCESSOS E PRODUTOS NA AGROINDÚSTRIA COMUNITÁRIA CASA DAS MASSAS, SANTA TEREZA DO OESTE-PR, 2024.....	177

FIGURA 14. CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS PARA VENDA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS NO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	178
FIGURA 15. SITE DE VENDAS ONLINE DE PRODUTOS ORGÂNICOS, FOZ DO IGUAÇU-PR, 2024.....	179
FIGURA 16. ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	180
FIGURA 17. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS NA VISÃO DE REPRESENTANTES DE GRUPOS E PRODUTORES AGROECOLÓGICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024 .....	182
FIGURA 18. USO DO SOLO POR PRODUTORES AGROECOLÓGICOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024 .....	188
FIGURA 19. TÉCNICAS DE PRODUÇÃO UTILIZADAS EM PROPRIEDADES FAMILIARES AGROECOLÓGICAS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024 .....	189

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: ANO DE CRIAÇÃO DE GRUPOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	145
GRÁFICO 2: NÚMERO DE INTEGRANTES DO NÚCLEO OESTE DA REDE ECOVIDA 2024.....	149
GRÁFICO 3: GÊNERO DE COORDENADORES DE GRUPO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	151
GRÁFICO 4: AGRICULTORES CERTIFICADOS E EM TRANSIÇÃO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	152
GRÁFICO 5: COR/ETNIA DE FAMÍLIAS COM PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	186

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	136
QUADRO 2: GRUPOS DO NÚCLEO OESTE DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....	143
QUADRO 3: MUNICÍPIOS, GRUPOS E TIPOS DE PRODUTO DAS AGROINDÚSTRIAS CERTIFICADAS DO NÚCLEO OESTE DO PARANÁ, 2024.....	154

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1. NÚMERO DE MORADORES POR UNIDADE DE PRODUÇÃO CONFORME IDADE E GÊNERO.....	184
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia  
ACEMPRES - Associação Central dos Mini e Pequenos Produtores Ecológicos  
ADEOP - Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná  
AFEEMED - Associação dos Agricultores Familiares Ecológicos de Medianeira  
ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná  
AMPAS - Associação Municipal dos Pequenos Agricultores de Santa Helena  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
ANAP - Asociación Nacional de los Agricultores Pequeños  
APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense  
APOP-Palotina - Associação de Produtores Orgânicos de Palotina  
APRA - Articulação Paranaense de Agroecologia  
APROMIS - Associação dos Produtores Orgânicos de Missal  
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BOREAL - Boreal Cooperativa da Agricultura Familiar  
CAB - Cultivando Água Boa  
CAC - Camponês a Camponês  
CAOPA - Central de Associações do Oeste do Paraná  
CAPA - Centro de Apoio à Promoção da Agroecologia  
CEA-CAMPO - Centro de Estudos e Apoio ao Homem do Campo  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo,  
CEPAL - Comissão Econômica para a América-Latina e Caribe  
CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas e Populares  
CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica  
CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
COAFASO - Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná  
COAFFOZ - Cooperativa da Agricultura Familiar de Foz do Iguaçu  
COFATOL - Cooperativa de Agricultores Familiares de Toledo  
COOFAMEL Cooperativa Agrofamiliar Solidaria  
COOPERCAM - Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa  
COOPERFAN - Cooperativa de Agroecologia e da Agricultura Familiar

COOPERMISAL - Cooperativa da Agricultura Familiar de Missal  
COOPLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária  
COOPRAFA - Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar  
COPCRAF - Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar  
CORES DA TERRA - Cooperativa de Produtores Orgânicos Cores da Terra)  
COVID-19 - Coronavirus Disease 2019  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CVT - Centro Vocacional Tecnológico  
EARE - Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia  
ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia  
EMATER/PR – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná  
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina ,  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas)  
IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná  
IAF - Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort  
IALA - Instituto de Agroecologia Latino-Americano  
Ibid – na mesma obra  
IDR/PR - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná  
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)  
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)  
MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária  
MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná  
MCAC - Movimento de Campesino a Campesino  
MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar  
MJT - Movimento Justiça e Terra  
MST - Movimento Sem Terra  
OCS - Organização de Controle Social

ONGs - Organizações Não Governamentais  
OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAG - Programa Agroecologia  
PCAC - Programa de Campesino a Campesino  
PDRS - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável  
PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica  
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânico  
PMA – Programa Mais Alimentos  
PMO - Programa Paraná Mais Orgânico  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PPGMUDE-UFPR - Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da  
Universidade Federal do Paraná  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONARA – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos  
Proorto - Produtores Orgânicos de Toledo  
Rede-PTA - Rede de Tecnologia Alternativa  
ReSA - Rede Sementes da Agroecologia  
RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região  
Centro-Oeste do Paraná  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SISCOOPLAF - Cooperativa Central de Produção e Comercialização da  
Agricultura Familiar com Interação Solidária do Oeste do Paraná  
SPG - Sistemas Participativos de Garantia  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná  
UNAG - Unión Nacional de los Agricultores y Ganaderos  
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	25
1.2 OBJETIVOS.....	33
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	33
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	34
1.3 METODOLOGIA.....	34
<b>2. DINÂMICAS DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ</b> .....	<b>42</b>
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	42
2.1.1 <i>Ciclo da Erva-Mate</i> .....	44
2.1.2 <i>Ciclo da Madeira</i> .....	47
2.1.3 <i>Ciclo de Modernização da Agricultura</i> .....	54
2.1.4 <i>Ciclo da AgroEcologização</i> .....	58
2.2 NAS FRONTEIRAS DO VELHO OESTE: RURALIDADES EM DISPUTA.....	62
2.3 RE-EXISTÊNCIA FRENTE AOS CONFLITOS E INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS TERRITORIAIS NO OESTE PARANAENSE.....	72
<b>3 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO ESTUDO DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA</b> .....	<b>94</b>
3.1 AGROECOLOGIA.....	96
3.1.1 <i>Agroecologia enquanto Ciência</i> .....	97
3.1.2 <i>A Agroecologia enquanto um Saber e Prática Ancestral</i> .....	101
3.1.3 <i>A Agroecologia enquanto Movimento Social e Político</i> .....	104
3.2 AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO SISTEMA AGROALIMENTAR: ENTRE O GLOBAL E O LOCAL.....	114

3.3 REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA: UMA PROPOSTA DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA DESDE BAIXO.....	124
3.4 CONSTRUÇÃO DE UM QUADRO-ANALÍTICO PARA A ANÁLISE DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ .....	128
<b>4 TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....</b>	<b>139</b>
4.1 ATORES E PROCESSOS CHAVES DO SISTEMA AGRALIMENTAR TERRITORIAL .....	141
4.1.1 <i>O Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia.....</i>	<i>142</i>
4.1.2 <i>Ater Especializada em Agroecologia.....</i>	<i>160</i>
4.1.3 <i>Políticas Públicas para Promoção da Agroecologia.....</i>	<i>168</i>
4.2 DIMENSÕES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA .....	172
4.2.1 <i>Dimensão Econômica .....</i>	<i>173</i>
4.2.2 <i>Dimensão Política .....</i>	<i>180</i>
4.2.3 <i>Dimensão Cultural.....</i>	<i>184</i>
4.2.4 <i>Dimensão Natural .....</i>	<i>187</i>
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	190
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>196</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>200</b>
<b>7 ANEXOS.....</b>	<b>211</b>
<b>8 APÊNDICES .....</b>	<b>214</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem como característica principal a diversidade. Não apenas uma diversidade sobre os recursos naturais, mas também uma diversidade cultural que compreende os atores sociais que fazem parte da construção do território. Para entender a configuração do campo brasileiro, pode-se dizer que existem duas grandes categorias: a agricultura camponesa e o agronegócio. Entretanto, a diversidade que se expressa na história do rural brasileiro vai muito além dessa dualidade. Atualmente, por exemplo, a denominação agricultura familiar se consolidou na arena política, para fazer frente ao agronegócio e em busca de políticas públicas para o setor, mas do ponto de vista sociológico essa categoria constitui uma subcategoria do campesinato.

Essa diferenciação provoca muitas discussões pois, se por um lado, a agricultura camponesa representa uma oposição ao agronegócio, por outro, ela é vista como um termo guarda-chuva que engloba uma série de práticas produtivas, tanto tradicionais como convencionais, que não necessariamente estão alinhadas com os princípios da sustentabilidade ambiental e da solidariedade coletiva. Ou seja, é preciso considerar que a agricultura familiar não é uma categoria uniforme, na verdade, ela agrega uma diversidade de práticas culturais, sociais e ambientais que são específicas do campesinato. Portanto, neste trabalho estamos considerando que a agricultura familiar é sinônimo de agricultura camponesa e que, atualmente, há uma agricultura familiar que, dependendo do seu grau de integração ao mercado, encontra-se em diferentes níveis de capitalização.

Nesse sentido, para compreender a diversidade de atores que compõem a construção do rural brasileiro, é necessário conhecer a história do campesinato e, principalmente, a raiz do campesinato no Brasil. Para isso, dois aspectos são fundamentais, o primeiro é a reprodução social do campesinato, e o segundo diz respeito às formas de resistência no campo. Esses dois aspectos colaboram para o entendimento sobre a formação do campesinato no Brasil e o processo de institucionalização da agricultura familiar nos territórios brasileiros.

Do ponto de vista da abordagem sociológica clássica, o avanço do sistema capitalista nas sociedades modernas contribui para o desaparecimento do campesinato. Nessa linha de análise, as propriedades maiores aumentariam enquanto as menores deixariam de existir. A corrente marxista, por exemplo,

apontou que haveria um desaparecimento gradual da pequena propriedade e, como consequência, do camponês/agricultor familiar. Segundo essa corrente teórica, a diferença social se daria em duas linhas, ou melhor dizendo, passariam a existir apenas duas grandes classes: capitalistas e proletariado.

Contraopondo essa visão, estudos realizados pelo soviético Alexander Chayanov sobre a agricultura europeia constatam que o modo de vida camponês é o que permite a sua reprodução. Para Chayanov, a agricultura praticada pela família camponesa se estabelece através do equilíbrio entre trabalho familiar e produção, ou ainda, entre produção e consumo, de modo que o objetivo é produzir uma quantidade de alimentos suficientes para sobreviver. Assim, a agricultura camponesa trabalha com uma produção de subsistência e não em busca de excedentes, tal qual prevê a racionalidade moderna capitalista pautada na exploração e acumulação. (Abramovay, 1990).

Os estudos realizados por Chayanov foram fundamentais para entender a economia dos camponeses e abriu caminho para que outros teóricos compreendessem o porquê do campesinato não ter desaparecido, como previam os clássicos da sociologia, mas sim se replicado até os dias de hoje. De acordo com Ploeg (2016), a propriedade camponesa é parte do sistema capitalista, no entanto, funciona de uma forma diferente dos empreendimentos agrícolas capitalistas, porquanto não é fundamentada na relação capital-trabalho, pois o trabalho dentro da unidade produtiva familiar não é assalariado. Assim, a ausência da relação capital-trabalho é o que diferencia as unidades de produção agrícola e as propriedades camponesas.

Segundo Maria de Nazaré Wanderley (2009), no Brasil, a gênese do campesinato é diferente do que aconteceu na Europa, onde os camponeses pertenciam a uma determinada região organizada por feudos. É preciso levar em conta que o Brasil foi construído segundo a lógica da grande propriedade, cuja figura central é representada pelos senhores do engenho, desse modo, o camponês aparece como uma figura oculta dentro do sistema dominante. Dessa maneira, a gênese do campesinato brasileiro está relacionada a contextos sociais variados, que iniciam desde antes da chegada dos povos escravizados, trazidos à força da África, quando esse território era habitado por diferentes povos indígenas, até a chegada dos imigrantes da Europa e da Ásia para assumir o trabalho no campo após a abolição da escravidão.

Desse modo, a colonização e a ocupação da região sul do Brasil, e no caso particular do Paraná, irá se diferenciar com uma certa especificidade. Os diferentes movimentos migratórios, constituídos por agricultores de procedências e motivos diferentes, irão qualificar essa ocupação. Os europeus da região tradicional, os mestiços da região norte e nordeste e os descendentes de alemães e italianos da região oeste e sudoeste do Paraná formam uma civilização constituída pela diversidade étnica e cultural. (Brandenburg, 1998, p. 94)

No caso da região Oeste, a gênese do campesinato teve influência direta do movimento de colonização e territorialização promovido pelo Estado, com uma política de ocupação dos vazios demográficos e o apoio das companhias colonizadoras responsáveis por criar as condições necessárias para atrair os descendentes dos primeiros imigrantes europeus para a região. Assim, a particularidade desse contexto histórico deu origem a uma diversidade de grupos e comunidades de camponeses que resistem no campo até hoje e que formam diferentes territorialidades, dentre as quais encontram-se a agricultura familiar agroecológica.

Todavia, o segundo aspecto que caracteriza o campesinato é a resistência, de forma que a diversidade de atores sociais no campo brasileiro também se reflete em diferentes formas de luta e resistência. As estratégias de resistência que compõem a trajetória do campesinato no Brasil correspondem a formas culturais específicas de ocupação do espaço, de sociabilidade e vivências diferenciadas. Esse processo socioespacial do campesinato reflete um processo que é também sócio-histórico, o que vai ao encontro com o que alguns teóricos da geografia designam de movimento perpétuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do espaço (Saquet, 2020).

Contudo, como mencionado no início, na arena política, a agricultura familiar é o termo utilizado para identificar diferentes grupos, movimentos e coletivos que carregam interesses contra hegemônicos e buscam construir outras vias de desenvolvimento e continuidade para o rural, diferente do agronegócio que se dedica a produzir *commodities*. Portanto, diante do exposto até aqui, constata-se que há diferenças epistemológicas importantes para pensar o papel desses atores sociais no que corresponde ao desenvolvimento do território identificado por meio das territorialidades construídas, ou seja, das articulações, arranjos, nós e redes que encontramos em determinado recorte espacial.

Conforme Leite e Junior (2014), a atuação do Estado possibilitou a expansão do agronegócio no País. Esses autores apontam que o Estado brasileiro age majoritariamente em favor da grande propriedade ou do agronegócio através de políticas públicas específicas para o setor, a exemplo dos financiamentos de créditos destinados principalmente para a compra de maquinário agrícola, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e agrotóxicos, o que, por sua vez, é utilizado na produção de *commodities* para o mercado externo. Entretanto, enquanto o agronegócio se concentra na produção de *commodities* para o mercado externo, pesquisas, baseadas em dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que a agricultura familiar é responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos na mesa dos brasileiros. Esse fato acentua a diferenciação entre o modelo praticado pelo agronegócio e a agricultura familiar, pois enquanto o primeiro produz *commodities* a segunda é responsável por garantir a soberania e a segurança alimentar da população brasileira.

Além do mais, diante da crise socioambiental vigente, a agricultura familiar se sobressai por empregar formas de produção e consumo que estabeleçam um maior equilíbrio entre os seres humanos e a natureza. A agricultura familiar, por meio das agriculturas de base ecológica, sobretudo a agroecologia, é capaz de garantir a sustentabilidade dos agroecossistemas, promover a conservação da biodiversidade, a soberania e a segurança alimentar para a população (Altieri, 2012). Portanto, a crise socioambiental mobiliza estudos sobre a relevância da agricultura familiar nos territórios e seu papel para a construção de sociedades sustentáveis e regenerativas.

Nota-se que a região Oeste do Paraná, por se tratar de uma região onde a implementação de estratégias de desenvolvimento para o espaço rural encontra-se, na maioria dos casos, voltadas para a continuação do padrão convencional ligado à cadeia de *commodities*, carece de estudos nessa área. Para se ter uma ideia, estudos realizados por Scarpari (2018) e Scarpari e Zimmerman (2021), mostram que somente a partir dos anos 2000 é possível visualizar no território a formação de uma rede voltada para ecologização da agricultura. Essa rede é formada por um conjunto de atores que trabalham com projetos que visam o desenvolvimento rural sustentável, e que passaram a olhar para a agricultura familiar local, intensificando o fortalecimento de práticas

ligadas a três modelos de agricultura de base ecológica: orgânica, biodinâmica e a agroecologia.

A promoção da agroecologia fica explícita por meio da Rede Ecovida de Agroecologia e o trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio à Promoção da Agroecologia (CAPA), os quais atuam na orientação sobre a transição dos sistemas produtivos dos agricultores familiares da região. Também há outras instituições públicas, como a Itaipu Binacional e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/PR), que desenvolvem ações para efetivar a agricultura de base ecológica. Entretanto, o CAPA destaca-se por atuar na organização social dos agricultores familiares, na construção de mercados locais e regionais além de oferecer formação aos produtores interessados em obter a certificação das propriedades e conseguir o selo orgânico da Rede Ecovida. Graças ao CAPA, e com o apoio das demais instituições públicas locais, tem-se a formação do Núcleo Oeste da Rede Ecovida, com sede no município de Marechal Cândido Rondon, que possibilita a certificação de produtos orgânicos pela Rede Ecovida de Agroecologia através dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG).<sup>1</sup> (Scarpari, 2018).

Dentro desse espectro de formação do rural brasileiro, em especial da agricultura familiar orientada por práticas das agriculturas de base ecológica, indaga-se: Como as dinâmicas socioespaciais - estabelecidas entre os agricultores familiares, as instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ater) e as políticas públicas - potencializam a territorialização da agroecologia na região? Assim, através da investigação sobre os atores e processos que orientam a ecologização do sistema agroalimentar, pretende-se conhecer como emerge, resiste e se estrutura a agroecologia na região Oeste do Paraná.

Identificar quais são os fatores determinantes para a emergência e estruturação da agroecologia nessa região Oeste do Paraná nos permitirá ampliar as oportunidades pessoais e coletivas que consolidam modelos de produção e comercialização ambientalmente sustentável e socialmente justo, através do estímulo e do fortalecimento de circuitos de produção em nível local e regional, visando a construção de sociedade sustentáveis e regenerativas.

---

<sup>1</sup> No capítulo 4 trazemos mais detalhes sobre esse tema.

## 1 JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa busca atender a três razões que se encontram interligadas. A primeira é a trajetória acadêmica da autora (bacharela em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar), que tem pesquisado o tema da agroecologia desde o mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento. A segunda, o histórico do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE-UFPR), principalmente a linha de Pesquisa em Ruralidades, Ambiente e Sociedade. E a terceira corresponde ao projeto de pesquisa coletivo da turma XIV do PPGMADE, intitulado “Re-existências desde o Sul frente a Conflitos e Injustiças Socioambientais, Destruição da Natureza e Desmonte de Políticas Públicas”. A seguir, apresentamos com mais detalhes cada um desses fatores.

No que se refere a trajetória individual, a autora tem pesquisado sobre desenvolvimento da agroecologia na região desde o mestrado, em que trabalhou com o Grupo Ecoiguaçu de Foz do Iguaçu, esse ligado ao Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia. Na oportunidade, uma questão chamou bastante a sua atenção: a temporalidade em que os agricultores familiares locais passaram a se organizar, enquanto categoria social, a fim de acessar os programas e políticas públicas direcionados para o setor, e também, a sua opção pela agroecologia. Há relatos da década de 1990 que apontam para a igreja luterana, com um trabalho de apoio aos agricultores familiares do município de Marechal Cândido Rondon (Gonçalves, 2011). Entretanto, em outras regiões do Estado, é possível encontrar narrativas sobre organizações de agricultores familiares que datam do período da década de 1970, quando o termo utilizado ainda era agricultura alternativa (Brandenburg, 2002).

Além disso, a escolha de cursar o PPGMADE se alinha com a trajetória e o interesse pessoal em estudar a emergência e estruturação da agroecologia no território. Primeiro, porque essa trajetória acadêmica é construída numa perspectiva interdisciplinar e voltada para a reflexão sobre o desenvolvimento rural. Segundo, pelo fato de as questões referente ao meio ambiente revelarem incongruências quanto às soluções apresentadas pelos governos, empresas e sociedade civil, as quais não consideram a heterogeneidade da agricultura familiar. Nesse sentido, o PPGMADE e a linha de pesquisa Ruralidade,

Ambiente e Sociedade oferecem os meios necessários para o aprofundamento sobre o tema em questão.

Elucidar as questões em torno das problemáticas socioambientais atuais, no que diz respeito às dinâmicas do espaço rural, demandam a construção de modelos teóricos capazes de compreender as interações entre sociedade e natureza. Assim, através do suporte teórico oferecido pelo PPGMADE, é possível contribuir com as discussões referentes ao desenvolvimento rural e ao meio ambiente, valendo-se ainda de uma metodologia interdisciplinar que aciona diferentes áreas do conhecimento. Dessa maneira, os doutorandos são instigados a trabalhar seus temas de pesquisa de forma colaborativa, por meio da identificação de um tema-problema em comum. Após vários encontros e trocas entre os alunos da turma XIV, o tema-problema identificado, e da qual parte essa pesquisa, chama-se: Re-existências desde o Sul frente a Conflitos e Injustiças Socioambientais, Destruição da Natureza e Desmonte de Políticas Públicas.

(...) nosso tema-problema imerso em uma totalidade complexa, na qual interagem diferentes atores com diversos interesses e significados frente a natureza, imersos em uma estrutura de dominação e subalternização produtora de conflitos, injustiças e desigualdades, contudo, também de resistências e (re)existências. Nossa posição desde o Sul global, não é uma posição meramente geográfica, mas sim parte de uma cartografia das relações de poder, em especial nas relações com a natureza, que constituem a realidade socioambiental latino-americana e brasileira. (Rossi, *et al.*, 2021)

Modernidade e (re)existências desde o Sul são os eixos centrais do projeto coletivo da turma XIV. Esses temas apareceram, de forma transversal, durante as disciplinas cursadas entre os anos de 2020 e 2021, e ficou mais evidente na construção do projeto coletivo da turma. Ao longo das discussões feitas, a modernidade/colonialidade surgiu como um arcabouço teórico importante para a compreensão das problemáticas levantadas sobre a questão socioambiental, por exercer forte influência sobre os pilares que estruturam as sociedades modernas: economia, política e cultura. A economia corresponde a maneira pela qual as pessoas em determinada sociedade buscam satisfazer suas necessidades básicas relacionadas a moradia, alimentação, vestuário e etc. A política, por sua vez, é a forma em que as sociedades fazem a gestão desses processos/trocas a fim de amortecer e evitar os conflitos. Por último, mas

não menos importante, temos a cultura, que são os meios pelos quais o conhecimento é produzido e disseminado às novas gerações o que inclui a educação.

O que se sabe, segundo os teóricos da Comissão Econômica para a América-Latina e Caribe (CEPAL), é que no âmbito econômico, há uma disparidade nas relações de troca de mercadorias entre os países do centro (desenvolvidos) e da periferia (subdesenvolvidos). De acordo com os cepalinos, essa diferenciação se deve ao fato de que os países desenvolvidos dispõem de alta tecnologia, enquanto os países subdesenvolvidos não têm acesso a inovação tecnológica e, por isso, se limitam à exportação de produtos primários com pouco valor agregado. O resultado é que um lado dispõe de produtos com alto valor, e o outro apenas oferta a matéria-prima.

Entretanto, pouco se fala em como a modernidade faz parte de uma estrutura colonial que age para além da conquista territorial, na medida que submete os demais territórios aos interesses dominantes, caracterizando múltiplos processos de violências. Assim, compreende-se que a modernidade e a colonialidade andam juntas e abarcam desde epistemicídios - mecanismo de subordinação cultural e dominação intelectual - até o avanço da destruição da natureza pelo desmatamento e espoliação dos povos e comunidades locais.

A modernidade opera como um dispositivo que projeta um modelo ideal de sociedade. No que se refere ao rural, a representação é a revolução verde, processo que deu origem à modernização da agricultura. Ademais, é preciso esclarecer que a modernização da agricultura não pode ser tratada enquanto um objetivo em si mesmo, mas, sim, enquanto parte de uma trama maior. Para ilustrar essa ideia tomemos o livro escrito por Marcel Mazoyer e Laurence Roudart “Histórias das Agriculturas no Mundo: Do neolítico à crise contemporânea”, no qual fica claro que desde o surgimento da agricultura, há cerca de dez mil anos, em diferentes lugares do mundo, grupos humanos vivenciaram revoluções agrícolas através da inovação técnica aplicada aos sistemas agrícolas locais, que geraram grandes transformações no seu modo de se relacionar no espaço, entre si e com os demais seres vivos.

Entretanto, a diferença está no fato de a invenção da modernidade ser fundamentada na separação entre sociedade e natureza. Shiva (2001) colabora ao afirmar que a modernidade utiliza uma retórica de fragmentação, separação

e dicotomias - por exemplo, homem x natureza, moderno x atrasado, pioneiros x os outros - como instrumento para legitimar as alterações/violências cometidas nos ciclos e/ou processos de vida. Contudo, a eminente constatação de que estamos enfrentando uma crise socioambiental fornece uma oportunidade de refletir sobre esses mecanismos de destruição e dominação, a partir de questionamentos quanto aos seus pressupostos epistêmicos. Além do mais, é preciso esclarecer que modernidade e colonialidade são duas faces da mesma moeda, ou seja, a modernidade não seria possível sem a colonialidade do ser, do poder e do saber (Quijano, 2020) e cosmogônica (Walsh, 2009), que juntas são responsáveis pelo genocídio, racismo e as desigualdades estruturantes presentes em nossa sociedade.

Segundo Quijano (2005, p.120), “o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado”. Em síntese, o que esse autor propõe é que o sistema moderno/colonial foi responsável por perpetuar as velhas estruturas sociais de dominação, acompanhados de uma estrutura cognitiva baseada na racionalidade/ciência e em conexão com o modelo capitalista em ascendência. O eurocentrismo, por sua vez, foi responsável por promover um padrão hierárquico e dualista como, por exemplo, europeus/civilizados versus não-europeus/selvagens, o que justificava toda dominação imposta sobre os povos e comunidades tradicionais e, da mesma forma, imprimiu um senso dissociativo entre a humanidade e a natureza.

Atualmente, os efeitos da modernidade/colonialidade são sentidos a partir da imposição sobre os direitos de posse da terra e nos modelos de produção de alimentos, que são amplamente praticados e difundidos pelo sistema capitalista (monocultura), a exemplo do caso observado na região Oeste do Paraná. As consequências deste modelo encontram-se na diminuição da diversidade biológica, agrícola e cultural, no êxodo rural e no aumento da pobreza, acompanhados do sequestro da soberania e segurança alimentar e da concentração da renda da população.

Nota-se aqui que, no processo de ocupação das terras do Oeste do Paraná, os governos se apoiaram nos discursos de “proteger as fronteiras” e “produzir mais alimentos” e “desenvolver o País”. Entretanto, não se fazia qualquer questionamento quanto a consequência da destruição da natureza, pois predominava a ideia de que esse era um mal necessário para se libertar do

atraso e conquistar o patamar de “moderno”. Nesse sentido, a destruição da natureza e a subordinação dos grupos sociais marginalizados ocorrem de maneira simultânea, como consequência da racionalidade moderno/colonial, pautada pelo progresso e crescimento econômico que oculta uma lógica perversa de produtividade e consumo baseada na acumulação capitalista, e não no bem-estar social como se fez crer. Portanto, essa cultura dominante promove uma alienação das sociedades.

Na modernidade, a produção de alimentos foi reduzida para uma variedade menor de plantas e animais o que, conforme Castro (1984), é um reflexo do imperialismo econômico no controle do que é produzido e comercializado. Dessa maneira, a modernização agrícola e sua junção com as cadeias agroalimentares globais transformaram a agricultura num fenômeno estritamente econômico. Os agricultores modernizados produzem o que o mercado compra e, assim, deixam de cultivar os alimentos necessários para alimentar a população.

Esse modelo moderno/colonial voltado para o desenvolvimento rural é legitimado por argumentos científicos, como a necessidade de produzir mais alimentos para a população. Entretanto, embora a revolução verde tenha sido disseminada como uma tecnologia capaz de combater a fome no mundo, sua estrutura revela que ela carrega os interesses do mercado financeiro, da monopolização das cadeias produtivas e da internacionalização dos alimentos, ou seja, os interesses do sistema hegemônico em busca de mais lucros. Nesse cenário, a alimentação torna-se um negócio e um meio de governar os corpos e mentes através da homogeneização das dietas alimentares da população (Shiva, 2001).

Uma das implicações da modernização agrícola nos países periféricos ou do Terceiro Mundo é a dissolução das relações socioespaciais construídas entre as populações e/ou comunidades e seus sistemas produtivos, envoltos em valores culturais e saberes locais, tema muito bem abordado pela agroecologia. Como resultado disso, os sistemas de policultivo praticados pelos camponeses são abandonados e substituídos por critérios de homogeneização da produção. Logo, a estrutura de dominação da modernidade se perpetua através dos mecanismos de opressão e dominação dos saberes tradicionais, e se

estabelece, a tal ponto, até chegar a comprometer a reprodução social, cultural e biológica dos camponeses.

Diante disso, através do trabalho coletivo da Turma XIV, entendemos que a ciência moderna é a representação do paradigma hegemônico (moderno/colonial), e os limites sobre seus princípios acendem o sinal para o reconhecimento da interdisciplinaridade enquanto forma alternativa de produção do conhecimento científico. Nesse sentido, a prática da interdisciplinaridade em relação ao meio ambiente surge das muitas preocupações decorrentes de problemas gerados no mundo contemporâneo, a exemplo da diminuição da sociobiodiversidade e as mudanças climáticas globais, que conduzem os pesquisadores a elaborar novos modelos teóricos que compreendam as interações entre sociedade e natureza.

A modernidade/colonialidade infere consequências desastrosas tanto para a natureza quanto para as sociedades. Essa estrutura de dominação se perpetua através de mecanismos de controle que se estabelecem em diferentes áreas da vida, a exemplo do sistema alimentar identificado através da homogeneização dos padrões de produção e consumo de alimentos. Além disso, Ploeg (2022) reconhece que os regimes neoliberais incentivam os territórios a produzirem *commodities* para a exportação e, ao mesmo tempo, aumentam a importação de alimentos baratos, o que faz com que a produção agrícola para o consumo interno seja enfraquecida e, como consequência, há um crescimento das desigualdades e da insegurança alimentar da população.

Se a demanda doméstica estiver diminuindo (em alguns países mais o que em outros, e às vezes com quedas drásticas) e/ou a cadeia que deveria conectar a oferta e a demanda não estiver mais funcionando, as importações serão reduzidas e isso se traduz em problemas em outros lugares. Tal circunstância pode desencadear o incremento do excedente de força de trabalho, afetando particularmente as parcelas pobres das classes trabalhadoras e reduzindo os níveis salariais. Por sua vez, esses desequilíbrios ameaçam a continuidade e a lucratividade das interconexões estratégicas e levam a quedas dramáticas no comércio. É assim que a tragédia atual está se desenvolvendo como consequência da dinâmica do sistema. (Ploeg, p, 11, 2022)

A reaparição do governo (neo)liberal no Brasil, entre 2019 e 2022, fez reacender o alerta da insegurança alimentar no país, no entanto, esse é só mais um episódio em que a atuação do Estado se encontra a serviço dos interesses

do capital. Assim, o governo Bolsonaro teve sua gestão pautada pela centralização política, com o fechamento de espaços de discussão coletiva e maior abertura ao mercado financeiro. O resultado disso foi o desmonte de políticas públicas de apoio a agroecologia, o abastecimento alimentar e a garantia da segurança e soberania alimentar da população. São exemplos, a redução orçamentária que inviabilizou a implementação nos territórios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o esvaziamento de espaços participativos de tomada decisão como a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e o encerramento dos trabalhos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), importante instrumento de gestão política de combate à fome no país.

De forma sintética, o projeto moderno/colonial/capitalista/eurocêntrico, que acompanha o sistema alimentar global, remete a uma separação entre as partes que compõem o sistema agroalimentar, na qual cada uma é pensada e construída separadamente. Um exemplo disso são as unidades produtivas especializadas, em que cada uma se dedica a uma etapa do processo de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos. Trata-se de uma manifestação da forma como foi concebida e replicada a ciência moderna (em caixas) alinhada ao sistema capitalista global. Portanto, a ciência moderna é a representação máxima de organização do conhecimento, a partir da fragmentação das disciplinas ramificadas por áreas do conhecimento, por esse motivo, Hissa (2008b) considera que a modernidade, ao aspirar uma razão unidirecional, transformou-se em monocultura da razão cartesiana.

Segundo Raynaut e Zanoni (2011), as barreiras rígidas das disciplinas relacionam-se mais a história e a tradição que a critérios científicos puros, logo, são entendidas como territórios de poder. A ciência moderna é um território composto por conhecimento especializado e constituído por limites, desse modo, a crise socioambiental tem relação direta com a ciência moderna e o desejo de enquadrar a realidade ao domínio disciplinar (Hissa, 2008a). Como mencionado, a constituição do sistema alimentar global expressa, de forma nítida, essa divisão, mas ao mesmo tempo oculta uma série de violências objetivas e subjetivas que passam pela pilhagem do conhecimento, do trabalho e da capacidade de resposta aos problemas por meio da alienação. No entanto, onde há projetos de poder há também resistência.

Um exemplo disso é a agroecologia enquanto um modelo de produção de alimentos, que se contrapõe às formas de dominação impostas pelo sistema agroalimentar dominante. Segundo Altieri (2012), a agroecologia é caracterizada como uma ciência, uma prática ancestral dos povos e comunidades tradicionais e um movimento social e político que busca processos mais justos de produção e comercialização de alimentos. Toledo (2009) nos atesta que a agroecologia tem a ver com os processos organizativos de comunidades camponesas, localizadas em países latino-americanos, contra o avanço do latifúndio e em defesa dos territórios ancestrais. Portanto, a agroecologia equivale ao eixo de (re)existências desde o Sul conforme o projeto coletivo da turma XIV do PPGMADE.

Além do que, de acordo com Eduardo (2017), a problemática relacionada ao rural (ou a questão agrária como ele denomina) é velha e nova ao mesmo tempo. Segundo o autor, trata-se de um tema condicionado ao clássico dilema da distribuição de terras no país. O Estado brasileiro historicamente não reconhece as formas coletivas de ocupação e produção não capitalizadas, o que, por sua vez, desencadeia uma série de conflitos territoriais, concentração fundiária e desigualdades no que se refere ao acesso à terra. Mas ao mesmo tempo a discussão sobre o rural também é nova no sentido que se reconfigura.

Dentro dos temas reconfigurados está a “re-existência” (Porto-Gonçalvez, 2006) camponesa (no sentido de resistir e, concomitantemente, produzir novas condições de existência no capitalismo, a permanência de formas de produzir e de viver no campo que não se limitam aos imperativos da lógica da mercadoria. (Eduardo, 2017, p. 273)

Portanto, é nesse sentido que a pesquisa sobre a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná dialoga com o tema-problema do qual versa o projeto coletivo da turma XIV do PPGMADE. Primeiro, pelo fato de a modernização agrícola ser um mecanismo coerente com o sistema moderno/colonial que se manifesta em diferentes épocas e territórios, de modo que nos interessa observar suas engrenagens no recorte espacial que corresponde a região Oeste paranaense. Segundo, porque a pesquisa busca contribuir com a área de estudos interdisciplinares, cujo foco problemático é a crise socioambiental, e em especial, contribuir com a análise sobre a

ecologização da agricultura e do sistema agroalimentar a partir das dinâmicas socioespaciais que permitem a territorialização da agroecologia.

Para tanto, o conceito de tempo-espaco-território é chave para entender as continuidades e descontinuidades dos processos locais envolvendo a agricultura familiar e a prática da agroecologia. Além do que, pouco se sabe sobre os fatores que colaboram para o processo de territorialização da agroecologia, já que se trata de uma região conhecida por ser um braço forte do agronegócio no Estado do Paraná e, também, no Brasil. Assim, a realização de um estudo aprofundado sobre a territorialização da agroecologia nessa região nos permitirá identificar quais as características dos agricultores familiares que produzem alimentos através de sistemas agroecológicos. Ainda, verificar-se-á como são estabelecidas as relações entre esses agricultores familiares e os demais atores e instituições públicas/ privadas e Organizações Não Governamentais (ONGs) locais.

Por fim, a pesquisa propicia a compreensão sobre a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná. Trata-se, por um lado, de uma oportunidade de crescimento pessoal que me permitiu continuar desvendando como ocorre a estruturação da agroecologia no território, por visualizar a importância desse modelo para a sociedade pelo seu papel na produção, processamento e comercialização de alimentos diversificados e livres de agrotóxicos. Por outro lado, os resultados alcançados servem também para fomentar o conhecimento sobre a relevância da agricultura familiar agroecológica, indicando quem são esses sujeitos, como se dá às relações sociais e as práticas territoriais locais, a fim de qualificar as ações, projetos e políticas de cunho socioambiental no território, tendo em vista a necessidade de se avançar na construção de sociedades sustentáveis e regenerativas.

## **OBJETIVOS**

A seguir apresentamos os objetivos que orientam essa pesquisa.

### ***1.2.1 Objetivo Geral***

Analisar as dimensões relacionadas com a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- i) Verificar os espaços-tempos anteriores ao da agroecologização;
- ii) Caracterizar os atores, as instituições públicas/privadas e ONGs, apoiam o desenvolvimento da agroecologia na região oeste do Paraná;
- iii) Analisar os processos organizativos (pedagógico) e políticos (participativo) que os agricultores familiares agroecológicos do Oeste paranaense estão inseridos;
- iv) Identificar as características socioculturais de quem opta por produzir em sistemas produtivos agroecológicos e saber quais vantagens e os desafios enfrentados;
- v) Levantar os canais de comercialização utilizado pelos agricultores familiares agroecológicos;
- vi) Investigar as políticas públicas que o agricultor familiar agroecológico tem acesso.

## **3 METODOLOGIA**

Como dito anteriormente, o PPGMADE é um programa interdisciplinar e está vinculado à área de estudo das ciências ambientais. Ainda que não seja possível falar de uma teoria da interdisciplinaridade, ou oferecer receitas de como praticá-la, a cada experiência é importante evidenciar o que se entende por interdisciplinaridade, bem como o método seguido para praticá-la. De acordo com Raynaut e Zanoni (2011), a interdisciplinaridade não implica a negação das disciplinas, mas, sim, o estabelecimento de uma capacidade de diálogo com os demais especialistas, no sentido de criar pontes entre os domínios científicos e, dessa forma, firmar colaborações. Ou seja, deve tornar

(...) mais flexíveis e permeáveis as fronteiras intelectuais herdadas de uma formação inicial ou de uma prática profissional especializada; criar condições de uma convergência de olhares sobre questões comuns, fornecer os instrumentos metodológicos para uma prática interdisciplinar. (Raynaut; Zanoni, 2011, p. 168).

Para avançar no campo da interdisciplinaridade, é fundamental fugir da ambiguidade e da imprecisão, no entanto, no caso do saber ambiental, essa premissa é ainda mais indispensável, uma vez que este extrapola até mesmo o campo científico, porquanto o saber ambiental, do qual dispõe os camponeses,

se ampara na ecologia de saberes (Hissa, 2008b). Para tanto, estudar a agroecologia e as dinâmicas territoriais do campesinato é perceber que, se de um lado, há projetos hegemônicos pensados e articulados no território, por outro lado, há também projetos contra hegemônicos envoltos na ecologia de saberes e na ética do cuidado. No mais, é importante considerar que, “cada relação espaço-tempo-território precisa ser pensada, abstraída a partir das suas especificidades e dos propósitos de cada pesquisador ou grupo de pesquisas” (Saquet, 2020, p. 170).

As práticas humanas no meio ambiente são perpassadas por diferentes interesses, desde questões objetivas até questões subjetivas, ou ainda, materiais e imateriais, de modo que estas interações têm implicações sobre a dinâmica dos ecossistemas naturais. Contudo, a investigação científica, ao fazer conhecer o funcionamento dos ecossistemas, ignorou o fato de que culturas e ambientes naturais evoluíram juntos ao longo do tempo (Toledo e Barrera-Bassols, 2009). Dessa forma, identificar e/ou religar as epistemologias existentes é uma tarefa para quem trabalha com a interdisciplinaridade; é reconhecer que o saber ambiental está envolto na vida social, nos conflitos e injustiças praticados, mas também, nas estratégias de resistências e no modo de viver dos sujeitos.

Além do que, a constatação da incapacidade dos atores ligados aos sistemas produtivos modernos em realizar o uso sustentável dos recursos ambientais tem tensionado para o um retorno a “outras ecologias”, por meio do resgate e valorização dos saberes ambientais. Um exemplo disso são os camponeses que através de suas práticas territoriais vêm construindo processos socioambientais sustentáveis e regenerativos, a exemplo da agroecologia. Assim, consideramos que a resposta para as problemáticas socioambientais atuais vem dos saberes dos camponeses que seguem re-existindo no mundo moderno/colonial/ocidental/capitalista, mantendo suas características econômicas, políticas e culturais numa relação harmoniosa com a natureza.

A agroecologia se desenvolve na complexa relação entre o social e o ambiental, de tal modo que essa transpassa as fronteiras disciplinares e nos leva à construção de novos arcabouços teóricos para compreender os fenômenos em sua totalidade. Nesse sentido, ao superar a prática disciplinar dominante na ciência moderna, o PPGMADE busca contribuir para o avanço do conhecimento,

tendo como eixo central a questão do meio ambiente e do desenvolvimento na interface dos sistemas social e natural, a partir da abordagem interdisciplinar.

A interdisciplinaridade se apresenta como a

“(...) proposta de um saber que busca relacionar saberes, que propõe um encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre as ciências e humanidades, entre ciência e tecnologia” (Alvarenga; Phillippi Jr; Sommerman; Alvarez; Fernandes, 2011, p. 13).

Raynaut (2018) corrobora ao considerar que os desafios socioambientais atuais, relacionados às mudanças das relações sociedade e natureza, são complexos e necessitam da colaboração entre diferentes disciplinas para a construção de outros saberes para a ciência e para a sociedade. Deste modo, o PPGMADE é um “espaço de desenvolvimento epistemológico e teórico-metodológico da produção da pesquisa interdisciplinar para enfrentar problemas concretos no âmbito do meio ambiente e desenvolvimento” (PPGMADE, 2022).

Sendo a metodologia composta por métodos científicos responsáveis por definir ou indicar quais os procedimentos utilizados na coleta de dados e informações e o tratamento dos mesmos, buscamos detalhar nas próximas linhas os procedimentos adotados nesta pesquisa. Segundo Thiollent (2011), a metodologia conversa com a epistemologia para a discussão dos métodos, enquanto que o método é o caminho prático de investigação sobre um problema posto em evidência. Gil (2008) considera que o uso de um único método de pesquisa é insuficiente para a realização de um estudo aprofundado sobre um tema-problema. Desse modo, nesta tese, a opção foi a construção de uma metodologia mista, com o uso de diferentes técnicas/ferramentas de pesquisa.

O estudo tem caráter qualitativo e, num primeiro momento, fizemos uma pesquisa exploratória, cujos procedimentos utilizados foram a análise de material bibliográfico e documental. Além desses, na segunda fase, foi realizada a pesquisa de campo, que contou com: observação participante e aplicação de dois questionários semiestruturados. O primeiro questionário apresenta questões relacionadas a formação e organização dos grupos de agroecologia da região e foi aplicado aos coordenadores dos grupos escolhidos, portanto, a amostra se deu de forma proposital por estar direcionada aos dirigentes que participam do Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida de Agroecologia obtendo o

total de 13 respostas. O segundo questionário está voltado para os agricultores familiares agroecológicos escolhidos de forma proposital, ou seja, porque trabalham com a agroecologia (a maioria participa do núcleo Oeste PR da Rede Ecovida) com questões que abordam aspectos da unidade familiar produtiva agroecológica. A terceira fase alia a análise dos dados empíricos colhidos em campo com a base teórico-metodológica adotada. Para a fase analítica, a opção foi empregar a abordagem territorial multidimensional proposta por Saquet (2014), com a abordagem dos sistemas agrifood territoriais planejados por Lamine *et al.* (2016).

Saquet (2014) traz elementos interessantes para a análise das dinâmicas territoriais através da sua abordagem territorial multidimensional onde considera quatro dimensões: econômica, política, cultural e natural de modo que as três primeiras compõem a dimensão social. Cada uma dessas dimensões corresponde a um conjunto de elementos, por exemplo, na dimensão econômica temos os processos relacionados a produção e troca de bens e/ou serviços pelos agricultores familiares agroecológicos; na política a gestão dos processos locais, demandas e resolução de conflitos; na cultural analisa-se as características dos sujeitos tais como idade, gênero e cor da pele/etnia e no que diz respeito ao natural ressalta-se os aspectos relacionados ao meio ambiente.

Por sua vez, Lamine *et al.* (2016) concentra suas investigações sobre a transição ecológica do sistema alimentar territorial onde trabalha com a abordagem de sistemas agrifood para se referir ao complexo conjunto de relações entre os atores envolvidos. Assim, a autora se diferencia da abordagem clássica que considera apenas os processos de produção, transformação, comercialização e distribuição de alimentos focando suas análises na relação entre o conjunto de atores e os processos responsáveis por direcionar a ecologização do sistema agroalimentar territorial.

Ademais, a abordagem territorial multidimensional de Saquet (2014) considera aspectos relacionados à temporalidade e territorialidade dos sujeitos como parte de um movimento perpétuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do espaço. Enquanto que, Lamine *et al.* (2016), sugere o termo sistema agrifood para evidenciar que a ecologização ocorre a partir dos diferentes elos que se estabelecem no território. Nesse sentido, os dois autores jogam luz sobre os processos presentes no território, entretanto, Lamine *et al.*

(2016) procura identificar quem são os atores chaves que influenciam as alterações sobre a dinâmica do sistema alimentar local. Dessa maneira, consideramos que as duas abordagens oferecem subsídios teórico-metodológico para o nosso estudo sobre a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná. A seguir descrevemos cada fase da pesquisa, o período em que aconteceram, quais os procedimentos empregados e por último os objetivos que pretendemos alcançar.

A primeira fase ocorreu entre os anos de 2020 e 2022, o que coincide com a emergência sanitária provocada pelo COVID-19, que provocou mudanças em todos os âmbitos da sociedade. Nessa época, as aulas e eventos científicos eram realizados, na maior parte, de forma online (ou remota), o que fez com que a interação em disciplinas, encontros e eventos acadêmicos fossem bastante prejudicadas. Nesse mesmo tempo, o cenário político era devastador, em que assistíamos ao desmantelamento das instituições públicas e dos espaços de diálogo com a sociedade civil, acompanhados do desmonte das políticas públicas.

Nesse período, o espaço encontrado para explorar o tema-problema era através da leitura de documentos e na participação em debates realizados durante as aulas do PPGMADE ou em eventos e seminários online. Assim, o levantamento de material bibliográfico, principalmente sobre o processo sócio-histórico da região Oeste do Paraná, que condiz com a primeira parte da tese, foi realizado nesse momento de grande incerteza para nós pesquisadores. Com os dados obtidos a partir do levantamento da literatura disponível foi possível conhecer o histórico da região no que se refere a trajetória de construção do território com destaque para as dinâmicas territoriais relacionadas ao espaço rural dando ênfase à heterogeneidade da agricultura familiar e as instituições que atuam no campo agroecológico.

A segunda fase da pesquisa foi realizada em 2023, quando o mundo voltava à “normalidade”. Isso significa, por um lado, retomar os encontros presenciais, as reuniões, os seminários, os congressos etc. e, por outro lado, tem a ver com o retorno ao Estado democrático de direito e dos espaços de debate e construção de políticas públicas participativos que foram extintos durante os 4 anos de um governo liberal no qual a questão socioambiental não tinha vez. É preciso dizer que nesse período a discussão sobre a agroecologia

na esfera política foi bastante prejudicada, no entanto, foi possível observar muita resistência e articulação entre os setores da sociedade civil organizada e os movimentos sociais à exemplo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e do Movimento Sem Terra (MST).

Podemos destacar nesse contexto a criação da Articulação Paranaense de Agroecologia (APRA), que surgiu em 2020, no Estado do Paraná, pelo esforço de organizações locais e atores comprometidos na construção da agroecologia no estado. Também, a resposta do MST, diante do aumento da fome, que promoveu doações de alimentos agroecológicos às pessoas em vulnerabilidade social e insegurança alimentar que vivem nas periferias dos centros urbanos. O Projeto Marmitas da Terra distribuiu milhares de refeições aos moradores de rua de Curitiba, por exemplo. Ademais, sobre o Oeste paranaense, o que se sabe é que tanto os agricultores familiares quanto as organizações que trabalham com a agroecologia na região foram bastante afetados com a descontinuidade de ações de fortalecimento a agroecologia no território.

Ocorreu uma redução no número de grupos ligados ao Núcleo Oeste da Rede Ecovida, que passou de 21 para 19 nesse período. A pandemia fez com que a ida a campo de profissionais de assistência técnica fosse interrompida. As organizações com histórico de atuação em prol da agroecologia não conseguiram renovar seus contratos de prestação de serviços, o que acabou inviabilizando a continuidade dos trabalhos. O resultado disso foi uma verdadeira desarticulação das ações voltadas para a promoção da agroecologia na região, fazendo com que agricultores que se encontravam em transição, e até mesmo os certificados, acabassem desistindo da produção agroecológica.

Na segunda fase da pesquisa os dados foram colhidos por meio da observação participante em eventos e debates promovidos sobre o tema, na maioria das vezes, isso se deu em encontros promovidos pelo Núcleo Oeste da Rede Ecovida e na aplicação de dois questionários semiestruturados. Segundo Almeida (2009), o método qualitativo de observação participante permite identificar o que “dizem” e “fazem” os atores sociais na manifestação visível das ações coletivas. A observação participante ocorreu em diferentes momentos e espaços<sup>2</sup> que contavam com a representação dos atores locais, como na “Manhã

---

<sup>2</sup> No final do trabalho, em anexos, há um quadro temporal explicativo com os espaços de observação participante.

de Campo” no Sítio Paraná em Santa Helena, no Encontro Yvyrupa: Nãnde Yvy Nãnde Rete na Aldeia Indígena Tekoha Ocoy em São Miguel do Iguazu, em Reuniões do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia em Entre Rios do Oeste, Santa Helena e Santa Tereza do Oeste, na Reunião da Articulação Paranaense de Agroecologia (APRA) em Curitiba, no XII Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia em Maringá e na XX Jornada de Agroecologia em Curitiba.

A participação nesses espaços propiciou diálogos e trocas de experiências com agricultores familiares agroecológicos, técnicos, pesquisadores e políticos que atuam na construção da agroecologia desde diferentes esferas organizativas. Também, em momento oportuno, durante Reunião do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia, no XII Encontro Ampliado da Rede Ecovida e a XX Jornada de Agroecologia foram aplicados dois questionários semiestruturados com foco nos agricultores agroecológicos.

O primeiro questionário foi direcionado aos coordenadores dos grupos agroecológico ligados à Rede Ecovida e teve a participação de 13 entrevistados considerando um universo de 18 grupos ativos. O segundo questionário, contou com as respostas de um total de 18 agricultores familiares agroecológicos, sendo 17 integrantes do Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida e 1 agricultora que não está vinculada a nenhum grupo, mas é certificada através do Programa Paraná Mais Orgânico. O propósito dos questionários era colher dados empíricos sobre as características sócio-espaciais da agricultura familiar agroecológica na região.

Finalmente, a fase três começou no final de 2023 e início de 2024, quando, com os dados em mãos e a partir das discussões realizadas na qualificação, procuramos avançar na análise das dimensões da territorialização da agroecologia na região. Para isso contamos com as informações obtidas através de dois questionários semiestruturados, um voltado para os coordenadores dos grupos vinculados ao Núcleo Oeste PR de agroecologia (13 respostas) e o outro direcionado aos agricultores familiares da região (18 respostas). Assim, os dados empíricos correspondem as 31 entrevistas feitas durante o XII EARE, as Reuniões do Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida e a XX Jornada de Agroecologia. Para a decodificação dos dados empíricos, utilizou-se dois softwares, Excel-2016 e Nvivo-14, que permitem a construção de gráficos e ilustrações como a nuvens de palavras, a fim de auxiliar nossa sistematização à

luz das categorias epistêmicas proposta pelo nosso modelo teórico de análise, construído com base nas abordagens elaboradas por Saquet (2014) e Lamine *et al.* (2016).

Por fim, consideramos que a interpretação de uma determinada realidade geográfica necessita de um caminho metodológico interdisciplinar. Dessa maneira, a tese apresenta uma síntese histórica e processual sobre a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná, conciliando as dimensões da economia, da política, da cultura e da natureza e os atores chaves no processo de ecologização do sistema agrialimentar territorial. É preciso ressaltar que a pesquisa de campo enfrentou algumas limitações por conta da Pandemia do COVID-19 o que dificultou o contato com os agricultores logo no início fazendo com que o campo ocorresse em um tempo menor do que o desejado o que, por sua vez, acelerou a análise dos dados e as discussões decorrentes. Por esse motivo, algumas análises podem apresentar caráter mais descritivo do que analítico o que esperamos solucionar com pesquisas futuras.

Para tanto, iniciamos o primeiro capítulo com uma análise histórico-crítica sobre a construção do território que compreende a região Oeste do Paraná, a qual nos permite visualizar diferentes ciclos econômicos: o extrativismo, a ocupação territorial, a modernização agrícola e mais recentemente da ecologização da agricultura, a fim de entender os diferentes processos espaciais/relacionais e temporais presentes na formação do território.

Depois disso, o segundo capítulo destaca a concepção teórico-metodológica no estudo da territorialização da agroecologia, entendida em suas diferentes faces: ciências, prática e movimento social. O terceiro capítulo, por sua vez, dá ênfase aos dados obtidos durante a pesquisa de campo (fase dois), evidenciando as características dos atores chaves. Por fim, o quarto capítulo busca destacar os resultados obtidos com a pesquisa através da análise sobre as dimensões (econômica, política, cultural e natural) da territorialização. A última parte revisa os anteriores e traz as considerações finais.

## **2. DINÂMICAS DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

Para melhor compreender a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná, faz-se necessário voltar no tempo e apresentar os aspectos referentes à formação do espaço rural do Oeste paranaense, a fim de alcançar um maior entendimento sobre essa região que até 1930 tinha sua economia atrelada à Região Platina. A relação espaço-tempo-território é imprescindível para explicar as territorialidades que foram sendo efetivadas em diferentes momentos e os processos multidimensionais - identitários, desiguais e diversos - que qualificam essas territorialidades e, portanto, o território denominado região Oeste do Paraná. Para isso, analisou-se documentos que relatam os períodos iniciais da história de formação do território, desde a exploração das companhias estrangeiras, passando pela ocupação - com ênfase nos colonos vindos do Sul - e as transformações ocasionadas com a modernização agrícola e a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Desse modo, busca-se entender, através dos ciclos socioeconômicos apontados na literatura, como essas dinâmicas se sucederam e quais foram as implicações na formação do espaço rural local. A partir disso, procura-se identificar os aspectos socioambientais presentes em cada período, bem como as contradições, conflitos e invisibilidades sobre os sujeitos que compõem a ruralidade nesta região e quais as implicações da modernidade/colonialidade no ordenamento da vida social. Por último, identifica-se as instituições e organizações que utilizam o viés do desenvolvimento rural sustentável e exercem influência na emergência e estruturação dos sistemas agroecológicos entre os agricultores familiares locais.

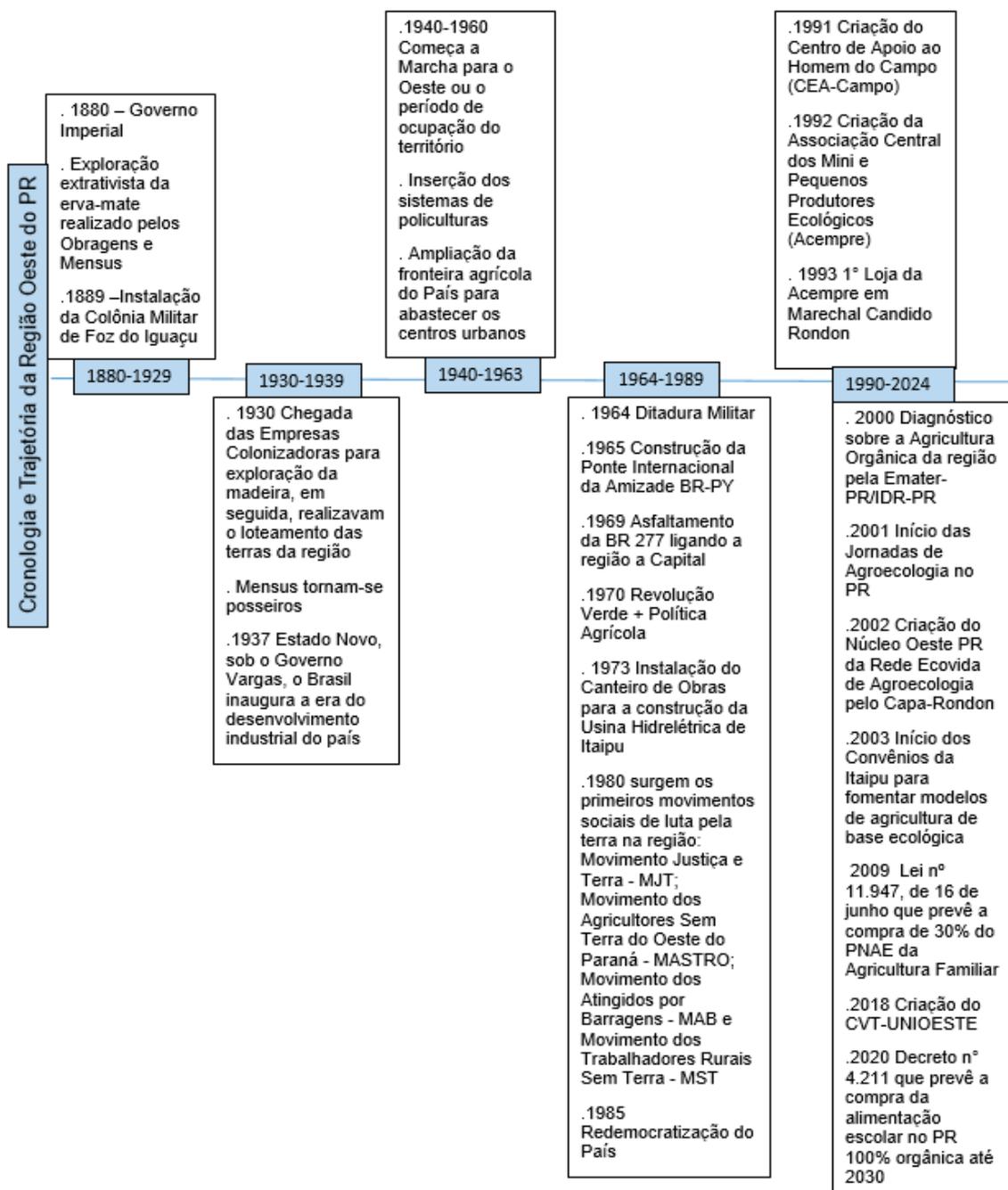
### **2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

A mesorregião Oeste foi a última fronteira de ocupação e de expansão da exploração agropecuária do Paraná, sendo que, até 1930, era uma região explorada por capitâneas estrangeiras, principalmente de argentinos, que extraíam erva-mate e madeira e exportavam os produtos através do rio Paraná. Contudo, a partir da década de 1960, as áreas de exploração de madeiras começaram a se esgotar, coincidindo com outro fenômeno, o da ocupação do

território, seguido pela mecanização da agricultura e a vinculação desta à indústria. (Ipardes,2008; 2007; Souza, 2007).

Para entender melhor os processos que acompanham a história da região Oeste do Paraná, traçamos uma linha do tempo onde destacamos as iniciativas políticas, trajetória dos atores e principais eventos que acompanharam cada período histórico até a ascensão de processos relacionados com a agroecologia no território.

**Figura 1: Cronologia e Trajetória da Região Oeste do Paraná**



Fonte: Elaborado pela autora.

Crestani *et al.* (2011) analisa cada período histórico destacando os ciclos econômicos da região Oeste do Paraná e cita 5 deles, sendo todos vinculados ao espaço rural. O primeiro é o da erva-mate e está ambientado num processo mais rudimentar de exploração extrativista voltado para o mercado externo. O segundo é o da madeira, utilizada na industrialização do país. O terceiro é o da ocupação territorial pelos colonos, qualificado pela expansão da fronteira agrícola e orientado por uma política de ocupação territorial que previa a nacionalização das fronteiras a fim de suprir a demanda por bens alimentícios no mercado interno. Já o quarto ciclo é o de modernização agrícola, caracterizado pelo avanço do pacote tecnológico de promoção da industrialização da agricultura e a vinculação dos sistemas produtivos locais ao capital internacional. O quinto ciclo, por sua vez, indica a crescente preocupação quanto ao modelo de produção agrícola intensivo em função da qualidade ambiental, ao mesmo tempo em que há um esforço para resgatar e/ou fortalecer experiências locais que alinham produção e comercialização de alimentos ecológicos com a garantia de soberania e segurança alimentar da população. Trataremos de cada ciclo na sequência destacando as iniciativas políticas, principais atores e eventos.

### **2.1.1 Ciclo da Erva-Mate**

O primeiro ciclo foi o da erva-mate, com a extração da mata nativa e comercialização voltada para o mercado externo, principalmente atendendo ao mercado argentino. Esse ciclo econômico predominou entre o final do século XIX até início do século XX (de 1880 e 1930), quando o território do Oeste do Paraná era objeto de exploração extrativista da erva-mate e madeira, realizado por companhias estrangeiras. Enquanto o capital que financiava a exploração extrativista provinha de argentinos e britânicos, a mão de obra utilizada era de paraguaios, chamados mensus, num modelo de trabalho denominado obrages (espécie de latifúndio), um sistema que já existia no território argentino.

Conforme indica Santos (2019), obrage é um termo utilizado para designar um empreendimento extrativista próximo aos rios ou córregos. O escoamento da produção é realizado por uma estrutura composta de madeiras soltas na água, assim, as jangadas de toras de madeiras eram amarradas umas às outras e transportadas pelo ciclo do rio.

Quanto aos mensus,

“O trabalhador paraguaio contratado pelo obragero era submetido a condições típicas de semi-escavidão. Entre as condições mencionadas, havia a obrigação de o mensu comprar seus mantimentos no armazém da empresa, sendo, inclusive, proibida a plantação para a subsistência, assim como o trabalho era “acompanhado” por capatazes que inibiam qualquer manifestação de descontentamento” (Dias e Castelano, 2015, p.12).

Salienta-se que, diferentemente de outros lugares, como a região Sudoeste, que no mesmo período tinha como característica a presença de sitiantes e caboclos que ocupavam determinadas áreas dedicadas à produção de subsistência, em especial a criação de porcos, o sistema de obrage predominou na região Oeste. Segundo Crestani et al. (2011), entre os fatores que explicam a dominância do sistema de obrage na região Oeste do Paraná, encontra-se o fato que o império português era ausente e o principal acesso se dava pela água, favorecendo a navegação entre a Região Platina. Além do mercado mais próximo ser a Argentina, o idioma espanhol era a língua principal falada na região e a principal moeda era o peso argentino.

De acordo com Dias e Castelano (2015, p.12), nessa época, “a acumulação de capital no extremo Oeste paranaense ocorria sobre as condições mais primitivas de exploração”, ou seja, sem nenhuma preocupação para com os trabalhadores paraguaios, que eram submetidos a condições de semiescavidão. Os mensus recebiam um “adiantamento” pelos seus serviços, mas, em contrapartida, eram proibidos de produzir alimentos para sua subsistência. Não havia, portanto, condições para que esses trabalhadores se instalassem e ocupassem a região. (Ibid).

Ademais, no que corresponde à questão ambiental, o processo de extração dos recursos naturais de maneira exploratória produziu graves consequências. A derrubada sistêmica das árvores de grande porte e, também, da mata nativa, ocasionou o esgotamento das reservas naturais de erva-mate, uma planta típica da região e que atualmente não é mais encontrada.

Outro fato interessante desse período, é que as empresas estrangeiras que atuavam no território se limitavam a explorar áreas próximas às margens do Rio Iguaçu e Paraná, pois, era através dos cursos dos rios que se dava a principal rota de circulação de pessoas e mercadorias na região. O acesso dos

estrangeiros foi possível graças a um acordo firmado entre os países Brasil, Argentina e Paraguai, que dava permissão para navegabilidade. Esse acordo, no entanto, oferecia uma oportunidade ainda mais vantajosa aos estrangeiros, dando as condições necessárias para estender os seus negócios para além de suas fronteiras.

Além do mais, a região Oeste do Paraná não contava com a fiscalização e a presença do governo Imperial, somente em 1889, quando foi fundada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, que a região passou a ser “habitada”. Desse modo, a extração de erva-mate nativa acabava sendo um negócio lucrativo para as empresas estrangeiras, que continuavam com os processos de exploração do homem e da natureza na região. (Dias e Castelano, 2015).

Conforme Militelli (2015, p.3), “A intenção deste governo imperial em parceria com o Ministério da Guerra é o de fixar bandeiras, em virtude das experiências vivenciadas anteriormente na Guerra do Paraguai”. Contudo, a dificuldade de se estabelecer na região pela falta de estrutura fez com que os militares se afastassem da proposta inicial de salvaguardar as fronteiras. A necessidade de adquirir mantimentos e sobreviver criou novas relações sociais, quando passaram a estabelecer contato com os argentinos, além, é claro, de explorar estes através da documentação e demarcação de territórios (ibid).

A proposta de demarcar as fronteiras não foi efetiva, pois a distância e precariedade de comunicação encontrados pela falta de acesso até a base mais próxima, em Guarapuava, eram enormes. Ademais, a convivência mais próxima dos militares era com os argentinos, o que provocou dinâmicas relacionais diferentes da missão inicial. As sociabilidades criadas na região permitiram a continuidade das atividades comerciais de produtos extrativistas, com a supervisão dos militares na concessão e/ou regulação de títulos e demarcação das terras.

As obragens eram pautadas pela lógica de maximização dos lucros, pois, neste momento, não havia qualquer preocupação quanto ao desmatamento e suas consequências para o meio ambiente, se limitando ao controle da atividade. Também, não era do interesse dos donos de obragens construir uma estrutura que proporcionasse a ocupação na região, já que parte da erva-mate era extraída ilegalmente e, para que não houvesse qualquer questionamento sobre a origem, elas eram vendidas como sendo de origem paraguaia. Na época,

a erva-mate paraguaia era considerada de ótima qualidade, o que acabava valorizando o produto. Dessa maneira, além de não levantar suspeita, ainda rendia um retorno altamente lucrativo.

De acordo com Gregory (2002, p. 89), “a economia se baseava na exploração de produtos nativos por meio de empreendimentos econômicos baseados no latifúndio extrativista e nas relações de trabalho de ‘servidão’”. Após o esgotamento dos recursos em uma determinada área, a exploração continuava a avançar para as áreas de mata virgem. As terras exploradas por estrangeiros, posteriormente, passaram a ser vendidas para pequenos produtores e companhias colonizadoras, de modo que os estrangeiros, que eram a maioria até então, cederam lugar para os colonos vindos, a maior parte, do Sul do País.

### **2.1.2 Ciclo da Madeira**

O fim do ciclo da erva-mate significou, também, o fim da operação das obragens, entretanto, alguns mensus passaram a se estabelecer no território e se tornaram posseiros nas terras da região. A chegada das empresas colonizadoras representou um empecilho, que levaram a conflitos e disputas pelas terras. No entanto, muitos foram recrutados para servir de mão de obra na extração de madeira, abrindo a mata fechada e construindo as primeiras estradas que ligavam a região à capital do Estado.

Assim, tem-se início o segundo ciclo econômico: o da exploração da madeira. Nesse período as terras passaram a pertencer às empresas colonizadoras, latifundiárias ou, em muitos casos, sendo terras devolutas ou do Estado. Contudo, a comercialização para exportação, realizada via Rio Paraná, continuou e tinha como destino à Argentina, especificamente o porto de Buenos Aires, para depois ser comercializada em diversos países do mundo.

A exploração madeireira feita nesse período ocorria a até 100 km das margens do Rio Paraná, as toras eram empilhadas formando uma espécie de jangada que era levada pelo rio até as serrarias de Posadas (na Argentina) ou Encarnacion (no Paraguai). (Wachowicz, 1988, p. 231-232 apud Dias e Castelano, 2015, p. 11)

Gregory (2022) resume bem os processos que se seguiram na região nesse período, ao descrever a demanda por madeira para atender a construção civil no processo de urbanização do País e, também, para a reconstrução da

Europa após a Segunda Guerra Mundial. O Estado Novo, sob governo de Getúlio Vargas, implementou uma política de nacionalização, através de projetos como a industrialização. Assim, o processo de industrialização e a crescente comercialização da madeira suscitaram novos empreendimentos na região Oeste do Paraná, com a chegada das companhias colonizadoras que passaram a adquirir essas terras.

Nesse período, o governo criou o programa Marcha para o Oeste, que consistia na expansão da Fronteira Agrícola. Segundo Dias e Castelano (2015), antes da instalação das colônias de agricultores, as empresas colonizadoras, sobretudo as gaúchas, se dedicaram a exploração dos recursos florestais locais que restavam no território e só depois passaram a investir em projetos imobiliários de colonização, através do parcelamento e venda de pequenos lotes de terra. Com o fim do ciclo da madeira, muito em função do esgotamento desse recurso, é que começa de forma mais expressiva a ocupação do território.

Desse modo, durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, a ocupação dessa porção do território paranaense foi significativa. Primeiro, pela chegada de companhias colonizadoras gaúchas interessadas na exploração e venda da madeira, tanto para o mercado nacional quanto o internacional, e na sequência, pelo movimento migratório que resultou na ocupação definitiva pelos colonos.

Crestani et al. (2011) identificou as principais empresas colonizadoras que atuaram na região como: a Colonizadora Gaúcha Ltda., a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, a Colonizadora Matelândia Ltda., a Pinho e Terras (subdivididas em Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí), a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., e a Colonizadora Criciúma Ltda. Após a derrubada da mata, com o auxílio dos mensus, que já se encontravam na região, essas companhias loteavam as terras para venda e “cada propriedade, em geral, apresentava lotes de 20 a 30 hectares, embora alguns núcleos coloniais apresentassem lotes maiores, de 50 a 70 hectares” (Souza, 2007, p. 66), despertando o interesse de agricultores seduzidos com a possibilidade de adquirir terras a preços acessíveis.

### **2.1.3 Ciclo de Ocupação do Território**

De acordo com Dias e Castelano (2015), as políticas de Estado aliadas aos interesses de empresas colonizadoras (capital privado) foram determinantes

no processo de formação da região Oeste do Paraná. Um território que durante muito tempo não despertou interesse por parte do Império, mas sim de estrangeiros que exploravam a região e que, também, fora habitado até então por indígenas, posseiros e pequenos produtores, grupos apagados pela narrativa hegemônica do pioneirismo de migrantes vindos do Sul do País.

Registra-se até aqui que, durante um período relativamente curto, a região a qual demarca o território Oeste do Paraná foi sendo

marcada por diversos conflitos que, apesar de suas especificidades, têm em comum a busca de domínio do homem e da natureza em um espaço/tempo de (des)encontro entre diferentes visões de mundo e interesses associados” (Dias e Castelano, 2015, p.8).

De acordo com Santos (2019, p. 16)

A Marcha para o Oeste, ocorrida no Brasil, poder ser vista a partir da ótica de um processo migratório, porém não na perspectiva de um processo espontâneo. Ela objetivou atender aos interesses dos segmentos política e intelectualmente dominantes da época, ao tempo que se aproveitou de necessidades intrínsecas dos grupos sociais em busca de novos espaços para a constituição de novas territorialidades.

Schallenberger (2010), ao descrever sobre os processos de ocupação das fronteiras no Oeste paranaense, avalia que foram acompanhados tanto por interesses de ordem político-militar, como por interesses de ordem econômico-social. Portanto, o terceiro ciclo combinou, por um lado, a política de ocupação do território por razões de soberania nacional e, por outro lado, a resolução de outro problema de natureza social, trata-se do parcelamento da terra pelas famílias de agricultores, os colonos. Esses agricultores tinham como base a produção de subsistência e a comercialização de excedentes no mercado local.

O processo teve, em grande medida, sucesso também em razão das necessidades dos colonos imigrantes euro-brasileiros em conseguir terra para criar uma base de sustentação e de reprodução cultural sem embates com o latifúndio, principalmente com o pecuarista do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. (Santos, 2019, p. 17)

Entretanto, alguns autores apontam para o fato de que

(...) as terras de algumas regiões no Oeste foram ocupadas por nordestinos vindos de Minas Gerais, de São Paulo e do Norte do Paraná. Estes não se chamavam de colonos e sim de sitiantes, o modo de vida e os métodos de cultivo os diferenciavam, pois dedicavam-se ao plantio de outras culturas, como café, algodão, hortelã, mamona, além dos tradicionais cultivos como milho, feijão e arroz, e pequena criação de animais. (Silva; Bragagnollo e Maciel, 1988 apud Crestani *et al.*, 2011, p. 8)

Ocorre que esses atores sociais, conhecidos como posseiros, sitiantes e caboclos, não estão devidamente referenciados no histórico de ocupação da região Oeste do Paraná, cujo colono é o protagonista. Na realidade, esses sujeitos do campo são, muitas vezes, originários de famílias camponesas expulsas de seus locais de vida e trabalho por causa de conflitos agrários e, também, de paraguaios que se instalaram na região com o fim das obragens. Esses atores, que compõem o espaço rural, correspondem a uma figura pouco valorizada, que reflete a imagem do pequeno proprietário rural sem muita perspectiva ou ambição, que produz para subsistência e vivem quase que isolados, o que é bem característico do modo de vida camponês, um tema que propomos discutir mais adiante.

No que corresponde à perspectiva político-militar, podem ser incluídos basicamente os interesses por parte do Estado de garantir a segurança nacional nas faixas de fronteiras do país, através do estímulo a ocupação dessa parcela do território. Enquanto, no que concerne à questão socioeconômica, considera-se que o deslocamento dos trabalhadores rurais favorecia o amortecimento das tensões em torno da posse da terra, ao mesmo tempo, que ampliava as possibilidades de reprodução da família camponesa em outro lugar, tanto no caso de colonos vindos do Sul ou quanto de sitiantes vindo do Sudeste e do Norte Pioneiro. (Schallenberger, 2010).

Essas estratégias políticas para promover a colonização das novas fronteiras agrícolas, até então consideradas vazias do ponto de vista demográfico, influenciaram em muito o processo de desenvolvimento dos novos espaços agricultáveis. (Schallenberger, 2010, p. 206).

Assim, criou-se um estímulo que trazia a possibilidade de trabalho e renda para o excedente populacional de camponeses que vinham de outros estados do Sul do País em busca de terras para produzir. Bao (2017, p.148) aponta que “a propaganda da ‘empresa colonizadora’ era promovida por corretores, no ‘boca-a-boca’ e, em alguns casos, panfletada em comunidades de imigrantes europeus/europeias nas ‘colônias agrícolas’ do Sul”.

Além disso, a estratégia de ocupação do território do Oeste paranaense supria a necessidade de se ampliar a área de produção agrícola do país. Esses novos espaços tinham como característica fundiária a pequena propriedade, ou o minifúndio, o que garantia uma produção de gêneros alimentícios

diversificados e um adensamento populacional amplo. No entanto, a preferência das empresas colonizadoras em escolher vender essas terras aos colonos do Sul contrasta com a realidade diversificada dos sujeitos que vivem e trabalham no meio rural, e se revela impregnada por critérios celetistas, de cunho racista, que ignoram a existência dos que já habitavam a região, ou seja, os indígenas, os posseiros e sitiante vindos de outras localidades. Portanto,

É pertinente destacar que, no processo de colonização do Oeste do Paraná, o que se apresenta a “priori em algumas discussões e livros é a imagem de progresso e trabalho constituída na figura dos imigrantes “sulistas”, embora esse discurso parta mais de uma perspectiva de construção de imagem de uma colonização “sulista” associada caracteristicamente à civilização e progresso. Esse discurso está associado à criação de “estereótipos”, nem sempre “negativos”, relacionados à imagem do migrante “nortista”. (Dezordi, 2013, p. 60)

Nesse sentido, é possível identificar, através da literatura produzida sobre o território, que o projeto de uma colonização ordenada fez parte de um governo que tinha como base uma política econômica de desenvolvimento nacional na qual,

Getúlio Vargas, tinha a percepção de um modelo de desenvolvimento fundado na concepção de um capitalismo nacionalista. Assim, a nação poderia libertar-se das demais, através do desenvolvimento e do fortalecimento do seu próprio parque industrial e da sua agricultura, formando seus técnicos e regularizando as relações entre o capital e o trabalho. (Schallenberger, 2010, p. 208).

Dessa forma, conforme Crestani et al. (2011), no que concerne à ocupação do território no Oeste paranaense, esta teve início no período em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil e implementou uma nova dinâmica territorial, a Marcha para o Oeste. A Marcha para o Oeste, que como apontado anteriormente, consistia numa política de ocupação do território com a finalidade de preencher e nacionalizar as regiões de fronteira. Contudo, segundo Souza (2007), essa política de ocupação territorial atendia tanto a interesses estatais, de delimitar as fronteiras do país, bem como interesses privados (empresas colonizadoras), sendo orientada por uma geopolítica de expansão da fronteira agrícola, com o incentivo à migração de agricultores dos estados do Sul do país.

(...) tratava-se de pequenos proprietários rurais, com algum capital, atraídos pela possibilidade de construir um futuro mais promissor, ou, simplesmente, expulsos pelo processo acumulativo e

concentracionista em curso em seus locais de origem (Ipardes, 2008, p. 15).

Ocorre que muitos agricultores, que já habitavam a região Sul do país, eram obrigados a migrar com suas famílias para outras regiões e/ou estados diante da dificuldade de reprodução social que acompanhava o processo de divisão da propriedade rural por herança familiar. Essa divisão é caracterizada pela separação de um núcleo familiar e a formação de um novo, um processo que se repete gradativamente, criando, portanto, uma limitação para a permanência de todos os familiares numa mesma propriedade. Diante disso, há uma divisão dos bens e a migração.

No processo de ocupação da região oeste do Paraná,

A migração era realizada em grupos, geralmente formado por familiares, amigos e vizinhos, todos trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulado pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infraestrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência. (Souza, 2007, p. 65)

Desse modo,

Ajudar o vizinho nas derrubadas, na colheita, nas edificações da propriedade e, na soma, na construção do espaço público eram institutos que caracterizam o perfil social dos sujeitos sociais oriundos das levas de migrantes dos dois estados sulinos, que definiram o modelo hegemônico de assentamento da região (...). (Cremonese; Schallenberger, 2005, p. 55)

Por um lado, destacam-se as características culturais e espaciais similares como, por exemplo, o fato de serem descendentes dos primeiros imigrantes europeus que chegaram à região Sul do Brasil, sendo famílias com pouco capital e em busca de novas oportunidades de inserção econômica e social. Em contrapartida, num cenário mais amplo, em que o governo federal implementava uma política econômica voltada para a substituição de importações, esses mesmos agricultores tinham um papel relevante na produção de alimentos para abastecer os centros urbanos em expansão.

Este contexto refere-se ao que Getúlio Vargas chamava de “arrumar a casa”, ou seja, criar as bases de sustentação da economia, pautada numa agricultura diversificada e na estruturação da indústria, principalmente de gêneros alimentícios. (Schallenberger; Schneider, 2010, p. 207-208)

Pela primeira vez, o Estado brasileiro colocava em andamento um projeto de desenvolvimento econômico que tinha como foco a industrialização nacional, mas sem romper com os padrões conservadores e elitistas que excluíam determinados grupos sociais do processo de desenvolvimento do País. Nesse caso, o planejamento ordenado para ocupar as fronteiras tinha, na realidade, diferentes vieses, um deles era aumentar a fronteira agrícola, ao mesmo tempo em que os colonos estabeleciam as condições necessárias para sua reprodução social e contribuía para a dinamização do mercado interno em ascensão. Porém, ao priorizar o acesso à terra dos colonos outros grupos como, por exemplo, os posseiros e indígenas, que habitavam na região, foram expulsos de forma violenta, o que fez aumentar a desigualdade socioambiental.

Segundo Crestani et al. (2011), a estrutura socioeconômica construída nas primeiras décadas de ocupação pelos agricultores vindos do Sul está baseada numa produção de subsistência das famílias num primeiro momento e, depois, mediante a comercialização local e regional de excedentes. A suinocultura era a principal entrada de recursos e, por sua vez, o que deu o impulso necessário para o desenvolvimento econômico da região.

Outras culturas de valor comercial foram introduzidas logo no início, como o café. Entretanto, a cultura cafeeira não prosperou devido ao clima frio e as geadas que acometiam a região Oeste do Paraná no inverno. Mesmo assim, segundo Dezordi (2013), a oferta de mão de obra para trabalhar nas lavouras de café nesse período atraiu migrantes dos estados de Minas Gerais, São Paulo e do Norte do Paraná, que tinham experiência na cultura do café e muitos acabaram se estabelecendo na região. Anos depois, foi a vez da hortelã, cujo trabalho de manejo ficava por conta dos migrantes vindos de outras regiões do país, de modo que essa atividade prosperou por alguns anos (Crestani et al., 2011).

Essas foram as diretrizes que orientaram o processo de ocupação da região oeste. No entanto, as mudanças de governo populistas que decorreram posteriormente com o governo de Juscelino Kubitschek até o golpe militar de 1964, modificaram a política de atuação do Estado e trouxeram consequências para a região.

De um modo geral, o que distingue as políticas econômicas e de planejamento do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) e de

Juscelino Kubitschek (1956-61) é a transição de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente, ou associada aos mercados estrangeiros. (Schallenberger; Schneider, 2010, p. 210)

Assim, o espaço agrícola passou por uma nova fase, o da modernização da agricultura, com foco na especialização da produção, de modo que, durante o período da ditadura militar, a prioridade era fomentar a exportação de produtos primários incentivando o modelo agroexportador. A agricultura de subsistência praticada pelos colonos, caracterizada pelo sistema de policulturas, foi perdendo espaço nos anos seguintes graças às mudanças introduzidas no sistema agrícola brasileiro através da revolução verde.

A política agrícola foi efetivada por meio da oferta de crédito, do incentivo à compra de maquinários agrícolas e a garantia de preços mínimos, que privilegiou os agricultores mais capitalizados. Dessa forma, a revolução verde correspondeu a industrialização da agricultura, promoveu a mecanização dos sistemas produtivos locais, principalmente do trigo, do milho e da soja, fazendo aumentar a produção dessas culturas. Como consequência disso, os agricultores com melhor aporte de capital alcançaram maiores excedentes financeiros, houve uma valorização das terras na região e, como resultado, se tem o aumento da concentração de terras nas mãos de um menor número de proprietários rurais.

O quarto ciclo, portanto, coincide com a revolução verde, que teve forte apoio do capital estrangeiro e dos órgãos públicos e predomina até os dias atuais. A agricultura familiar camponesa, entretanto, vem ganhando destaque no cenário político, graças ao reconhecimento do seu papel na produção de alimentos diversificados que contribuem para a soberania e segurança alimentar e nutricional da população, em contraposição aos sistemas agrícolas voltados para a produção de commodities.

#### ***2.1.4 Ciclo de Modernização da Agricultura***

De acordo com Figueiredo (1992 apud Souza, 2007), a policultura praticada pelos agricultores cedeu espaço para o padrão agrário moderno, sobretudo, a monocultura da soja, de modo que um novo ciclo se iniciou na região Oeste do Paraná. Esse novo ciclo estava conectado às exigências do

capital, que tinha na modernização da agricultura seu principal mercado consumidor para os maquinários e produtos agrícolas produzidos no exterior.

Como consequência desse processo de modernização da agricultura, veio a crise do espaço colonial, ou seja, do modo de vida camponês, das tradições e forma de organização social.

Com a crise, a utopia do espaço colonial entrou em colapso e o colono se esforçou para encontrar alternativas de sobrevivência e de reprodução, enquanto colono-agricultor, como o cooperativismo e a agroindústria. (Souza, 2007, p. 67)

O intenso deslocamento de capital financeiro, aliado a novas tecnologias voltadas para os sistemas produtivos, foi responsável por afetar as relações sociais e culturais que permeavam a estrutura do espaço rural. Se no início do processo de ocupação da região oeste do Paraná os agricultores voltavam sua produção para os bens alimentícios, a partir de 1970, muitos deles, passaram a se especializar na produção de commodities, como a soja e o milho, e também, a produção de aves, suínos, leite e derivados em grande escala.

Conforme Schallenberger e Schneider (2010), a implantação de uma estrutura econômica que prioriza o mercado agroexportador fez com que as unidades produtivas desenvolvessem um caráter empresarial, levando, muitas vezes, a concentração das propriedades e, por consequência, o deslocamento populacional para novas fronteiras agrícolas ou ainda para os centros urbanos em busca de trabalho e renda. Entretanto,

Na região oeste do Paraná, apesar da concentração fundiária ser sentida, a onda da modernização forjou uma realidade diferenciada – a existência de uma agricultura predominantemente familiar, de pequenas e médias unidades de produção agrícola, que se adaptaram à dinâmica da modernização e absorveram as inovações tecnológicas derivadas do processo, sem que perdessem de todo o poder decisório do núcleo familiar. (Cremonese; Schallenberger, 2005, p. 53)

Através da criação de cooperativas e associações foi possível a uma parcela de agricultores o acesso ao crédito para incorporar máquinas e equipamentos. Isso contribuiu para que a região desenvolvesse uma agricultura com característica empresarial forte, voltada para o mercado externo.

Segundo Crestani et al. (2011), dadas as experiências de organização comunitária e cooperação vivenciadas pelos grupos de colonos vindos do Sul, surgiu, quase que rapidamente, a necessidade de criar cooperativas para suprir as demandas de produção, armazenagem, beneficiamento e transporte, pois

tratava-se de um sistema de organização conhecida pela maioria dos colonos. São exemplos desse processo a Cooperativa Lar, criada em 1964 na antiga cidade de Gleba dos Bispos (atualmente Missal); a Coopavel, criada em 1970 na cidade de Cascavel; e a Cooperativa Frimesa, criada em 1977, na cidade de Francisco Beltrão (na região Sudeste do Paraná), com filial na cidade de Medianeira.

As cooperativas passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos, sendo braços importantes para a integração do setor produtivo ao mercado. (Cremonese; Schallenberger, 2005, p. 55)

A economia da região Oeste do Paraná encontra-se ancorada pelas atividades da agroindústria alinhada a uma agricultura mecanizada desenvolvida em pequenas propriedades rurais e, também, por latifúndios. Esses sistemas, por sua vez, estão integrados a um circuito econômico mais amplo, o agronegócio, que corresponde tanto à escala nacional como internacional.

O resultado da modernização do campo na região é similar ao que aconteceu em outros lugares do País, com um novo fluxo migratório, do meio rural para o meio urbano. Segundo dados do Ipardes (2007), no que se refere à região oeste, entre 1970 e 2000, houve uma evasão de 408.387 habitantes rurais. Nesse mesmo tempo, os agricultores que permaneceram no campo passaram a se modernizar e se especializar cada vez mais para atender o mercado internacional por meio da produção intensiva.

Ainda, na segunda metade do século XX, outro fenômeno surge, a região foi contemplada com grandes projetos de infraestrutura que acabaram contribuindo para as transformações em curso. Nesse sentido, os projetos de infraestrutura, aliados à modernização agrícola, foram responsáveis por introduzir novos componentes econômicos, sociais e culturais ao território. Entre os grandes projetos, destacam-se a construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai (1965); o asfaltamento da BR 277, ligando Foz do Iguaçu à Paranaguá (1969); e a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu (no início dos anos 1970).

De acordo com Crestani et al., (2011, p. 9),

Quando havia a necessidade de ocupar as fronteiras e proteger o Oeste de invasões de estrangeiros, buscaram-se aqueles que estavam dispostos a enfrentar os desafios da colonização, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros e paranaenses da região Norte, e ampliar a produção de alimentos para faltar milhares de brasileiros nas cidades. Quando, mais tarde, o mesmo governo percebeu a necessidade de geração de energia, expulsou os mesmos agricultores que havia incentivado à ocupação da região.

No passado, o colono foi herói, foi guardião das fronteiras, fez parte do desenvolvimento desta nação e produziu o que é indispensável à vida, ou seja, o alimento. Depois, em apenas algumas décadas, o colono que produzia o alimento não pode mais produzir.

Projetos com viés desenvolvimentista, como os que foram implementados na região Oeste do Paraná, são responsáveis por modificar e reestruturar as relações sociais presentes no território em um curto espaço de tempo. A construção da Hidrelétrica de Itaipu atraiu um grande contingente de mão de obra e serviços para a cidade de Foz do Iguaçu. Em virtude disso, verificamos que a população total do Oeste paranaense, que passava de pouco mais de 16.000 até os anos de 1950, subiu para mais de 760.000 habitantes no ano de 1970, um crescimento não verificado em nenhum outro espaço paranaense (IPARDES, 2008).

Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, parte das terras agricultáveis na região foi inundada, acentuando problemáticas sociais de desapropriação e migração de trabalhadores rurais e urbanos. De acordo com Ribeiro (2002 apud Souza, 2007, p: 70), “o programa de desapropriação foi executado no período compreendido entre 1978 a setembro de 1982, e afetou uma população estimada em 40 mil pessoas, somente do lado brasileiro”.

Parte do território de oito municípios - Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon - foi tomada pelo reservatório de Itaipu e muitas famílias tiveram que abandonar suas terras. Como forma de ressarcir os danos ocasionados com a construção da hidrelétrica, os proprietários de terras da região foram indenizados:

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu acarretou uma série de impactos de ordem ambiental e social na mesorregião, principalmente nos municípios limítrofes (municípios que margeiam os reservatórios), pois além das modificações feitas diretamente no canal fluvial como as barragens, extração de materiais, canalizações, além das

modificações desenvolvidas na área de bacia de drenagem como os desmatamentos, houve ainda os impactos causados pela perda de bens de valor cultural e afetivo. (Souza, 2007, p. 70-71)

Portanto, em 1982, a região oeste do Paraná teve sua economia agropecuária afetada pela formação do reservatório do Lago de Itaipu no Rio Paraná, ocorrência que desapropriou e desalojou milhares de famílias agricultoras. Na construção da Hidrelétrica de Itaipu foram inundadas terras férteis e produtivas, de modo que milhares de agricultores familiares perderam seu espaço de vida e trabalho.

Por fim, no que corresponde ao histórico de desenvolvimento rural da região, de acordo com Cremonese e Schallenberger, 2005, p. 61,

A produção social do espaço agrícola do oeste do Paraná é a expressão da relação do homem com o seu meio, materializada através das práticas culturais trazidas pelos movimentos migratórios e recriadas a partir das ondas modernizantes, dos pacotes tecnológicos, dos apelos do mercado e do constante processo de universalização da cultura.

Na realidade, as políticas públicas de modernização agrícola promoveram, na opinião de alguns críticos, uma “modernização conservadora”, com a subordinação dos agricultores ao capital financeiro e a transformação do espaço rural, o modo de vida camponês e as relações do homem com a natureza, no que hoje denominamos de crise socioambiental. Ao acender o alerta sobre os impactos da agricultura intensiva na região, são observados nos últimos trinta anos, uma tentativa de resgatar e fortalecer sistemas de produção agroecológicos. Temos, desse modo, o quinto ciclo, em que a agroecologia se torna uma pauta importante das políticas e processos de desenvolvimento rural.

### **2.1.5 Ciclo da AgroEcologização**

Por último, um quinto ciclo é observado entre os anos de 1990 e 2000 até os dias atuais, a partir das preocupações quanto aos impactos da agricultura intensiva para a região, que resultou na formação de uma rede regional responsável pela disseminação de práticas mais equilibradas para o meio ambiente, associada com a organização social dos agricultores familiares locais. É nessa fase que conseguimos caracterizar mais especificamente a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná, tema que orienta essa pesquisa.

A agroecologia é um modelo de produção baseado na experiência acumulada pela agricultura camponesa e na busca por novas estratégias de manejo com base na ecologia, aliada à necessidade de combater as desigualdades sociais no campo, aprofundadas com a revolução verde. Soma-se a isso, um contexto de maior consciência ambiental por parte dos consumidores, que buscam ter acesso a alimentos de qualidade, livres de agrotóxicos e produzidos localmente. Esses fatores contribuem para o fortalecimento do movimento agroecológico num determinado território.

Por um lado, o setor de commodities se expandiu junto ao cooperativismo empresarial entre os agricultores mais modernizados. Em compensação, há os agricultores familiares que enfrentam dificuldades de produção e comercialização dos seus produtos. Nesse sentido, a emergência e estruturação de processos que promovem a territorialização da agroecologia no Oeste paranaense têm sido pautadas por diferentes atores e instituições com interesses diversos na questão socioambiental. Os primeiros processos ligados à agroecologia vão desde a expansão de políticas públicas voltadas para agricultura familiar, como a ampliação de assistência técnica, com foco na transição dos sistemas produtivos para produção de orgânicos, até a atuação de organizações de cunho religioso voltada à organização social dos produtores.

Desse modo, as experiências concretas no desenvolvimento de sistemas produtivos de base ecológica, ou ainda, de iniciativas voltadas para o fortalecimento de sistemas produtivos defensora da agroecologia, surgiram com os impactos da revolução verde no Brasil (Gonçalves, 2011). A consolidação da agricultura industrial, enquanto modelo produtivo dominante, levou os movimentos sociais e organizações ligadas ao campo a discutirem as possibilidades de consolidação de outros modelos de agricultura identificados, a princípio, como agricultura alternativa.

Assim, os anos de 1990 foram marcados pela atuação de associações e ONGs, com o auxílio da extensão rural pública na busca de meios de produção menos nocivos ao meio ambiente e mais independentes dos complexos agroindustriais (Mertz, 2007 *apud* Gonçalves, 2011). Por exemplo, em 1991, com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER/PR) e de recursos providos de igrejas alemãs, foi criado o Centro de Estudos e Apoio ao Homem do Campo (CEA-CAMPO). Já em 1992, oito grupos

de agricultores familiares apoiados pelo CEA-CAMPO fundaram a Associação Central dos Mini e Pequenos Produtores Ecológicos (Acempre), que existe até hoje. No ano seguinte, em 1993, a Acempre inaugurou sua primeira loja para venda de produtos da agricultura familiar no município de Marechal Cândido Rondon.

De acordo com Toledo e Mertz (2006), visando alcançar a autonomia dos agricultores frente aos fornecedores e vendedores de insumos químicos, em 1998, durante uma Assembleia Geral da Acempre, seus associados redefiniram o foco dos seus sistemas produtivos para a produção de alimentos orgânicos. Tudo isso foi possível através do resgate de valores comunitários e da inclusão e organização social desses agricultores, orientados por meio do fortalecimento de circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos orgânicos.

Diante desse contexto, ressalta-se que a organização social dos agricultores familiares é uma ferramenta bastante utilizada para a construção e o fortalecimento de ações coletivas nos territórios, seja no enfrentamento de problemáticas comuns ou no desenho de alternativas que favoreçam a produção e comercialização dos seus produtos. Para Altieri (2009), o acompanhamento de ONGs que trabalham desde uma metodologia dialógica junto às comunidades tem favorecido o surgimento de experiências locais exitosas.

Picinatto (2009), por sua vez, considera que o surgimento de projetos em favor da agricultura orgânica e agroecológica na região oeste do Paraná ficou mais evidente a partir dos anos 2000, com o apoio oferecido pela Itaipu Binacional para a estruturação de uma rede de assistência técnica em agricultura orgânica. Segundo Pavlak et al. (2016),

Entre os anos de 2001 e 2002, o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), realizaram um estudo da agricultura orgânica na região, este constatou ações de diversas instituições de organização e apoio de atividades ligadas à agricultura orgânica, e verificou-se que a falta de assistência técnica se apresentava como o maior entrave para este setor. Com isso, a Itaipu Binacional passa a incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica nos municípios Lindeiros e elabora-se um projeto regional que apoia à produção de alimentos orgânicos fundamentado no fornecimento de ATER. (Pavlak et al., 2016, p. 33-34)

A empresa Itaipu Binacional exerce influência, tanto de ordem política quanto econômica, no território. Ao estudar o panorama agroecológico da região Oeste do Paraná, Gonçalves (2011) constatou que as experiências em modelos

de agricultura de base ecológica se destacam na área territorial que compreende a Bacia do Paraná III. Trata-se de uma área de interesse estratégico, por abrigar os principais cursos de água que se conectam ao reservatório da Hidrelétrica, de modo que congrega as principais instituições que desenvolvem trabalhos voltados para o desenvolvimento da agroecologia, desde assistência técnica especializada aos agricultores familiares locais até a construção de redes de trabalho com foco na agroecologia.

Desde que a Usina Hidrelétrica de Itaipu começou a operar em 1985 e a empresa Itaipu Binacional passou a cuidar da gestão da usina, diversas ações são realizadas na região Oeste do Paraná pela empresa, a exemplo dos *royalties* pagos aos municípios limítrofes pelo uso e exploração de parte do seu território. Em 2003, entretanto, após mudanças na gestão da empresa, que pela primeira vez deixou de ser presidida por militares, foi implementado o Programa Cultivando Água Boa (CAB), com o intuito de formar uma rede de proteção dos recursos naturais na área que compreende a Bacia do Paraná III.

Conforme Corbari (2020), as experiências relacionadas a transição do sistema agroalimentar encontram-se vinculadas ao contexto de implantação do CAB, um programa socioambiental responsável por fomentar a ATER especializada em agroecologia, bem como, políticas públicas de segurança alimentar através do incentivo a comercialização dos alimentos da agricultura familiar via compras públicas. Além dessas, o CAB incorpora ações de recuperação de nascentes e plantio de mata ciliar, proteção da biodiversidade regional e educação ambiental com base na ética do cuidado e do bem comum. Assim, ao mirar no desenvolvimento sustentável, o CAB logrou articular ações para a conscientização quanto ao uso dos agrotóxicos, a disseminação de tecnologias para diversificação da produção e a estruturação política-organizacional dos agricultores familiares agroecológicos no território.

Porém, em 2017, como decorrência da crise política e econômica instaurada no país, a empresa passou por uma nova mudança institucional e as ações do CAB sofreram alterações, e o que restou passou a compor o Programa Itaipu Sustentável. Observa-se que entre os programas implementados pela Itaipu, o carro de chefe de iniciativas pensadas para o espaço rural é o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), que mobiliza diferentes agentes

locais que incentivam a produção orgânica e agroecológica entre os agricultores familiares da região, tema que será abordado com detalhes mais adiante.

## **2.2 NAS FRONTEIRAS DO VELHO OESTE: RURALIDADES EM DISPUTA**

Historicamente, o Brasil foi construído segundo a lógica da grande propriedade, que surge na figura dos senhores do engenho ou, como ocorreu na Região Oeste do Paraná, dos obrageros dedicados a exploração de erva-mate. Já a pequena propriedade agrícola, ela sempre existiu nas margens do latifúndio, voltada para uma produção de subsistência, em que o camponês é o protagonista, que desponta como um sujeito oculto dentro do sistema dominante. Apesar da grande propriedade agrícola receber todo mérito na formação socioeconômica do País, no que corresponde à história da ocupação do Oeste paranaense, percebe-se elementos de ordem política, econômica, social e cultural que levaram à formação de pequenas propriedades agrícolas.

Com respeito a política e a economia, o Brasil vivia um período desenvolvimentista e, como indicado em tópicos anteriores, a própria política de expansão agrícola do governo Vargas, com o projeto Marcha para o Oeste, apostou na criação de pequenas unidades agrícolas familiares para prover os alimentos, a fim de abastecer os centros urbanos onde se concentravam as indústrias. Ou seja, durante a ocupação do território Oeste do Paraná, a gênese da pequena propriedade agrícola cumpria um papel relevante enquanto produtor de alimentos, para garantir a soberania e segurança alimentar dos trabalhadores.

No que se refere ao social e cultural, as companhias colonizadoras priorizaram a vinda de famílias de colonos do Sul. Essas famílias, geralmente numerosas, conforme os filhos cresciam, precisavam lidar com o parcelamento da terra, o que acabava inviabilizando a continuidade de trabalho numa propriedade cada vez menor. Entretanto, é preciso considerar que o camponês é o sujeito central da pequena propriedade agrícola, portanto, esse é um tema relevante em diversos estudos sobre a categoria do campesinato no Brasil e no mundo.

No Brasil, em especial, considera-se que o campesinato compreende diferentes grupos que apresentam vivências particulares. Assim, o camponês pode ser reconhecido como meeiro, sitiante, caipira, quilombola, caiçara,

indígena, arrendatário, caboclo, sertanejo, faxinalense, extrativista, pescador, colono ou agricultor familiar, entre outros atores sociais presentes no mundo rural. Mas, apesar do campesinato ser tão diverso, alguns grupos foram esquecidos ou renegados à história de construção do país.

Desse modo, a reprodução social e as estratégias de resistência são parte de suas trajetórias. Para Alexander Chayanov, é a economia do camponês que permite a sua reprodução social, pois a economia camponesa se estabelece através do equilíbrio entre trabalho e produção, ou ainda, produção e consumo, de modo que a família produz uma quantidade de alimentos suficiente para sobreviver. Ou seja, seu trabalho se difere da produção que busca excedentes, tal qual prevê a racionalidade de acumulação capitalista. Além da lógica de produção para subsistência, os camponeses apresentam formas culturais específicas de ocupação do espaço, de sociabilidade e vivências.

Antônio Cândido (2001), por exemplo, identifica no caipira uma forma cultural relacionada à alimentação, à religião e ao lazer, que surgiu na junção entre bandeirantes e indígenas e que vão se estabelecer no campo brasileiro, sobretudo, no estado de São Paulo e na Região Norte do Paraná. Segundo o autor, a ocupação do território pelo caipira inicia com a queima da capoeira para o estabelecimento do seu assentamento. Posteriormente, verifica-se a conformação de relações de convivência, que se dão através de escolas e igrejas na comunidade e em que a reprodução familiar ocorre através do sistema produtivo de alimentos para subsistência. Os caipiras também se relacionavam com outros grupos e comunidades por meio das trocas de produtos alimentícios produzidos.

Maria Isaura Queiroz (2009), por sua vez, ao analisar a ocupação do território pelo sitiante, considera que este se instala em uma determinada comunidade onde há relações de proximidade, apoio mútuo e produção de subsistência. No que diz respeito à posse da terra, ele pode ser tanto um posseiro, um agregado ou proprietário. Ainda, o seu estilo de vida apresenta especificidades no modo de vestir, falar e conviver.

Na literatura mais recente, encontramos Schneider (2006) que, ao estudar os colonos no Rio Grande do Sul, fala de uma espécie de “metamorfose da agricultura familiar”, o que significa que esses sujeitos se ajustam ao contexto econômico e social local. O autor cita a diversidade de sistemas produtivos dos

colonos ao longo do tempo, desde o período de seu estabelecimento no território até a atualidade. Para ele, são as estratégias de reprodução social, bem como o balanço entre o trabalho na propriedade e fora dela, que tem permitido aos jovens continuarem a viver na propriedade.

Com esses exemplos, é possível observar que, no campesinato, há uma relação de subjetividade entre a família, os sistemas produtivos, o ambiente e a comunidade. Também, que há um certo equilíbrio entre ajuste ecológico, social e ambiental a partir do seu entorno. Enquanto luta política, o campesinato se constitui como caminho contra hegemônico às várias formas de dominação, com respeito a diversidade étnica, cultural, social, econômica e ambiental.

Em momentos de crise, o camponês se reinventa por meio da diversificação da sua produção ou ainda, como aconteceu na ocupação da região Oeste do Paraná, onde famílias migraram em busca de terra para reproduzir seus sistemas de vida e trabalho. No entanto, o que não fica explícito nesse contexto é que, paralelamente a ocupação do território pelos migrantes europeus, dava-se continuidade ao projeto de eugenia implementado pelo Estado brasileiro, que priorizou um grupo social específico, o colono, enquanto outros atores sociais que participaram na construção do espaço rural permanecem na invisibilidade.

Nos estudos sobre a ocupação e formação do espaço rural da região Oeste do Paraná, é possível identificar que há uma série de ocultamentos sobre as comunidades tradicionais e sua relação com o território. Esse apagamento deve-se a diferentes formas de dominação e colonização do saber, que exercem forte coerção na sociedade capitalista. Portanto, o intuito aqui é resgatar algumas dessas trajetórias que evidenciem os diferentes sujeitos do campesinato, e a diferenciação feita entre eles no acesso à terra por meio dos estudos produzidos sobre os conflitos agrários e a formação do mercado de terras.

Assim, diante da conjuntura mundial de crise econômica agravada pela Segunda Guerra Mundial, o sistema de obragens entrou em decadência, enquanto que a economia nacional se voltava para atender as demandas do mercado interno ao mesmo tempo que buscava fortalecer a ideia de uma identidade nacional. A maneira encontrada pelo Estado brasileiro para responder a problemáticas internas desse período foi seguir a receita da época e “se modernizar”. O progresso deveria ser alcançado através da industrialização,

mas, também, era necessário investir na expansão da fronteira agrícola sobre terras devolutas.

Assim, a fim de garantir a soberania de suas fronteiras e expulsar os estrangeiros do seu território, o Estado incentivou a grilagem de terras na região Oeste do Paraná, por meio das companhias de colonização responsáveis por gerenciar o mercado de terras, resultando em várias formas de dominação. Nesse período, tem início a luta pela terra entre posseiros, indígenas e as empresas colonizadoras. Ressalta-se que existem várias formas de dominação, sendo elas: de cultura, de raça, de gênero, de ideologia, de política e econômica.

De acordo com Crestani (2012), muitas pesquisas que abordam a região discorrem sobre o processo de colonização, mas sem mencionar as violências contidas no processo de dominação, decorrentes da formação do mercado de terras, o que resulta num vazio na escrita sobre os conflitos agrários no Oeste do Paraná. É, no mínimo, curioso que as bibliografias que tratam desse assunto reforcem a ideia do colono pioneiro, enquanto os outros atores sociais, como, por exemplo, os negros e os indígenas, são esquecidos. É como se o mensu, identificado como trabalhador paraguaio das obragens, tivesse abandonado essas terras tal qual as empresas que o exploravam e, nem por um momento, tivessem vislumbrado uma oportunidade de permanecer nelas.

Na realidade, a ocupação tardia, operada na última fronteira agrícola do Paraná, é cheia de contradições que fazem parte de discursos hegemônicos introduzidos pelas elites nacionais em conluio com os representantes do governo. Nesse sentido, vemos a tentativa de forjar uma identidade nacional que exclui o papel dos povos indígenas, negros e camponeses na formação do território nacional, sendo reproduzida na ocupação da região Oeste do Paraná. Não obstante, a eugenia ganhou força graças à ideologia do progresso e, a partir disso, construiu-se uma narrativa sobre a ocupação hegemônica realizada por “colonos pioneiros” e que ignora os conflitos ocasionados pela posse da terra.

A Indústria da posse da terra no Oeste do Paraná é seguida de conflitos e confrontos, em muitos casos “invasões” criminosamente engendradas, exprimindo a luta desorganizada do campesinato oprimido da fronteira. Logo, a maioria dos conflitos na fronteira ocorre entre pequenos posseiros contra grandes proprietários (companhias colonizadoras). (Crestani, 2012, p. 128)

A nova fronteira agrícola, inserida na política desenvolvimentista nacional, agregou valor a essas terras, que não tinham recebido tanta importância em governos anteriores. As companhias colonizadoras promoveram a especulação necessária para atrair os grupos de colonos, vendendo os lotes a preços baixos, o que gerou disputas pela posse e titulação das terras entre os camponeses. Enquanto os colonos foram chegando e se instalando em seus lotes e passaram a reproduzir a agricultura praticada em seu local de origem, os posseiros e sitiantes lutavam para permanecer em suas terras.

Os colonos e posseiros apresentavam suas reivindicações e em muitos casos até promoviam levantes contra os especuladores. Contudo, logo aparecia a decepção e acabavam descobrindo que a lei e a burocracia estavam a favor dos especuladores. A terra que antes era só o seu meio de sobrevivência foi transformada em objeto de competição, de luta, certamente uma disputa desigual. A posse da terra passou a ser marcada pela violência. (Crestani, 2012, p. 156)

Nesse caso, o autor evidencia uma disputa de interesses envolvendo o Estado do Paraná e a União acerca das terras devolutas, fazendo com que houvesse casos de emissão de títulos duplicados, situação essa que colocava em risco a garantia do direito legal da propriedade. O camponês, que fez todo trabalho de limpar o solo e iniciar o plantio, enfrentava sérias dificuldades em regularizar as suas terras. As violências sofridas por essa categoria eram múltiplas, desde as ameaças de jagunços, contratados pelas colonizadoras para expulsá-los, até a corrupção administrativa dos órgãos públicos responsáveis por emitir as escrituras, que passavam os camponeses para trás quando tentavam regularizar a posse da terra.

Nesse jogo de poder, os camponeses eram confrontados pelos grileiros (companhias colonizadoras) e políticos influentes numa competição desleal de luta pela terra. Assim, campesinato e luta pela terra são praticamente sinônimos. O reconhecimento sobre a importância da pequena propriedade para produzir alimentos fez com que esse sistema, que viveu no limiar da grande propriedade durante tanto tempo, fosse valorizado e incentivado durante a ocupação das terras do Oeste. No entanto, as disputas e conflitos se perpetuaram através da diferenciação social dos sujeitos “dignos” de adquirir uma fração das terras devolutas transformadas em pequenas propriedades agrícolas e os sujeitos excluídos.

Pode-se dizer que a ocupação da região Oeste do Paraná deu seguimento ao projeto empreendido no Brasil desde a conquista, mesmo quando adotou o modelo de colonização baseado na pequena propriedade. O Estado brasileiro, ao absorver os ideais do progresso em curso, estruturou uma política desenvolvimentista que tinha como pilar a industrialização do País e, para isso, a colonização implementada com a Marcha para o Oeste tinha um importante papel na produção de alimentos, além de aumentar a fronteira agrícola. Porém, a “valorização” da pequena propriedade não contemplou todos os atores sociais do campo brasileiro, mas deu seguimento ao processo de eugenia promovida nos tempos de governo Imperial.

A pequena propriedade agrícola historicamente marginalizada no país, e que sempre se recriava as bordas do latifúndio, modificou-se a partir do final do séc. XIX, quando o Brasil atravessou uma crise interna de abastecimento alimentar. O governo imperial da época em meio ao preconceito com a etnia africana e indígena, resolveu investir em núcleos coloniais de imigrantes europeus que passam a se instalar nos Estados do Sul (leste do Paraná, leste de Santa de Catarina e Rio Grande do Sul) e no Sudeste (São Paulo e Espírito Santo). (Bem; de Lima, 2013, p.7)

A vinda de famílias de camponeses europeus cumpria dois objetivos, o primeiro era servir de mão de obra para o grande latifúndio em substituição aos escravizados, e o segundo, uma política racial de promover o branqueamento da população. Com a abolição da escravatura no Brasil em 1888, os grandes latifundiários foram obrigados a substituírem o trabalho na lavoura pelos camponeses vindos da Europa. Até então, todo trabalho de preparar o solo, cultivar e colher era realizado por negros escravizados que foram sequestrados e trazidos a força da África.

Após o fim de séculos de exploração, o Brasil tinha uma população formada, na maior parte, por negros e indígenas, os quais não tiveram assistência alguma por parte do Estado com o fim da escravatura. Nesse período, a partir de interesses raciais, o governo passou a incentivar, através de uma política de subsídios, a imigração de camponeses europeus para trabalharem nas lavouras e reproduzirem seus sistemas no Brasil. De acordo com Dezordi (2013, p. 48), “o sentimento de diferenciação étnico-racial tem forte influência das políticas de eugenia racial na tentativa de construção de uma identidade nacional brasileira. ”

O favorecimento na criação de colônias de imigrantes europeus no Sul do Brasil, entre o fim do século XIX e início do século XX, possibilitou a instalação de sistemas de policultivos operados por esse grupo de camponeses. Conforme Dezordi (2013, p.50), “esses colonos tinham no modelo de trabalho familiar a sua forma de reconhecimento enquanto grupo social, perante o Estado e a sociedade no geral”. Tempos depois, esse modelo foi reproduzido na região Oeste do Paraná durante a Marcha para o Oeste e integrado à economia nacional. Assim,

A gênese da pequena propriedade no Oeste do Paraná se localiza nessa contextualização histórica: política de nacionalização das terras nos anos de 1930; crise econômica no Rio Grande do Sul em 1950-60; colonização privada com base na pequena propriedade agrícola familiar européia, e como nicho de produção dedicado ao abastecimento alimentar da população urbana. (Bem; de Lima, 2013. p.11)

Sendo assim, a valorização desse grupo (colonos) ocorreu em função do estigma em relação aos demais sujeitos do campesinato. Os posseiros, sitiantes e indígenas e, também, os nortistas e nordestinos - que participaram em diferentes momentos dos ciclos econômicos que se sucederam na região Oeste do Paraná, muitas vezes, responsáveis pelo trabalho mais pesado de preparação do solo para a agricultura e que não são devidamente referenciados, a não ser nos casos envolvendo conflitos e disputas pela posse da terra conforme os documentos consultados demonstram. Já os colonos são agraciados enquanto pioneiros do progresso e responsáveis por trazer desenvolvimento à região.

Entretanto, essa diferenciação do campesinato, que já era latente no processo de venda dos lotes pelas companhias colonizadoras e da titulação pelos órgãos públicos, tornou-se ainda mais explícita nos anos de 1960 em diante, com a modernização da agricultura. Apesar do plano orquestrado para industrializar o país, a produção de matéria-prima continuou a ser a principal fonte produtora de riqueza da balança comercial, bem como a porta de entrada do Brasil no mercado internacional. Para tanto, era necessário adaptar a produção agrícola às demandas do mercado global, por meio da aquisição de novas tecnologias. Assim, industrialização/urbanização e modernização agrícola tornaram-se os carros-chefe das políticas públicas implementadas nos governos populistas, sendo intensificadas durante o Regime Militar, por meio da oferta de

crédito rural para compra de insumos e maquinários agrícolas e do incentivo dos órgãos públicos à inovação tecnológica (Cremonese; Schallenberger, 2000).

Segundo Schallenberger e Schneider (2010), o aumento de capital privado na agricultura está atrelado aos interesses dos grupos controladores do mercado mundial de insumos e grãos. Através de grandes empréstimos concedidos pelos países do Norte Global, foi possível uma injeção de capital financeiro destinado a compra de novas e modernas tecnologias produzidas por países desenvolvidos e absorvidas pelos setores produtivos dos países do Sul. Essa mudança foi acompanhada por uma desconstrução dos sistemas produtivos locais, do modo de vida e trabalho que é próprio do campesinato.

As pequenas propriedades, responsáveis por atender o mercado consumidor interno, entraram em crise, o que levou ao êxodo rural e a busca por novos e maiores espaços produtivos.

Crestani et al. (2011), destacam que, a partir da revolução verde, a estrutura criada pela colonização no Oeste do Paraná foi desmantelada pelas mudanças introduzidas na mecanização dos sistemas produtivos, o que desencadeou um novo processo emigratório dos colonos do Sul para o Norte do País, a fim de explorar novas fronteiras agrícolas. Também, Schallenberger e Schneider (2010, p. 213), ao analisar esse período, observam que “a política agrícola de estímulo à pequena propriedade, estruturada para o abastecimento do mercado interno deu lugar à empresa rural, associada aos interesses do mercado agro-exportador e de commodities”.

Para tanto, ressalta-se que essa reestruturação da agricultura é diferente do que ocorreu em outros momentos de revolução agrícola, quando novas ferramentas foram descobertas e incorporadas à dinâmica dos sistemas agrícolas locais. A revolução verde encontra-se associada a uma modernização conservadora, pelos motivos de ser pautada na especialização da produção agrícola (monocultura); por estar voltada ao mercado externo em que os beneficiários são os latifundiários e as grandes empresas aumentando a concentração de terra em áreas rurais; e enfim, por manter a estrutura agrária.

Para Santos (2014), um dos objetivos do projeto de modernização da agricultura, de certa forma, era forjar novos padrões de comportamento e trabalho, sinônimos de civilidade e desenvolvimento, negando os saberes históricos do campesinato. As pequenas propriedades rurais, por sua vez,

dirigidas por camponeses com pouco capital, tiveram que se adaptar e, os que resistiram, passaram a se organizar em redes de trabalho que, mais tarde, se tornaram a gênese da agroecologia no território, um tema que vamos tratar com mais detalhes mais adiante.

Contudo, no Oeste paranaense, há um diferencial no trabalho realizado pelo cooperativismo, que desencadeou um papel importante de articulação entre os setores produtivos e o mercado, fomentando a modernização agrícola, e entre os pequenos e médios produtores (Cremonese; Schallenberger, 2000). Ben e Schlosser (2012) apontam para o fato de que as ações imbricadas entre o governo, as empresas colonizadoras e a religião cristã contribuíram para esse cenário, ao alinhar entre os camponeses o trabalho com os princípios do cooperativismo como, por exemplo, a união.

A Igreja Católica, através do Estado, se territorializou, ou seja, apropriou-se da fração do espaço transformado pelo trabalho direcionado para o cooperativismo. Surgem então as cooperativas, para preparar o campo a favor da indústria e, ao mesmo tempo, para receber produtos industrializados, tais como agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas. Esse processo se consolidou pelo resultado, de um lado, da ação do Estado, a partir das políticas agrícolas e agrárias adotadas, e, de outro, pela atuação das cooperativas e das empresas multinacionais fornecedoras de insumos agrícolas. (Ben; Schlosser, 2012, p. 164)

Desse modo, o cooperativismo na região Oeste passou por diferentes mudanças, até se converter em um cooperativismo empresarial ou agroindustrial. Os camponeses foram integrados ao mercado por influência do discurso ancorado no social-catolicismo e no cooperativismo e, assim, se tornaram consumidores de tecnologias trazidas com a revolução verde. Depois, na medida que a agricultura fica totalmente subordinada à indústria, surge uma nova modalidade, o cooperativismo empresarial, e a partir daí a agroindústria tem suas atividades direcionadas para atender as demandas do mercado externo. Entre as mudanças encontram-se a produção de commodities e a criação de animais em confinamento, bem como o seu beneficiamento pela agroindústria (Ben; Schlosser, 2012).

A agroindustrialização passou a implementar lavouras especializadas, provocando o desaparecimento das propriedades de subsistência, substituindo a estrutura que existia nas propriedades, incluindo casas, terreiros, tulhas, pomares, galinheiros. Foi se reestruturando um novo modo de produzir e de se organizar socialmente. (Ben; Schlosser, 2012, p. 168).

Com isto, podemos analisar que, na região Oeste do Paraná, o cooperativismo serviu para incentivar a modernização agrícola entre os pequenos e médios produtores rurais. No entanto, esse processo ocorre por meio da exploração dos camponeses que modificam a estrutura da pequena propriedade para atender aos interesses do capital inserido no campo. Sem se dar conta, aos poucos, esses camponeses foram perdendo a autonomia e se tornaram dependentes de insumos químicos ofertados pelo mercado. Mas não é só isso, o avanço da exploração da natureza pela expansão da monocultura tem outros desdobramentos que correspondem à crise socioambiental atual. Em outras palavras, o camponês perde sua autossuficiência e a natureza perde seu equilíbrio e, no fim, todos nós perdemos.

Outra característica da modernização agrícola na região Oeste do Paraná é apresentada por Santos (2014), sobre as estratégias de introdução das tecnologias modernas entre os agricultores. A autora destaca o papel dos veículos de comunicação na divulgação das tecnologias de revolução verde, em que trataram sempre de apontar os benefícios desse processo como, por exemplo, o uso de agrotóxicos para aumentar o rendimento da produção.

A partir de pesquisas feitas em jornais da região Oeste do Paraná sobre o processo de modernização da agricultura nas décadas de 60 a 90, um dado que tem chamado atenção é o de que parte considerável dessas reportagens buscam destacar a positividade da modernização, sendo que as consequências negativas do processo não são associadas a ela. As notícias que tratam de assuntos relativos ao êxodo rural, aos conflitos no campo e aos problemas de saúde causados pelo uso de agrotóxicos buscam não associar essas situações com o processo de modernização. (Santos, 2014, p. 111).

A adoção de tecnologias modernas, como maquinários e insumos químicos, contou com a ajuda de diferentes instituições para a sua disseminação. Diante do que foi exposto até aqui, é possível perceber claramente que não apenas o Estado e a Igreja, mas também a Mídia, foram decisivos para a transformação do espaço rural. Os meios de comunicação operam como um importante veículo de circulação da informação na sociedade e no período de modernização da agricultura, atuaram num sentido “educativo”, mostrando os melhores métodos de controle de pragas, acompanhado do melhor pesticida que o mercado poderia oferecer. Ou ainda, tratava de associar o sucesso da produção agrícola aos novos e modernos equipamentos,

diferenciando-os das tradicionais ferramentas utilizadas pelo campesinato como, por exemplo, o arado, a enxada e a semeadeira manual. (Santos, 2014).

Ou seja, os meios de comunicação operam ideologicamente em favor da modernização como sinônimo de progresso e mudança tecnológica. Assim, tenciona-se para a dualidade construída entre o que é considerado moderno e o que é visto como atrasado de modo que,

Todo este processo buscava convencer os agricultores do Paraná de que a melhor saída, e talvez a única, era adotar tais práticas modernas, do contrário seriam rudimentares, atrasados e responsáveis por sua pobreza. (Santos, 2014, p. 116)

Assim, o marketing construído em cima do agronegócio é alto, no entanto, seus métodos não são novos, como o estudo de Santos (2014) demonstra. A propaganda em vigor, em que se ouve que "o Agro é Pop, é Tec, o Agro é Tudo", na realidade, busca esconder uma outra faceta dessa história, os efeitos negativos da modernização agrícola para a sociedade. Entre os impactos dos agrotóxicos, pode-se citar os prejuízos à saúde e ao meio ambiente. No primeiro caso, tem-se a intoxicação dos agricultores, bem como a contaminação da água e dos alimentos, afetando diretamente os consumidores, sejam eles humanos ou animais. Além disso, têm-se os danos causados ao meio ambiente, em que o modelo de agricultura intensiva rompe com a capacidade de resiliência dos ecossistemas e, por consequência, ocorre a destruição da biodiversidade.

Por fim, a modernização agrícola escancarou a diferenciação entre dois modelos de agricultura com interesses opostos, e atualmente são denominados de agronegócio, que representa os valores e princípios do latifúndio, de um lado, e agricultura familiar, que representa o campesinato, do outro. O próprio Estado precisou se reestruturar para atender a esses interesses e passou a contar, além do Ministério de Agricultura, com um novo instrumento de ação política, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar.

### **2.3 (RE)EXSISTÊNCIA FRENTE AOS CONFLITOS E INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS TERRITORIAIS NO OESTE PARANAENSE**

Não é difícil se imaginar que, com tantas transformações acontecendo num curto espaço de tempo, a região Oeste do Paraná se tornaria palco de inúmeros conflitos socioambientais. Os conflitos se intensificaram ainda mais na

década de 1980 devido a construção da barragem da Hidrelétrica de Itaipu, que obrigou muitos agricultores a abandonarem as suas terras ocasionando um processo de expropriação da agricultura familiar camponesa na região. Contudo, as ações deliberadas pelo Estado brasileiro e alinhadas aos interesses do capital também produziram reações entre os agricultores.

Assim, o intuito desse tópico é apresentar um esboço sobre os conflitos e problemáticas socioambientais, bem como as formas de resistência articulada pelos atores locais, a fim de identificar quais as implicações disso para a emergência e estruturação da agroecologia no território. Entender o porquê de um movimento organizado em prol das agriculturas de base ecológica ter começado só nos anos de 1990 é um assunto que pairou em minha mente desde a pesquisa de mestrado, quando pude visualizar de maneira clara que um movimento a favor de uma agricultura alternativa surgiu ainda na década de 1970 nas demais regiões do Paraná, e até mesmo do Brasil, no entanto, o mesmo não se pode se dizer do Oeste paranaense.

Portanto, há uma lacuna de pelo menos vinte anos (1970-1990) no que se refere à construção de uma rede de agroecologia nesse território, de modo que, através da análise dos processos de expropriação e modernização agrícola, pretende-se preencher esse vazio. Como vimos, desde o início da ocupação territorial, a região apresentou conflitos e/ou problemáticas socioambientais ligados à posse da terra. No início, as ameaças vivenciadas pelos camponeses estavam relacionadas a disputas por terra entre os posseiros e grileiros/empresas colonizadoras. Entretanto, os conflitos socioambientais no território se acentuaram ainda mais com o processo de expropriação dos agricultores de suas terras para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, somadas com a modernização agrícola na região. Esses processos refletem outras lógicas de apropriação do espaço e até mesmo uma disputa sobre os recursos (terra e água) como trataremos de mostrar.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu no Rio Paraná forçou a saída de milhares de pessoas de suas terras e isso provocou uma intensa indignação acompanhada por uma reação dos atores locais. Essa problemática envolveu a desapropriação dos agricultores de suas terras somadas com medidas de compensação injustas, o que mobilizou todo o território. Ainda, é possível identificar que o período que vai dos anos de 1970 a 1990 surge

diferentes movimentos sociais de luta pela terra na região, mas sem questionar num primeiro momento o padrão produtivo imposto pela agricultura industrial, pois o que estava em jogo era ter onde produzir e não com qual modelo produzir.

Investigar o espaço simbólico onde desenvolvem-se os conflitos significa assim esclarecer as condições de instauração de princípios de referência evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvam a noção de natureza e meio ambiente (Acselrad, 2004, p. 20)

Com efeito, é preciso compreender que as genealogias dos conflitos ambientais variam conforme o contexto e o lugar. Nesse sentido, é possível afirmar que na região Oeste do Paraná os conflitos se deram pela permanência e/ou acesso à terra, sendo que o Movimento Justiça e Terra (MJT), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, também, o Movimento Sem Terra (MST) aparecem como os movimentos sociais embrionários desse período. Contudo, para essa análise sobre as (re)existências frente aos conflitos socioambientais territoriais identificamos que o MJT e o MASTRO são peças chaves e por isso vamos tratar apenas deles aqui.

Por vezes, a instalação de grandes obras de infraestrutura provoca uma disputa entre os interesses das populações locais versus o Estado, que resulta numa série de conflitos. De acordo com Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos socioambientais surgem das distintas práticas de apropriação do mundo material (técnica, social e cultural), e a base cognitiva dos sujeitos envolvidos no que se refere ao uso e ocupação do espaço. Little (2006) corrobora ao afirmar que os conflitos socioambientais correspondem a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em relação aos seus distintos modos de se relacionar com o meio ecológico.

Assim,

Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido, pois, como lembra a crítica de Lefèbvre (1991), qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade conforme a percepção dos seus idealizadores. (Zhouri e Laschefski, 2010, p.4)

Indubitavelmente, os impactos gerados com a implantação de grandes projetos comprometem a coexistência entre distintas territorialidades, ocasionando o processo de desarranjos e/ou a desarticulação das relações socioespaciais construídas no território. A presença de povos tradicionais como

camponeses, indígenas e quilombolas, que compartilham um sistema de vida e trabalho ligados à prática de uma agricultura de subsistência, por vezes é encarado como um obstáculo para a implementação de projetos de grande magnitude. Em suma, entendemos que, na realidade, os conflitos socioambientais evidenciam as contradições presentes nos processos de desenvolvimento moderno/colonial que cerceiam outros modos de ser e existir.

No caso brasileiro, podemos observar do pós-guerra aos anos oitenta, a constituição de uma modalidade de “fordismo periférico”, onde grandes projetos de apropriação do espaço implementados pelo Estado desenvolvimentista articularam-se com a implantação de uma complexa estrutura industrial espacialmente concentrada. Tal modelo implicou uma importante ampliação dos espaços integrados à dinâmica do desenvolvimento capitalista (grandes obras de infraestrutura, grandes barragens, projetos de mineração e irrigação para agroindustrialização) e aceleração dos ritmos do ciclo industrial de extração de materiais/ emissão de efluentes e resíduos, em um processo de crescimento que apoiou-se na concentração de renda e no esforço exportador, notadamente de produtos com elevado valor energéticos. (Acscelrad, 2004, p. 27)

Nesse sentido, os conflitos ambientais relacionados aos projetos de cunho desenvolvimentista impulsionaram a abertura de um campo de investigação que estuda as consequências dos projetos de infraestrutura, mineração, siderurgia e monocultivos para a sociedade e a natureza. No caso da região Oeste do Paraná, os projetos de infraestrutura e monocultivos são representativos para entender esse período. Diante disso, “vemos como os conflitos ambientais podem ser entendidos como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento” (Acscelrad, 2004, 18).

Conforme Acscelrad (2004), os conflitos ambientais podem ser classificados analiticamente em três práticas. A primeira é conhecida como “evolucionista” e corresponde a ideia de escassez dos recursos naturais versus o crescimento populacional, seguindo assim a lógica malthusiana<sup>3</sup>. A segunda é a prática economicista que trata os conflitos ambientais pela dinâmica “utilitarista”, aqui a natureza é vista enquanto um recurso e as disputas implicam em conflitos pelo acesso e uso, bem como na dificuldade de responsabilizar os geradores de impactos externos pelos danos dispensados ao meio ambiente. Já

---

<sup>3</sup> A Teoria Malthusiana relaciona o aumento da população com a escassez de alimentos e como saída aponta, entre outras coisas, o controle de natalidade. Essa ideia foi utilizada após a Revolução Industrial para justificar inclusive o subdesenvolvimento da América-Latina, entretanto, ignora questões importantes como a colonialidade do Poder, do Saber e do Ser evidenciados por Quijano.

uma terceira prática surgiu da diversidade de interesses na apropriação e aproveitamento da natureza apontando para a “(re)existência” de racionalidades contra hegemônicas.

Acselard (2004) também aponta que o campo dos conflitos ambientais apresenta quatro dimensões constitutivas: i) apropriação simbólica; ii) apropriação material; iii) durabilidade e iv) interatividade espacial das práticas sociais. A apropriação simbólica e a apropriação material conferem casos em que os recursos do território são contestados de acordo com a visão de mundo dos sujeitos e sua distribuição de poder no acesso à terra, à água e demais bens/recursos disponíveis. A durabilidade condiz com a constância das condições materiais (água, terra, etc.) para o exercício de certa atividade. Já a interatividade espacial das práticas sociais tem a ver com as externalidades geradas por uma prática sobre outra.

Em contrapartida, Zouri e Laschefski (2010) vão identificar os conflitos ambientais em outras três modalidades:

(a) os distributivos, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os espaciais, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os territoriais, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais. (Zhourri e Laschefski, 2010, p. 5-6).

Os conflitos ambientais distributivos se referem a distribuição desigual dos recursos naturais e os efeitos disso para o meio ambiente. Um exemplo disso é a disparidade que há na apropriação da natureza, a partir do ideal moderno/colonial de desenvolvimento e crescimento econômico implementado, pelos países do Norte (centro) em comparação com os países do Sul global (periferia), que revela uma participação desigual na crise ambiental que estamos vivenciando. Alguns autores e políticos influentes têm apontado para a responsabilização do que chamam de “dívida ecológica” dos países do centro em relação aos da periferia, a exemplo do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que durante a Cúpula do G7 realizada no Japão cobrou a responsabilidade dos países ricos sobre a crise climática.

Já os conflitos espaciais dizem respeito às problemáticas ambientais que ultrapassam os limites territoriais. É o caso, por exemplo, das emissões de gases que promovem o efeito estufa e das atividades ligadas a contaminação e

poluição da água e do solo. Nesse caso, uma atividade pode desencadear efeitos negativos através dos fluxos espaciais. Não há, necessariamente, uma disputa sobre a apropriação e uso do recurso, mas sim uma reação e mobilização de agentes locais e/ou regionais que são afetados por aquela atividade. São os casos de poluição do ar por cadeias industriais ou até mesmo a contaminação pelo uso de agrotóxico em atividades agrícolas através da pulverização aérea.

Os conflitos ambientais territoriais, por sua vez, configuram situações em que ocorre uma sobreposição na produção e reivindicação do espaço e da natureza por grupos sociais com identidades e culturas diferenciadas. O enfoque fica por conta dos interesses de grupos hegemônicos versus grupos tradicionais, que são coagidos a abandonarem seus lugares e modo de viver em prol do desenvolvimento.

Diante da variedade de opções apresentadas tanto por Acseirad (2004) quanto por Zhouri e Laschefski (2010) para a análise e compreensão dos conflitos socioambientais na região Oeste do Paraná, considera-se que a implantação de grandes projetos, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a modernização agrícola, em decorrência dos impactos gerados nas comunidades e grupos sociais locais, linha de investigação que faz parte do escopo dos conflitos ambientais territoriais, é a que melhor resume o processo de expropriação dos agricultores camponeses e também dos indígenas na região.

O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a consequência da sua desestruturação. (Zhouri e Laschefski, 2010, p. 9).

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi um acordo político-militar entre os governos do Brasil e do Paraguai em plena ditadura militar. Não houve qualquer consulta pública à população local, de modo que os moradores apenas foram avisados para saírem de suas casas, pois estas seriam alagadas com a construção da barragem da usina. Os relatos dessa época são de que a água foi subindo aos poucos e encobrindo tudo o que tinha pela frente. Uma violência

simbólica e material que se faz presente na memória dos que já participaram e, também, dos seus descendentes. Embora o lago de Itaipu tenha 1.350 km<sup>2</sup>, a área comprometida pela usina chega a 1.800 km<sup>2</sup>, sendo 1.000 km<sup>2</sup> no Brasil e 800 km<sup>2</sup> no Paraguai, pois muitas terras foram inundadas para compor uma faixa de segurança e hoje figuram como áreas de preservação ambiental da Itaipu.

No entendimento de muitos moradores, o valor pago pela Itaipu não foi justo, pois as terras na região Oeste valorizaram e os agricultores indenizados não conseguiram comprar novas propriedades no Paraná. Dessa forma, esses camponeses acabavam migrando para uma nova fronteira agrícola nos estados do Mato Grosso, Rondônia e também para o país vizinho, o Paraguai, na tentativa de reproduzir seus modos de vida e trabalho. Por conseguinte, no caso do Povo Guarani, a situação foi muito mais grave, pois a construção da Itaipu provocou a perda de parte importante do seu território ancestral e, com isto, o seu modo de viver com base na coletividade e reciprocidade com a natureza foram profundamente afetados. Também, a construção da Usina significou o fim do Parque Sete Quedas, que ficava localizado no Rio Paraná, especificamente na cidade de Guaíra - PR, que além de atração turística composta por 19 quedas d'água, era um lugar considerado sagrado para os Guaranis.

Nosso intuito é refletir sobre o processo de expropriação do território e como isso afetou as comunidades e grupos locais, o que inclui os indígenas, contudo, não temos a intenção de aprofundar sobre a questão indígena. Nesse sentido, as fraudes sistêmicas cometidas tanto por Itaipu quanto pelo Estado são temáticas que refletem nas comunidades indígenas da região até hoje, pois enquanto os colonos eram ressarcidos pelas terras alagadas, os documentos produzidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) na época identificavam as populações indígenas como posseiros e nômades, negando assim o seu direito ao território. Estudos antropológicos apontam que antes de Itaipu existiam cerca de 32 aldeias no Paraná, sendo que ao menos 9 delas desapareceram entre 1940 e 1982, período que corresponde a criação do Parque Nacional do Iguaçu (1939) e o alagamento das terras para formação do lago de Itaipu (1982) (Carignano, 2018).

Contudo, recentemente, por meio do relatório produzido por procuradores e antropólogos intitulado “Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais”, se tem a identificação sobre o contingente populacional indígena negligenciado por Itaipu, a fim de levar seu projeto situado nas margens direita e esquerda do rio Paraná e seus afluentes adiante, sendo, portanto, um passo importante na tentativa de reparação histórica a ser feita. Dessa maneira, evidencia-se que o deslocamento forçado dos Guaranis, na região Oeste do Paraná, provocou a destruição de redes de parentesco, dos modos de vida e da cultura ancestral desse povo. Atualmente, há cerca de 21 acampamentos não reconhecidos pela FUNAI e pelo Estado na região. Não obstante, há também conflitos étnicos entre os indígenas que tentam retomar seu território e os grupos locais formados pelos descendentes de colonos que permaneceram na região. (Lazzeri, 2019).

Outra problemática enfrentada pelas comunidades indígenas está relacionada à expansão do agronegócio na região, que representa uma ameaça constante à reprodução da vida. Inclusive, esse foi o tema de um evento que aconteceu dia 29 de julho de 2023, na Aldeia Indígena Tekoha Ocoí, em São Miguel do Iguazu/PR. O Encontro “Yvyrupa: Nãnde Yvy Nãnde Rete” (Território: Nossa Terra, Nosso Corpo) tratou dos impactos dos agrotóxicos nas aldeias indígenas do Oeste paranaense. O evento foi organizado por lideranças Guaranis, professores e organizações que trabalham com conflitos ambientais como, por exemplo, UNIOESTE e Terra de Direitos, sendo um espaço de trocas de saberes e aprendizagem coletiva. Através de depoimentos e discussões, referente às múltiplas violências sofridas pelas comunidades indígenas da região, foram abordadas questões a respeito da demarcação de terras e a retomada do território ancestral; problemas no uso das sementes crioulas em terras degradadas pelo agronegócio; e o uso de agrotóxicos que contaminam o solo, a água, os alimentos e as pessoas entre outras.

Após essa breve apresentação sobre os conflitos ambientais territoriais, passamos agora para a análise da ação coletiva dos sujeitos que, através do MTJ e do MASTRO, manifestaram sua insatisfação e revolta perante as injustiças socioambientais cometidas por Itaipu e pela modernização agrícola. No que compete às soluções apresentadas em virtude dos conflitos socioambientais, as abordagens em geral procuram pensar no papel do Estado

e do mercado enquanto reguladores da sociedade moderna/ocidental/capitalista/colonial. No entanto, o estabelecimento de compromissos e acordos é um processo complexo, que envolve tanto a organização social dos sujeitos do território bem como a mobilização e o apoio de instituições parceiras (ONGs, cientistas, instituições religiosas, etc.) que atuam no sentido de fazer com que essas vozes sejam ouvidas.

Assim, apesar das forças desiguais, os sujeitos afetados não são vítimas passivas do processo de desenvolvimento moderno/colonial que atinge os territórios. Pelo contrário, quando há uma disputa entre os sentidos atribuídos a natureza/meio ambiente por parte de determinados grupos que apresentam visões diferentes e, principalmente, posições desiguais, também se vê emergir formas de resistência e organização social que implicam em processos de (re)existência. (Zhourri e Laschefski, 2010).

Em decorrência da problemática relacionada à desapropriação de terras para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, os agricultores locais precisaram se organizar e, assim, começou um movimento por justiça e terra.

Em 1974, o canteiro de obras já estava sendo instalado, e as informações que chegavam às famílias que seriam desapropriadas eram escassas, de tal modo que estas nem sequer imaginavam que seriam atingidas. Ao longo dos anos seguintes, os(as) agricultores(as) conviveram com prazos de indenização não cumpridos, preços considerados inaceitáveis, critérios de indenização obscuros e com a falta de uma política de reassentamento que garantisse minimamente a manutenção de suas atividades econômicas. Isso, somado ao iminente desenraizamento das terras que há poucos anos haviam colonizado e nas quais haviam depositado trabalho, projetos e sonhos, aumentava o temor pelo futuro incerto e a indignação com as injustiças que os estavam vitimando. (Matiello e Queluz, 2011, p. 2)

Surgiu nesse contexto o Movimento Justiça e Terra (MJT), com influência de organizações ligadas à igreja católica e luterana, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na organização social dos agricultores. Essas lideranças religiosas, em alguns casos impulsionadas pela Teoria da Libertação, chegaram na região para desenvolver um trabalho de evangelização junto às comunidades rurais, mas logo se depararam com um cenário de conflitos e injustiças impelidos pelo governo militar que, na época, estava implementando o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e obrigava os agricultores a deixarem suas terras, pois, estas seriam alagadas pelo reservatório da usina, o Lago de Itaipu.

Para a construção de Itaipu foram desapropriadas 8.272 propriedades de solo rural e urbano no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai. Na margem brasileira foram removidas cerca de 40.000 pessoas e na margem Paraguaia, cerca de 20.000. (Mazzarollo, c2003<sup>4</sup> *apud* Vaneski Filho, 2012; p. 206)

Dessa forma, o deslocamento compulsório das pessoas que viveram neste espaço impulsionou o surgimento de atores contra hegemônicos que passaram a lutar por indenizações mais justas, que lhes permitisse ter o acesso à terra. No entanto, tratava-se de um período com restrições, perseguição e, até mesmo, repressão à liberdade de expressão. De modo que a luta pela terra era encarada como desobediência ao Estado. Mesmo assim, os agricultores resistiram diante das ameaças sobre seus sistemas de vida e trabalho.

Como a pressão só aumentava, a igreja começou a organizar um movimento de resistência, chamado de **Arca de Noé**, uma alusão ao salvamento dos agricultores que seriam atingidos pelo dilúvio. A resistência que começava a se organizar seria importante para o aprendizado do que seria de união com outros movimentos pela terra. (VANESKI FILHO, 2012, p. 114) *grifo nosso*

É necessário acentuar que o MJT está diretamente relacionado ao trabalho feito a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As CEBs surgiram em decorrência das reflexões advindas do Concílio do Vaticano II<sup>5</sup>, nos anos 1960, e sua característica principal consiste no trabalho de evangelização de comunidades, geralmente organizadas em torno da proximidade territorial (um bairro, uma rua, uma quadra, um sítio ou uma comunidade) e da similaridade de condições de vida dos sujeitos. Além disso, as CEBs utilizavam uma metodologia de trabalho que alinhava a leitura da Bíblia a sua aplicabilidade à vida das pessoas (Moreira; Viezzer; 2017).

Algumas CEBs quebraram o tabu de separação e rixa com outras igrejas que também se inspiravam na Bíblia, especialmente no Evangelho. Em alguns territórios, lá pelos anos de 1990, essas organizações tinham se tornado verdadeiras células de uma igreja ecumênica, nas quais pessoas ligadas às igrejas Metodistas, Luterana

---

<sup>4</sup> Mazzarollo, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. Curitiba; São Paulo: CPT: Loyola, c2003.

<sup>5</sup> Os concílios são reuniões realizadas pela Igreja Católica com o objetivo de rever periodicamente suas doutrinas e práticas, em busca de preservação, defesa e renovação da fé e dos costumes religiosos. O *Concílio do Vaticano II* teve como foco olhar a Igreja Católica para além da instituição, mas percebendo-a como um movimento evangélico dinâmico, focado na participação da sociedade e na resolução de problemas sociais e econômicos. (Moreira; Viezzer; 2017)

e Presbiteriana também participavam, particularmente em celebrações litúrgicas e oportunidades especiais. (Moreira; Viezzer; 2017, p. 79)

Nesse sentido, observa-se que as reformas promovidas pelo Concílio do Vaticano II vão de encontro com as formas de resistência pacífica que eclodiram na região Oeste do Paraná, graças ao trabalho de lideranças religiosas que criaram um espaço de diálogo e reflexão coletiva, valendo-se de passagens bíblicas e do exemplo das situações cotidianas vividas pelas famílias. Ou ainda, as instituições religiosas passaram a canalizar as reivindicações que surgiam com o processo de desapropriação dos agricultores camponeses. Moema Viezzer, que participou ativamente em CEBs de diferentes lugares no Brasil e no mundo, aponta ainda que é “interessante constatar como essa nova organização da Igreja conseguiu evoluir muito mais em lugares onde havia pouca institucionalidade eclesial” (Moreira; Viezzer; 2017, p.80).

Desse modo, as igrejas e/ou os espaços de oração se tornaram o epicentro para organização de reuniões e assembleias, permitindo que os agricultores, muitos analfabetos, participassem ativamente desses espaços para o desenvolvimento de reflexões e de uma ação coletiva insurgente. Um dos episódios mais conhecidos ligados ao MJT ocorreu no dia 16 de março de 1981, quando os agricultores decidiram acampar no escritório da Itaipu Binacional, que ficava no centro de Foz do Iguaçu, mas foram impedidos de chegar ao local pelo exército. Diante da situação, eles decidiram permanecer na entrada da cidade e lá montaram acampamento onde ficaram por 54 dias.

Conforme Matiello e Queluz (2011), após dois anos de organização, resistência e mobilização, os agricultores através do MJT conseguiram canalizar sua revolta e exigir melhores valores pelas indenizações pagas. Diante do episódio que levou ao acampamento de centenas de agricultores, a empresa acabou por aceitar o pagamento de 50% do valor da terra para quem não possuísse títulos de posse, antes a proposta era pagar apenas pelas benfeitorias feitas, o que impossibilitava a compra de outra terra, também, foram criados dois reassentamentos, um que assentou 400 famílias em Arapoti/PR, e outro que assentou 200 famílias em Toledo/PR, marcando, dessa forma, a história das lutas camponesas na região (Moraes Jr., 2011).

Em consonância aos tópicos anteriores de ocupação da região, vemos que “O estado do Paraná que sempre teve conflitos explícitos, ou mesmo

velados sobre a luta pela terra, no caso da Itaipu foi um momento de sinergia dessas formas de resistência” (Serra, 1991 *apud* Vaneski Filho, 2012, p. 215). Portanto, as injustiças socioambientais cometidas pelo Estado nesse momento, que são decorrentes do projeto moderno/colonial, tomaram uma dimensão jamais vista até então. Isso somado com o trabalho de evangelização, posto a serviço das pessoas do lugar, fez emergir um processo articulado de resistência frente às injustiças socioambientais.

Essa nova forma de atuação e as reflexões produzidas junto aos agricultores colaboraram para a organização social desses sujeitos e levou-os à constituição de um movimento por justiça. Ao participar de encontros ecumênicos junto com as comunidades locais, os agricultores ampliaram seu entendimento sobre questões sociais importantes como, por exemplo, a luta pela terra. Além disso, foi diante da insatisfação crescente quanto às injustiças cometidas pelo Estado sob orientação de projetos moderno/colonial que surgiu, em 1980, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Paralelo ao MASTRO, surgiram movimentos similares em outras regiões do Estado<sup>6</sup> e até mesmo um movimento nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MASTRO durou apenas meia década, de 1980 até 1986, sendo formado por pessoas engajadas na luta pela terra e funcionou com uma estrutura bastante parecida com a do MTJ. Essa estrutura pode ser resumida pela formação de lideranças locais, o envolvimento em comissões e participação de assembleias em cultos ecumênicos, com o objetivo de organizar os agricultores sem terra da região a pressionar os setores públicos a fazer a reforma agrária. Conforme Moraes Jr. (2011), este movimento era composto, sobretudo, por filhos de agricultores que reivindicavam melhores condições de acesso à terra e buscavam estratégias para permanecerem no campo, já que, em decorrência do avanço do agronegócio na região, muitos estavam perdendo seus postos de trabalho.

---

<sup>6</sup> Mastes – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná; Mastel – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná; Masten – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná; Mastreco – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná. (VANESKI FILHO, 2012, p. 115)

Para Moraes Jr. (2011) há uma “supervalorização” em torno da história de Itaipu em relação à organização dos agricultores na luta pela terra, da qual concordamos. Depois de um tempo de luta, para os camponeses estava claro que o caminho no trato com o Estado era por meio de organização e confronto, seja através de acampamentos, de protesto, de abaixo assinados ou greves. Ainda conforme o autor, trata-se de um momento de amadurecimento, por parte dos trabalhadores rurais, na forma de se organizar socialmente, em virtude da perda de seus modos de vida e trabalho, associado com a forma violenta pela qual o Estado encarou a questão agrária durante o período da ditadura militar.

Muitas teses são escritas a partir dessa posição: Itaipu desalojou e expropriou e por isso surgiram os movimentos sociais. Quem é o sujeito histórico dessa perspectiva? Se afirmamos que a CPT, os sindicatos combativos e as igrejas (luteranas e católicas) organizaram o povo para a luta, de algum modo diminuimos a importância dos trabalhadores na história. (Moraes Jr., 2021)

Acompanhando essa narrativa, destacamos a invisibilidade sobre o papel da classe camponesa enquanto sujeitos na construção dos estados modernos, que se revela no desaparecimento, reproduzindo em teorias, discursos e até mesmo nas políticas públicas e projetos de desenvolvimento rural desenhados pelo viés da modernidade/colonialidade. Porém, a história tem mostrado quão equivocada é esta ideia de desaparecimento das pequenas unidades produtivas, e igualmente dos camponeses, que têm resistido e se organizado, inclusive através da agroecologia. Outra questão que nos parece relevante, é a diferença do que mobilizou a organização do MTJ e do MASTRO, pois o primeiro tinha o propósito de obter uma indenização mais justa pela desapropriação das terras alagadas para a construção da Itaipu, enquanto o segundo vivenciava uma problemática mais complexa que tem a ver, entre outras coisas, com a substituição da mão de obra no campo pelas máquinas e o pacote tecnológico da revolução verde.

Segundo Moraes Jr (2011), o MASTRO era composto por agricultores residentes de 52 comunidades espalhadas nos cinco municípios da região Oeste do Paraná na época: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena Medianeira e Matelândia. O MASTRO chegou a ter cadastrado 6.250 agricultores, além de 23.813 dependentes que estavam a demandar terras, sendo que desses, apenas 253 agricultores foram atingidos e/ou indenizados de

Itaipu. Portanto, a maioria dos integrantes do MASTRO era formada por arrendatários e trabalhadores sem-terra que perderam seus postos de trabalho por causa da mecanização agrícola e/ou que não conseguiam mais prover o sustento de suas famílias devido às limitações de acesso à terra na região.

Isso nos autoriza a pensar que de algum modo esses indivíduos não foram convencidos por outros a entrarem na luta pela terra, mas que foi a partir de suas análises e situações vividas que decidem procurar se “reunir” e formar um movimento. (Moraes Jr,2011, p. 33)

As motivações para se organizar e lutar eram muito variadas. Seja pelo fato apresentado de não terem um pedaço de terra para trabalhar e com isso continuar a prover seu alimento e o sustento de suas famílias. Seja pela escassez de trabalho no campo ou ainda, a dificuldade em se adaptar aos trabalhos da cidade. Na realidade, o que muitos vislumbravam naquele momento era a possibilidade de conquistar o seu acesso à terra. É por isso que lutavam.

Outra característica interessante do MASTRO é a diversidade em relação a origem de seus membros.

Que pode ser resumida como: 276 cadastros do Rio Grande do Sul, 145 do Paraná, 104 Santa Catarina, 75 Minas Gerais, 36 São Paulo, 23 Bahia, 08 Alagoas, 05 Paraíba e Ceará, 04 Sergipe, 02 de Pernambuco e Espírito Santo, 01 do Mato Grosso do Sul. (Moraes Jr,2011, p. 55-56)

Esses dados foram coletados pelo autor junto a documentos que reúnem, entre outras coisas, as Atas das assembleias organizadas pelo MASTRO e atualmente fazem parte dos arquivos do Sindicato de São Miguel do Iguaçu/PR. Esses registros ilustram bem a origem dos agricultores sem terra que se mobilizaram na região no começo dos anos de 1980. Há uma amostra considerável de sulistas, no entanto, a presença de agricultores vindo de outras regiões confirma a diversidade de sujeitos que existiam na região, e confronta a tese de uma ocupação territorial feita exclusivamente por colonos vindos do Sul.

Como já sinalizamos, a institucionalização do MASTRO também contou com a estrutura e o apoio da igreja Católica por meio do seu trabalho junto às CEBs e a CPT. A literatura sobre esse período mostra que a instituição colaborou na formação de lideranças para atuar nas comunidades, entretanto, é importante entender que era mais do que uma questão de evangelização dos sujeitos. A questão da migração das famílias para outras fronteiras agrícolas e os conflitos sociais no campo era tida como um problema.

Primeiro, foi o alagamento das terras que tinha obrigado os agricultores afetados a buscarem outros espaços para reproduzir seus sistemas de vida e trabalho. Em paralelo a isso, tem-se o aumento no preço das terras da região. Ademais, os contratos de arrendamento das terras pelos trabalhadores rurais estavam sendo suspensos com o avanço da modernização da agricultura na região. Conforme o relato do Senhor Oziel Correia de Souza, do Grupo Flor da Mata, Núcleo Oeste/PR da Rede Ecovida, residente do Assentamento Santa Terezinha, em Cascavel/PR, o fim dos contratos de arrendamento das terras foi o que levou sua família a migrar para o Paraguai. Portanto, a impossibilidade de permanecer e trabalhar no campo levou muitos agricultores e suas famílias a migrar para outros lugares, principalmente para as novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e Norte do Brasil e também para o Paraguai, gerando novos conflitos entre camponeses e grileiros.

De acordo com Moraes Jr (2011), toda essa migração em massa despertava preocupação por conta do deslocamento dos agricultores. Assim,

No dia 5 de agosto de 1980 a igreja dá um curso de três dias de Pastoral Agrária em Cascavel, sete líderes rurais são levados para aprenderem e montarem essa pastoral no município. Percebe-se a igreja preparando agricultores e trabalhadores rurais para os conflitos agrários que irão submergir dentre muito em breve. (Moraes Jr,2011, p. 67)

Como elencamos, nos discursos oficiais apareçam diferentes motivações relacionadas à reinvenção da atuação da igreja ou à formação de lideranças para atuar nas comunidades e pregar o evangelho. Contudo, quando encaramos o fato de que havia uma crescente insatisfação por parte dos agricultores sem terra e as elites agrárias, podemos perceber que há, por parte dessa instituição, uma preocupação quanto aos possíveis conflitos na sociedade. Portanto, essa atuação da igreja num momento de instabilidade social pode ser encarada como uma forma de mediação desses conflitos, considerando a influência que ela tem no território, de modo que “os líderes formados em seus quadros, que seriam seus leigos difundiriam a proposta de luta e enfrentamento ao poder público muito próximo do que a instituição pretendia” (Moraes Jr.,2011, p. 68).

As pautas levantadas pelo MASTRO eram discutidas sempre dentro da legalidade, em reuniões realizadas uma ou duas vezes ao mês e em

assembleias realizadas nas próprias paróquias dos municípios da região, em que contavam com a presença de representantes de instituições públicas, a exemplo do INCRA. As pautas levantadas pelo MASTRO variam desde reivindicações quanto a extinção da fração mínima do Módulo Rural de 15 hectares, que criava dificuldades de compra pelos agricultores sem terra devido ao alto custo, e em contrapartida a criação de um módulo máximo. Também, buscavam defender as unidades produtivas familiares, a busca por crédito e até mesmo a demanda por transporte público escolar para as comunidades rurais. Além dessas, o MASTRO realizou um levantamento de propriedades que não estavam cumprindo com a função social e que poderiam ser desapropriadas para fins de reforma agrária na região. (Moraes Jr.,2011).

Entretanto, quando o diálogo com as autoridades se mostrava insuficiente, outras estratégias de luta eram traçadas, o que vai ao encontro com o início das ocupações.

Propostas como essa em que movimento encontra maneiras de pressionar o governo estão aliadas a proposta de agir pacificamente e dentro da lei exigindo a aplicação do Estatuto da Terra, principalmente dos artigos que falam da desapropriação por interesse social (...). (Moraes Jr.,2011, p. 93)

Desse modo, para as ocupações, foi levado em consideração o levantamento de latifúndios improdutivos que os integrantes do movimento tinham realizado. A primeira ocupação foi feita em junho de 1982 por 86 famílias que se dirigiram à fazenda Mineira, localizada no limite de três municípios (Medianeira, Missal e São Miguel do Iguçu), um imóvel identificado com quase 1000 hectares, cuja proprietária morava em outro Estado e que, portanto, não estava cumprindo com a função social. (Moraes Jr., 2011).

Segundo o levantamento feito por Moraes Jr. (2011), a ocupação durou cerca de uma semana, até que se fez valer a ordem de reintegração de posse pela polícia e os agricultores sem terra e suas famílias foram retirados do local. Sem terem para onde ir, eles foram levados até a igreja da Paróquia de Medianeira, onde permaneceram acampados por mais de um ano, sofrendo todo tipo de julgamento social e até mesmo violência do Estado e da polícia por meio de perseguição e prisão dos seus membros. Depois disso, outro acampamento foi realizado em frente ao INCRA em Curitiba, e contou com a participação de outros movimentos do estado que também reivindicavam o acesso à terra.

A experiência feita em frente à Igreja Católica de Medianeira, apesar de demorar, 14 meses de acampamento, sofrer perseguições dos órgãos governamentais que prenderam muitos trabalhadores, como forma de desestimular os sem terra, e receber a reação de parte da comunidade contra os acampados, deu o resultado que se esperava: a conquista da terra. Aproximadamente 112 famílias foram assentadas em Mangueirinha, centro-oeste do Paraná, no Assentamento União da Vitória, em lotes de 10 a 13 alqueires. (Moraes Jr., 2011, p. 111).

Após muitas batalhas, tem-se a consolidação de um assentamento no estado do Paraná, mas a demanda por terra ainda permanecia para uma boa parte dos integrantes do MASTRO. Por esse motivo, o movimento organizou mais um acampamento, o qual chegou a reunir cerca de 800 famílias da região. De forma estratégica, essa ocupação aconteceu na véspera de inauguração do Balneário de Ipiranga, um espaço que após a formação do Lago de Itaipu foi dedicado ao lazer, localizado no município de São Miguel do Iguaçu. O objetivo do MASTRO era pressionar as autoridades para que avançassem com a política de reforma agrária no Paraná.

Depois desse episódio, veio mais uma conquista, que foi a primeira desapropriação realizada na região Oeste, na fazenda Mineira, para fins de reforma agrária. Com isto tem-se a criação de dois assentamentos: Miguel Isolar Sávio e Dois Vizinhos, onde 41 famílias conseguiram o acesso à terra. De acordo com o trabalho realizado por Moraes Jr. (2011), dessas famílias assentadas, apenas 6 continuam lá, a maioria não conseguiu permanecer diante das dificuldades impostas pela modernização agrícola em adquirir as ferramentas e os meios necessários para trabalhar e, assim, acabaram vendendo os lotes.

Depois de um tempo de luta, as experiências do MASTRO na região Oeste ressoavam para fora, onde se alinhavam com a luta de outros movimentos organizados por agricultores sem terra no Paraná e nos demais estados brasileiros, cuja pauta principal era a reforma agrária. Desse modo, segundo Brenneisen (2004, p. 128), em 1984 aconteceu uma Assembleia Nacional em Cascavel/PR, que culminou na criação do Movimento Sem Terra (MST), representando a “ocasião em que movimentos regionais de luta pela terra foram aglutinados sob uma única sigla”.

Porém, é importante frisar que nem todos os que fizeram parte do MASTRO, por exemplo, aderiram ao MST, mas de fato se tem a constituição de um novo movimento de luta pela terra de abrangência nacional. Em outras

palavras, o MST acabou centralizando muitas das reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra em um único movimento. Nesse sentido, atualmente o MST “está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio de luta e organização dos trabalhadores rurais” (MST, 2023). Também, dentro do núcleo Oeste da Rede Ecovida, 8 dos 18 grupos identificados nessa pesquisa são formados por agricultores que vivem em áreas de reforma agrária pleiteadas pelo MST.

Diante do exposto até aqui, pode-se verificar que os conflitos socioambientais apresentados ocorrem por disputas sobre o uso e acesso aos bens disponíveis no território, a exemplo da água e da terra. Mas, também, apresentam dimensões simbólicas e subjetivas referentes às representações, valores e esquemas de percepção que estão presentes na ação coletiva desses sujeitos. Contudo, é interessante colocar que, se no passado, a Itaipu foi a causa de inúmeras problemáticas socioambientais que acometeram a região Oeste do Paraná, hoje a atuação da empresa tem colaborado para a proteção e regeneração do meio ambiente o que, por sua vez, vai ao encontro com modelos de agricultura de base ecológica.

Desse modo,

A Ecologia científica, o Estado e os demais atores sociais integram, assim, uma luta classificatória pela representação legítima da Natureza e pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados, ora questionando o uso “interessado”, ora reivindicando o “respeito aos equilíbrios naturais”, ora evocando a natureza como reservatório de recursos, como cenário de distinção nobre, como paisagem de consumo estético ou espaço de reprodução de grupos socioculturais. Entre as diferentes estratégias discursiva adotadas, encontraremos referência a direito de propriedade contra direito de uso, a reprovação moral, a argumentação científica de riscos, a patologização de certas práticas, a representação de certos atores como capazes de melhor cuidar do equilíbrio ecológico. Assim, na relação entre o plano discursivo e o plano das práticas, a cada inflexão nas representações dominantes sobre o meio, mudará, conseqüentemente, o poder relativo dos atores no campo de forças, onde configuram-se os conflitos ambientais. (Acscelrad, 2004, p. 22)

Por esse motivo, chama a atenção a quantidade de trabalhos que delega a Itaipu como agente central dos conflitos ambientais territoriais, no entanto, isso faz com que a modernização agrícola fique num segundo plano. Além do mais, a Itaipu atualmente se tornou uma das principais fomentadoras na construção de uma rede de apoio para a produção de sistemas de cultivo de base ecológica,

inclusive da agroecologia, na região, enquanto o agronegócio continua a expropriar os agricultores familiares e a praticar violências sistêmicas contra a vida dos povos e comunidades locais.

Retomando as dimensões dos conflitos ambientais sobre durabilidade e interatividade, de acordo com Acsehrad (2004), estas dizem respeito ao tempo de durabilidade das condições materiais para o exercício de certa atividade sobre o território, a disputa entre distintas atividades e seus efeitos a longo prazo. Nesse caso, a operacionalidade da Hidrelétrica de Itaipu depende de um conjunto de fatores ambientais que podem interferir diretamente na sua vida útil. Por isso, o monitoramento ambiental da região Oeste do Paraná é realizado desde que a hidrelétrica entrou em funcionamento. Sendo assim, a partir dos anos 2000 a empresa passou a investir em programas e projetos voltados para a sustentabilidade ambiental da região.

Por meio do monitoramento dos recursos hídricos que abastecem o Lago de Itaipu, foi possível identificar ameaças decorrentes dos sistemas produtivos convencionais que são predominantes na região. Esse modelo de agricultura organizada em monocultivos e que utiliza grandes quantidades de agroquímicos tem implicações graves para o meio ambiente. Por exemplo, há contaminação dos rios, solos, seres humanos e animais pelo uso de agrotóxicos, bem como, o aumento da erosão do solo, da eutrofização dos rios e lagos e o desaparecimento de espécies animais e vegetais. Diante disso, podemos observar que “o discurso ambiental induz a uma alteração no campo das representações dominantes sobre o território, o uso social de seus recursos e os critérios de ‘eficiência’ que legitimam tal uso” (Acsehrad, 2004, p. 24).

Ou seja, a defesa de um meio ambiente equilibrado está expressa na política de sustentabilidade da empresa, que é colocada em prática por diferentes programas como, por exemplo, o Programa Desenvolvimento Rural Sustentável.

Além disso, desde que a Usina começou a operar em 1985 diversas ações são realizadas pela empresa no território, a exemplo dos *royalties* pagos aos municípios lindeiros pelo uso e exploração de parte do seu território. Entretanto, em 2003, quando pela primeira vez a Itaipu Binacional do lado brasileiro deixou de ser presidida por militares, a nova gestão foi encarregada de implementar um programa territorial com o intuito de formar uma rede de

proteção dos recursos naturais conhecido como Programa Cultivando Água Boa (CAB). Já as iniciativas voltadas para o espaço rural ficaram a cargo do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Enquanto o CAB desenvolveu todo um trabalho com foco na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9797/99), o PDRS ficou responsável por mobilizar diferentes atores, instituições e organizações voltadas para os espaços rurais, incentivando-os na transição dos sistemas agroalimentares da região.

O fato é que a identificação de problemas ligados à modernização agrícola na região gerou uma demanda por soluções. Desde então, a busca por alternativas tem mobilizado diferentes instituições, a exemplo de empresas públicas de assistência técnica, universidades e ONGs. Desse modo, a emergência e estruturação de sistemas produtivos de base ecológica, na região Oeste do Paraná, ocorreu por interesses e articulações construídas por diferentes atores como, por exemplo, os pesquisadores do IAPAR (atual IDR/PR) que elaboraram um diagnóstico sobre a situação da produção orgânica, os técnicos da EMATER/PR (atual IDR/PR) responsáveis pela aplicação do diagnóstico, a equipe do CAPA-Rondon que articulou a formação núcleo Oeste-PR da Rede Ecovida de Agroecologia e da Itaipu Binacional, que viabilizou via convênios e licitações a oferta de assistência técnica especializada e, claro, o interesse dos agricultores familiares locais em optar pela transição à agroecologia.

A Itaipu Binacional, ao elaborar um Programa institucional com foco no desenvolvimento rural sustentável, proporcionou a estruturação de uma rede regional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a promoção de modelos de agricultura de base ecológica na região Oeste do Paraná. Por meio de um convênio com o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros, promoveu o acesso a assistência técnica com foco em três modelos de agricultura de base ecológica: orgânica, biodinâmica e agroecologia.

Segundo Pavlak (2016), através desse convênio, o PDRS da Itaipu atendeu cerca de 1500 famílias, entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas no Oeste paranaense por meio da difusão de práticas ecológicas em seus sistemas de cultivo. Além disso, há cerca de 8 cooperativas, 22 associações, 12 centros de comercialização de produtos da agricultura familiar e 22 feiras livres que foram beneficiadas pelo serviço de

assistência técnica em agricultura orgânica. Ademais, os grupos de agricultores familiares ligados ao Núcleo Oeste-PR da Rede Ecovida de Agroecologia receberam orientação para aplicação das normas exigidas para certificação dos produtos. A maioria dos agricultores certificados no território conseguiu sua certificação através do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Rede Ecovida de Agroecologia. (Pavlak, 2016).

A região Oeste do Paraná vivenciou suscetíveis dinâmicas espaciais que provocaram a expropriação dos agricultores camponeses e conflitos socioambientais no território. O ordenamento territorial organizado pelas empresas colonizadoras se chocou com a ocupação e a forma de organização social dos posseiros e indígenas que viviam no território. Contudo, quando o Estado, alinhado aos interesses do capital, promoveu a modernização agrícola, em paralelo com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, os conflitos tomaram uma proporção e magnitude muito maior que provocou a desarticulação territorial de milhares de agricultores e indígenas pelo alagamento de suas terras. Ainda, a substituição da mão de obra dos trabalhadores rurais pelo pacote tecnológico da revolução verde representou a alteração dos sistemas de produção de subsistência para a produção de *commodities* e a migração de inúmeras famílias.

No entanto, a discussão sobre o potencial da agricultura familiar como produtora de alimentos para a sociedade, bem como o reconhecimento das implicações negativas decorrentes da modernização agrícola para o meio ambiente e para a saúde das pessoas e animais, fez surgir uma nova perspectiva focada no desenvolvimento sustentável. Dessa forma, percebe-se que a ecologização da agricultura contribui com a perspectiva de um desenvolvimento territorial sustentável através da construção de novos arranjos territoriais que levam a territorialização da agroecologia na região.

Por fim, é importante entender que os processos socioespaciais que se deram entre os anos de 1970 e 1990 têm relação com o aparecimento tardio da agroecologia no território. Os conflitos ambientais territoriais provocaram uma reação por parte dos sujeitos que se organizaram social e politicamente para resistir às pressões provocadas pela construção da Hidrelétrica de Itaipu e a modernização agrícola na região. Enquanto o MTJ lutava por indenizações mais justas, o MASTRO e depois o MST denunciavam as problemáticas da modernização agrícola no campo, ao mesmo tempo em que reivindicavam o

acesso à terra para os trabalhadores rurais. Ambos os movimentos resumem o que foi a luta camponesa na região Oeste do Paraná nesse período, no entanto, eles não fazem uma referência direta à agroecologia naquele momento, mas por tudo que apresentamos se pode dizer que eles são processos de (re)existência.

De fato, só a partir dos anos de 1990 é que começa a surgir um diálogo em favor de uma nova matriz produtiva para a agricultura familiar no território, em que diferentes atores sociais, organizações e instituições participam, entre elas a Itaipu por meio de ações e programas institucionais. Nesse sentido, resta saber se a transição que está sendo construída condiz com uma agroecologia reformista ligada a ascensão do discurso sobre o desenvolvimento sustentável, que é absorvida pelas narrativas e projetos enquanto um ideal normativo, ou se é uma agroecologia emancipatória capaz de resolver os conflitos socioambientais territoriais e ampliar a autonomia dos sujeitos do campo e da cidade no que corresponde as suas escolhas alimentares e ao cuidado e proteção do meio ambiente.

Para tanto, uma pesquisa com essa perspectiva apresenta desafios teóricos e empíricos que buscaremos desvendar através da abordagem territorial multidimensional das práticas agroecológicas. Essa abordagem permite entender as relações políticas, econômicas, sociais e ambientais dos atores que estão construindo a agroecologia no território. Ainda, propõe discutir a horizontalidade dos processos construídos, a autonomia dos agricultores familiares em decidir seu próprio sistema de produção e comercialização, e as características das organizações dos agricultores familiares que produzem alimentos de base ecológica na região.

### **3 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO ESTUDO DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA**

Como demonstrado no primeiro capítulo, a região Oeste do Paraná apresenta diferentes tempos-espacos-territórios que, por sua vez, são expressos por diferentes atores sociais que se diferenciam tanto material como imaterialmente. São atores que compõem o rural brasileiro como, por exemplo, a agricultura familiar capitalizada, que está inserida no mercado agroindustrial das commodities, as comunidades tradicionais, que travam uma luta pela sua sobrevivência frente a violência praticada pelo agronegócio e que tentam retomar/permanecer em seu território ancestral. Nesse contexto, também, há uma agricultura familiar/camponesa que segue re-existindo e se dedica a construir a agroecologia no território.

Diante disso, o território é o lugar onde ocorrem múltiplos processos socioambientais. A análise histórico-crítica revelou que na região Oeste do Paraná coexistem problemáticas socioambientais derivadas da expansão da fronteira agrícola através da sobreposição de territórios tradicionais, ou ainda, o aumento do desmatamento e o avanço da produção de commodities para exportação. Por último e mais recente, vemos o esforço de algumas instituições locais em orientar a transição do sistema agroalimentar através de modelos de agricultura de base ecológica. Assim, o território apresenta distintas dinâmicas territoriais permeadas por relações de poder desiguais, contraditórias e conflituosas.

Entretanto, há diferentes concepções e interpretação sobre o território e, da mesma maneira, há diferentes enfoques sobre a agroecologia. Pensando nisso, buscamos, em primeiro lugar, esclarecer nosso entendimento sobre esses dois conceitos. E, num segundo momento, apresentamos as concepções das abordagens teórico-metodológicas e suas contribuições para nossa análise.

Segundo Saquet (2020), a noção de território enquanto um produto das relações socioespaciais começa a ganhar força a partir dos anos de 1950 em decorrência da expansão urbana, da degradação ambiental e do acirramento das desigualdades socioambientais. Esse autor identifica quatro tendências quanto aos métodos de abordagens e conceito de território que são de ordem: a) econômica, em que se interpreta o território a partir das relações de produção

e das forças produtivas; b) geopolítica, que investiga os fenômenos políticos e históricos; c) das representações sociais, que considera a dinâmica política e cultural e simbólico-identitária; e d) interdisciplinar, que passa a considerar a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local. (Saquet, 2020).

Na modernidade, o Estado aparece como principal forma de poder e controle do território, por isso é comum ver essa discussão vinculada ao conceito de espaço geográfico: “a sociedade se transforma em Estado para garantir a posse e proteção dos recursos de que necessita, como o solo, a água e os alimentos” (Saquet, 2020, p. 31). Contudo, o salto epistêmico ocorre quando o território passa a ser entendido como um fato social e político, a partir de abordagens *relacionais* e *processuais* em que se reconhece diferentes níveis de relação de poder, de conflitos, de apropriação e de dominação do espaço, que revelam tramas de um movimento relacional entre sociedade e natureza (Ibid).

Portanto, assim como Saquet (2020), entendemos que o território é um produto social, um espaço onde ocorrem as relações sociais, ou ainda, o lugar em que a vida acontece. Nesse sentido, “o território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente” (Saquet, 2020, p. 72). Na medida em que os atores sociais interagem no âmbito econômico e/ou cultural, eles constroem territorialidades. Essa concepção se torna útil em trabalhos que tratam da heterogeneidade da agricultura familiar, pois algumas características associadas a essa categoria são, na realidade, fruto de processos sociais e territoriais.

Nesse sentido, gostaria de reiterar que essa pesquisa tem como foco os processos socioespaciais relacionados com a disseminação e estruturação da agroecologia no território. Por esse motivo, nosso recorte espacial não compreende os 50 municípios que formam a macrorregião Oeste do Paraná, mas sim a relação entre o sistema social e natural que tenha como base a agroecologia. Esses processos ocorrem no território e se encontram articulados através de *redes*, como é o caso do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia, em que os agricultores familiares se organizam territorialmente por meio de grupos locais para discutir questões envolvendo a melhoria dos sistemas produtivos, o acesso aos mercados e a certificação da produção.

Dessa maneira, as *redes* e os *nós* comportam elementos materiais e imateriais da produção territorial, e isto significa que guardam práticas

socioespaciais de ordem econômica, política e cultural relacionadas à territorialidade.

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do *sistema territorial local*, mas também das relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade. (Saquet, p. 122) *Grifos do autor*

Ademais, Saquet (2020) considera as *redes* como um instrumento de gestão e produção de territorialidades que proporcionam coesão social e ordenamento político. Quando as *redes* congregam indivíduos dispersos, transformando-os em coletivo, ela passa a promover interação social e, dessa forma, é capaz de influenciar as dinâmicas socioespaciais. Isso acontece porque os sujeitos, sejam eles dispersos ou em grupos, vão ter ações territorializantes que podem ser potencializadas no tempo e no espaço. Destarte,

Há um movimento de territorialização que é histórico e transescalar, envolvendo muitos indivíduos e lugares; a edificação de redes de circulação e comunicação; o controle da produção e do mercado; a atuação do Estado através de subsídios diversos, entre outros elementos que estão sempre presentes na expansão do modo capitalista de produção. (Saquet e Senhorini, 2008, p. 17).

O território é onde acontecem relações de poder, controle, dominação do espaço e hegemonia, e de maneira simultânea, encontramos processos de resistência, luta e contra hegemonia. “O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares (...)” (Saquet, 2020, p. 125). A territorialização da agroecologia acontece em diferentes níveis territoriais, logo, a agroecologia precisa ser entendida como um movimento transescalar, pois ela acontece em diferentes escalas e lugares e é mediada por distintas territorialidades.

### 3.1 AGROECOLOGIA

Diferentes territorialidades vão contribuir para que se tenha mais do que uma expressão e/ou conceito quanto ao significado da agroecologia. Esse é um campo de investigação que apresenta três pilares: ciência, prática e movimento social e político. Estudos, realizados por Toledo (2008) e Altieri (2012), indicam

que a origem e a trajetória da agroecologia têm seus fundamentos práticos anteriores a própria ciência, quando técnicas de produção e manejo do solo e da água eram desenvolvidas e aperfeiçoadas por povos e comunidades tradicionais, refletindo na organização territorial e relacional entre sociedade e natureza.

Entretanto, um movimento social e político que tem como base a agroecologia surge com a consolidação da agricultura industrial na tentativa de (re)existência dos camponeses. Nesses termos, a agroecologia é uma reação ao ideal hegemônico de produção no campo e, por conseguinte, ela é contra-hegemônica. Em vista a variedade de concepções sobre a agroecologia, procuramos apresentar cada um dos enfoques considerando os principais autores e suas obras, a fim de que possam suscitar contribuições para o debate da territorialização da agroecologia.

### **3.1.1 Agroecologia enquanto Ciência**

Entre os principais expoentes da agroecologia, na perspectiva de uma ciência que analisa a ecologia dos agroecossistemas, encontram-se Stephen R. Gliessman, Professor na Faculdade de Santa Cruz na Califórnia e fundador do Programa de Agroecologia na mesma universidade, e Miguel Altieri, agrônomo chileno, Professor na Faculdade de Berkeley, também na Califórnia. As principais obras são *Agroecología: Procesos Ecológicos en Agricultura Sostenible*, Gliessman (1998) e *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentável*<sup>7</sup> de 1989, Altieri, (1989). Suas contribuições no campo da agroecologia se deve a percepção de que a sustentabilidade dos sistemas produtivos pode ser alçada mediante a incorporação de práticas ecológicas no desenho dos agroecossistemas.

Estudos sobre a ecologia aplicada aos agroecossistemas demonstram que a disponibilidade de biomassa presente no solo permite a ciclagem de nutrientes como, por exemplo, carbono, nitrogênio, fósforo, potássio etc. de forma contínua, de modo que tal sistema tenha capacidade de se renovar por ele mesmo.

---

<sup>7</sup> O subtítulo original era as bases científicas de uma agricultura alternativa, somente em 2002 foi que recebeu esse nome.

Los metodos y principios ecologicos constituyen las bases de la agroecologia. Estos son esenciales para determinar: (1) si una practica agricola particular, un insumo o decision de manejo es sostenible, y (2) la base ecologica para decidir la estrategia de manejo y su impacto a largo plazo. (Gliessman, 2002 ,p. 13)

Desse modo, a pesquisa e o avanço no conhecimento sobre os métodos e técnicas ecológicas se mostram importantes para o enfoque agroecológico, pois vislumbra a construção de sistemas produtivos sustentáveis a longo prazo. Além disso, a escolha de trabalhar a favor da ecologia nos sistemas produtivos permite que os agricultores se tornem menos dependentes dos insumos externos e, ainda, contribui para a diminuição da contaminação sobre os recursos hídricos por agrotóxicos e reduz a pressão sobre o solo causada pela compactação.

De acordo com Gliessman (2002), o estudo e análise da ecologia aplicada aos sistemas agrícolas é recente e data do final dos anos 1920, quando cientistas começaram a se interessar pelas condições físico-ambientais dos sistemas produtivos a fim de determinar quais eram as melhores áreas disponíveis para o cultivo. No entanto, essa área de estudos era chamada de ecologia de cultivos, e só a partir de 1930 ficou conhecida como agroecologia.

Posteriormente, com a revolução verde e a incorporação do pacote tecnológico, que contava com maquinários e insumos químicos para a agricultura, obteve-se um aumento significativo na produtividade agrícola, fazendo com que o estudo da ecologia de cultivo perdesse espaço na academia. Somente no final dos anos 1950, com a consolidação do conceito de ecossistema, foi que o estudo da ecologia na agricultura ganhou mais destaque, muito em função dos estudos sobre ecologia de comunidades e populações. (Gliessman, 2002).

A medida que mas ecologos en los años 70 entendieron que los sistemas agricolas eran legitimas areas de estudio y que mas agronomos aceptaron el valor del enfoque ecologico, las bases de la agroecologia crecieron rapidamente. A inicios de los años 80 la agoecologia emergio como una disciplina distinta y unica para el estudio de agroecosistemas. (Gliessman, 2002, p. 14)

Um agroecossistema é definido como uma área dedicada à produção de espécies vegetais e animais destinadas à alimentação que, por sua vez, pode ser analisada a partir das interações bio-físico-químicas presentes no ecossistema. Um ecossistema compreende um complexo conjunto de

interações, as quais inclui os fluxos de matéria e energia. Dessa forma, o ecossistema tem sua estrutura formada pelas interações entre os componentes bióticos e abióticos, sendo o primeiro referente aos seres vivos e o segundo aos fatores ambientais (químicos e físicos).

Há toda uma hierarquia no estudo dos ecossistemas que são classificados conforme os níveis. O primeiro nível é identificado por um indivíduo que corresponde a uma única amostra de determinada espécie; o segundo nível é a população que determina vários indivíduos de uma mesma espécie; o terceiro é a comunidade que define um conjunto de várias espécies que coexistem num mesmo lugar até, finalmente, chegar ao nível de ecossistema que compreende as interações dos componentes bióticos e abióticos presentes no sistema. O fato é que o desenvolvimento e adaptação das plantas depende do equilíbrio entre os componentes envolvidos, os fatores ambientais (solo, luz e temperatura) e a distribuição e abundância das espécies.

A interação entre os componentes bióticos e abióticos de um ecossistema é conhecida como ciclo biogeoquímico. É através do ciclo biogeoquímico que ocorre a ciclagem de nutrientes, isso serve tanto para ecossistemas naturais como para os agroecossistemas. Nesse sentido, no desenho de agroecossistemas sustentáveis, é imprescindível que se busque alcançar ao máximo as características de um ecossistema natural a fim de promover de forma controlada o fluxo de energia e matéria para que a ciclagem de nutrientes possa ocorrer normalmente. Caso contrário, havendo desequilíbrios dentro do sistema, isso poderá prejudicar a colheita.

El flujo de energía puede ser diseñado para depender menos de insumos no renovables, de modo que exista un balance entre la energía que fluye dentro del sistema y la que abandona el sistema en forma de cosecha. El agricultor puede desarrollar y mantener ciclos de nutrientes casi cerrados dentro del sistema, de modo que los nutrientes que salen del sistema en forma de cosecha puedan ser reemplazados en una forma sostenible. (Gliessman, 2002, p. 26)

Conforme Gliessman (2002), os agroecossistemas que incorporam as características de um ecossistema natural possuem vantagens em relação aos sistemas produtivos convencionais. Para o autor, as vantagens correspondem a melhores respostas quanto às perturbações referentes a propagação de espécies invasoras e a disseminação de doenças nos sistemas de cultivo, além do que, num cenário de mudanças climáticas tal qual enfrentamos, os sistemas

agroecológicos oferecem mais resiliência e estabilidade sobre a produtividade agrícola.

Alguns métodos e técnicas agroecológicas são bastante conhecidos como, por exemplo, a diversificação dos sistemas de cultivos, como o policultivo que combina diferentes espécies crescendo mutuamente e/ou o plantio intercalado entre duas ou mais espécies diferentes. Outro exemplo são as cercas verdes, que funcionam como uma barreira e ainda servem para delimitar o agroecossistema, protegem contra o vento e a invasão de outras espécies, além de oferecer uma série de produtos como lenha e frutas.

Outra técnica bastante difundida é o cultivo de cobertura anuais ou perenes, que proporcionam um aumento na disponibilidade de matéria orgânica do solo e, assim, contribuem para a ciclagem de nutrientes do ecossistema. Também, tem a rotação de culturas que compreende o plantio de sucessão de determinadas culturas, de modo que um cultivo se beneficie do outro através dos resíduos depositados no solo, melhorando a fertilidade ao mesmo tempo em que reduz o risco de erosão do solo. Por fim, o plantio direto implica em manter uma camada de matéria orgânica que fica depositada no solo logo após a colheita.

Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar. (Altieri, 2012, p. 15)

Nesse sentido, o foco da agroecologia é trabalhar com as dinâmicas dos agroecossistemas locais, em que se procura valorizar os recursos naturais disponíveis e o diálogo de saberes por meio do conhecimento tradicional dos agricultores e agricultoras, aliado aos resultados propiciados pela investigação e pesquisa da ciência moderna. O campo da pesquisa que analisa a ecologia aplicada nos agroecossistemas é um elemento chave para desmistificar concepções errôneas sobre a produtividade dos sistemas agroecológicos.

Na verdade, é bastante comum registrar aumentos da ordem de 50% a 100% na produção realizada com métodos agroecológicos. Em alguns desses sistemas, os rendimentos das culturas das quais os pobres mais dependem – arroz, feijão, milho, mandioca, batata, cevada – foram multiplicados várias vezes, contando mais com o trabalho e o conhecimento tecnológico que valoriza os processos de intensificação e sinergia ecológica em vez dos dispendiosos insumos. Além da alta de rendimentos, os métodos agroecológicos elevam significativamente a produção total por meio de estratégias de diversificação dos sistemas agrícolas, tais como a criação de peixes em arrozais, a combinação de

culturas com árvores ou a introdução de caprinos ou aves de curral nas atividades domésticas. Além disso, aumentam a estabilidade da produção, o que se repete nos pequenos coeficientes de variação verificados na produtividade das culturas com a melhoria do solo. (Altieri, 2012, p. 18)

Os estudos sobre os sistemas agrícolas de comunidades rurais no Sul global foram essenciais para o reconhecimento da importância do manejo ecológico dos agroecossistemas. Esses estudos se tornaram basilares para a compreensão das interações entre sociedade e natureza ao identificar como a ecologia se faz presente nos sistemas de cultivo das comunidades tradicionais. Dessa maneira, o estudo sobre agroecossistema de comunidades tradicionais tem ampliado o entendimento sobre a sustentabilidade na agricultura.

Por un lado, la idea de sostenibilidad fue como un objetivo que sirvió a la agroecología para definir y enfocar proyectos de investigación; y por otro lado, el enfoque agroecológico a nivel de sistema y las evidencias de su equilibrio dinámico retroalimentaron teórica y conceptualmente el concepto de sostenibilidad. (Gliessman, 2002, p. 14)

Desde então a agroecologia vem colaborando com diferentes áreas da ciência que questionam as bases conceituais da revolução verde e que buscam a transformação social e ambiental dos sistemas produtivos territoriais. Na sequência, buscamos identificar a agroecologia, dando enfoque na prática ancestral dos povos e comunidades tradicionais.

### **3.1.2 A Agroecologia enquanto um Saber e Prática Ancestral**

Si Occidente gestó formas de comprensión y de articulación de y con la naturaleza, cuyo origen se remonta apenas al del inicio de la revolución industrial, en la mayor parte del mundo existen, de manera paralela, otras modalidades de relación con la naturaleza que, originadas hace varios miles de años, se encuentran aún presentes en el mundo contemporáneo. (Toledo, 2008, p. 65)

Povos e comunidades tradicionais apresentam um conhecimento refinado sobre os tipos de solos, as variedades de plantas e os fenômenos naturais relacionados ao clima no território em que habitam. Esse saber ambiental implica em identificar ou reconhecer determinados padrões que são característicos do lugar e estão relacionados com as práticas voltadas para o manejo de sistemas produtivos locais.

Contrariamente a lo especulado, dentro de la mente del productor tradicional existe un detallado catálogo de conocimientos acerca de la

estructura o los elementos de la naturaleza, las relaciones que se establecen entre ellos, los procesos o dinámicas y su potencial utilitario. De esta forma, en el saber local existen conocimientos detallados de carácter taxonómico sobre constelaciones, plantas, animales, hongos, rocas, nieves, aguas, suelos, paisajes y vegetación, o sobre procesos geo-físicos, biológicos y ecológicos, tales como movimientos de tierras, ciclos climáticos o hidrológicos, ciclos de vida, períodos de floración, fructificación, germinación, celo o nidación, y fenómenos de recuperación de ecosistemas (sucesión ecológica) o de manejo de paisajes. (Toledo, 2009, p. 75)

O conhecimento sobre os ciclos biogeoquímicos, quando combinados com os sistemas de valores das comunidades tradicionais, aponta para a materialização de práticas ancestrais bem-sucedidas no que corresponde à sustentabilidade. A etnobiologia, por exemplo, é a corrente científica que se dedica a estudar a interação entre as práticas ancestrais de agricultores tradicionais e a natureza, que envolve tanto elementos materiais como simbólicos aplicados no manejo dos sistemas agrícolas. Resumindo, a etnociência investiga o conhecimento de um grupo étnico específico e o conhecimento das pessoas do local sobre o meio em que vivem, incluindo a vegetação, o solo e os animais. (Altieri, 2009, p. 26)

(...) el desarrollo civilizatorio del ser humano estuvo basado en el conocimiento, aprovechamiento y creación de diversidad, lo cual puede interpretarse como un actuar en concordancia, no en conflicto, con las leyes naturales. (TOLEDO, 2009, p. 189)

(...) a diferencia de lo que ocurre con la propuesta agroindustrial, donde los productores son considerados recipientes pasivos de los conocimientos provenientes de la ciencia moderna (la agronomía), la agroecología reconoce en la investigación participativa un principio fundamental. El «diálogo de saberes» se vuelve entonces un objetivo fundamental de la investigación agroecológica. (Toledo, 2009, p. 196)

A partir desse entendimento, os movimentos sociais do campo, com o apoio de ONGs que atuam junto aos agricultores familiares camponeses, desenvolveram uma metodologia própria de trabalho denominada de Camponês a Camponês. Essa metodologia considera a experimentação e a aprendizagem dos agricultores em seus sistemas de cultivos e troca de saberes entre eles.

De acordo com Bunch (1995 apud Holt-Giménez, 2008), a metodologia de Campesino a Campesino teve origem na Guatemala, mais especificamente em Chimaltenango, quando um dos povos indígenas mayas que vivem na Guatemala, chamados Kaqchikeles, descobriram uma forma mais adequada para compartilhar as técnicas de produção nos sistemas produtivos locais. Entre as técnicas utilizadas na formação de Campesino a Campesino, destacam-se a

construção de terraços, a incorporação de matéria orgânica e a seleção de sementes. Com efeito, o uso e apropriação dessas técnicas permitiram a conservação dos solos e, igualmente, o aumento da produtividade. Além de promoverem a formação de Campesino a Campesino para conservação do solo e da água, esses camponeses também passaram a se organizar e criaram sua própria cooperativa, a Kato-Ki, para venda da colheita, que significou rendimentos mais altos às famílias de camponeses pobres (Holt-Gimenéz, 2008).

De modo geral, tais aspectos despertam o interesse de pesquisadores que buscam compreender e estudar o desenvolvimento da agroecologia, com destaque para os antropólogos e geógrafos que se dedicam a descrever e analisar as práticas agrícolas dos povos tradicionais. De acordo com Lessa (2000, p.2), esses estudos enfatizam “o uso dos recursos existentes no local, a base de subsistência das comunidades e o abastecimento de suas populações e como ela é explicada pelos seus membros”. Assim, o estudo da agroecologia se distancia, portanto, das análises reducionistas da agricultura convencional que foca quase exclusivamente nos aspectos produtivos. Isto porque,

(...) como ciência integradora a Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. (Caporal *et al.*, 2006, P. 46)

Desse modo, conhecer as experiências desenvolvidas pelas comunidades, quais as estratégias de enfrentamento das adversidades ambientais e como são construídos os espaços de organização social são aspectos relevantes para compreender agroecologia e suas territorialidades. Através do nosso questionário, pretendemos conhecer melhor como isso se dá na região. Assim, passamos para a investigação do terceiro pilar da agroecologia, que pauta a estruturação e organização social dos agricultores familiares camponeses de diferentes territórios a partir dos movimentos sociais e políticos que contribuem para a construção de sociedades sustentáveis e regenerativas.

### **3.1.3 A Agroecologia enquanto Movimento Social e Político**

O surgimento de um movimento em prol das agriculturas de base ecológica está relacionado com as críticas ao modelo de desenvolvimento da agricultura. Também, tem a ver com um momento histórico em que a sociedade civil organizada, com o apoio dos cientistas e políticos do campo progressista, começa a questionar o impacto das mudanças estruturais em diferentes escalas que produziam um aumento nas desigualdades socioambientais. (Almeida, 2009).

Atualmente, as agriculturas com viés ecológico recebem diferentes nomenclaturas como: Permacultura, Agricultura Regenerativa, Agricultura Sustentável, Agricultura Sintrópica, Agricultura Ecológica, Agricultura Alternativa, Agricultura Orgânica, Agricultura Natural, Agricultura Biológica, Agricultura Biodinâmica e a Agroecologia. Todas elas correspondem a formas de agricultura que visam a preservação ambiental, entretanto, a agroecologia vai além dessas abordagens por integrar diferentes dimensões da sustentabilidade: i)Ecológica, ii)Econômica, iii)Social, iv)Cultural, v)Política e a vi)Ética (Caporal *et al.*, 2006).

A agroecologia se dedica ao manejo e a conservação dos recursos naturais, mas ao mesmo tempo busca por uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais, sejam eles produtores ou consumidores. Nesse sentido, o potencial da agroecologia implica no manejo sustentável dos sistemas produtivos, na valorização dos saberes locais e, sobretudo, na construção de dinâmicas sociais que buscam construir relações horizontais entre os agricultores, consumidores, o Estado e as organizações de assistência técnica. Desse modo, a valorização do saber popular pelos movimentos sociais que contestam os fundamentos da revolução verde, aliado aos movimentos de viés ambientalista, abriu o caminho para a construção de uma outra proposta de desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia.

A agroecologia é tecida por redes, organizações, coletivos e movimento sociais formados por agricultores camponeses de todas as partes do mundo (transescalar), que juntos formam a Via Campesina, um movimento social a nível global que questionam as políticas agrícolas e, a partir dos movimentos de base, buscam construir um projeto de desenvolvimento rural alternativo ao modelo

agrícola dominante. Ao transformarem seus espaços de trabalho em espaços de luta, esses sujeitos buscam enfatizar a importância do aprendizado coletivo promovido por agricultores e agricultoras em suas comunidades locais, bem como privilegiam os circuitos curtos de comercialização para o abastecimento dos mercados locais e regionais na garantia da soberania e segurança alimentar.

Como vimos, na agroecologia, o saber popular sobre práticas agrícolas realizadas por agricultores em comunidades tradicionais é tão relevante quanto o conhecimento agrônomo convencional. Assim, ao se organizarem de forma coletiva, busca-se superar a crise técnico-produtiva, produzindo alimentos variados com qualidade ao mesmo tempo em que promovem o acesso de todos a esses alimentos. Conforme Altieri (2012), essa dimensão social da agroecologia pode ser verificada através dos processos de experimentação agrícola, em que são compartilhadas experiências que vão desde tecnologias de produção até a comercialização de produtos em feiras agroecológicas.

Por um lado, a análise da agroecologia enquanto um movimento social e político implica na observação das formas de resistência dos agricultores. Por outro, a experiência acumulada pelos movimentos sociais agroecológicos nos oferecem alternativas para pensar outros modos de se relacionar em sociedade e com a natureza mediante a práxis produtiva, intelectual e política de enfrentamento ao modelo hegemônico responsável pela crise civilizatória, ou seja, nos permite alcançar soluções transformadoras para as problemáticas sociais, econômicas e ambientais atuais (Sevilla Guzman, 2011; Caporal e Costabeber, 2002).

A agroecologia corresponde a um modelo de agricultura que incorpora a preservação do meio ambiente com a ideia de justiça social. Nesse sentido, ela se diferencia daqueles modelos de agricultura que apresentam um forte apelo ao rótulo comercial de “produto orgânico”, mas que não consideram outras questões como, por exemplo, a garantia da sustentabilidade das unidades produtivas a longo prazo, a sucessão familiar rural, o papel das mulheres no campo etc. Portanto, é necessário ficar atento para a existência de programas de desenvolvimento rural que minimizem certos compromissos éticos e socioambientais em função dos ganhos individuais (Caporal e Costabeber, 2002).

A organização social dos agricultores é um dos princípios fundamentais da agroecologia. Essa organização ocorre em diferentes escalas em que é possível constatar a participação dos agricultores e de suas organizações no desenvolvimento de processos econômicos, políticos e socioculturais que visem a sustentabilidade dos sistemas alimentares territoriais. Para isso, as metodologias participativas são essenciais como, por exemplo, os diagnósticos participativos e o planejamento rural participativo, nas quais os agricultores definem quais são as demandas e podem apontar soluções para os esses problemas. Essas ferramentas permitem analisar a agricultura não só sob aspectos da maximização da produção, que é um elemento importante a ser considerado, mas vai além, pois permite que a agroecologia ultrapasse a fronteira de disciplina científica ao ser reconhecida enquanto uma prática emergente e tecnologicamente inovadora capaz de melhorar os sistemas produtivos locais (Altieri, 2012).

Conforme Toledo (2012), há cinco núcleos de inovação agroecológicos localizados América Latina distribuídos em diferentes territórios, entre Região Andina, América Central, Cuba, México e o Brasil. A agroecologia nesses territórios é vista enquanto resistência e movimento social e político, e comporta diferentes territorialidades. Na Região Andina, por exemplo, a agroecologia é marcada pela resistência de camponeses indígenas no meio rural, principalmente na Bolívia, Equador e Peru.

En muchos sentidos, la agricultura tradicional andina ofrece un potencial para desarrollar una estrategia agroecológica exitosa, pues para enfrentar las limitantes biofísicas de la dura y frágil realidad de Los Andes (lluvias escasas e irregulares, topografía desfavorable, suelos pobres, temperaturas extremas), los campesinos desarrollaron durante siglos diversas estrategias para minimizar los riesgos (sequías, heladas, granizadas) (Toledo, 2012, p: 40).

Nesse sentido, um ponto chave para compreender os sistemas de produção que prevalecem nesses países é o fato de os sistemas agrícolas andinos estar intimamente vinculados com a cosmovisão dos povos tradicionais locais, onde predomina um sistema de trabalho comunitário e a prática da agricultura adaptada conforme as características climáticas e topográficas da região.

Na América Central, por sua vez, sobretudo na Guatemala e Nicarágua, a relevância fica por conta do Movimento de Campesino a Campesino (MCAC),

que surgiu no final dos anos 1980 na Nicarágua e que, por desagradar as elites agrárias locais, acabou gerando conflitos e perseguição às lideranças indígenas que precisaram se refugiar em países vizinhos. Dessa maneira, ao se refugiarem em outros Países essas lideranças camponesas levaram a experiência da MCAC e, assim, expandiram a metodologia de Camponês a Camponês (CAC) com a participação de organizações de camponeses e ONGs da Guatemala, Honduras, Nicarágua, México e Cuba.

El Movimiento resiste a la mercantilización que degrada la ecología y destruye el bienestar social, la tierra, el agua y la diversidad genética, y asegura los derechos de los pequeños agricultores para determinar una posibilidad más equitativa y sustentable para el desarrollo agrícola. (Holt-Gimenéz, 2008, p: 3)

A inovação do MCAC encontra-se na metodologia adotada pelo movimento que é centrada na lógica do trabalho horizontal, na qual os próprios camponeses são os promotores e difusores da Agroecologia dentro de seus territórios. Ou seja, eles são encarregados de prestar assessoria às famílias ou coletivos de produtores, capacitando-os e mediando o diálogo a partir de suas experiências (Toledo, 2012).

Acompanhados por um contexto de grande instabilidade econômica e social, em virtude das revoluções que surgiam e se estendiam por vários países da América Latina, o trabalho desenvolvido por esses camponeses passou a ser ameaçado pelas elites locais. Conforme Holt-Gimenéz (2008), o êxito da cooperativa Kato-Ki foi percebido pelos grandes proprietários de terra da Nicarágua que se viram ameaçados ao perderem a mão de obra dos camponeses da região.

(...) el peor golpe para las élites locales fue cuando Vecinos Mundiales y Kato-Ki empezaron a comprar cafetales erosionados y redistribuir la tierra entre sus miembros. Estos campesinos no sólo llevaron a cabo la conservación de suelo y agua, y sembraron sus granos básicos tradicionales, sino que además sembraron café y lo vendieron a través de su propia cooperativa. (Holt-Gimenéz, 2008, P: 21)

O resultado desse processo foi que o exército da Guatemala foi chamado e os dirigentes e camponeses-extensionistas da cooperativa Kato-Ki foram acusados de serem comunistas, levando-os a abandonar seu país. Posteriormente, a metodologia desenvolvida por eles foi incorporada por ONGs internacionais em seus trabalhos comunitários. O trabalho comunitário dessas

ONGs, aliado aos Kaqchikeles que conseguiram sair do país, contribuiu para a disseminação da metodologia de Campesino a Campesino em outros países da América Central.

Contudo, foi na Nicarágua que o Movimento de Campesino a Campesino ganhou força dentro da Unión Nacional de los Agricultores y Ganaderos (UNAG), principalmente durante a revolução sandinista (1979-1990). A UNAG incorporou a metodologia de Campesino a Campesino ao seu projeto institucional dentro de um programa para a promoção da conservação do solo e da água. O Programa de Campesino a Campesino (PCAC) da UNAG foi responsável por estabelecer as bases técnicas, metodológicas e sociais para a expansão do trabalho de Campesino a Campesino no país, mesmo após a derrota do partido sandinista.

Durante los años 90, OXFAM-Inglaterra capitalizó la experiencia de Campesino a Campesino a través de su programa "sur-sur" que reunió a los campesinos centroamericanos de los proyectos de las ONG en una serie de encuentros para popularizar el movimiento. El reconocimiento por parte de OXFAM que Campesino a Campesino era un Movimiento (MCAC) en lugar de ser simplemente un proyecto, tuvo implicaciones políticas para el proyecto de Campesino a Campesino de UNAG (PCAC). (...) Esto tenía sentido porque, aunque Nicaragua no fue siempre donde se originaron las innovaciones técnicas y metodológicas del Movimiento, el PCAC era el programa más grande de Campesino a Campesino en toda Centroamérica. (Holt-Gimenéz, 2008, p: 45)

Esse histórico de mobilização social, aliado às práticas de manejo em comunidades rurais da Guatemala e Nicarágua, é de grande relevância para o campo agroecológico. Há um saber socioambiental que se revela no trabalho desenvolvido por esses camponeses através da metodologia de Campesino a Campesino, em que a finalidade era promover a produção de alimentos aliada à conservação dos recursos naturais. Mas não apenas isso, posteriormente, esses camponeses se organizaram para criar seus próprios mercados, o que melhorou os ganhos econômicos entre os camponeses da região e ainda passaram a comprar terras para, em seguida, recuperá-las através da sua produção.

Outro ponto a ser analisado é a expansão dessa metodologia para outros países, mas principalmente a sua adoção pela UNAG enquanto um projeto institucional que permitiu que a metodologia de Campesino a Campesino fosse aperfeiçoada na Nicarágua e difundida entre os demais países latino-americanos. Finalmente, o reconhecimento do trabalho realizado

pelos camponeses nesses dois países resultou na consolidação do Movimento de Campesino a Campesino (MCAC), um dos movimentos mais expressivos de promoção da agroecologia na América Latina.

Enquanto isso, no México, a agroecologia está associada aos projetos de sustentabilidade comunitária. O diferencial aqui fica por conta do aspecto social em que há predominância de propriedades coletivas através dos *ejidos* que, segundo Holt-Giménez (2008), são territórios que surgiram da redistribuição de terras no período da revolução mexicana onde se concentram as comunidades indígenas. Como resultado desse processo, uma parte considerável dos recursos naturais pertence às comunidades indígenas e aos *ejidos* responsáveis por proteger boa parte das florestas e recursos hídricos (Toledo, 2012). Assim como no MCAC, os *ejidos* e comunidades indígenas do México dedicam-se ao manejo ecológico dos sistemas produtivos com ênfase no saber tradicional.

O quarto núcleo de inovação agroecológica na América Latina se refere a Cuba, que diante do embargo econômico dos Estados Unidos e o fim das relações comerciais, após a dissipação do bloco socialista no final da década de 1980, levou o país a um déficit de ordem econômica, energética e alimentar crítico como consequência da dependência da Ilha em relação aos recursos externos como, por exemplo, insumos agrícolas, combustível e alimentos. Entretanto, a resposta para enfrentar essas dificuldades de abastecimento alimentar surgiu da sociedade civil, juntamente aos cientistas comprometidos com a agroecologia. Desse modo, a produção de base ecológica foi a aposta do governo cubano para sair da crise alimentar.

La capacidad de experimentación e innovación, que es la esencia de Campesino a Campesino, fue de fácil acceso para los científicos agrícolas de Cuba en los ensayos de campo, las demostraciones y la difusión, no sólo de las nuevas variedades y cultivos, sino también de la noción de reforzar la biodiversidad. (Holt-Giménez, 2008, p: 54)

Diante da necessidade de mudanças do modelo agrícola convencional para o modelo agroecológico, o papel desempenhado pela Asociación Nacional de los Agricultores Pequeños (ANAP), com o apoio de ONGs internacionais, foi fundamental. O conhecimento acumulado pela ANAP permitiu que eles ensinassem a metodologia do MCAC aos extensionistas do Ministério da Agricultura de Cuba, o que colaborou para que o movimento fosse

ampliado rapidamente tanto no meio rural quanto no urbano (Holt-Gimenéz, 2008).

Além disso, destaca-se que as medidas institucionais em favor do desenvolvimento de uma agricultura orgânica e agroecológica no país permitiram a ampliação e disseminação de métodos de controle biológicos utilizados pelos camponeses para produção e conservação dos solos. Cuba desenvolveu Centros Especializados para a produção de biofertilizantes, controle integral de pragas e experimentação de técnicas de cultivo que protegem o solo da erosão, entre outros métodos de cultivo.

A escassez de alimentos em Cuba fez com que um percentual de estudantes e operários urbanos migrasse para a área rural a fim de ajudar a plantar e colher os alimentos, no sentido oposto do que ocorreu em outros lugares da América Latina. Por sua vez, os que permaneceram nos centros urbanos passaram a produzir alimentos em lotes urbanos a fim de satisfazer suas necessidades nutritivas. Deste modo, o desenvolvimento do conhecimento agroecológico e a sua disseminação pelo país não só impulsionaram a produção de alimentos no meio rural, como também a criação de hortas e sistemas de produção agrícola e pecuária em lotes urbanos.

Embora na América Latina haja processos agroecológicos similares e até mesmo complementares, salientamos que existem aspectos políticos e institucionais e, por consequência, territoriais que os diferenciam conforme os quatro núcleos apresentados até aqui. Um ponto em comum entre todos eles encontra-se na dualidade da agricultura na qual, de um lado, está a inserção do modelo agrícola convencional, que é dependente de insumos externos e é controlada pelas elites agrárias e o mercado financeiro, e, por outro lado, há os sistemas de cultivos tradicionais e os métodos de trabalho camponês que dão base para a estruturação do movimento agroecológico.

Conforme a maioria dos estudos mencionados até aqui, as iniciativas em prol da agroecologia na América Latina são impulsionadas, sobretudo, pelos camponeses que lutam pelo reconhecimento de suas formas de vida e trabalho e pela prevalência de um manejo sustentável dos recursos naturais. Nestes estudos, a trajetória das organizações e movimentos sociais de agricultores familiares/camponeses, tanto na escala local quanto

supranacional, apresenta uma diversidade de expressões referente à emergência da agroecologia e suas territorialidades.

No Brasil, a emergência da agroecologia ocorre, de um lado, pelo legado de pesquisadores que se dedicaram à pesquisa agrônômica e, por outro lado, da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais pelo acesso à terra e por melhores condições para produzir. Schimit *et al.* (2017) confirma que a concepção de agroecologia construída no Brasil dialoga tanto com a questão social de luta pelo direito à terra quanto com a questão ambiental que busca um manejo sustentável dos recursos naturais. As organizações sociais, as redes e os movimentos sociais foram fundamentais para a territorialização da agroecologia no país.

Luzzi (2007) traça os aspectos sobre o surgimento e a evolução do debate agroecológico no Brasil. Segundo a autora, o conceito de agroecologia foi introduzido no Brasil por profissionais ligados à Rede de Tecnologia Alternativa (Rede-PTA), rede de intercâmbio constituída por ONGs e organizações de agricultores de várias regiões do país, ao entrarem em contato com organizações de agricultores e camponeses da América Latina. Assim,

Diferente do termo alternativo que vinha recebendo críticas por não ter uma definição muito precisa – era um discurso contra o padrão tecnológico moderno – a agroecologia buscou construir um arcabouço conceitual que desse maior rigor científico à proposta de agricultura alternativa, acusada de não ter fundamentação científica. Era um conceito que incorporava diferentes campos do conhecimento e propunha uma atuação mais integrada dos sistemas produtivos, valorizando o sujeito (agricultor) do processo de intervenção (Luzzi, 2007, p. 64).

A Rede-PTA é responsável por reunir profissionais que faziam críticas ao padrão tecnológico moderno e que buscavam construir uma proposta de trabalho diferente daquela implementada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde. O foco da Rede-PTA estava no desenvolvimento e intercâmbio de tecnologias alternativas a partir de experiências apresentadas pelos próprios agricultores. Já na década de 1990, o tema evoluiu e passou a ser incorporado por organizações de trabalhadores rurais, movimentos sociais rurais e instituições estatais, formando um conjunto articulado de experiências produtivas com base em Sistemas de Agroecologia.

A implementação da modernização agrícola pelo Estado brasileiro aprofundou a desigualdade social entre os agricultores e, ao mesmo tempo,

elevou a degradação ambiental. Entre as problemáticas sociais está a exclusão de uma parcela considerável de agricultores das políticas agrícolas e da assistência técnica realizada pelas instituições públicas, tornando-se cada vez mais difícil para esses agricultores se manterem no campo. Muitos se viram obrigados a abandonar suas atividades, ocorrendo um aumento no êxodo rural e na concentração de terra e de renda no campo. Os resultados disso foram, por um lado, o aprofundamento das desigualdades sociais no meio rural brasileiro e a migração em massa de agricultores para os centros urbanos e, por outro lado, a homogeneização das técnicas de cultivo, diminuição na variedade de alimentos produzidos e, em vista disso, um desequilíbrio nos ecossistemas (Teixeira, 2005).

Conforme Toledo (2012), dois pesquisadores se destacam por serem os pioneiros no estudo da agroecologia no Brasil: José Lutzenberger com *“Fundamentos Ecológicos da Agricultura”* (1981) e Ana Maria Primavesi com *“Manejo Ecológico do Solo”* (1984). O ponto em comum no trabalho desses pesquisadores encontra-se na ampliação do entendimento sobre a complexidade de fatores ligados ao desenvolvimento das plantas e do solo na agricultura. Suas pesquisas contribuíram para a evolução no pensamento agrônomo, principalmente entre estudantes, pesquisadores, instituições e técnicos-extensionistas do país. Por meio de estudos publicados e palestras realizadas em diversas instituições, eles conseguiram dar visibilidade a elementos antes não vistos como importantes para o manejo sustentável da produção (Toledo, 2012).

Segundo Almeida (2009), Lutzenberger constrói sua crítica sobre a visão hegemônica que se deu no pós-guerra, na qual desenvolvimento e progresso eram tidos como sinônimos, dando a entender que o crescimento era ilimitado. Esse ideal promoveu a substituição do natural pelo artificial e só a partir da década de 1970, por influência de movimentos ambientalistas, que se tem questionamentos sobre esse modelo, o que vai de encontro com o início do debate agroecológico no Brasil. Posteriormente, formou-se uma rede de atores comprometidos com a questão socioambiental no país. Segundo Schmitt, *et al.*, (2017):

A formação dessa rede ocorreu, principalmente, a partir dos anos 1980, junto às lutas por reabertura democrática, mudança dos

referenciais de ação do Estado e ampliação do protagonismo da sociedade civil. Principalmente, a aproximação das lutas dos movimentos sociais e da ação pastoral, vinculada tanto à Igreja Católica como à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), às ações das ONGs e sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), permitiu articular o trabalho de capacitação “tecnológica” com o estímulo ao associativismo e um esforço permanente de educação popular. (Schmitt, *et al.*, 2017, p. 52)<sup>8</sup>

Diante da necessidade de buscar alternativas ao padrão agrícola moderno, pesquisadores, intelectuais e organizações pastorais que criticavam a modernização agrícola, aliados aos profissionais ligados ao campo, passaram a articular propostas para uma agricultura alternativa. Entretanto, de acordo com Luzzi (2007), nesse momento o entendimento sobre a agricultura alternativa era limitado, pois focava apenas em orientações técnicas, tendo pouca ou quase nenhuma discussão sobre outras questões tão importantes quanto essa. Uma das problemáticas que não era visualizada se refere a dependência entre o sistema agroalimentar e o mercado, em especial às multinacionais<sup>9</sup>, que durante a década de 1980 já controlavam o setor químico e mecânico da agricultura:

“Enquanto o movimento de agricultura alternativa criticava os agrotóxicos, as multinacionais estavam investindo em outras formas de dominação, ainda mais perigosas e com consequências ainda não mensuradas” (Luzzi, 2007, p. 22).

Até então, não se tinha ideia da dimensão dos problemas que a modernização agrícola traria para a sociedade, até porque, a narrativa de industrialização do campo foi construída em cima da necessidade de se produzir mais alimentos, contudo, os sistemas produtivos passaram a se especializar na produção de commodities. Assim, as dinâmicas territoriais de produção e circulação de alimentos foram sendo incorporadas numa dinâmica global que transforma a produção de alimentos em produção de mercadorias.

Considerando toda a discussão apresentada em torno da concepção da agroecologia, vimos que o viés científico traz aportes sobre a sustentabilidade dos sistemas produtivos ao produzir evidências sobre as melhores técnicas, tais como policultivo, plantio direto e rotação de culturas; o ponto central de investigação é o agroecossistema, não há aqui uma relação com o social. Já o

---

<sup>8</sup> Essa conjuntura dialoga com o item 2.4.

<sup>9</sup> “As multinacionais tinham o controle de grande parte da tecnologia difundida com o pacote tecnológico e, cada vez mais, foram aperfeiçoando a tecnologia visando ampliar o controle sobre o processo produtivo”. (Luzzi, 2007, p. 21)

viés da agroecologia, enquanto uma prática, vai destacar as dinâmicas entre os sistemas agrícolas e as comunidades tradicionais do Sul Global revelando a conexão que há entre essas sociedades e natureza. O terceiro viés é o da agroecologia vista como um movimento social e político, que surge após a modernização da agricultura, aqui podemos notar uma convergência entre os dois primeiros pilares (ciência e prática) que inspiram processos de (re)existência, mudança de valores e de atitudes na sociedade, e apontam para as diferentes territorialidades do campesinato na luta por justiça socioambiental.

Assim, destacamos dois pontos que contribuem para o debate sobre a territorialização da agroecologia. O primeiro é o fato de a agroecologia ganhar viabilidade por meio de estratégias construídas no território entre os agricultores familiares com o apoio de ONGs e instituições locais. Em segundo lugar, a territorialização da agroecologia é potencializada quando essas diferentes territorialidades passam a formar redes de cooperação para promover processos de aprendizagem coletiva, organização social e política em oposição ao modelo agrícola convencional.

Mesmo assim, a diferenciação entre os sistemas agroalimentares em escala global e local continuam a se acentuar. Quando comparados esses dois sistemas, vemos que o primeiro é dependente de tecnologias externas e se limita a produção de mercadorias, enquanto os sistemas agroalimentares curtos estão voltados para a produção e circulação de alimentos a nível local e regional. No próximo item buscamos analisar melhor essa diferenciação.

### **3.2 AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO SISTEMA AGROALIMENTAR: ENTRE O GLOBAL E O LOCAL**

O sistema agroalimentar corresponde aos processos de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, sendo imerso por dinâmicas territoriais com influências multiescalares e multidimensionais. Pesquisadores como Ploeg (2021) se dedicam a investigar a relação entre os sistemas agroalimentares e o mercado e quais as consequências disso para a sociedade. Críticos como Shiva (2014) mostram que esse regime alimentar, quando passa de uma escala local para uma escala global, sequestra a soberania e segurança alimentar de inúmeros povos, infligindo a fome e a deficiência alimentar às populações mais vulneráveis economicamente e

promovendo a eliminação das diversidades biológica, agrícola e cultural dos territórios.

Lamine *et al.* (2016) aponta que a teoria dos regimes alimentares tem como referência a economia política de inspiração marxista aplicada a análise das transformações do sistema agroalimentar na escala global, a partir da sua inserção no sistema capitalista, ressaltando que as dietas alimentares sofrem influência dos sistemas econômico e político. Segundo Lamine *et al.* (2016), o regime alimentar global é explicado por dois princípios básicos: o primeiro é o distanciamento cada vez maior entre a produção e o consumo dos alimentos; o segundo se refere às alterações no processo de produção e conservação que faz aumentar a durabilidade dos produtos. Dessa forma, esse modelo altera as dinâmicas territoriais locais ao provocar uma desestruturação das relações socioculturais historicamente construídas no território.

Com a promessa de acabar com a fome no mundo, a revolução verde transformou a agricultura num apêndice da indústria, no entanto, este foi só mais um mecanismo criado pelo sistema moderno/colonial para manter e estender ainda mais seu poder sobre os territórios. Ou seja, através da monocultura dos sistemas agrícolas, os agricultores tornam-se dependentes de tecnologias modernas e do capital, de modo que essa estrutura de dominação se perpetua por todo o sistema agroalimentar com implicações graves para os territórios.

Na região Oeste do Paraná, por exemplo, a modernização agrícola provocou uma diferenciação social no espaço rural na medida em que apenas os agricultores que dispunham de algum capital para barganhar os empréstimos é que conseguiram adquirir as novas e modernas tecnologias. Assim, além de terem sido beneficiados na compra da terra durante a política de expansão da fronteira agrícola com a revolução verde, eles foram novamente contemplados com o acesso ao pacote tecnológico oferecido pelas políticas agrícolas. Ao que se percebe, a consolidação dos novos espaços agricultáveis acontece quase que concomitantemente com a industrialização da agricultura e a incorporação do pacote tecnológico conhecido como revolução verde.

Essa prática se repete até hoje por meio da invasão de territórios tradicionais e na implementação de políticas agrícolas em países do Sul global, como denuncia Shiva (2014) no caso da Índia. De acordo com Dezordi (2013, p. 61), “o desenvolvimento da monocultura esteve associado ao ‘progresso’ e

desenvolvimento na visão dos grupos políticos e empresariais que controlam os meios de produção”. Schallenger e Schneider destacam que

A agricultura tornou-se uma atividade científica, fortemente dependente da informação e da pesquisa. Esta agricultura modernizada alterou as relações cidade-campo e exigiu a implantação de sistemas de engenharia complexos que garantissem a produção e, sobretudo, a circulação, uma vez que o mercado precedia a produção propriamente dita. (Schallenger e Schneider, 2010, p. 219-220)

Ainda que na região Oeste do Paraná mantenha-se o predomínio de pequenas unidades produtivas, o cooperativismo empresarial faz com que esses agricultores familiares voltem sua produção às demandas do mercado. Desse modo, os agricultores familiares se tornam consumidores de produtos e inovação tecnológica e, também, produtores de mercadorias (commodities). Um dos problemas é que esse modelo gera um círculo vicioso que demanda uma necessidade constante de investimento, energia e aplicação de produtos químicos (sintéticos) a fim de obter melhores resultados. Além disso, nesse modelo a agricultura está sujeita a especulação financeira e a produção de alimentos passou a ser controlada por agentes externos, os investidores que controlam o mercado, e não mais pelos agricultores.

Esse sistema não é sustentável do ponto de vista ecológico, social e econômico. Nas palavras de Vandana Shiva (1991, p. 2): “uma maior disponibilidade de recursos financeiros não pode regenerar a vida perdida na natureza pela destruição ecológica”. De acordo com a autora, a crise deste modelo surge de uma identificação equivocada, em que o aumento da produção de mercadorias é um fator que tende a melhorar a subsistência humana. Entretanto, como contraponto desse sistema moderno/colonial, tem-se a contaminação do ar, dos rios e a extinção de recursos naturais essenciais para se manter a vida no Planeta Terra, ou seja, é uma racionalidade que promove a extinção dos sistemas que geram, sustentam e protegem a vida.

No auge da ciência moderna, acreditava-se que tudo fazia parte de um sistema que obedece a uma ordem hierárquica de extração, produção, distribuição, comercialização, substituição e/ou descarte de bens, serviços e produtos. Ainda, incentivava-se a busca e exploração de recursos em lugares cada vez mais distantes como, por exemplo, na abertura de novas fronteiras agrícolas, sobrepondo áreas de proteção e os territórios de comunidades

tradicionais, gerando conflitos e destruição. Essa lógica considera a natureza apenas como fonte de matéria-prima e ignora o fato de que os recursos naturais do planeta têm se exaurido numa velocidade cada vez maior.

O problema maior é que esse modelo colonial/moderno/capitalista/eurocêntrico se transformou no padrão civilizacional. Por meio do progresso da ciência e do desenvolvimento tecnológico, prometeu-se conduzir as sociedades à liberdade, à democracia, à justiça e aos direitos humanos, no entanto, essa é a origem da crise socioambiental. Portanto, esse é um modelo de sociedade insustentável, pois é responsável pela destruição da natureza e a subordinação dos territórios e grupos sociais, como de indígenas, quilombolas e camponeses, que são sistematicamente violentados pelo Estado a serviço do capital.

O Estado participa ativamente desse processo através das regulamentações efetivadas pelo sistema político sobre o sistema agroalimentar. Ainda que os governos progressistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016) tenham conseguido realizar algumas reformas, no sentido de fortalecer os sistemas agroalimentares locais ao promover a distribuição de renda a população, o fizeram sem abandonar as alianças com os setores patronais do agronegócio. Nesse cenário político vemos que os governos progressistas deram condição para se inaugurar uma nova fase chamada de *neodesenvolvimentista*, em que as exportações de minérios, petróleo e commodities assumiram o papel central para impulsionar o crescimento econômico do País (Bresser-Pereira, 2011).

Outro exemplo, mais evidente, sobre o papel do Estado, está nos decretos assinados durante o governo Bolsonaro (2019-2022) autorizando a comercialização de agrotóxicos (Decreto 10.833/2021) até então proibidos, e que foram banidos da União Europeia por apresentarem riscos à saúde pública, e que a pesquisadora Larissa Bombardi<sup>10</sup> vem chamando de *colonialismo molecular*. Além disso, houve um enxugamento de recursos públicos destinados a fiscalização ambiental num esquema responsável pelo avanço do garimpo ilegal em territórios indígenas.

---

<sup>10</sup> Larissa Bombardi é professora e pesquisadora, autora da pesquisa: Geografia das Assimetrias, colonialismo molecular e círculo de envenenamento.

Com isto, o que se pode constatar é que o regime alimentar global está baseado no modelo racional, científico e economicista que vem sendo reproduzido nos países do Terceiro Mundo. Esse sistema agroalimentar, quando elevado a uma escala global, provoca a destruição da natureza e a devastação de comunidades inteiras, que são expulsas compulsoriamente de seus territórios, fazendo com que cada vez mais pessoas sejam impedidas de ter acesso aos recursos naturais básicos como água, terra e alimento.

Os fatores que impulsionam o regime agroalimentar global estão diretamente relacionados aos interesses que empresas transnacionais exercem sobre os sistemas políticos nacionais. Um exemplo disso é a bancada ruralista, que defende os interesses do latifúndio/agronegócio junto ao congresso brasileiro. Estas empresas promovem um forte *lobby* entre os seus aliados e, assim, influenciam nas decisões sobre o funcionamento do sistema agroalimentar local, o que Ploeg denominou de *impérios alimentares*

Os alimentos transitam por essa infraestrutura mediados por uma gama organizada e coordenada de transações que permitem seu descolamento desde o local de produção até o local de consumo. Essa infraestrutura, com seus diversos fluxos, é cada vez mais controlada por impérios alimentares, que a organizam e coordenam, obtendo enormes lucros com isso. Os impérios definem e aplicam os roteiros que determinam como os variados ingredientes que integram nossa comida transitam através da infraestrutura; como eles são combinados e para onde vão. Os impérios alimentares são as grandes redes que controlam a produção, o processamento, a distribuição e, cada vez mais, o consumo de alimentos. O objetivo dos impérios alimentares é se apropriar e centralizar o valor gerado na produção, no processamento e na distribuição dos alimentos. (Ploeg, 2021, p. 12)

A grande problemática disso é que as dinâmicas territoriais locais, que organizam os territórios quanto a produção e circulação de alimentos, são desfeitas. Os territórios passam a integrar redes cada vez mais complexas, onde quem determina o que deve ser produzido e quais os critérios de como se produzir e processar os alimentos se encontram num nível extra-local. Ademais, o controle da alimentação pelos impérios alimentares está por trás da precarização do trabalho no meio rural, que se reflete em alterações nos processos socioespaciais, aumento da desigualdade e da pobreza no campo. Os arranjos territoriais organizados a partir do capital estão em busca de produzir alimentos mais baratos e isso faz com que os camponeses que produzem em sistemas produtivos locais sejam marginalizados e, quando não conseguem

mais competir com os preços praticados no mercado, acabam sendo forçados a buscar trabalho fora do espaço rural. (Ploeg, 2022).

Nesse cenário, onde o sistema agroalimentar é atravessado por dinâmicas territoriais que vão do global ao local, a alimentação se torna um negócio lucrativo e passa a ser controlada por impérios alimentares. Dessa maneira, os produtores locais viram reféns de um sistema orientado pelo lucro e não mais para atender as necessidades básicas da população. De acordo com Shiva (2021), quando os impérios alimentares passam a deter o controle sobre as sementes e, conseqüentemente, sobre o que é produzido e consumido, tornam os agricultores e consumidores vulneráveis. Ploeg (2022) corrobora ao afirmar que a comida hoje não se restringe ao que é plantado e colhido nos sistemas agrícolas, pois vários ingredientes são fabricados pela indústria e incorporados aos alimentos processados que são distribuídos para o consumo.

A ironia de tudo isso é que, de todo alimento produzido no mundo, apenas 20% atravessam fronteiras internacionais; 80% é produzido e consumido no mesmo país. (...) Por essa razão, o problema se desloca dos circuitos internacionais para os domésticos, da mesma forma que ocorre um efeito em cascata no sentido inverso. Seja qual for a direção, o resultado é uma ampla gama de conseqüências negativas. O crescimento dos níveis de fome é uma dessas conseqüências. (Ploeg, p, 11, 2022)

Os países periféricos são os mais prejudicados por esse modelo, sobretudo as famílias camponesas que não conseguem competir com os baixos preços das commodities que entram no país. Além disso, Shiva (2021) denuncia que a modernização agrícola tem incentivado os agricultores a substituírem os sistemas agrícolas diversificados por monocultivos, a trocar as sementes crioulas por variedades geneticamente modificadas e a utilizar fertilizantes químicos no lugar das técnicas de manejo tradicionais, colocando-os sob o controle exercido pelo mercado e, não obstante, ao risco das intempéries climáticas.

Isso porque o sistema agroalimentar global também é responsável por desencadear processos vinculados às mudanças climáticas que afetam em cheio os territórios. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), a América Latina enfrenta desafios significativos relacionados ao clima, que geram incertezas quanto à manutenção da produção de determinadas variedades de alimentos essenciais à soberania e segurança

alimentar das populações locais, podendo, dessa maneira, agravar a insegurança alimentar na região nos próximos anos.

Toda essa complexidade de fenômenos por trás do sistema agroalimentar global nos mostra que estamos lidando com uma crise socioambiental cuja capacidade de resposta centrada em tecnologias oriundas da ciência moderna e do pensamento unidirecional se mostra limitada. Entretanto, de acordo com Hissa (2008b), é nos limites da ciência moderna que surgem os saberes ambientais, saberes que emergem das dúvidas e incertezas que nos cercam e, dessa maneira, nos conduzem a pensar outras relações possíveis. Para o autor, os saberes ambientais encontram-se amparados na ecologia de saberes e não na monocultura de saberes, tal qual se orienta a ciência moderna e que ignora a diversidade epistemológica do mundo.

Desse modo, a modernização agrícola elevada a uma escala global gera consequências negativas para a natureza por meio da contaminação do solo, da água e do ar. Mas, também, para a sociedade, levando os produtores a dependência econômica, ao êxodo rural, a diminuição das espécies cultivadas e a insegurança alimentar a fim de atender as demandas do mercado. Além do que, é preciso considerar o fato de que agricultores e territórios serão afetados pelas mudanças climáticas e precisarão lidar com o aumento das temperaturas, eventos extremos como secas, inundações e tempestades, aumento do nível do mar e perda da biodiversidade. Essa interdependência entre o sistema agroalimentar e o clima significa consequências diretas na produção de alimentos, com estragos irreversíveis como, por exemplo, perda de safras inteiras, o aumento da fome, o endividamento dos agricultores, instabilidade política e econômica (IPCC, 2022).

Contudo, se de um lado, há um sistema agroalimentar hegemônico que invade nos territórios e destrói as dinâmicas territoriais locais, intensificando a crise socioambiental, por outro lado, a resposta para isso se encontra na resistência dos camponeses que constroem diferentes alternativas para fortalecer os sistemas agroalimentares locais com base na agroecologia. Como indicamos anteriormente, a agroecologia é um sistema de produção que compreende princípios da ecologia aplicada aos agroecossistemas, integra as práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais e, também, se alinha ao movimento social e político por justiça social e ambiental (Altieri, 2012).

Dentro de uma gama de modelos de agricultura de base ecológica como, por exemplo, agricultura orgânica, regenerativa, natural etc., todos relacionados a ecologização do sistema agroalimentar, a agroecologia é um modelo que emerge nos territórios latino-americanos enquanto resistência à colonização e o apagamento do saber-fazer dos camponeses. Dessa maneira, compreendemos que a agroecologia contribui para a construção de sociedades sustentáveis e regenerativas por meio de dinâmicas territoriais que organizam os sistemas agroalimentares, orientando-os a produzir alimentos saudáveis, diversificados e suficientes para a garantia da soberania e segurança alimentar da população.

De acordo com Saquet (2011), o território e a territorialidade possuem um caráter multidimensional através do qual é possível identificar os elementos políticos, econômicos, culturais e ainda os encadeamentos das dimensões sociais e ecológicas para a vida cotidiana e que nos leva a entender como são construídas essas territorialidades.

Para nós, a territorialidade tem pelo menos um triplo sentido: a) corresponde às relações sociais que efetivamos todos os dias; b) à apropriação e demarcação de certo espaço na forma de área, área-rede ou rede-rede ou, ainda, de manchas com formatos regulares e/ou irregulares, dependendo dos processos sócio-espaciais que estão em jogo e, c) ao caráter organizativo de militância política e transformação em favor de uma sociedade mais justa. A territorialidade se constitui, dessa forma, numa problemática multidimensional, ao mesmo tempo, complexa, territorial, espacial e temporal: é substantivada por temporalidades (ritmos, desigualdades), tempos, territórios, diferenças e identidades. (Saquet, 2011, p. 211)

Desse modo, é preciso lembrar que foi através da observação dos ciclos da natureza que os camponeses conseguiram desenvolver e adaptar o cultivo de espécies vegetais bem como a criação de animais para suprir suas necessidades básicas de existência e, ainda, através das redes locais, promovem a circulação e o consumo de alimentos diversos nos territórios. Além do que, se por um lado, há uma continuidade das estruturas de dominação e colonização que buscam incorporar novos territórios para explorar os recursos disponíveis, ignorando as vivências dos povos e comunidades que ali habitam, por outro lado, diante da crise socioambiental vigente, diferentes esforços são direcionados na busca por soluções para as problemáticas acarretadas pelo sistema hegemônico.

Como resultado, diferentes espaços de diálogo foram abertos, sobretudo, no que diz respeito à territorialização da agroecologia. Muitas organizações voltaram seus trabalhos para expandir e disseminar esse tema, fazendo com que a agroecologia se tornasse uma referência de modelo socioproductivo para a agricultura familiar. Ademais, durante a realização do 4<sup>a</sup> Congresso Nacional do MST no ano 2000, a agroecologia foi eleita como um objetivo a ser seguido na orientação dos agricultores familiares assentados e acampados do MST (Costa Neto, 2000). A partir daí o movimento construiu diversas ações como, por exemplo, a realização anual das Jornadas de Agroecologia. Desde 2002, a Jornada de Agroecologia acontece em diferentes regiões do Paraná (e do Brasil), sendo que a última edição aconteceu em 2023 em Curitiba, na UFPR, uma demonstração da coalizão entre movimentos sociais, ONGs e Universidades.

Além das Jornadas de Agroecologia, destacam-se também a criação de espaços de formação, como a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), uma proposta de educação que surgiu em 2005, durante o Fórum Social Mundial, localizada no Assentamento Contestado na Lapa (PR). Ainda, salienta-se a existência dos Instituto de Agroecologia Latino-Americano na Amazônia (IALA Amazônico), fundado em 2009, localizado no Assentamento Palmares II, no Estado do Pará; o IALA Guarani, no Paraguai (criado em 2008); e o IALA Paulo Freire, na Venezuela (criado em 2006). (EELA, 2018; IALA Amazônico, 2018).

El proyecto de construcción de una articulación de institutos agroecológicos de carácter internacionalista se encuentra en el marco de las acciones de defensa de los principios de la Soberanía Alimentaria de los pueblos, de protección y multiplicación de las semillas nativas y la valoración de la agricultura campesina, de búsqueda de nuevas técnicas agrícolas amigables con el medioambiente y con la calidad de los alimentos, de las relaciones innovadoras entre los hombres y las mujeres en igualdad de derechos y condiciones, de integración latino-americana, de internacionalismo y de autodeterminación de los pueblos. (IALA Guaraní, 2014, P: 6)

Os IALAs e ELAAs são espaços dedicados à formação/educação política e técnica dos sujeitos do campo, idealizados por meio da articulação entre as organizações sociais que formam a Via Campesina, um movimento internacional que congrega cerca de 150 organizações sociais do campo e abrange 70 países. Dessa maneira, a formação de uma rede de escolas de agroecologia na América Latina pela Via Campesina tem como objetivo defender

a construção de um modelo de agricultura que preserve os recursos naturais, que promova a garantia da soberania alimentar e o direito dos povos em definir sua própria política agrícola. (Vieira, 2008).

As consequências do sistema agroalimentar global fizeram com que as discussões sobre a agroecologia e os sistemas produtivos locais fossem ganhando cada vez mais relevância. Tendo em vista a necessidade de aproximação entre as instituições ligadas ao tema no Brasil, em 2002, é criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A ANA é um movimento-rede que funciona como instrumento estratégico das organizações sociais e políticas, na qual participam produtores, técnicos e instituições de ensino que atuam na promoção da perspectiva agroecológica e no fortalecimento do sistema agroalimentar local.

Na sequência, em 2004, é criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que atualmente é responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Agroecologia, que no ano de 2023 chegou a sua XII edição. Além de apoiar ações dedicadas à construção, à promoção e à socialização do conhecimento agroecológico entre os profissionais que atuam com esse enfoque, a ABA busca estimular a população a participar das discussões sobre questões socioambientais. (Petersen 2009 apud Toledo, 2012).

Além desses, são exemplos de ações localizadas a Rede de Tecnologias Alternativas/Sul (Rede TA/Sul), uma articulação entre ONGs ambientalistas dos três estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) como, por exemplo, CAPA, Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (RURECO), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort (IAF), Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Centro Ecológico, Centro Viane de Educação Popular, Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO); o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), no Rio Grande do Sul, entre outras. (Picolotto e Branderburg, 2015).

Entre as ações desenvolvidas pelas organizações da Rede TA/Sul, destacam-se o trabalho de pesquisa, assessoria, formação e difusão na área de

tecnologias alternativas para a agricultura. As organizações que fizeram parte da Rede de Tecnologias Alternativas/Sul contribuíram com uma variedade de iniciativas que fortalecem as dinâmicas territoriais dos sistemas agroalimentares locais, como a organização dos produtores em associações, o resgate de técnicas tradicionais de produção, o banco de sementes e a organização de feiras de produtos orgânicos locais e regionais, ampliando os circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos. Posteriormente, as organizações que atuavam nessa rede, através de suas experiências, deram base para a formação da Rede Ecovida de Agroecologia.

A Rede EcoVida de Agroecologia foi fundada em 1998, por iniciativa de organizações de agricultores e ONGs (as mesmas da TA/Sul) que prestam assessoria técnica aos agricultores familiares no Sul do país. Entre os princípios da Rede Ecovida estão: agroecologia como base para o desenvolvimento; fortalecer as relações de economia popular solidária e articulação com outros espaços e formas de trabalho justo e solidário; priorização da relação direta entre produtores e consumidores; abastecimento local com perspectivas à segurança e soberania alimentar (Rede Ecovida, 2018). No próximo item trazemos mais detalhes sobre como funciona a Rede Ecovida de Agroecologia.

### **3.3 REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA: UMA PROPOSTA DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA DESDE BAIXO**

A Rede Ecovida de Agroecologia é a organização que está inserida nos diferentes territórios na construção da agroecologia emancipatória e da certificação participativa. A rede possui uma organização descentralizada e atualmente possui 34 núcleos regionais, com um total de 436 grupos formado por agricultores familiares, consumidores e técnicos e envolvendo 2.848 famílias e 20 organizações presentes em 352 municípios, majoritariamente na região Sul do Brasil (Ecovida, 2023). Ainda, em toda a área de atuação da Rede Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas, além de outras formas de comercialização que dão acesso aos consumidores a produtos diversificados e livres de agrotóxicos (Polnow, 2018).

Para um agricultor comercializar seus produtos como orgânico é necessário um registro junto ao órgão fiscalizador responsável. Foi através da Lei nº 10.831 de 2003 e do Decreto Nº 6.323 de 2007 que se constituiu o marco

regulatório para a produção orgânica no Brasil, composto por três formas de avaliação de conformidade de orgânicos que são: a certificação por auditoria, o controle social na venda direta e os SPGs. A certificação por auditoria é realizada por uma empresa privada, nesse método o agricultor contrata uma certificadora especializada e paga anualmente um valor de acordo com o projeto desenvolvido. No controle social para venda direta, o agricultor precisa estar vinculado a uma Organização de Controle Social (OCS) para que possa vender apenas de forma direta seu produto orgânico, sem direito ao uso do selo orgânico, porém deve apresentar uma declaração emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nos locais de venda direta, como feiras, por exemplo.

Por sua parte, o Sistema Participativo de Garantia do qual participa a Rede Ecovida é mais complexo. O SPG está vinculado a um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) que precisa estar credenciado ao órgão responsável pela fiscalização da produção (no Brasil é o Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa) para emissão dos certificados. A avaliação de conformidade dos produtos orgânicos e o método organizacional implementado nos SPGs são compartilhados por todos os atores sociais envolvidos com o sistema agroalimentar local. Assim, os agricultores, distribuidores, consumidores, ONGs, técnicos etc. dividem de forma colaborativa as responsabilidades quanto à certificação.

A experiência da certificação participativa da conformidade de produtos orgânicos, proposta e implementada na década de 1990 pelos sujeitos e organizações que compõe o OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) Rede Ecovida de Agroecologia, além de contribuir para a construção de resistências populares ao agronegócio, no processo de ativação de territorialidades em rede baseadas nos pressupostos da agroecologia, contribuiu para construir com inventividade, autonomies relativas e propostas de desenvolvimento alicerçadas em formas descentralizadas, engajadas ecologicamente e referenciadas no saber-fazer camponês. (Eduardo e Finatto, 2018, p.11-12)

As diferentes instâncias que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia são ilustradas na figura 1.

**Figura 2.** Instâncias organizativas da Rede Ecovida.



Fonte: Rede Ecovida (2018).

Nesse contexto organizacional, vemos que a base desse processo é o agricultor, sua família e a organização social que ele participa, depois vem as reuniões dos grupos de agroecologia, e também as reuniões e assembleias ordinárias e extraordinárias das associações e cooperativas onde eles estão politicamente organizados. Em uma instância superior dos grupos, das associações e cooperativas, temos o núcleo regional responsável por organizar a agenda de reuniões e assembleias em que são discutidos e definidos as normas e os regulamentos técnicos específicos de cada núcleo, a formação da comissão de ética e as atividades como, por exemplo, as visitas técnicas nas propriedades que estão em processo de certificação e recertificação. Os núcleos regionais são incumbidos de realizar, no mínimo, dois encontros por ano, com participação mínima de dois representantes de cada grupo. Já no nível estadual existem as plenárias estaduais e/ou as plenárias gerais de núcleos, que acontecem regularmente e reúne todos os núcleos que fazem parte da rede. A instância máxima é o Encontro Ampliado, que ocorre a cada dois anos em um dos estados que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia, que são Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS) e São Paulo (SP).

No ano de 2023, o Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia (EARE) chegou a sua XII edição, sendo realizado na Escola Milton Santos, em Maringá – PR, entre os dias 2 e 5 de novembro, com o lema “Agroecologia e Democracia - Protagonismo popular e práticas agroecológicas: respeitando vidas e promovendo diversidade”, onde quase 800 pessoas participaram dos

seminários, oficinas e plenárias organizadas pelas organizações que formam a Rede Ecovida.

O XII EARE é um momento de encontro e troca de saberes que busca debater temas relevantes que visam o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia nos territórios. O evento que não acontecia desde 2019, por causa da pandemia do COVID-19, teve um tema escolhido após as discussões em plenárias. O tema deste encontro é uma referência ao momento histórico do país, pois sintetiza a retomada dos processos democráticos após anos de desmontes das políticas públicas e da destruição da natureza, ressaltando a agroecologia como um movimento-rede em defesa da diversidade socioambiental. Além disso, esse tema vai ao encontro com o tema-problema discutido pela Turma XIV do PPGMADE.

Por todo esse histórico de organização social e política é que a atuação da Rede Ecovida de Agroecologia e a relação construída entre os agricultores familiares, ONGs e demais sujeitos do campo e da cidade fazem parte da construção da agroecologia emancipatória, ou seja, desde baixo. Além do mais, a diferença dos SPGs para as certificações por auditoria é que a segunda permite que apenas os produtores com maior poder aquisitivo acessem a certificação, enquanto os SPGs dão as condições necessárias para que a agricultura camponesa também consiga a certificação.

Por fim, com exemplos supracitados, constatamos que existe uma diferenciação muito grande entre o sistema agroalimentar global e o local. O primeiro é responsável pelo aumento das desigualdades sociais, da degradação ambiental e seu objetivo é atender os interesses hegemônicos voltados para a acumulação capitalista e controle dos territórios o que provoca o aumento da fome e a desestruturação dos sistemas produtivos e socioculturais locais. Já os sistemas agroalimentares localizados têm forte ligação com o trabalho desenvolvido por organizações de sociedade civil e movimentos sociais que se opõem à modernização agrícola implementada pela revolução verde, ao evidenciar aspectos socioambientais negativos desse modelo, um exemplo disso é a Rede Ecovida de Agroecologia. Assim, conhecer os processos de organização e ação coletiva se faz necessário, pois tanto os agricultores, consumidores, organizações sociais, entidades e instituições são elos

importantes para a dinâmica territorial da produção e circulação de alimentos de base agroecológica.

Entretanto, cada território tem suas especificidades (territorialidades, temporalidades etc.) que orientam a territorialização da agroecologia por meio de processos associados à organização social, política e econômica. Para identificar essas dinâmicas territoriais é preciso reconhecer quais os atores envolvidos, quais as práticas produtivas utilizadas, que políticas públicas estão disponíveis e quais os canais de comercialização desses alimentos. Para analisar a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná, propomos a construção de um quadro analítico com elementos de duas abordagens teórico-metodológicas que apresentaremos na sequência.

### **3.4 CONSTRUÇÃO DE UM QUADRO-ANALÍTICO PARA A ANÁLISE DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**

Quando nos desafiamos a analisar o processo de territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná, nos deparamos com duas abordagens teórico-metodológicas que apresentam elementos interessantes para tal. A primeira foi a abordagem territorial multidimensional construída por Saquet (2011) que entende o território enquanto um produto da processualidade histórica das relações socioambientais. A segunda foi a abordagem dos sistemas agroalimentares proposta por Lamine *et al.* (2016) que foca nos elos construídos para direcionar a ecologização do sistema agroalimentar no território.

Saquet (2011) trabalha a correlação entre espaço-tempo-território e território-rede-lugar, demonstrando que em cada formação territorial ocorre processos de circulação, exploração, dependência e dominação nas relações sociais, mas também há (re)existências. Como vimos no tópico antecedente, os sistemas agroalimentares localizados são espaços de (re)existência, onde a agroecologia se faz presente sendo melhor retratada como um movimento-rede. Dessa forma, olhar para as dinâmicas territoriais nos permite identificar quais as forças propulsoras que agem para a ativação dos princípios e práticas agroecológicas de modo que “a territorialização se efetiva nessa relação sociedade-natureza, mediada pelas territorialidades” (Saquet, 2020, p. 136).

Entretanto, compreender o território, a partir das relações contra hegemônicas, significa entender quais são os fatores condicionantes, as necessidades, porque certas mudanças são acionadas no mundo da vida, pois

Limpar, plantar, capinar e colher são atividades estáveis no espaço e no tempo. (...) Porém, a territorialidade é uma forma de união a partir do uso comum dos recursos, facilitando a reciprocidade nas tarefas para indivíduos e famílias. (Saquet, 2020, p. 89)

Assim, é preciso estudar as territorialidades da agricultura familiar e demonstrar quais são as principais continuidades e mudanças refletidas no território. Através da perspectiva histórica, conseguimos decifrar os arranjos territoriais da agricultura familiar na região Oeste do Paraná e os processos que levaram à emergência e estruturação da agroecologia nesse território. De acordo com Saquet (2011, p.221-222) “há uma trama territorial de relações, redes e nós, também multidimensional e histórica, desde o cultivo e manejo até a comercialização e certificação da produção”.

Para tanto, entende-se que a territorialização da agroecologia é impulsionada por diferentes atores e relações socioespaciais, as quais envolvem processos econômicos, políticos, culturais e ambientais. Dessa maneira, a territorialização da agroecologia corresponde a um processo complexo, com atores e relações sociais diversas que precisam ser compreendidos considerando as diferentes dimensões da vida em sociedade. (Saquet, 2020).

“La territorialización y las territorialidades generan los lugares como una de sus configuraciones históricas que necesitan ser comprendidas, representadas y explicadas juntamente con el territorio” (Saquet, 2017, p. 46).

No nível local, as unidades produtivas representam territórios de vida, luta e resistência do campesinato. Assim, o campesinato produz territorialidades no tempo e no espaço, sendo contextualizadas na localidade, no município, no estado, no país e em nível internacional através das redes e nós (Saquet, 2014). A partir do nosso estudo, observamos que essas redes e nós podem ser caracterizadas através do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia que representa uma das formas de organização do campesinato nesse território sendo, portanto, nosso objeto de estudo.

Conforme Saquet (2018), a formação e a qualificação da consciência de classe e de lugar são peças fundamentais para o avivamento das territorialidades

existentes em determinado espaço-tempo. Na região Oeste do Paraná, por exemplo, vimos essa mobilização acontecer entre os camponeses principalmente no período de construção da Hidrelétrica de Itaipu e da modernização agrícola com apoio das comunidades eclesiais de base e da Pastoral da Terra. Sendo assim, a “territorialidade é uma mediação, num território de mobilização, (in)formação, enfrentamento, luta, resistência e práxis” (Saquet, 2021, p. 3).

Com respeito a agroecologia, estudos empíricos realizados por Eduardo e Finatto (2018) sobre a territorialização da agroecologia no Paraná demonstram que a agroecologia vem sendo praticada pelos camponeses que aliam as características sociais e econômicas próprias com as características do ambiente onde estão inseridos, de modo que a agroecologia é concebida enquanto uma matriz produtiva estratégica para a reprodução do campesinato.

Já Pollnow (2018) analisa a Rede Ecovida de Agroecologia e sua atuação territorial que valoriza os atores sociais e as organizações locais protagonizando a maior experiência em certificação participativa no Brasil e, também, é responsável por promover processos de aprendizagem coletiva. Esse tema também é objeto de pesquisa de autores como Giraldo *et al.*, (2021) que definem a territorialização da agroecologia

como un proceso que lleva a un número cada vez mayor de familias a practicar la agroecología en territorios cada vez más amplios, y que involucra a más personas en el procesamiento, distribución y consumo de alimentos producidos de forma agroecológica, tanto en el campo como en la ciudad. Giraldo *et al.*, (2021, p. 474)

Suas investigações sobre o tema, desenvolvida em diferentes países, apontam que os processos sociais mais efetivos na territorialização da agroecologia se encontram ligados a processos organizativos próprios (dimensão política) e métodos de aprendizagem construtivista (dimensão cultural), como os que mostramos no item da agroecologia enquanto movimento social e político. Além disso,

estos procesos acumulan fuerza cuando aliados como ONG, gobiernos y otros sectores contribuyen con recursos clave y ayudan a crear ambientes apropiados; y una vez se logra tejer un discurso movilizador y crear mercados favorables (*dimensão económica*) que amplían el poder transformador de la agroecología en ámbitos distintos al de la producción. Giraldo *et al.* (2021, p.475). (Grifo nosso)

Isso porque, quando as ações são elaboradas por um conjunto de atores, cria-se um ambiente capaz de potencializar a territorialização da agroecologia. Mier e Terán *et al.* (2021), por sua vez, propõem 8 fatores chaves para entender o desenvolvimento da agroecologia que são: i) existência de uma crise que impulsiona a busca por alternativas; ii) organização social; iii) processos de aprendizagem construtiva; iv) práticas agroecológicas efetivas; v) discursos mobilizadores; vi) aliados externos; vii) mercados favoráveis; e viii) políticas favoráveis. São fatores interessantes que auxiliam na compreensão da agroecologia, no entanto, encontram-se centrados em processos formativos e políticos.

Diante dessa variedade de abordagens sobre a territorialização da agroecologia, optamos pelos pressupostos elaborados por Saquet (2014), porque ele entende que o território é formado a partir das interações sociais efetivadas no espaço-tempo, de maneira que a natureza é o fator e/ou processo contínuo de unidade com a sociedade. Ao conceber a abordagem territorial multidimensional esse autor reconhece que o território apresenta aspectos pluridimensionais (tanto econômico como político, cultural e natural). A multidimensionalidade indica que as territorialidades são materializadas todos os dias tanto econômica, cultural e politicamente em interação com natureza o que, por sua vez, exige uma abordagem e concepção múltipla e híbrida para sua apreensão e explicação.

Conforme Saquet (2020),

As dimensões sociais do território (economia, política e cultura) estão no mesmo nível. Porém, ora uma(s), ora outra(s) dimensão(sões), em cada lugar e momento e/ou período histórico, pode(m) predominar diante das demais. O que muda e/ou permanece, para cada período e/ou momento e lugar, é o arranjo territorial, através das formas espaciais e relações que esse arranjo assume. (Saquet, 2020, p. 185)

Tomamos como exemplo o período de alagamento das terras da região pela construção do reservatório de Itaipu, embora todas as dimensões fossem afetadas, o fator de maior evidência para a mobilização dos sujeitos era o cultural, ou seja, o compartilhamento sobre a perda do modo de vida e trabalho das famílias camponesas. Enquanto que em reação a modernização agrícola vemos a dimensão econômica ganhar destaque pela substituição da mão de obra dos trabalhadores pelas máquinas fazendo com que os camponeses não

conseguissem mais satisfazer suas necessidades básicas de moradia e alimentação. Ademais, em razão dos processos de degradação ambiental, erosão do solo e contaminação dos recursos hídricos cada vez mais a dimensão natural tem mobilizado a organização social dos sujeitos no território.

Nesse sentido, através dessas quatro dimensões - econômica, política, cultural, natural -, podemos observar os arranjos construídos no território e então fazer conhecer os fatores determinantes para a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná. Diante disso, consideramos que trabalhar com a abordagem territorial multidimensional nos oferece a oportunidade de observar como os diferentes atores se mobilizam para a luta contra hegemônica, seja através da propriedade familiar, dos cultivos diversificados, da autogestão, da organização política, ou das subjetividades e identidades (individual e coletiva) construídas no processo de territorialização da agroecologia.

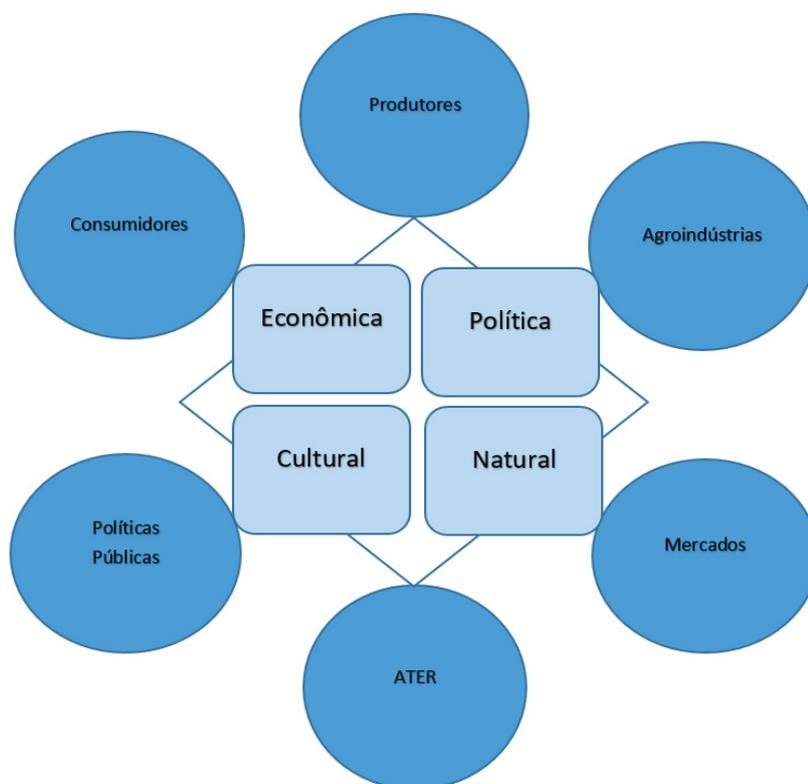
Para complementar nossa análise utilizaremos autores, a exemplo de Lamine (2016; 2020 apud Palm, 2021), que colocam ênfase na transformação dos *sistemas agrialimentares* na escala local, ressaltando o papel da *agência humana* no processo de evolução e mudança do sistema agroalimentar territorial. Essa abordagem surge a partir de pesquisas empíricas na França sobre a transição ecológica de sistemas agroalimentares territoriais. Ao cunhar a noção de *sistema agrialimentar* a autora evidencia não somente os atores envolvidos na cadeia de produção, transformação, distribuição e comercialização de alimentos - que é clássico na análise de sistemas agroalimentares -, mas inova ao integrar outros atores no processo como a *extensão rural*, as *políticas públicas* e os *consumidores*.

Nos últimos anos, a abordagem dos sistemas agrialimentares territoriais foi incorporada e adaptada por pesquisadores que investigam as redes alternativas de produção e circulação de alimentos no contexto brasileiro, a exemplo de Castro *et al.*, (2023), Darolt *et al.* (2023) e Palm (2021). O uso dessa perspectiva teórico-metodológica permite analisar as interações entre os atores, os conflitos e disputas que acompanham o sistema agroalimentar em meio ao processo de transição ecológica. Para isso, considera-se que a transição dos sistemas agrialimentares territoriais emerge de ações articuladas por diferentes atores representados por: produtores, agroindústrias, mercados, ater, políticas

públicas e consumidores que almejam alcançar uma mudança no padrão alimentar.

Em resumo, investiga-se como as *interações* entre esse conjunto de atores orientam a transição do sistema agrifood territorial. Ainda, essa abordagem propõe a investigação e análise das *diferentes iniciativas*, ou ainda, *os diferentes atores* que emergem em determinado recorte espacial, tendo em vista a ecologização do sistema agroalimentar. Portanto, essa é uma abordagem interessante porque nos faz conhecer os *atores chaves* da ecologização do sistema agroalimentar territorial. Assim, propomos uma fusão entre a abordagem multidimensional territorial elaborada por Saquet (2017), com a abordagem dos sistemas agrifood territoriais, sendo que a primeira foca nos fatores determinantes da territorialização enquanto a segunda nos atores chaves da agroecologização. A figura 2 abaixo ilustra as duas abordagens.

**Figura 3.** Atores e Dimensões para a análise da Territorialização da Agroecologia

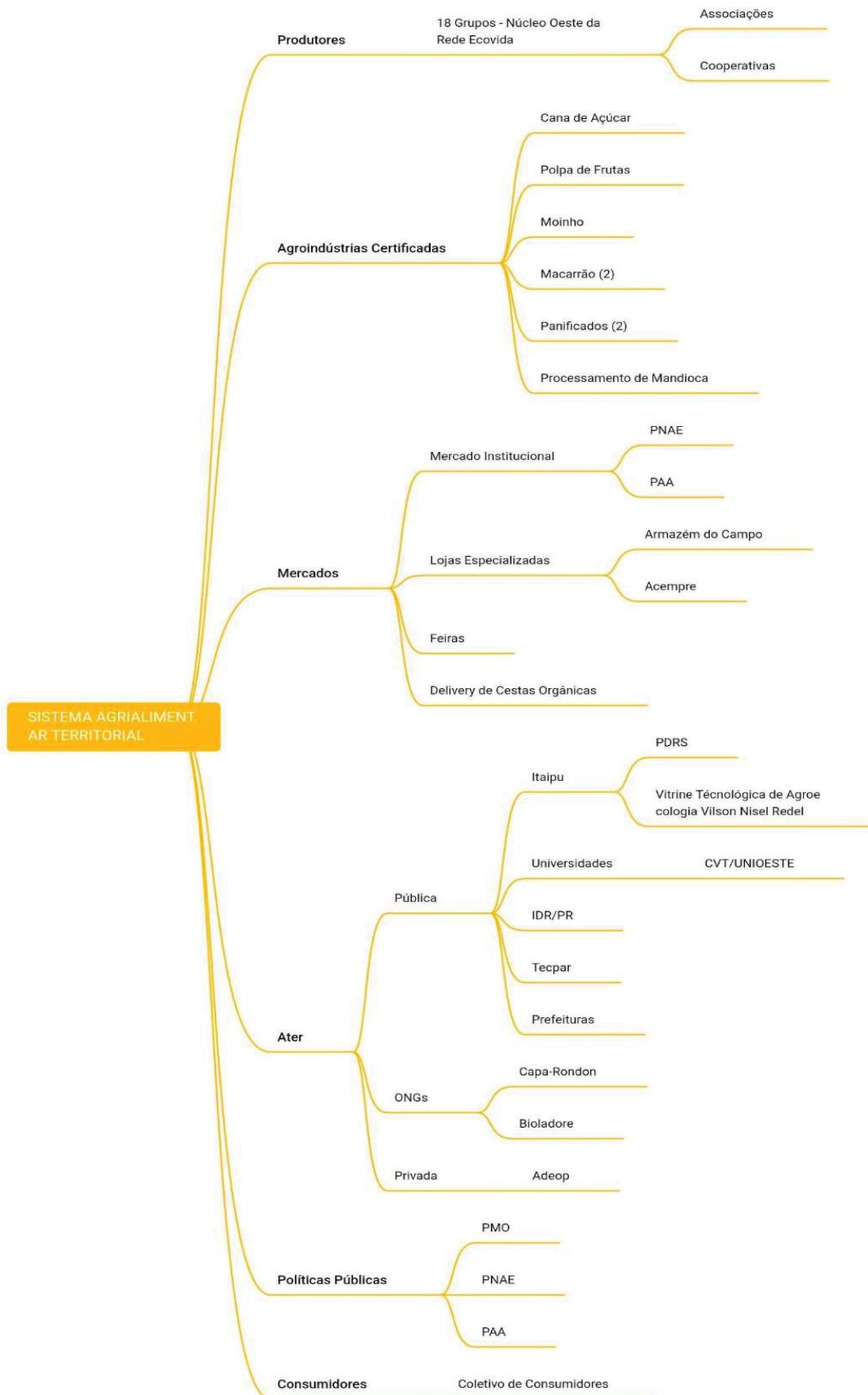


O esquema acima apresenta, nas bordas, os atores chaves no processo de ecologização do sistema agrifood e, no centro, as dimensões de análise. Os atores chaves do sistema agrifood territorial são representados pelos **produtores** que, através das suas atividades diárias, produzem uma variedade de alimentos; as **agroindústrias** são responsáveis pela transformação dos produtos; os **mercados** representam os canais de escoamento da produção; a **ATER** participa orientando os agricultores sobre as melhores técnicas e práticas de cultivo em sistemas agroecológicos; as **políticas públicas** tem o papel de reconhecer o trabalho dos agricultores familiares e fortalecer suas iniciativas, e os **consumidores**, ao dar preferência ao consumo de alimentos agroecológicos, incentivam a sustentabilidade da agricultura camponesa.

Esses atores que participam do sistema agrifood encontram-se conectados numa trama territorial por meio das dimensões: Econômica, Política, Cultural e Natural onde a relevância de cada fator se altera no tempo e no espaço concebendo, desse modo, distintas territorialidades. Entretanto, é importante esclarecer o que cada uma dessas dimensões representa. Quando tratamos da dimensão da **Economia** nos referimos as trocas, ou seja, a maneira pela qual os sujeitos satisfazem suas necessidades básicas de moradia, alimentação e vestuário. A dimensão **Política** corresponde as formas de organização social do campesinato e a gestão dos conflitos. A dimensão **Cultural** evidencia os símbolos e signos que são aprendidos e replicados pelas famílias camponesas. E por fim, a dimensão **Natural** trata dos recursos disponíveis no território.

Dessa maneira, ao utilizar tanto os elementos da abordagem construída por Lamine quanto às dimensões da abordagem feita por Saquet, queremos desvendar o emaranhado de relações e articulações relacionados à territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná. Durante o trabalho de campo identificamos os atores chaves que compõem o Sistema Agrifood Territorial da região Oeste do Paraná representados pela Figura 3. Discutiremos cada um deles no próximo item.

**Figura 4:** Atores Chaves do Sistema Agrifood Territorial na Região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

As dinâmicas territoriais que potencializam a territorialização da agroecologia têm a ver com as ações desenvolvidas por esse conjunto de atores indicados na figura 3 que compõem o sistema agrifood territorial. Contudo, nota-se que, há atores-chaves que influenciam a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná. Estes se concentram nos arranjos estabelecidos entre “produtores”, “políticas públicas” e “ATER” sendo influenciados por um cenário nacional de fortalecimento “político” e “econômico” da agricultura familiar e, também, no nível local por preocupações com a qualidade “ambiental”, sobretudo, os recursos hídricos que impactam a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Para tanto, levando em conta os arranjos construídos entre o sistema agrifood territorial e as dimensões evidenciadas, elaboramos um quadro teórico-metodológico onde apresentamos os elementos que serão considerados nesta análise:

**Quadro 1.** Quadro teórico-metodológico para análise da agroecologia

<b>Dimensões da Abordagem Territorial Multidimensional (Saquet)</b>	<b>Processos a serem observados</b>	<b>Atores Chaves na Ecologização dos Sistemas Agrifood Territoriais (Lamine)</b>
Econômica - a maneira os sujeitos buscam satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, moradia, vestuário etc.)	Produção para o consumo (subsistência); Produção para comercialização;	Produtores Agroindústrias Mercados Ater Políticas Públicas Consumidores
Política – organização social e a gestão dos processos no território	Grupos; Associações; Cooperativas;	Produtores Políticas Públicas ATER

Cultural - os meios pelos quais o conhecimento é produzido e disseminado, os símbolos e signos utilizados;	O saber fazer produtivo; A diversidade étnica dos produtores; Idade e gênero;	Produtores Ater Políticas Públicas
Natural – recursos disponíveis no ambiente	O uso do solo; As técnicas utilizadas; Diversificação da Produção;	Produtores Ater Políticas Públicas

Fonte: Elaborado pela autora.

Para relembrar, no capítulo 01 percorremos a processualidade histórica da região Oeste do Paraná, com os diferentes ciclos econômicos, os conflitos socioespaciais e as mudanças técnicas que acompanharam os sistemas de produção até a emergência de processos voltados para a ecologização do sistema alimentar. Agora, a partir do quadro teórico-metodológico, nosso foco é compreender a territorialização da agroecologia por meio das configurações territoriais referente aos processos de produção, comercialização, organização social, características socioculturais, uso e ocupação do solo através do conjunto de atores que formam o sistema agrialimentar territorial e as dimensões indicadas.

Entendemos que o território é o resultado da ação dos sujeitos no desenvolvimento das suas forças produtivas e as territorialidades (articulação, arranjos, nós e redes) sofrem influência das dimensões política, econômica, cultural e natural que atuam conjuntamente. Dessa forma, com os elementos descritos no quadro teórico-metodológico, procuramos voltar nossa atenção para os agricultores familiares da região. Ao trabalhar a terra eles produzem uma variedade de alimentos agroecológicos e realizam o processamento de forma artesanal seja para o consumo familiar e/ou promovendo a circulação de produtos e mercadorias nos mercados locais e regionais (dimensão econômica). Também, encontram-se organizados por meio de grupos locais, associações e cooperativas para o fortalecimento mútuo (dimensão política). E nesse esforço, compartilham valores, normas, comportamentos, hábitos, saberes e práticas reproduzindo aspectos da vida familiar e comunitária (dimensão cultural). Ao

mesmo tempo, mostram respeito e cuidado com a natureza ao eleger sistemas de produção e manejo que preservam os recursos naturais.

Conforme Saquet (2011),

“o caráter multidimensional do território e da territorialidade permite que se destaque os fatores e elementos econômicos ou culturais ou políticos ou, ainda, imbricações dessas dimensões sociais e as redes de circulação e comunicação”. (...) É necessário conhecer as práticas cotidianas para entender a territorialidade, os territórios, os lugares, a exploração, a dominação, a degradação etc. Saquet, 2011, p. 210.

Dessa maneira, sabe-se que “as territorialidades correspondem às relações sociais e acontecem em cada família, entre as famílias, entre os indivíduos de diferentes lugares, entre os grupos e classes sociais” (Saquet, 2014, p. 134) e resultam na construção de identidades que são efetivadas cotidianamente, tanto individual como em grupos e mediadas pelas instituições locais. Já as temporalidades e ritmos nos remete ao fato no qual o agricultor familiar agroecológico vive processos diferenciados por trabalhar com sistemas produtivos que se encontram mais próximos dos ciclos da natureza.

O território, nesses termos, é produto e condição de forças colocadas em curso pelo agir humano nas dimensões da economia, da política, da cultura e da natureza. (...) A política e a economia agem nas distintas formações territoriais em convergência e/ou divergência de forças nos processos de apropriação e produção territorial. A cultura sintetiza os códigos simbólicos, as identidades, o saber fazer acumulado, as territorialidades assimiladas socialmente (que também geram contradições). (Eduardo e Saquet, 2010, p.4)

De acordo com os autores, o território é o local de convergência dos diversos nós e redes, através dos quais interagem múltiplos sujeitos, lugares e instituições que revelam superposições, heterogeneidades, continuidades e descontinuidades. Isso significa que o território é ao mesmo tempo síntese, produto e condição para a efetivação da relação sociedade-natureza. Assim, as dimensões da abordagem territorial multidimensional na análise da territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná oferecem um olhar amplo sobre como acontece a ecologização do sistema alimentar territorial. Já a abordagem dos sistemas agrifalimentares enfatiza os arranjos territoriais através dos circuitos de produção e circulação de alimentos agroecológicos. Seguimos então com a análise da territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná.

## 4 TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

No capítulo anterior, vimos que o sistema agroalimentar produz dinâmicas territoriais que vão da escala local à global. O modelo de produção hegemônico funciona em consonância com a ciência disciplinar e a estrutura moderno/colonial, sendo controlado por impérios alimentares (Ploeg, 2021). Isso desencadeia efeitos negativos para a sociedade e a natureza, resultando no aumento da fome e da degradação ambiental em diversas regiões. Entretanto, mostramos também que, a agroecologia, em suas diferentes manifestações: ciência, política e cultura se integra as dinâmicas territoriais locais emergindo como um sistema produtivo contra-hegemônico de (re)existência da agricultura camponesa. Nesse sentido, damos continuidade ao exercício de interpretação desde o território afim de decifrar os aspectos sobre a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná.

Compreendemos que

O território é uma construção social, cuja processualidade assenta-se nas relações sociais que realizamos todos os dias. Essas relações correspondem às territorialidades que são multidimensionais, isto é, ocorrem tanto nas relações econômicas como nas políticas e culturais (...). (Saquet e Sinhorini, 2008, p. 11)

Sendo assim, num mesmo espaço-tempo, diferentes territorialidades são combinadas e operam no território. Vimos, lá no início, por exemplo, que as ações voltadas para a agroecologização dos sistemas produtivos na região Oeste do Paraná partem do interesse de instituições locais, como a empresa Itaipu Binacional, que tem o objetivo de restaurar e manter o equilíbrio ambiental na área onde funciona a sua hidrelétrica. As ações desenvolvidas pela empresa se encontram respaldadas, sobretudo, pela dimensão natural. Desde que a Usina Hidrelétrica de Itaipu começou a funcionar, é feito o monitoramento do Lago de Itaipu para identificar os principais riscos aos recursos hídricos da região que apontam para:

1. A contaminação dos rios, solos, seres humanos e animais por agrotóxicos; 2. Perda de solos pela erosão, levando à sedimentação dos corpos d'água e à perda de produtividade agrícola; 3. Acúmulo de matéria orgânica nos rios provocando eutrofização (surgimento de algas e bactérias tóxicas, favorecendo a formação de pântanos e a emissão de gases de efeito estufa); 4. Perda da biodiversidade

decorrente do desmatamento e desaparecimento de espécies animais.  
(Buonato, 2011, p. 69)

Contudo, todas essas ameaças estão relacionadas ao padrão técnico-produtivo das atividades exercidas pelo agronegócio. Mas, apesar do agronegócio ser um dos grandes responsáveis pelas problemáticas socioambientais, esse modelo de produção agrícola continua a predominar, tendo em vista que a produção agropecuária da região representa uma das áreas mais importantes para a economia do Estado e, também, do Brasil, fortalecendo essa estrutura produtiva e econômica.

É indiscutível, no entanto, como a modernização agrícola tem transformado a paisagem da região que atualmente se destaca pelas extensas plantações de soja e milho. Nesse caso, a partir da abordagem territorial multidimensional, podemos observar que aqui o fator econômico está voltado para a produção de mercadoria com subordinação as regras do mercado e isso se sobrepõe ao equilíbrio ambiental, mas não para por aí, pois essa dinâmica também vai afetar as demais dimensões territoriais que tem a ver com a política e a cultura.

O fato é que, desde que a revolução verde chegou ao país, a região Oeste do Paraná vem absorvendo tecnologias industriais, apresentando uma agricultura organizada em monocultivos, dependente de capital e que utilizam grande quantidade de agroquímicos. Diante disso, o uso intensivo do solo pela produção agropecuária convencional representa uma ameaça para o meio ambiente, com implicações que interferem diretamente no tempo de vida útil da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Portanto, esse alerta sobre a qualidade ambiental é o que justifica as ações da Itaipu relacionadas a ecologização da agricultura no território.

Entretanto, não podemos esquecer as demais dimensões, de modo que, a agricultura familiar e o agronegócio tangenciam conflitos em diferentes territórios, provocando processos de desterritorialização. Em vista disso, temos um conflito de interesses pelos recursos disponíveis, pelos símbolos e modo de vida sendo que, de um lado, está o avanço do agronegócio com a produção de commodities e, do outro lado, a agricultura camponesa produtora de alimentos que garantem a soberania e segurança alimentar da população.

Ademais, em meio a isso, vemos que “a agroecologia está em uma encruzilhada, enfrentando uma grande luta contra sua possível cooptação pelo sistema hegemônico” (Rosset e Altieri, 2022, p. XX). Dessa maneira, consideramos que produzir alternativas sem que os principais causadores da crise socioambiental sejam apontados e responsabilizados pelos seus atos não nos parece suficiente. Caso contrário, as soluções apresentadas não passarão de ações pontuais como, por exemplo, as focadas em mudanças técnico-produtivas, sem que ocorra uma mudança estrutural de fato.

A agroecologia não promove receitas técnicas, mas princípios; portanto, não é uma agricultura de insumos, mas de processos. Para que as tecnologias derivadas da aplicação dos princípios sejam relevantes para as necessidades e circunstâncias dos pequenos agricultores, o processo de geração tecnológica deve, idealmente, resultar de um processo de pesquisa participativo (...). (Rosset; Altieri, 2022, p. 2-3)

Sendo assim, é preciso desvendar como cada um dos atores relacionados ao sistema agrifood territorial respondem às problemáticas socioambientais e aos processos de ecologização da agricultura relacionando-os também com as dimensões sociais: da economia, da política e da cultura. Na sequência, apresentamos os atores-chaves e os processos que emergiram no território, as territorialidades e suas temporalidades, a fim de entender como contribuem para a territorialização da agroecologia.

#### **4.1 ATORES E PROCESSOS CHAVES DO SISTEMA AGRIFOOD TERRITORIAL**

A territorialização se refere a processos orientados no tempo e no espaço e, quando adicionada a palavra agroecologia, representa, na prática, ações voltadas para a transição dos sistemas agroalimentares territoriais. Como destacado no primeiro capítulo, desde os anos 2000 há processos voltados para a estruturação da agroecologia na região Oeste do Paraná, indicando uma mudança quanto aos processos sociotécnicos da agricultura que, por sua vez, são orientados por atores-chaves. Os atores-chaves do sistema agrifood territorial da região Oeste do Paraná estão representados na figura 3.

Durante a pesquisa, principalmente nos espaços de observação participante, a relação entre três atores se destacaram: os produtores com suas

características socioculturais diversas, as instituições de ATER que promovem espaços de troca de conhecimentos sobre os sistemas produtivos e as políticas públicas, principalmente as compras públicas da agricultura familiar. Ainda, identificamos que os produtores que trabalham com base em sistemas agroecológicos se encontram organizados através de grupos locais, associações e cooperativas. Atualmente há 18 grupos de produtores agroecológicos na região que juntos formam o Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia. De acordo com Eduardo e Finatto (2018), os grupos agroecológicos são compostos por agricultores, organizações e entidades de assessoria e coletivos de consumidores, que se configuram enquanto nós dos núcleos regionais nos territórios onde estão localizados e esses núcleos representam os nós políticos da rede.

Assim, pode-se dizer que o Núcleo Oeste da Rede Ecovida representa a dimensão política da agroecologia no território por ser um espaço de organização social dos agricultores familiares agroecológicos. Nesse sentido, buscamos conhecer mais a fundo as temporalidades e territorialidades dos grupos que formam o Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia.

As informações foram obtidas por meio de um questionário semi-estruturado aplicado aos representantes de 13 grupos (sendo 12 ativos e 1 não) referente ao apêndice 9.1. Os entrevistados participam da Rede Ecovida nos grupos: Antônio Companheiro Tavares, APOP-Palotina, Ecoiguaçu, Esperança Agroecológica, Esperança Jangadinha, Flor da Mata, Horizonte Novo, Lindeiros Ecológicos de Mercedes, Olga Benário, Proorto, Resistência Camponesa, Valmir Mota e Vida Orgânica. Além disso, informações complementares foram obtidas junto a coordenação do Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida.

No mais, ressaltamos que essa é uma pesquisa qualitativa, entretanto, a análise dos dados das entrevistas por meio de tabelas e gráficos tem a função de ilustrar as informações colhidas e melhor sistematizá-las, com a finalidade de destacar pontos importantes referentes a característica social das famílias que trabalham com a agroecologia na região.

#### **4.1.1 O NÚCLEO OESTE DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

Os núcleos regionais podem ser considerados como uma estratégia de atuação territorial da Rede Ecovida, de forma descentralizada e posicionando os agricultores/as, técnicos/as, consumidores/as e outros

atores de cada território como protagonistas no processo de organização e de certificação. (Polnow, 2018, p. 699)

O Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia em sua trajetória apresenta um total de 21 grupos, com abrangência em 18 municípios da região Oeste do Paraná que estão identificados no quadro 2. Frisa-se, no entanto, que o número de grupos ativos até a finalização dessa pesquisa corresponde a 18 grupos e abrange 16 municípios, pois houve uma baixa de três grupos nos últimos anos que foram: Ander Rodolfo Henrique<sup>11</sup>, localizado num assentamento da reforma agrária do MST no município de Diamante d'Oeste, o grupo Ava Guarani, localizado na aldeia Indígena Tekoha Ocoí em São Miguel do Iguaçu, e a exclusão mais recente do grupo APOP-Palotina (Associação de Produtores Orgânicos de Palotina).

**Quadro 2:** Grupos do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia, Paraná, 2024.

MUNICÍPIO	NOME DO GRUPO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Cascavel	Esperança Jangadinha	4
Cascavel	Flor da Mata	9
Cascavel	Resistência Camponesa	8
Cascavel	Valmir Mota	25
Foz do Iguaçu	Ecoiguaçu	17
Marechal Cândido Rondon	Horizonte Novo	10
Marechal Cândido Rondon	Folha Verde	9
Marechal Cândido Rondon / Entre Rios do Oeste	Capaeco	9
Mariluz	Cuidando e Cultivando a Vida	8
Matelândia/Medianeira	AAFEMED	5
Mercedes	Lindeiros Ecológicos de Mercedes	6
Missal	APROMIS	3
Pato Bragado	APOP-Pato	3

<sup>11</sup> Para saber mais sobre esse grupo ver o trabalho de André Luiz de Souza (2017): Experiências Agroecológicas na Agricultura Familiar em Assentamentos da Reforma Agrária do MST: Entre o Ideal e o Concreto/Estudo de Caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d'Oeste, PR.

Ramilândia	Esperança Agroecológica	4
Santa Helena	Vida orgânica	6
Santa Tereza do Oeste	Olga Benário	5
São Miguel do Iguaçu	Antônio Companheiro Tavares	5
Toledo/Tupãssi	Proorto	9
Diamante d'Oeste	Ander Rodolfo Henrique	_____
São Miguel do Iguaçu	Ava Guarani	_____
Palotina	APOP-Palotina	_____

Fonte: Elaborada pela autora.

Considerando a soma total dos grupos, o Núcleo Oeste PR reúne atualmente 146 famílias em seu quadro de participantes. Desse total, 137 representam agricultores familiares que trabalham com sistemas produtivos agroecológicos e 9 são identificados como coprodutores, pois se referem aos técnicos e/ou consumidores que participam dos grupos. Os grupos que possuem coprodutores são APROMIS com 1 e Capaeco com 8. Como podemos notar, há grupos com apenas 3 famílias enquanto outros chegam a ter 25 famílias.

Em ordem crescente temos: APOP-Pato Bragado com 3; APROMIS, Esperança Agroecológica e Esperança Jangadinha com 4; AAFEMED, Antônio Companheiro Tavares e Olga Benário com 5; Lindeiros Ecológicos de Mercedes e Vida Orgânica com 6; Cuidando e Cultivando a Vida e Resistência Camponesa com 8, Capaeco, Flor da Mata, Folha Verde e Proorto com 9; Horizonte Novo com 10; Ecoiguazu com 17; e Valmir Mota com 25 integrantes.

A Rede Ecovida apresenta a proximidade como característica para a formação dos grupos, no entanto, não há um critério específico sobre a distância. Por exemplo, há casos de grupos com integrantes que são vizinhos de cerca ou que vivem na mesma comunidade, enquanto outros estão mais afastados geograficamente. O levantamento sobre o processo histórico de formação dos grupos do Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida de Agroecologia demonstra que os limites municipais ou regionais não são um empecilho para a formação e/ou organização dos grupos no território, de fato o que é levado em consideração é a proximidade espacial e relacional dos produtores, considerando o interesse e a disposição em participar da rede.

Com exceção do grupo Cuidando e Cultivando a Vida de Maripá, que geograficamente pertence à região Noroeste, todos os demais estão localizados na região Oeste do Paraná. Também, há grupos que abrangem mais de um município, como é o caso do Capaeco, que reúne integrantes de Marechal Cândido Rondon e Entre Rios do Oeste, do Proorto, que tem agricultores de Toledo e de Tupãssi e da AAFEMED, que integra produtores de Medianeira e de Matelândia. Assim, cada grupo tem sua própria temporalidade e territorialidade. A temporalidade está relacionada ao tempo de inserção e caminhada do grupo na Rede Ecovida, enquanto a territorialidade diz respeito às relações sociais construídas no espaço-tempo (Saquet, 2017). Podemos examinar as temporalidades de cada grupo no gráfico 1.

**Gráfico 1:** Ano de criação de Grupos da Rede Ecovida de Agroecologia, na região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

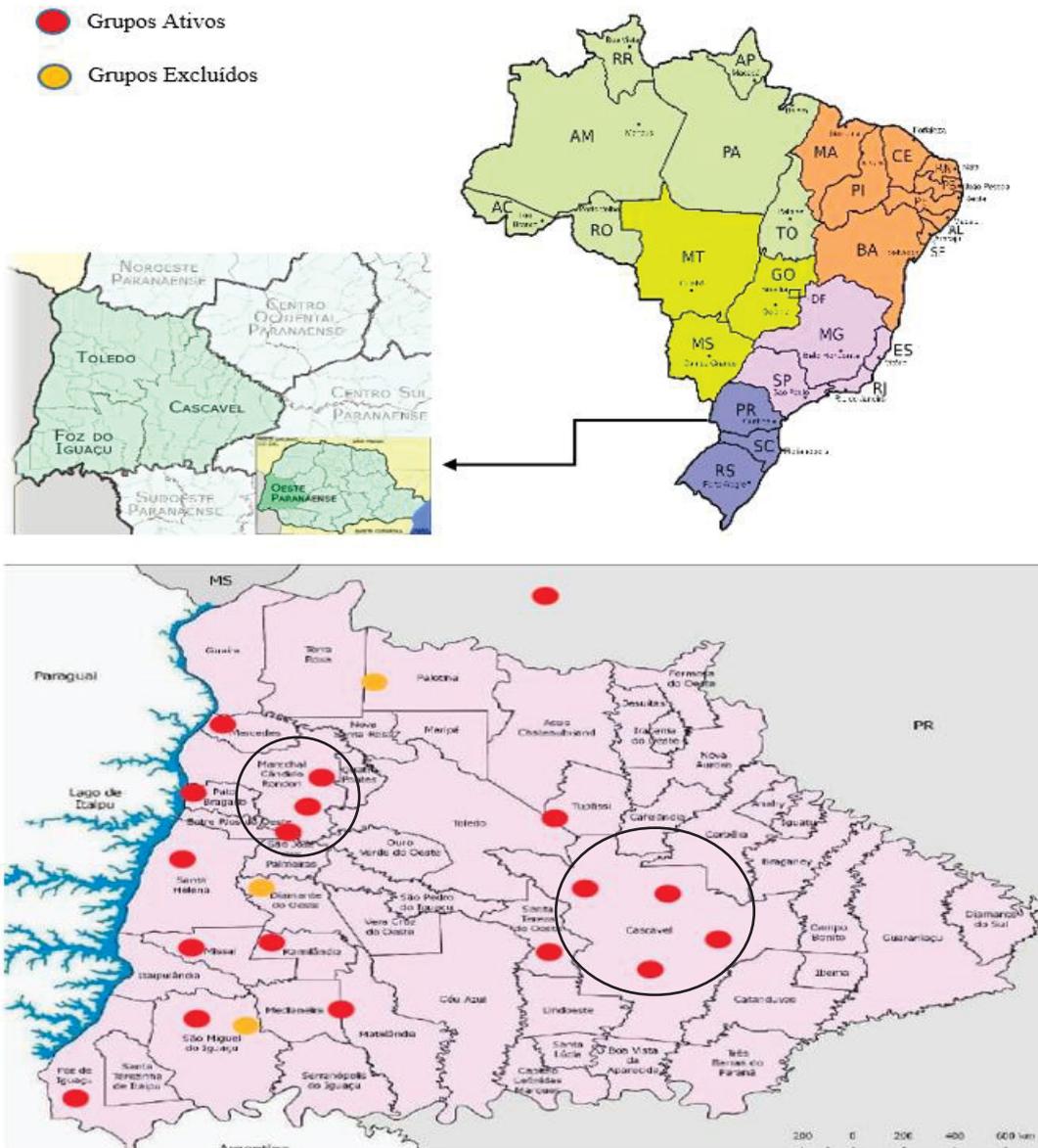
Consoante o gráfico 1, observamos que têm grupos que nasceram junto com o Núcleo Oeste da Rede Ecovida, lá no começo dos anos 2000, quando começaram a emergir as primeiras ações orientadas para converter a tendência ligada ao padrão produtivo dominante da monocultura entre os agricultores

familiares da região Oeste do Paraná. Os primeiros grupos formados foram: APROMIS (2002) e Lindeiros Ecológicos de Mercedes (2002). Os demais grupos surgiram durante a estruturação do Núcleo Oeste PR, seguindo a ordem cronológica veio: AAFEMED (2006), APOP-Pato Bragado (2008), Ecoiguaçu (2008), Proorto (2010), Antonio Companheiro Antônio Tavares (2013), Esperança Agroecológica (2013), Valmir Mota (2013), Folha Verde (2015), Horizonte Novo (2015), Resistência Camponesa (2002), Capaeco (2017), Olga Benário (2017), Esperança Jangadinha (2018), Cuidando e Cultivando a Vida (2019), Vida Orgânica (2020) e Flor da Mata (2021).

Cada microrregião geográfica representa um conjunto de municípios com proximidade espacial. A distribuição dos grupos segundo as microrregiões de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu indicam que a microrregião de Toledo é a que concentra a maior quantidade de grupos com 7: Horizonte Novo, Folha Verde, Capaeco, Lindeiros Ecológicos de Mercedes e APOP-Pato Bragado (Associação de Produtores Orgânicos de Pato Bragado), Vida Orgânica e Proorto (Produtores Orgânicos de Toledo). Seguida da microrregião de Cascavel com 6 grupos: Cuidando e Cultivando a Vida, Esperança Jangadinha, Flor da Mata, Olga Benário, Resistência Camponesa e Valmir Mota. E por último, a microrregião de Foz do Iguaçu com 5 grupos: Antônio Companheiro Tavares, Ecoiguaçu, Esperança Agroecológica, AFEEMED (Associação dos Agricultores Familiares Ecológicos de Medianeira) e APROMIS (Associação dos Produtores Orgânicos de Missal).

A figura 4 indica a localização dos grupos que se encontram ativos (em vermelho) e os que foram excluídos (em amarelo) junto ao Núcleo Oeste PR e sua distribuição no território.

**Figura 5:** Distribuição dos Grupos Agroecológicos por Município, Região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

Se analisarmos a distribuição dos grupos ativos por município, verifica-se que há uma concentração maior de grupos em alguns municípios como Cascavel e Marechal Cândido Rondon. Cascavel tem 4 grupos e Marechal Cândido Rondon 3 grupos, já os demais municípios têm 1 cada. A explicação para isso se deve ao fato de Cascavel ser maior em extensão e, também, o fato de conter quatro assentamentos do MST enquanto que Marechal Cândido Rondon é a sede do Capa-Rondon, precursor da agroecologia na região.

O Capa-Rondon teve forte influência na organização social dos agricultores familiares agroecológicos, ou seja, na territorialização da agroecologia. A maioria dos grupos surgiram a partir das associações de

produtores atendidos pelos técnicos do Capa-Rondon que durante as visitas apresentavam a Rede Ecovida e a proposta de conseguir o selo de produto orgânico via SPG. Dessa forma, os associados que aderiam a proposta eram vinculados à Rede Ecovida e começavam o processo de formação do conselho de ética local para aprender sobre a legislação de orgânicos com a finalidade de participar das certificações.

Porém, nem todos os produtores aderiram a proposta da Rede Ecovida e isso fez com que, em alguns casos, fosse necessário a separação entre a associação dos produtores e o grupo da Rede Ecovida. Um exemplo disso é o caso do grupo Ecoiguaçu, esse grupo no começo se chamava APROFFOZ (Associação de Produtores Rurais Familiares de Foz do Iguaçu), pois surgiu a partir da associação de produtores, mas devido a confusão que alguns produtores faziam sobre as agendas da associação e do grupo precisou ser trocado e passou a se chamar Ecoiguaçu.

Nesse sentido, podemos perceber até aqui que as territorialidades dos grupos não são fixas, elas variam no tempo e no espaço, de modo que, a quantidade de grupos bem como a quantidade de integrantes por grupo vai se modificando ao longo do tempo. Além disso, durante o encontro do núcleo Oeste PR realizado no dia 16 de novembro de 2023 no município de Santa Helena junto ao escritório da Itaipu, observou-se que os grupos tendem a se organizarem para fazer os olhares externos para as vistorias técnicas de comprovação da conformidade orgânica seguindo uma divisão por microrregião. Isso significa que cada microrregião estabelece dinâmicas relacionais específicas para a realização dos olhares externos.

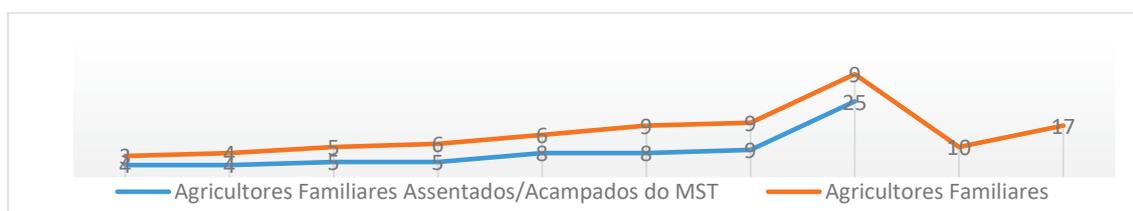
De acordo com Saquet (2017, p. 55)

As temporalidades e territorialidades se (i)materializam como identidades, diferenças e desigualdades, ocorrem política, cultural e economicamente, ou seja, são plurais e não se restringem às relações culturais, ao pertencimento e ao reconhecimento.

Isso vai ao encontro de outra característica que identificamos. Dos 18 grupos ativos que integram o Núcleo Oeste PR, 8 estão localizados em assentamentos e/ou acampamentos da reforma agrária do MST, e 10 são propriedades rurais de agricultores familiares. Os que fazem parte do MST correspondem aos grupos: Antônio Companheiro Tavares, Cuidando e

Cultivando a Vida, Esperança Jangadinha, Esperança Agroecológica, Flor da Mata, Olga Benário, Resistência Camponesa e Valmir Mota. Quando fazemos uma comparação entre o número de famílias, percebemos que a diferença entre os grupos localizados em acampamentos e/ou assentamentos da reforma agrária do MST para os que não pertencem ao movimento é de 10 famílias (ver do gráfico 2).

**Gráfico 2:** Número de integrantes do Núcleo Oeste da Rede Ecovida 2024



Elaborado pela autora.

A soma dos 8 grupos que se encontram em áreas da reforma agrária no território da região Oeste do Paraná chega a 68 famílias, enquanto a soma dos outros 10 grupos é de 78 famílias. O fato do MST ter adotado, nos anos 2000, a agroecologia como matriz produtiva para a produção de alimentos e organização social dos assentados contribui para que mais famílias assentadas optem pela agroecologia e, a partir disso, entrem para a Rede Ecovida na região. Assim, o MST tem construído diferentes estratégias de ação que colabora para a disseminação da agroecologia entre os agricultores familiares assentados e/ou acampados e, como consequência disso, percebemos que a adesão das famílias assentadas vem crescendo nos últimos anos.

O gráfico 1 sobre a criação dos grupos mostra que os grupos do Núcleo Oeste PR localizados em áreas de assentamentos da reforma agrária do MST foram criados a partir de 2013. Chama a atenção, o fato de que grupos com um longo percurso como, por exemplo, APROMIS (2002/4) terem mais de 20 anos de história e apresentarem o menor número. Da mesma forma, o grupo Valmir Mota (2013/25) é temporalmente novo, mas é o que apresenta o maior número de famílias produtoras participando da Rede.

Esses dados revelam que o MST tem avançado na efetivação de ações em prol da territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná. Contudo, durante a pesquisa de campo, em diálogo com os agricultores familiares assentados, ficou claro que dentro dos assentamentos existem conflitos entre os

agricultores que defendem o modelo agroecológico de produção de alimentos e os que produzem monocultivos. Portanto, apesar das orientações do MST, a opção pela agroecologia parte do interesse de cada família assentada em aderir ou não a esse modelo.

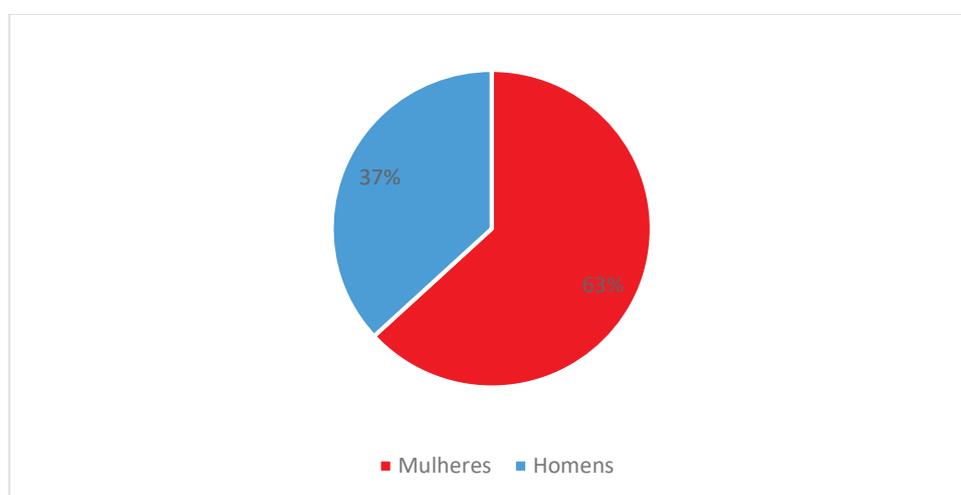
O MST, enquanto movimento social, demonstra, com a sua trajetória de luta pela terra, não só na região Oeste do Paraná, mas em todo o País, que seus princípios têm como base a autonomia dos camponeses. Dessa maneira, o movimento vem se posicionando de forma crítica ao modelo de produção dominante, fazendo da sua luta um enfrentamento direto ao agronegócio. Através de diferentes frentes de trabalho e parcerias com pesquisadores e organizações do mundo todo, o MST tem proporcionado aos seus integrantes formação política, intercâmbio e apoio para o desenvolvimento de tecnologias acessíveis para as famílias produtoras.

Sendo assim, seja na luta pelo direito à terra (dimensão política) ou na busca por espaços formação e educação de qualidade que valorizam a história do campesinato (dimensão cultural) alinhados com a busca de garantir a soberania e segurança alimentar por meio da produção, processamento e da defesa no acesso a alimentos livres de agrotóxicos para todos (dimensão econômica e natural), visualizamos que o MST integra todas as dimensões presentes na abordagem territorial multidimensional. Nesse sentido, consideramos que o MST apresenta um caminho possível rumo a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e regenerativas.

A Rede Ecovida, por sua vez, também traz elementos interessantes de se destacar relacionados com a formação de lideranças e a equidade de gênero. Uma das determinações é que os postos de coordenador(a) e vice-coordenador(a) sejam compartilhados por um homem e uma mulher. Ainda, para ser coordenador(a), é necessário fazer o curso da comissão de ética oferecido pela Rede Ecovida, que tem a finalidade de instruir os coordenadores para orientar o grupo segundo as normas da OPAC em relação a legislação e em como fazer sua aplicação durante as vistorias técnicas. Além disso, cada grupo possui autonomia decisória para eleger seus coordenadores, entretanto, algumas qualidades são importantes como, por exemplo, ser participativo, frequentar as reuniões regularmente e acompanhar a situação de cada integrante.

Os coordenadores desempenham um papel importante ao fazer a ponte entre o grupo e o núcleo. Dessa forma, a coordenação é responsável por organizar os encontros, arrumar a documentação e solicitar o olhar externo ao núcleo, definir as pautas de ação e mobilizar os demais membros do grupo de acordo com as prioridades do momento, bem como levar suas demandas até as reuniões do núcleo que acontecem, geralmente, a cada dois meses. No que se refere à representatividade, nota-se que há uma diferença significativa entre homens e mulheres à frente dos grupos, como ilustra o gráfico 3.

**Gráfico 3:** Gênero de Coordenadores de Grupo da Rede Ecovida de Agroecologia, Região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

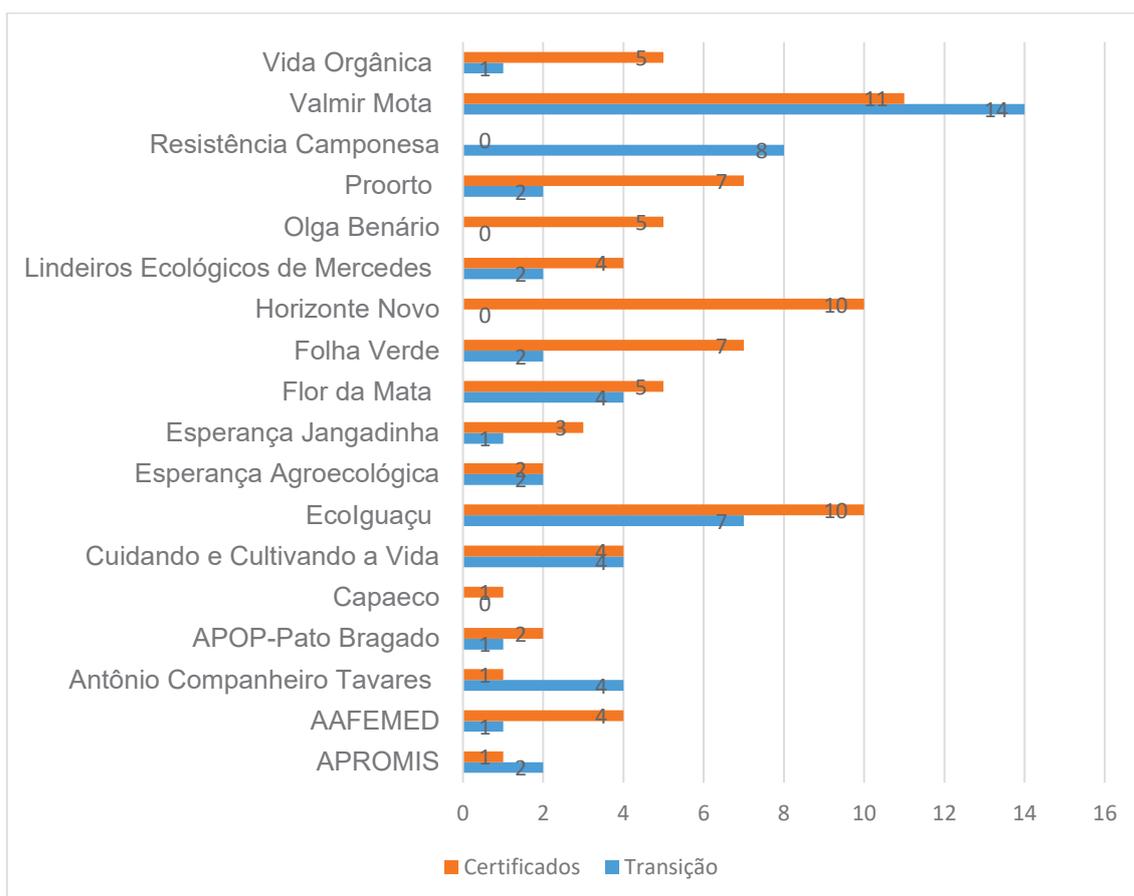
Como podemos observar no gráfico acima, o número de mulheres exercendo a função de coordenadora nos grupos no Núcleo Oeste PR supera o de homens. São 12 mulheres, o que representa 63% do total, e 7 homens, o que equivale a 37%. De acordo com Raquel Rossi, que é coordenadora do grupo Capaeco (e coordenadora do Capa-Rondon), a Rede Ecovida tem atuado no sentido de incentivar o protagonismo das mulheres em espaços de liderança como forma de fortalecimento e combate à violência de gênero. Através do Grupo de Trabalho Mulheres (GT-Mulheres), a Rede Ecovida passou a discutir a importância das mulheres na construção de comunidades fortes e sustentáveis, construindo estratégias de fortalecimento de laços com suas filiadas visando a promoção da segurança, solidariedade e o acolhimento às vítimas de violência de gênero.

Além disso, a Rede Ecovida aprovou em 2023 um Fundo de Apoio à Superação de Violências, demonstrando, assim, o seu comprometimento com o fim da violência de gênero. Essas são informações importante de serem apresentadas porque, de certa forma, a Rede Ecovida está na contramão do padrão social dominante, em que os homens representam a maioria em cargos de direção e coordenação, sem contar a explosão de casos de violência contra as mulheres. Com isto, percebemos que a Rede Ecovida está na vanguarda desse tema ao promover um trabalho que vai muito além da certificação orgânica, se destacando como uma organização que está engajada na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo assim, podemos dizer que um dos fatores que caracterizam o Núcleo Oeste da Rede Ecovida e a territorialização da agroecologia na região é a organização e mobilização social através do incentivo ao protagonismo feminino no território.

Todos os grupos seguem os protocolos e regras definidos pela Rede Ecovida de Agroecologia. Isso vale tanto para a questão da equidade de gênero nas posições de liderança como para as visitas técnicas de inspeção nas propriedades que estão a demandar a certificação. No que corresponde às visitas, essas devem ser realizadas, no mínimo, uma vez por ano e servem para a atualização/renovação da documentação das famílias certificadas ou para recolhimento de documentos para aqueles que estão entrando no processo de certificação. Também, podem acontecer visitas de rotina da comissão de ética ou do comitê de verificação dos núcleos.

O gráfico 4 mostra o número de agricultores certificados e os que estão em transição de cada grupo.

**Gráfico 4:** Agricultores Certificados e em Transição da Rede Ecovida de Agroecologia, região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando as 137 famílias produtoras que estão distribuídas nos 18 grupos do Núcleo Oeste, até o início de 2024, temos um total de 82 unidades produtivas certificadas (cerca de 60%). Em ordem decrescente aparece: Valmir Mota com 11; Horizonte Novo e Ecoiguaçu com 10; Proorto e Folha Verde com 7; Vida Orgânica, Olga Benário e Flor da Mata com 5; Lindeiros Ecológicos de Mercedes, Cuidando e Cultivando a Vida e AAFEMED com 4; Esperança Jangadinha com 3; Esperança Agroecológica e APOP-Pato Bragado com 2; Capaeco, Antônio Companheiro Tavares e PROMIS com 1; e Resistência Camponesa com 0. O grupo Resistência Camponesa é um pré-assentamento, ou seja, os lotes dos agricultores ainda encontram-se em processo de regularização, então, nesse caso, acreditamos que a conquista da terra se torna mais urgente do que a conquista da certificação orgânica.

Também, é importante dizer que há casos de grupos com duplicação de certificação, que ocorre quando mais de um membro da família adquire a certificação, por exemplo, um pai e um filho ou o marido e a esposa. Outro ponto válido para se ressaltar, é que o volume das certificações não é fixo e muda a

cada ano a depender dos produtores. Pode haver casos de baixa quando não é feito o pedido de recertificação ou, ainda, pode acontecer um aumento nas certificações quando os agricultores que estavam em transição conseguem a certificação. Atualmente há 55 produtores em transição (cerca de 40%).

Ademais, a certificação da Rede Ecovida na região apresenta dois tipos (Escopos): um referente a produção primária vegetal - que é a que mostra o gráfico 4 - e uma outra modalidade de certificação para as agroindústrias. As agroindústrias certificadas até o momento no Núcleo Oeste PR, conforme a localização, o grupo e o tipo de produto podem ser visualizados no quadro 3:

**Quadro 3:** Municípios, grupos e tipos de produto das agroindústrias certificadas do Núcleo Oeste do Paraná, 2024.

<b>Município</b>	<b>Grupo</b>	<b>Tipo de Produto</b>
Medianeira	AAFEMED	Cana-de-açúcar
Santa Helena	Vida Orgânica	Polpa de Fruta
Marechal Cândido Rondon	Folha Verde	Moinho
Pato Bragado	APOP- Pato Bragado	Macarrão+Panificados
Marechal Cândido Rondon	Horizonte Novo	Panificados e Macarrão
São Miguel do Iguçu	Antonio Companheiro Tavares	Processamento de Mandioca

Fonte: Elaborado pela autora.

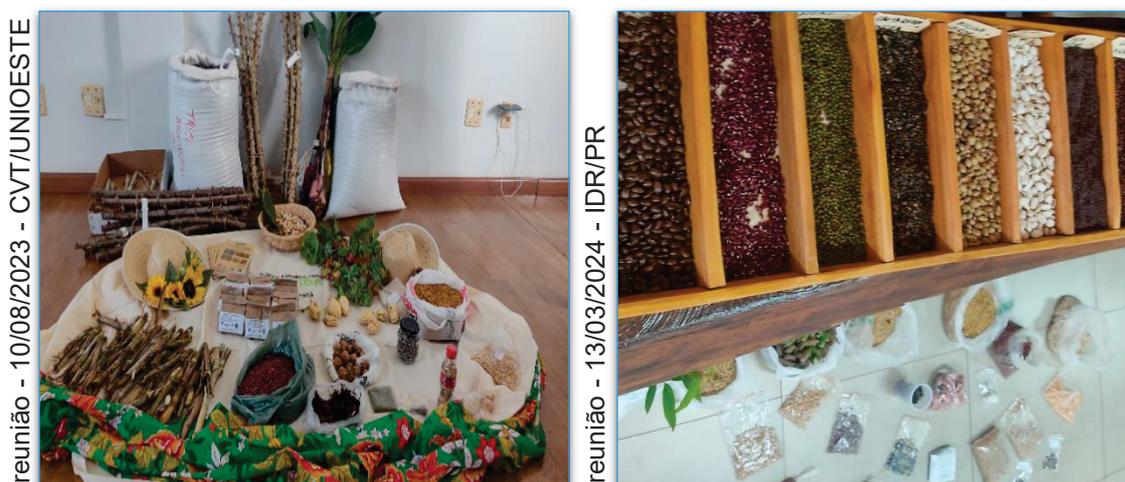
Todas essas territorialidades e temporalidades dos grupos do Núcleo Oeste PR indicam, conforme Saquet (2017), processos políticos de transformação social, diálogo, luta, reflexão coletiva e contra hegemônica. Para esse autor, as territorialidades são expressas através das relações sociais de cooperação, solidariedade e conflitos que formam redes, malhas e nós, com objetivos e identidades espaciais e temporais efetivadas nas relações dos homens entre si, e destes com a natureza exterior.

Dessa maneira, compreendemos que, desde a opção pela agroecologia até a formação de cada grupo com a inserção dos produtores locais junto a Rede Ecovida, se demandou processos de mobilização e organização social dos agricultores familiares da região. Ao se inserir na Rede Ecovida, os produtores participam de processos de aprendizagem coletiva através da formação do

comitê de ética para certificação participativa, em que desenvolvem relações de reciprocidade e cooperação com outros produtores. Essa dinâmica territorial do Núcleo Oeste PR mobiliza as dimensões econômica, política, cultural e natural.

Ademais, nos encontros do núcleo cria-se um ambiente de diálogo e troca de experiências entre produtores e técnicos, com a identificação de problemas e o planejamento de ações para a resolução das problemáticas trazidas pelos representantes de cada grupo. Nesses espaços, também se compartilha mudas e sementes crioulas fomentando a biodiversidade local como podemos ver nas figuras abaixo:

**Figura 6:** Mudas e Sementes Crioulas - Núcleo Oeste do Paraná da Rede Ecovida de Agroecologia



Fonte: Karini Scarpari

A diversidade de mudas e sementes demonstra a riqueza de espécies cultivadas pelos agricultores que participam do Núcleo Oeste da Rede Ecovida, em que são utilizadas com diferentes propósitos e combinações em seus sistemas de cultivo, seja como cobertura, restauração e nutrição do solo, barreira verde, alimentação dos animais, ornamentação, beleza paisagística, mas principalmente, cumprindo um papel importante na promoção do direito humano à alimentação saudável e livre de agrotóxicos.

O tema das sementes e mudas crioulas tem sido pauta nas reuniões do núcleo Oeste. Na reunião do dia 13 de março de 2024, que aconteceu no Polo de Pesquisa e Inovação do IDR/PR em Santa Tereza do Oeste, falou-se sobre

a necessidade de produzir sementes e mudas para atender as demandas dos grupos. A discussão gerou duas propostas: buscar ATER especializada na produção de sementes e mudas agroecológicas; e a identificação de experiências bem-sucedidas entre os produtores do Núcleo Oeste PR. No primeiro caso, a ideia é fomentar a produção de sementes e mudas através de parcerias com técnicos especialistas no assunto para realização de oficinas na região, em que um representante de cada grupo participe e compartilhe as informações com os demais membros. A segunda proposta é identificar os produtores que já tenham um trabalho de produção de sementes e mudas crioulas em suas propriedades e que possam servir de modelo para os demais.

Em outra reunião, realizada no dia 10 de agosto de 2023 em Entre Rios do Oeste, uma das pautas foi sobre o controle de formigas. Realizar o manejo das formigas é uma grande problemática enfrentada pelos agricultores que trabalham em sistemas produtivo agroecológicos. A pauta das formigas é um tema que não tem fim, pois cada um tem uma história para contar de como elas chegam sorrateiras nos canteiros e levam embora toda a produção em questão de horas. Nesse dia, foi interessante observar o trabalho de mediação que os técnicos do Capa-Rondon desenvolvem, no sentido de promover uma visão holística sobre o agroecossistema, levando os produtores a entenderem que as formigas são seres vivos e que têm tanto direito ao meio ambiente quanto nós. Enquanto seres humanos precisamos respeitá-las e viver harmonicamente, de modo a buscar estratégias para que elas busquem se estabelecer sem prejuízos para os cultivos.

Além disso, estava presente nesse dia a Professora Doutora Vanda Piewtros, da UNIOESTE campus Marechal Cândido Rondon, que desenvolve um trabalho de pesquisa sobre as formigas e pôde compartilhar toda sua experiência e dar várias dicas de como realizar o manejo adequado das formigas na propriedade. Após a reunião, foi feita uma visita aos canteiros do Centro Vocacional Tecnológico (CVT/UNIOESTE), onde os produtores puderam visualizar na prática as técnicas de manejo e armadilhas desenvolvidas para minimizar os danos causados pelos insetos nas plantas. Esse foi um momento muito rico que gerou troca de experiências entre os agricultores e pesquisadores.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as reuniões do núcleo de fato são um momento em que os produtores apresentam as problemáticas

relacionadas ao grupo, discutem as situações vivenciadas por eles e, juntos com os técnicos e pesquisadores presentes, planejam ações para solucionar os problemas locais. Desse modo, queremos reforçar que as territorialidades dos produtores agroecológicos são mediadas por processos materiais que designam os instrumentos, tecnologias e máquinas, mas também por processos imateriais que indicam os conhecimentos, ideologias e saberes que são partilhados no território (Saquet, 2017).

Quando perguntado aos produtores quais eram as principais vantagens em participar da Rede Ecovida, a maioria dos entrevistados citaram a questão relacionada à participação e à certificação, conforme mostra a figura 6.

**Figura 7:** Principais vantagens para os Grupos participarem da Rede Ecovida de Agroecologia, região oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

As palavras mais recorrentes foram *participação* e *certificação*, seguida pelas palavras *formação* e *segurança*. A *participação* se refere tanto aos espaços de troca de saberes oferecidos pela Rede Ecovida como ao modelo de obtenção do selo de *certificação* orgânica. Da mesma forma, a *formação* está relacionada com os processos de aprendizagem coletiva, ou seja, a *participação* em encontros, reuniões e processos formativos, em que o produtor tem a possibilidade de identificar os problemas comuns, construir pautas e demandas, de modo a elaborar estratégias de maneira conjunta. Já a *segurança* se relaciona com a garantia que os produtores da rede têm em vender um produto que atesta qualidade e é reconhecido pelo consumidor através do selo orgânico da Rede Ecovida.

Além do mais, perguntamos quais eram as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores agroecológicos na região. Para melhor compreensão, as respostas foram aglutinadas em três problemáticas, referentes:

à questão da falta de *ATER*; as dificuldades de *comercialização* dos produtos; e as adversidades climáticas que colocam a prova o trabalho realizado com o *manejo* dos agroecossistemas locais. Destaca-se que essas três problemáticas se encontram interligadas na formação de redes territoriais agroecológicas e são pautas recorrentes nas discussões dos grupos e das reuniões do Núcleo Oeste PR. A figura 8 resume as respostas obtidas.

**Figura 8:** Principais dificuldades enfrentadas pelos produtores da rede Ecovida de Agroecologia, Região Oeste do Paraná, 2024.



Elaborado pela autora.

Com respeito a *ATER*, os agricultores citam a falta de assistência técnica. Em geral, identificamos que a assistência técnica especializada voltada para os sistemas produtivos agroecológicos é ofertada através de convênios com a Itaipu, e a não renovação dos contratos, devido a mudanças e/ou alterações na política de gestão da empresa, acarreta uma “descontinuidade” do serviço prestado pelas empresas e organizações que trabalham com *ATER* na região. Então, entre outras coisas, o motivo do grande gargalo que existe em relação a *ATER* na região se deve ao fato de os projetos e ações acontecerem por um período determinado. Não havendo uma perspectiva de assistência técnica continuada, os produtores ficam desassistidos. Falaremos mais a respeito disso no próximo item.

Depois vem a questão dos *manejos*, os agricultores enfrentam problemas devido as mudanças climáticas com altas temperaturas, principalmente no verão, chuvas fortes e secas prolongadas ao longo do ano. A dificuldade no acesso às tecnologias apropriadas implica na capacidade de resposta e adaptação dos cultivos que gere melhorias e a garantia da produção

de determinados alimentos, o que, por sua vez, afeta a regularidade na oferta dos produtos e por consequência a *comercialização*.

Em segundo plano, aparecem também a questão da *mão de obra* e dos *agrotóxicos*. Isso porque a *mão de obra* tem diminuído, mas o trabalho continua e, muitas vezes, aumenta em razão da diminuição das famílias e a evasão dos jovens do meio rural. Além disso, os agricultores precisam lidar com situações em que os vizinhos aplicam *agrotóxicos* próximo aos seus sistemas produtivos, e ainda são estigmatizados por não seguirem o padrão convencional. Nas palavras de um entrevistado “chamam a gente de criador de bicho” (Entrevistado 08).

Enfim, através das ações promovidas por meio do Núcleo Oeste PR, podemos ver a efetivação de práticas voltadas para a territorialização da agroecologia na região que combinam elementos da abordagem territorial multidimensional que simbolizam as dimensões da economia, da política, da cultura e natural em diferentes níveis. Nesse sentido, Pollnow (2018) destaca que,

É construído um processo sistemático de registros e de organização, tanto das famílias agricultoras e seus grupos, como das associações, cooperativas e núcleos regionais e da Rede Ecovida como um todo, criando-se assim dinâmicas territoriais que visam não apenas a certificação como produto final, mas também a organização social, o acesso aos mercados, a assistência técnica e a formação de redes territoriais. (Pollnow, 2018, p. 702)

No que corresponde às dinâmicas territoriais que foram sistematizadas até aqui, buscamos destacar, a partir do Núcleo Oeste PR, os aspectos referentes aos grupos identificando suas temporalidades e territorialidades. Vimos a configuração dos grupos no que diz respeito a quantidade de famílias que participam em cada grupo, a abrangência dos grupos nos municípios e o volume de certificações alcançadas até o momento no território. Também, pudemos observar que diferentes territorialidades acompanham esse processo, em que há grupos formados por agricultores familiares e técnicos, mas, de uns 10 anos até o presente, notamos que a participação de produtores assentados da reforma agrária do MST que entram para a Rede Ecovida tem aumentado na região.

Agora, a fim de dar continuidade à discussão sobre os arranjos territoriais dos atores-chaves que participam do sistema agrialimentar territorial,

apresentamos informações sobre os tipos de ATER e, na sequência, as políticas públicas que fortalecem a agroecologia no território.

#### **4.1.2 ATER ESPECIALIZADA EM AGROECOLOGIA**

Os atores chaves que prestam serviço de ATER especializado em agroecologia podem ser classificados em três grupos: pública, ONGs e privada. No que se refere a ATER pública, temos a Itaipu com o Programa Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Além desse programa, a empresa também desenvolve outros trabalhos como a Vitrine Tecnológica de Agroecologia Vilson Nisel Redel em Cascavel, um espaço de 2.600 m<sup>2</sup> localizado dentro do Show Rural, a maior feira do agronegócio do Paraná. Nesse espaço são realizados experimentos dedicados à transição ecológica, com a produção de culturas tradicionais da região, a exemplo do milho, da soja, do feijão e do arroz, mas também de adubos verdes e barreiras, em que participam diversas instituições públicas, a exemplo da Embrapa, com iniciativas que servem de exemplo para a aplicação da conversão produtiva em propriedades rurais (Pavlak, et al., 2017).

Ainda, entre as instituições de ATER pública, temos a UNIOESTE campus Marechal Cândido Rondon, com o Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia, Mandioca e Agricultura Sustentável do Oeste do Paraná (CVT/UNIOESTE); O IDR/PR, que tem um Polo de Pesquisa e Inovação em Santa Tereza do Oeste e escritórios locais em todos os municípios; o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), através do Programa Paraná Mais Orgânico (PMO), que promove assistência técnica voltada para a certificação orgânica das propriedades rurais; e as Prefeituras municipais através das Secretarias de Agricultura. Quanto às ONGs, aparecem o Capa-Rondon e a Biolabore, que é uma associação que reúne profissionais de assistência técnica da região. Já no que se refere às empresas privadas, identificamos apenas a Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (Adeop).

Nesse sentido, quando perguntado quais as instituições de assistência técnica e extensão rural que atuam na promoção da agroecologia junto aos agricultores familiares, a maioria dos entrevistados citou o Capa e a Itaipu com o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável como indica a figura 9.

**Figura 9:** Instituições de Assistência Técnica em Agroecologia na região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

O Capa-Rondon aparece como a principal promotora da agroecologia no território, isso se deve ao seu papel na articulação do Núcleo Oeste da Rede Ecovida entre os agricultores familiares da região. Depois vem a Itaipu, através do PDRS, que desenvolve ações pontuais, sobretudo com o repasse de recursos e parcerias com outras instituições e organizações da região, além de subsidiar a participação de produtores e técnicos em eventos sobre o tema, o que a torna um ator importante. E com menor destaque, estão o IDR-PR, a Tecpar, Biolabore, Adeop e as universidades UTFPR e UNIOESTE, as Secretarias de Agricultura e as Cooperativas. Ainda, alguns produtores responderam que não tem assistência técnica.

Quando o assunto é assistência técnica especializada em agroecologia, o Capa é a organização mais citada. O Capa é uma ONG vinculada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), fundada em 1978, na cidade de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, para apoiar os agricultores familiares pauperizados pela modernização agrícola. No decorrer dos anos a entidade se expandiu, abrindo outras unidades como, por exemplo, em 1980, a criação das sedes de Pelotas e Santa Cruz do Sul, também no RS. Já em 1988, acontece uma migração para Erechim, e quase uma década mais tarde, em 1997, se funda as unidades do Paraná, uma na região Sudoeste e outra na região Oeste do Paraná, nos municípios de Verê e Marechal Cândido Rondon respectivamente, conhecidas como Capa-Verê e Capa-Rondon (Eduardo e Finatto, 2018).

O CAPA surge com o objetivo de desenvolver políticas no sentido de atenuar o êxodo rural, em especial o dos jovens, promovendo ações para a diminuição do uso de agrotóxicos, proteção do solo e dos recursos hídricos e buscando auxiliar, com base em metodologias

participativas e coletivas, os agricultores a se organizarem em associações e cooperativas com o fito de aumentar o protagonismo dos sujeitos na afirmação da agricultura camponesa de modo que esta avance no sentido do desenvolvimento rural sustentável. (Vanderlinde, 2006 apud Eduardo e Finatto, 2018, p.9)

O Capa-Rondon, com toda sua trajetória em defesa da agricultura familiar, soube aproveitar o momento de intensificação do debate público sobre a questão socioambiental, sobretudo no que corresponde ao combate à fome, para intensificar suas ações entre as organizações e associações de produtores da região Oeste do Paraná, a fim de promover a transição ecológica dos sistemas produtivos locais com base nos princípios da agroecologia, oferecendo as condições necessárias para a implementação dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs). A estruturação no Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia, em 2002, pelo Capa-Rondon, significou uma oportunidade de ampliação das ações que já aconteciam na região, mas que estavam limitadas à microrregião de Toledo. Ressalta-se, também, que o trabalho do Capa-Rondon é uma continuidade do trabalho exercido pelas Comunidades Eclesiais de Base dirigidas pela Igreja Luterana, com apoio da Pastoral da Terra e da Igreja Católica na região, durante o processo de expropriação dos agricultores familiares na época da implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da modernização agrícola.

Depois, entre as instituições que desenvolvem trabalho com ATER na região, vem a Itaipu Binacional, que se destaca com o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). A identificação de problemas ligados à modernização agrícola na região pela Itaipu gerou uma demanda por alternativas, tendo em vista ações que promovam a transição do sistema agrialimentar territorial. Assim, o PDRS da Itaipu tem como propósito difundir modelos de agricultura de base ecológica entre os agricultores familiares da região. Ademais, a empresa tem mobilizado diferentes instituições, a exemplo de outras empresas públicas de assistência técnica, universidades, ONGs e consequentemente as organizações sociais dos agricultores familiares, a fim de garantir a sustentabilidade socioambiental.

A Itaipu, por meio do PDRS, passou a disponibilizar apoio financeiro via convênios para promover ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na região. Isso despertou o interesse de várias instituições que

passaram a discutir a elaboração de um projeto regional de produção orgânica. O histórico de ATER levantado aponta para uma série de conflitos de interesses entre os atores envolvidos. Em 2002, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) apresentou o Projeto “Costa Oeste de Agricultura Orgânica”, com um valor estipulado em R\$ 1.035.840,00, que previa a contratação de 16 técnicos e um modelo de gestão com um coordenador geral e 3 coordenadores microrregionais para orientar os agricultores na transição dos sistemas produtivos. Contudo, a EMATER/PR (atual IDR/PR) defendia uma outra proposta, valorizando o trabalho horizontal e que proporcionasse a participação de diferentes atores locais, o que já vinha sendo construído pelo Capa-Rondon, que trabalha com a agroecologia na perspectiva de um movimento-rede (Toledo e Mertz, 2006).

O reconhecimento do trabalho conjunto, realizado pela EMATER/PR e pelo CAPA-Rondon, voltado para a organização social dos agricultores familiares locais, conectando-os ao movimento-rede da agroecologia no território fez com que, em 2003, um convênio entre a EMATER/PR e a Itaipu fosse firmado, no valor de R\$ 752.528,00, para implementação do Projeto “Agricultura Orgânica nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu”. A proposta era de se “buscar a melhoria da qualidade de vida da população rural (...) diversificar e integrar as explorações e práticas agrícolas, pecuárias e florestais, por meio da utilização de técnicas agroecológicas” (Toledo e Mertz, 2006, p. 11).

No entanto, em meio a mudança de direção da Itaipu no primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006), o Projeto Agricultura Orgânica nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu<sup>12</sup> passou a integrar um programa maior de preservação ambiental, o Programa Cultivando Água Boa (CAB). Assim, em 2004, se tem a elaboração de um novo Plano de Trabalho denominado “Agricultura Orgânica na Bacia do Paraná 3<sup>13</sup>”, proporcionando a ampliação do

---

<sup>12</sup> Os municípios lindeiros são: Santa Helena, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Terra Roxa no Paraná e Mundo Novo no Mato Grosso do Sul.

<sup>13</sup> Os municípios que compõem a BP3 são: Cascavel, Céu Azul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Teresa do Oeste, Santa Teresinha de Itaipu, São José

convênio feito pelo PDRS para atender mais municípios da região. Este Plano de Trabalho tinha como objetivo central

(...) “contribuir no controle das causas dos impactos ambientais pela produção agrícola convencional sobre o Reservatório de Itaipu (...) e fortalecimento da agricultura familiar”... “consolidar uma rede multi e inter-disciplinar, e inter-institucional de agentes e técnicos em assistência técnica e extensão rural para expansão do sistema orgânico de produção”. (Toledo e Mertz, 2006, p. 05 e 15)

Essa nova estratégia foi lançada através do Comitê Gestor de Bacias Hidrográficas, vinculado ao Instituto Água e Terra do governo do Estado do Paraná. Nesse Comitê Gestor de Bacias Hidrográficas, participaram 14 entidades envolvidas com a produção orgânica e mais representantes de associações de agricultores familiares da região. Em todo caso, foi a partir do Programa Agricultura Orgânica, financiado pela Itaipu, que os técnicos da EMATER/PR e do CAPA-Rondon ampliaram seu escopo de atuação e passaram a divulgar, para os profissionais da extensão rural dos municípios da região, a agroecologia como uma alternativa tecnológica, ambiental e socialmente adequada para o desenvolvimento da agricultura familiar (Toledo e Mertz, 2006).

No entanto, alguns problemas foram detectados ao longo desse projeto, o que, de acordo com Toledo e Mertz (2006), consistia na liberação dos técnicos em tempo parcial para atender os produtores agroecológicos, tanto os cedidos pelas prefeituras como pela própria EMATER/PR. Assim, os técnicos não conseguiam se dedicar exclusivamente às demandas dos agricultores em conversão para a produção agroecológica. Outra questão foi que os técnicos tinham uma formação com foco na agricultura convencional, indicando que se tinha uma demanda por profissionais especializados em agroecologia na região. Portanto, nesse momento, a baixa disponibilidade de tempo dos profissionais atuantes e a escassez de profissionais especializados foram considerados os principais entraves para a territorialização da agroecologia.

Dessa forma, no final de 2005, um novo convênio foi firmado entre Itaipu, MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar), Central de Associações do Oeste do Paraná (CAOPA) e Prefeituras da região, no valor de aproximadamente R\$ 960.000,00, a fim de viabilizar recursos para a

---

das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste mais um município do estado do Mato Grosso do Sul.

contratação de 13 profissionais exclusivos para atuar em tempo integral no programa. Segundo Toledo e Mertz (2006), ao longo dos anos de 2002 e 2005, os técnicos contratados atuaram juntos aos produtores e associações da região localizadas nos municípios de: Terra Roxa, Guaíra, Palotina, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Matelândia, Ramilândia, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguazu e Medianeira.

Em 2023, a Itaipu lançou o Programa “Itaipu Mais que Energia”, com essa iniciativa a empresa pretende investir R\$ 931,5 milhões de reais em ações e projetos socioambientais que deverão se expandir para além desse território, alcançando todas as regiões do Paraná e mais 35 municípios do Mato Grosso do Sul. Esse é o maior convênio já realizado pela empresa em parceria com a Caixa Econômica Federal para atender, com o repasse de investimentos, as prefeituras e instituições, dando apoio em projetos sociais, ambientais e de infraestrutura que englobam as ações já desenvolvidas pela empresa nas áreas de Educação Ambiental, Desenvolvimento Rural Sustentável e Gestão de Bacias Hidrográficas. Esse aumento de recursos e a expansão dos convênios veio após a finalização do pagamento da dívida de construção da empresa, valor que deve ser revertido em ações de manejo do solo e da água, saneamento e energia renovável (Itaipu, 2024).

Muitos produtores da região têm conhecimento sobre agroecologia e a produção orgânica, por meio da difusão das técnicas de manejos mais sustentáveis, após participarem dos projetos e convênios da Itaipu. Toledo e Mertz (2006) consideram que a Itaipu Binacional, ao reunir instituições públicas e privadas, prefeituras municipais, ONGs e lideranças locais, através de um Comitê Gestor, construiu uma nova dinâmica de atuação que permitiu incrementar significativamente o número de agricultores inseridos no processo de transição dos sistemas produtivos locais, com foco na agricultura orgânica e agroecológica. Além disso, a Itaipu também apoia a participação dos produtores e técnicos locais em eventos e encontros de agroecologia através de logística, alimentação e estadia, como pudemos constatar durante o XII EARE e na XX Jornada de Agroecologia.

Assim, com esse histórico de ações, a Itaipu, por meio da sua influência, tem fomentado a criação de uma rede de ATER regional, com foco em

agroecologia. Entretanto, os convênios da Itaipu são estabelecidos de acordo com a gestão vigente que, por sua vez, acompanha a política do governo federal. Sendo assim, como ocorre na esfera federal, em governos progressistas o volume de investimentos costuma aumentar e abranger os setores mais excluídos em diálogo com as questões socioambientais, enquanto que em governos (neo)liberais os recursos são reduzidos e os programas podem até deixar de existir. O grande problema disso é a descontinuidades dos serviços de ATER direcionados aos agricultores familiares agroecológicos, como vem acontecendo.

Para se ter uma ideia, na reunião do Núcleo Oeste PR, que aconteceu no IDR/PR, no dia 13 de março de 2024, foi feito um levantamento sobre os grupos atendidos com ATER, em que se constatou que 9 grupos estão sem ATER (AAFEMED; Apop-Pato Bragado; Ecoiguaçu; Esperança Agroecológica; Folha Verde; Horizonte Novo; Lindeiros Ecológicos de Mercedes; Proorto; Resistência Camponesa). Os demais grupos (Antonio Companheiro Tavares; Apromis; Capaeco; Cuidando e Cultivando a Vida; Esperança Jangadinha; Flor da Mata; Olga Benário; Valmir Mota e Vida Orgânica) têm ATER ou pelo menos há uma perspectiva de que logo terão. Porém, o número de profissionais atuando continua insuficiente para atender a demanda dos produtores agroecológicos.

Quanto às outras empresas públicas de ATER que atuam na região, destacamos o trabalho do IDR/PR e do CVT/UNIOESTE, que desenvolvem parceria com os produtores vinculados ao Núcleo Oeste PR, abrindo as portas para a realização de reuniões, visitas técnicas e oficinas sobre o tema. O IDR/PR desenvolve o Programa Agroecologia (PAG), em que pesquisadores de várias áreas conduzem projetos que buscam atender as demandas dos produtores agroecológicos, capacitar as lideranças locais, transformando-os em agentes multiplicadores das melhores práticas agroecológicas (Programa PAG). Também, o Tecpar é uma instituição pública que trabalha com ATER, oferecendo aos produtores a possibilidade de certificação de produto orgânico via auditoria.

Já o Centro Vocacional Tecnológico (CVT) de Agroecologia, Mandioca e Agricultura Sustentável do Oeste do Paraná é um espaço que recentemente passou a ser administrado pela UNIOESTE. No passado esse espaço pertenceu à Base Náutica do Brasil, depois foi cedido ao IAPAR, até ser transferido em 2008 para a UNIOESTE, sendo vinculado ao Centro de Ciências Agrárias,

quando passou a servir de centro experimental para o desenvolvimento de pesquisas na região. Todavia, foi no final de 2018, através de um projeto aprovado junto ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que surge o CVT de Agroecologia, Mandioca e Agricultura Sustentável do Oeste do Paraná.

As parcerias com as instituições de ensino públicas são importantes para o avanço do conhecimento na sociedade, principalmente, sobre um tema complexo tal qual é a agroecologia. Entretanto, Giraldo e Rosset (2021) chamam a atenção para o fato de que, diante das consequências desastrosas do agronegócio para os territórios, a agroecologia virou moda em projetos, programas e políticas institucionais e que é preciso estar atento para que sua proposta não seja cooptada por discursos de cunho desenvolvimentista, em que os especialistas resolvem os problemas e não a comunidade. Nesse sentido, os autores apontam que se poderia criar um novo ciclo de dependências e, ademais, colonizar processos autônomos existentes nos territórios.

O rigor do método científico auxilia na identificação das necessidades dos produtores, no entanto, para resolver seus problemas é preciso orientá-los a encontrar soluções de forma colaborativa, tornando-os parte do processo. Dessa forma, estudantes e pesquisadores precisam estabelecer uma escuta ativa para com os produtores e, a partir disso, alinhar seus interesses de pesquisa a fim de gerar dinâmicas de ensino aprendizagem coletivos, e isso só é possível através das metodologias de trabalho que tenham como base o diálogo interdisciplinar e transdisciplinar. Caso contrário, estarão reproduzindo um modelo assistencialista e hierárquico, em que os agricultores são vistos apenas como meros receptores de tecnologias, como acontece no modelo convencional.

O principal problema da ATER na região é a descontinuidade do trabalho com os agricultores familiares agroecológicos. Segundo um dos entrevistados:

O processo agroecológico é lento, e requer muita formação para desconstruir hábitos, de produção e de consumo, porém precisa ser continuado, e, aqui como em outros lugares foi interrompido e desvalorizado com as últimas administrações públicas, assim vamos precisar de muito trabalho, parcerias sérias e valorização dos produtos. (Entrevista 01, 2023)

Nesse caso, seria interessante pensar em diferentes estratégias para que os agricultores, de um lado, não dependessem somente de uma única empresa - no caso, a Itaipu, que financia assistência técnica em agroecologia na região - e, por outro lado, é preciso avançar na construção de políticas públicas que priorize a agricultura familiar agroecológica. Ou seja, o repasse de recursos para a agroecologia precisa ser garantido via orçamento público, com foco em ATER pelas três esferas administrativas (união, estados e municípios). Depois, pode-se incluir as parcerias e projetos com as instituições de ensino públicas da região para desenvolver projetos de pesquisa e extensão que atendam as demandas dos agricultores por meio da pesquisa-ação-participativa. Por último, entram os convênios com as empresas de assistência técnica para atender às associações e cooperativas de produtores.

#### **4.1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA**

O PNAE enquanto política pública visa garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes de escolas públicas, sendo executado pelos estados e municípios por meio da transferência de recursos do governo federal. A Lei nº 11.947/09 determina que, a partir do orçamento previsto pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no mínimo 30% deste recurso deverá ser destinado à compra de alimentos da agricultura familiar. Assim, o governo federal repassa via FNDE recursos para as secretarias estaduais de educação e para as prefeituras que o aplicam na compra direta de alimentos orgânicos e agroecológicos, respeitando a cultura alimentar e os hábitos dos estudantes conforme a região do país. Dessa forma, além de incentivar a alimentação saudável, o PNAE promove a economia local ao fomentar a agricultura familiar e as agroindústrias familiares (FNDE, 2024).

Da mesma forma, o PAA é uma política que busca ampliar o acesso aos alimentos pela população, a diferença é que ele prevê a compra direta por parte das instituições públicas, a exemplo dos hospitais, restaurantes populares etc., além das instituições de ensino. O PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e tem como finalidade promover o acesso à alimentação e ao mesmo tempo incentivar a agricultura familiar. Diferente do PNAE, que tem seu recurso proveniente do Ministério da Educação, o orçamento do PAA é composto por recursos oriundos do Ministério dos Direitos Humanos e

Cidadania (MDHC). Outra diferença se refere a execução do programa, que pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Apoio à Formação de Estoques; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; Compra Institucional e Aquisição de Sementes. Além da atuação dos estados e municípios, essa política conta também com a participação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (MDHC, 2024).

Na esfera estadual, o Programa Paraná Mais Orgânico (PMO) é um programa estadual que funciona em parceria com as sete universidades estaduais, entre elas a UNIOESTE, as agências públicas de extensão rural, como o IDR/PR e o Tecpar, além da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O objetivo do programa é promover a transição dos sistemas produtivos em todas as regiões do Estado através de parcerias com as instituições públicas que atuam nos territórios, a fim de atender o Decreto nº 4.211 de 2020, que regulamentou a Lei no 16.751, de 29 de dezembro de 2010, que institui a alimentação escolar 100% orgânica e agroecológica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio.

De forma resumida, o estado faz o repasse de recursos do Programa Paraná Mais Orgânicos destinado às universidades, que ficam responsáveis por coordenar as ações locais do projeto. A universidade é encarregada de contratar os bolsistas e técnicos orientando-os na tarefa de ir a campo e auxiliar os agricultores na elaboração de planos de manejo para atender a merenda escolar e, também, apresentar as modalidades de certificação orgânicas, de modo que o agricultor possa optar entre a certificação auditada do Tecpar ou a certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia. Segundo a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanda, durante a reunião do Núcleo Oeste PR, a UNIOESTE Campus Marechal Cândido Rondon atende cerca de 48 municípios pelo PMO, com o objetivo de fomentar a política pública da merenda escolar 100% orgânica.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) apresenta linhas de crédito de investimentos como, por exemplo, o Programa Mais Alimentos (PMA), que disponibiliza recursos voltados para infraestrutura e serviços nas propriedades rurais, oportunizando a aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e agroindústrias aos produtores. Um dos entrevistados, por exemplo, disse ter adquirido crédito via Pronaf para realizar o pagamento

do 13º salário dos funcionários. Outros produtores dizem ter adquirido investimentos para implantação de agroindústrias.

Uma das linhas oferecidas é a do Pronaf Agroecológico, que financia, entre outras coisas, a compra de mudas e sementes agroecológicas, no entanto, os próprios bancos parecem desconhecer essa linha. Conforme a fala da representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Paraná durante o XII EARE, Leila Klenk, uma das dificuldades na execução do Pronaf Agroecologia é que não há linha de crédito voltada para a produção de hortaliças e, também, o fato de os bancos terem uma tendência em utilizar as linhas tradicionais e não a linha agroecológica.

Além do mais, é importante pensar que o fortalecimento da agroecologia nos territórios não se restringe apenas a implementação de políticas e/ou programas que facilitem as compras públicas e o acesso ao crédito. É necessário ir além e construir um conjunto de políticas de forma democrática e participativa que incluam o acesso à terra, à água, à energia, à internet, a estradas, além do acesso continuado a ater, à educação e à saúde para os povos do campo, das águas e das florestas. Só assim os agricultores familiares agroecológicos terão mais qualidade no acesso a bens e serviços públicos ofertados pela União, mas, antes de tudo, é preciso que os seus direitos constitucionais sejam respeitados e incluídos no orçamento público. Nesse sentido, é importante comentar algumas ações e movimentos voltados para a construção de políticas públicas de agroecologia nos territórios.

No ano de 2023, com a mudança de governo, ocorreu a reestruturação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), instâncias cujo papel é propor e acompanhar a construção das políticas públicas de agroecologia e destinar orçamento público para a consolidação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Enquanto o CIAPO conta com integrantes do governo que repassam recursos ministeriais para as ações previstas na PLANAPO, a CNAPO é um espaço de discussão que conta com a participação de 21 representantes governamentais e 21 representantes de organizações da sociedade civil, responsáveis pela elaboração de propostas para o PLANAPO.

A CNAPO foi responsável pela construção de dois PLANAPOS que compreenderam ações divididas em 6 eixos temáticos: i) produção e certificação; ii) uso e conservação dos recursos; iii) conhecimento em pesquisa e extensão; iv) comercialização e consumo; v) terra e território; e vi) sociobiodiversidade. No entanto, o fato da CNAPO funcionar por meio de um decreto a deixa suscetível a interrupções como as orquestradas pelo governo anterior, que destituiu os espaços participativos de discussão sobre as políticas públicas no país. Através dos decretos sancionados pelo presidente Lula, tem-se a retomada o CNAPO, de modo que as organizações que atuam no campo da agroecologia foram encarregadas de fazer uma consulta pública nos 27 estados da federação a fim de levantar propostas que integrem o terceiro PLANAPO.

Em vista disso, a ANA passou a organizar oficinas para debater e revisar os planos existentes junto aos territórios. No Paraná, as organizações que participam da APRA estiveram à frente dessa discussão promovendo atividades e oficinas nas cidades de Curitiba, Maringá e Palmeira, mobilizando os atores locais, entre organizações de ATER, agricultores familiares e pesquisadores, a fim de levantar novas propostas de ação para a terceira PLANAPO. Ao final das conversas, a APRA chegou a proposta de anexar dois novos eixos, um referente a Emergência Climática e outro sobre Gênero, Racismo e Geração. Assim, no dia 19 de março de 2024, essas propostas foram apresentadas durante a primeira reunião ordinária da CNAPO, que aconteceu em Brasília, marcando a retomada da participação social na gestão da PLANAPO.

Todavia, chegamos ao segundo semestre sem que ocorresse o lançamento do III PLANAPO. O principal entrave está no embate entre as organizações da sociedade civil que defendem que o III PALANPO deve ser lançado junto com o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA). O PRONARA foi criado há 10 anos, entretanto, nunca foi lançado. O que vimos nos últimos anos, entretanto, foi o aumento da flexibilização sobre a comercialização e uso dos agrotóxicos no país. Sendo assim, as organizações sociais defendem que sem um acordo sobre a redução de agrotóxicos, não tem como ser lançado um Plano que incentiva a transição para sistemas de produção de base ecológica.

Ainda, quando o assunto é política pública de agroecologia, precisamos recordar da *Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica* (PEAPO).

As instituições paranaenses que trabalham com a agroecologia - APRA, ReSA (Rede Sementes da Agroecologia), MST e lideranças políticas - encaminharam, através do Deputado Estadual Professor Lemos, um Projeto de Lei para criação de uma política pública de agroecologia no Paraná. Entretanto, a proposta ficou parada por um tempo na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) e, quando foi levada para a discussão, seu texto original foi desidratado, fazendo com que as instituições que construíram o projeto se colocassem contra sua aprovação. No ano de 2023, um avanço sobre o tema ocorreu com a constituição de uma frente parlamentar composta por 13 deputados para discutir a proposta na ALEP. Entre os principais desafios apresentados, estão a garantia do orçamento público para a efetivação das ações da PEAPO e a questão dos agrotóxicos.

Durante a XX Jornada de Agroecologia, aconteceu o Seminário *Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Agroecologia*, organizado pela APRA, que apontou que o maior gargalo para efetivar as políticas públicas de agroecologia no Paraná é a questão orçamentária, ou seja, sem a garantia de recursos destinados à promoção da agroecologia nos territórios, não tem como garantir que as ações sejam efetivadas. Nota-se que a garantia de orçamento público para a promoção da agroecologia é uma problemática que percorre todas as esferas políticas do âmbito local ao nacional. Uma questão que chama atenção sobre isso é que, se por um lado, falta orçamento público para a agroecologia, por outro lado, sobram incentivos fiscais para o agronegócio, sobretudo, na comercialização de agrotóxicos banidos em outros países por apresentarem relação com a incidência de câncer e malformação fetal.

Apresentamos até aqui as características dos produtores, as instituições de ATER e as políticas públicas indicando quem são os principais atores chaves do sistema agroalimentar territorial no que se refere a transição ecológica. O próximo passo é entender como as dinâmicas socioespaciais estabelecidas entre esses atores potencializam a territorialização da agroecologia a partir das dimensões econômica, política, cultural e natural que formam o território.

#### **4.2 DIMENSÕES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA**

Durante o trabalho de campo procuramos levantar informações quanto ao gênero, idade, cor/etnia, estrutura fundiária, mão de obra, uso do solo e as técnicas de produção adotadas, variedade de cultivos e criações entre outras

informações que pudessem qualificar as dimensões territoriais, mediante a descrição de quem são os produtores agroecológicos, como são seus sistemas produtivos e como eles se organizam. Ao mesmo tempo analisaremos os componentes do sistema agrialimentar da região conforme referenciado no quadro teórico.

Para o trabalho empírico, contamos com dados colhidos por meio de um questionário semiestruturado (apêndice 9.2), que foi aplicado a 18 agricultores familiares da região que concordaram em responder às perguntas elaboradas para a pesquisa. O contato com os agricultores e a aplicação do questionário ocorreram em encontros e eventos sobre o tema da agroecologia que aconteceram no final de 2023: durante o XII Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia; na Reunião do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia; e no decorrer da XX Jornada de Agroecologia.

Dos 18 agricultores familiares entrevistados, 17 participam da Rede Ecovida de Agroecologia e apenas 1 não pertence a nenhum grupo, mas tem certificação orgânica pelo Tecpar. Além disso, 11 mulheres e 7 homens responderam ao questionário. Cada um dos entrevistados representa uma unidade produtiva familiar, cada qual com suas particularidades e características socioculturais. As respostas obtidas foram analisadas e decodificadas utilizando o software Nvivo 14 e são apresentadas de forma gráfica através da Nuvens de Palavras. Quanto mais uma palavra é utilizada, mais destaque ela recebe e aparece centralizada, o que significa que ela tem maior peso.

#### **4.2.1 DIMENSÃO ECONÔMICA**

A caracterização e classificação do imóvel rural é feita de acordo com o tamanho da área da propriedade agrícola familiar. Desse modo, a estrutura fundiária apresenta quatro tipos: i) Minifúndio, para o imóvel rural com área inferior à fração mínima de parcelamento; ii) Pequena Propriedade, para o imóvel com área entre a fração mínima de parcelamento e 4 módulos fiscais; iii) Média Propriedade, para o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais; e iv) Grande Propriedade, para o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais (Incra, 2023).

Em consulta à Plataforma de Governança Territorial, os índices para a região Oeste do Paraná correspondem à fração mínima de parcelamento igual a 2 hectares, sendo que um módulo fiscal é de 18 hectares. A figura 10 indica o tamanho das propriedades dos produtores entrevistados.

**Figura 10.** Área das Propriedades Rurais Certificadas na Região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos ver pela área das propriedades rurais que são unidades produtivas baseadas em minifúndios ou pequenas propriedades agrícolas. O tamanho varia de 1 hectare a 15 hectares, sendo que o tamanho de área que mais se repete é de 5 hectares. Além disso, quando perguntado sobre as relações de trabalho dentro das unidades produtivas, todos os entrevistados responderam ser familiar. Ainda, dois indicaram que contam com mão de obra contratada e outros três disseram que realizam parceria agrícola e mutirão ou formas de trabalho coletivo.

Quanto aos tipos de cultivos praticados nessas unidades produtivas familiares, a maioria dos agricultores entrevistados diz alternar entre a produção de cereais, legumes, verduras, frutas, flores, além das plantas medicinais, como podemos observar na figura 11.

**Figura 11.** Variedade de Cultivos Agroecológicos de Produtores da região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

As culturas que mais se repetem aparecem no centro e são: a mandioca, a banana, a alface, o milho, o feijão e a laranja. Depois vem a beterraba, repolho, poncã, pêssego, chuchu, goiaba, almeirão, soja, abacate, limão, couve, brócolis, mamão, manga, batata, cebola, cenoura e pepino. E, com menos destaque, tem a jabuticaba, camomila, carqueja, ora-pro-nóbis, vergamota, babosa, salsa, pimenta, ervilha, açafraão, arroz, acelga, jiló, caju, abacaxi, rúcula, guaco, amendoim, café, taioba, capim, quiabo, abobrinha, maracujá, bertalha, bacupari, cebolinha, calêndula, castanha, alcachofra, graviola, aveia, fava, flores, alho, berinjela, espinafre, caqui, acerola, cará, hortelã, cana de açúcar, aracá, amora, chicória, ameixa, pitanga, entre outras hortaliças, condimentos e frutas.

Ao todo são mais de 60 espécies vegetais cultivadas com base em sistemas produtivos agroecológicos pelos agricultores familiares na região em minifúndios ou em pequenas propriedades agrícolas. Nesse sentido, nota-se que “uma característica marcante dos sistemas agrícolas tradicionais é o grau de diversidade genética de plantas na forma de policulturas (também conhecidas como consorciação ou plantio associado) e/ou padrões agroflorestais” (Rosset e Altieri, 2022, p. 6). Além de cultivar em sistemas produtivos diversificados, os produtores também se dedicam à criação de animais, como os que estão representados na figura 12.

**Figura 12.** Criação animal nas propriedades agroecológicas da região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

O animal que mais aparece é a galinha, depois vem o porco e a vaca. Ainda, vemos a criação de peixes como o pintado, a tilápia, o bagre-africano e o tambaqui, e as aves como o peru e a galinha da angola. Os produtores também criam boi, ovelha, cavalo e coelho e, além desses, vemos os animais de estimação como cão e gato. Os sistemas produtivos que integram uma variedade de plantas perenes e temporárias com a criação de animais são denominados de agrossilvicultura, trata-se de uma prática comum da agricultura camponesa. A presença de uma diversidade de espécies de culturas nos sistemas produtivos locais favorece a ciclagem de nutrientes do solo, melhora a disponibilidade de matéria orgânica e a absorção de água, protege o solo da erosão e afasta as plantas invasoras (Rosset e Altieri, 2022).

Além dos benefícios ecológicos, esses sistemas produtivos fornecem uma variedade de produtos como, por exemplo, os alimentos utilizados tanto na alimentação humana como dos animais; lenhas que servem para cozinhar, para a construção e reparos na propriedade; além de ervas e remédios naturais. Para ter acesso a essa variedade de produtos os agricultores desenvolveram e aperfeiçoaram técnicas de produção na qual combinam estratégias de aumento da fertilidade do solo e da produtividade agrícola. Segundo Rosset e Altieri (2022) a maioria dessas estratégias são testadas pelos produtores há décadas e atualmente são promovidas por técnicos que reconhecem nesse sistema o equilíbrio entre produtividade agrícola, resiliência do agroecossistema e manutenção dos meios de vida.

Quando perguntado aos produtores se possuíam agroindústrias, alguns responderam que sim, enquanto outros indicaram que realizavam o processamento de alguns alimentos, mas de forma artesanal. Entre as

agroindústrias citadas aparecem 2 de desidratação de frutas, ervas e temperos, 2 de panificados, 1 de macarrão, 2 de mandioca e 1 de cana-de-açúcar. Quanto ao processamento de alimentos de forma artesanal, as respostas indicam a produção de geleias, doces e compotas.

Em visita ao Assentamento Olga Benário, em Santa Tereza do Oeste, tivemos a oportunidade de conhecer uma agroindústria comunitária que produz pães e macarrão, veja na figura 13 abaixo.

**Figura 13:** Processos e produtos na Agroindústria Comunitária Casa das Massas, Santa Tereza do Oeste-PR, 2024.

Máquina de Misturar Massas



Cilindro para Massas



Secadora de Massas



Macarrão pronto para venda



Fonte: Elaborada pela autora.

A Agroindústria Casa das Massas é um exemplo de processamento de alimentos pela agricultura familiar. Segundo Jonas Gomes de Queiroz (que aparece na imagem), o número de pessoas por família envolvidas diretamente com a agroindústria varia: “Tem família que trabalha 4. Que nem nós aqui em

casa trabalhamos em 2. E tem família que trabalha uma pessoa só, mas são 6 famílias" trabalhando na agroindústria.

Como apontamos no início, uma das características centrais da agricultura camponesa é a produção de alimentos para o consumo familiar, no entanto, o processamento artesanal de alimentos é uma forma de complementar a renda e agregar valor aos produtos. Sendo assim, há uma variedade de alimentos sendo processados de forma artesanal que servem para o sustento familiar e outra parte que é destinada para a venda no mercado. Nesse sentido, a maior parte dos produtos agroecológicos são vendidos no mercado local e regional, sendo que os canais de comercialização mais utilizados pelos produtores são o mercado institucional e a venda direta à exemplo das feiras e a entrega de cestas de produtos, como mostra a figura 14.

**Figura 14:** Canais de Comercialização utilizados para venda de produtos agroecológicos no Oeste do Paraná, 2024.

mercados feiras cestasorgânicas  
**vendadireta**  
**compraspúblicas**  
 lojasespecializadas  
 vendasonline

Fonte: Elaborado pela autora.

As compras públicas correspondem à compra de produtos da agricultura familiar pelas instituições públicas municipais, estaduais e federais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) se tornaram o principal mercado para os produtos agroecológicos por oferecer vantagens econômicas aos produtores. Quanto à venda direta, há várias modalidades sendo as feiras as mais comuns. Os agricultores de Toledo, Foz do Iguaçu e de Mercedes responderam que participam de feiras semanais em seus municípios. Outros produtores, como os do Grupo Esperança Agroecológica de Ramilândia, participam da feira na UNIOESTE campus Foz do Iguaçu, enquanto em outros municípios os agricultores participam de feiras esporádicas que acontecem em eventos e/ou dias festivos.

Além das tradicionais feiras, alguns produtores passaram a utilizar as redes sociais e sites na internet para comercializar seus produtos, como podemos ver na figura 15.

**Figura 15:** Site de Vendas Online de produtos orgânicos, Foz do Iguaçu-PR, 2024.

### Lista de produtos disponíveis da Família Turetta de Foz do Iguaçu

**OFERTAS DE PASCOA**  
ENTREGAS DE TERÇA A SÁBADO  
Terça-Feira: entrega no período de manhã e período da tarde.  
Quarta, quinta, sexta e sábado: somente no período da manhã.

**LISTA DA SEMANA**  
Válida até o dia (18/03 a 23/03)

**PROMOÇÃO DA SEMANA**

Tavola	R\$ 03,00	Chicória	R\$ 03,00	Rúcula	R\$ 04,00	Peprino caipira (in natura 500g)	R\$ 06,00	Abóbora madura picada	R\$ 12,00	Salsa	R\$ 04,50
--------	-----------	----------	-----------	--------	-----------	----------------------------------	-----------	-----------------------	-----------	-------	-----------

**FOLHAS/LEGUMES**

Abóbora madura picada (kg)	R\$ 12,00	Peprino caipira (in natura 500g)	R\$ 6,00
Afílice americana aberta	R\$ 4,50	Precoce braganho (in natura 250g)	R\$ 7,00
Afílice crústa	R\$ 4,00	Precoce dardo de moça (in natura 180g)	R\$ 5,00
Afílice lisa	R\$ 4,00	Precoce americano (in natura 250g)	R\$ 10,00
Afílice mimosa	R\$ 4,00	Quiabo (in natura 400g)	R\$ 7,00
Afílice romana	R\$ 4,00	Rúcula	R\$ 4,00
Absolúto verde	R\$ 4,50		
Chicória	R\$ 3,00		
Couve	R\$ 4,50		
Mandacã (kg)	R\$ 10,00		

**PRODUTO CONVENCIONAL**

Mel de abelha europeia (in natura 500g)	R\$ 25,00
Pão sem glúten	R\$ 22,00

**TEMPEROS**

Salsa	R\$ 04,50	Alcachofra	R\$ 04,00	Boleto	R\$ 05,00	Cheiro verde	R\$ 04,00	Mortelã	R\$ 04,00	Cebolinha verde	R\$ 04,00
Manjerico	R\$ 04,00	Açafrão (in natura 100g)	R\$ 05,00	Mirra (in natura 5g)	R\$ 10,00	Calabote	R\$ 04,00				

**FRUTAS**

Banana desidratada (200g)	R\$ 12,00
---------------------------	-----------

**PANCIS**

Talibã	R\$ 3,00
Ora pro rúcula	R\$ 5,00

Orgânicos Turetta  
(45) 99967-6781 Entrega GRÁTIS nas compras acima de R\$120,00\*

Fonte: Lucas Turetta

A imagem acima retrata a experiência de uma família de produtores do grupo Ecoiguaçu<sup>14</sup>, que durante a pandemia do COVID-19 precisou inovar suas estratégias de comercialização e a saída encontrada foi a venda de cestas orgânicas online via delivery. Conforme o agricultor Lucas Turetta, o delivery se tornou o principal canal de comercialização da sua família. Ele também conta que, para aumentar a variedade na oferta e diversidade de produtos, é feita uma parceria com outros produtores da região para incrementar a lista de produtos disponíveis a fim de atender os consumidores.

<sup>14</sup> @organicosturetta

Outros produtores do grupo Vida Orgânica<sup>15</sup> em Santa Helena também trabalham com essa modalidade de cestas orgânicas através de uma lista semanal com os produtos disponíveis onde os consumidores selecionam o que desejam e depois recebem os produtos em casa. Já um sítio do grupo Folha Verde<sup>16</sup> de Marechal Cândido Rondon, os produtores trabalham com a venda de produtos via formulário online. Além desses canais, existem algumas lojas especializadas em produtos ecológicos, a exemplo do Armazém do Campo em Cascavel e da Acempre em Marechal Cândido Rondon.

Verifica-se que a dimensão econômica tem um potencial de conectar todos os atores envolvidos no sistema agroalimentar territorial desde produtores, agroindústrias, mercados, políticas públicas, ater e os consumidores. Contudo, a participação de alguns desses atores ainda é muito limitada como, por exemplo, as agroindústrias e os consumidores que não têm uma participação tão expressiva no território. Portanto, pensando no avanço dos processos de transição ecológica do sistema agroalimentar territorial, é necessário fortalecer os elos entre esses atores.

#### 4.2.2 DIMENSÃO POLÍTICA

Em relação a presença de associação e/ou cooperativa que representa os interesses dos produtores as respostas obtidas revelam que há uma estrutura organizativa em diferentes municípios da região Oeste do Paraná como indica a figura 16.

**Figura 16:** Associação e/ou Cooperativa da Agricultura Familiar Agroecológica na região Oeste do Paraná, 2024.



Elaborado pela autora.

<sup>15</sup> @cestasvidaorganica

<sup>16</sup> ecos.expandindomundos.com.br. Link: (<https://forms.gle/iC9vqNtTkDpN26SY6>)

As cooperativas citadas pelos produtores entrevistados são 4: COPCRAF (Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar); COAFFOZ (Cooperativa da Agricultura Familiar de Foz do Iguaçu); COOPERFAN (Cooperativa de Agroecologia e da Agricultura Familiar) e COOPERMISSAL (Cooperativa da Agricultura Familiar de Missal). A COPCRAF foi a mais citada, isso porque essa cooperativa está presente no município de Cascavel e tem no seu quadro de cooperados os produtores assentados da reforma agrária integrantes dos quatro grupos agroecológicos ligados ao Núcleo Oeste da Rede Ecovida. Depois vem a COAFFOZ, que tem entre os seus integrantes produtores do município de origem e também de municípios vizinhos como, por exemplo, São Miguel do Iguaçu. Da mesma forma acontece com a COOPERFAN, situada no município de Quatro Pontes, esse município não tem nenhum grupo agroecológico participando da Rede Ecovida, mas tem cooperados do grupo Lindeiros Ecológicos de Mercedes. E, por último, a COOPERMISSAL.

Entretanto, conforme os dados disponíveis no Cadastro Estadual de Cooperativas do Paraná<sup>17</sup>, identificamos outras 9 cooperativas da agricultura familiar na região: COFATOL (Cooperativa de Agricultores Familiares de Toledo); COOFAMEL (Cooperativa Agrofamiliar Solidária), em Santa Helena; SISCOOPLAF (Cooperativa Central de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar com Interação Solidária do Oeste do Paraná), em Cascavel; CORES DA TERRA (Cooperativa de Produtores Orgânicos Cores da Terra), em Cascavel; COOPERCAM (Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa), em São Miguel do Iguaçu; BOREAL (Boreal Cooperativa da Agricultura Familiar), em São Miguel do Iguaçu; COAFASO (Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná), em Medianeira; COOPLAF (Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária), em Medianeira; COOPRAFA (Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar), em Matelândia;

Entre as associações aparecem: a Acempre, que fica em Marechal Cândido Rondon e é a organização de agricultores familiares agroecológicos que

---

<sup>17</sup> Disponível em: [Cadastro Estadual Cooperativas | Secretaria da Agricultura e do Abastecimento](#)

atua há mais tempo na região; a AMPAS (Associação Municipal dos Pequenos Agricultores de Santa Helena); a Associação de Cooperação e Produção Agroecológica do Assentamento Olga Benário; a APOP- Palotina; a APROMER (Associação de Produtores de Mercedes) e a Proorto. Como podemos ver, a APOP-Palotina e a Proorto levam o mesmo nome das associações nos grupos da Rede Ecovida, no entanto, ainda que o grupo APOP-Palotina não esteja ativo junto ao Núcleo Oeste PR, a associação segue funcionando porque essas organizações se estendem a todos os agricultores familiares, sejam orgânicos ou não. Assim, tanto as associações como as cooperativas são espaços de organização social importantes, que permitem aos agricultores familiares terem acesso a certas políticas públicas como, por exemplo, os mercados institucionais do PAA e do PNAE.

Embora sejam compostas por um quadro social relativamente pequeno, muitos cooperados realizam suas inscrições unicamente para atender ao PNAE e outros programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Assim, as tomadas de decisão e a liderança desse empreendimento são realizadas por um escasso grupo de agricultores, criando uma situação em que não há uma renovação e uma participação efetiva, prejudicando o mérito principal da autogestão, que é o desenvolvimento humano dos cooperados, através da participação das discussões e decisão do coletivo. (Corbari, 2020, p. 149-150)

As compras públicas representam um mercado importante para os agricultores familiares agroecológicos como mostra a figura 17. Tanto o PNAE como PPA são políticas que contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar através da melhoria dos sistemas produtivos, da diversificação da produção proporcionando o aumento do emprego e da renda, além de incentivar os consumidores a terem uma alimentação saudável (Castro *et al.*, 2023).

**Figura 17:** Principais Políticas Públicas na visão de representantes de grupos e produtores agroecológicos da região Oeste do Paraná, 2024.

## Respostas - Grupo

aterdaitaipu  
 ater paa  
**pnae**  
 pronaf  
 unioeste

## Respostas - Produtor

bolsafamília  
 sus paa pro  
 n **pnae** lu  
 itação ater coo  
 reformaagrária

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma rápida comparação entre as respostas nos dois questionários, um voltado para os representantes dos grupos da Rede Ecovida e o outro para os agricultores familiares, evidencia que as políticas públicas mais acessadas por quem produz com base na agroecologia na região Oeste do Paraná são aquelas que estão dentro do escopo de políticas de segurança alimentar e nutricional, que é o caso do PNAE e do PAA. Ressalta-se que a partir dessas políticas alguns estados e municípios criaram suas próprias políticas de compras públicas. No nível estadual, o Paraná aprovou um projeto de lei que prevê 100% da compra da alimentação escolar na rede estadual seja de alimentos orgânicos até 2030. No nível municipal, Marechal Cândido Rondon através da Lei nº 4904, de 16 de dezembro de 2016 determinou a compra de alimentação escolar 100% ecológica (orgânica e agroecológica).

Depois, aparecem as políticas de crédito como o PRONAF, que tem uma linha chamada Programa Mais Alimentos (PMA) e as políticas de ATER, como a dirigida pela UNIOESTE através do Programa Paraná Mais Orgânico (PMO), além da ATER pública oferecida pelo IDR/PR e a ATER via convênio com a Itaipu que discutimos anteriormente. Ainda, alguns produtores indicaram ter acesso a política habitacional, reforma-agrária, Sistema Único de Saúde (SUS) e Luz para Todos. Nesse caso, é interessante perceber que os agricultores familiares da região que produzem de forma agroecológica têm acesso a um repertório diversificado de políticas públicas direcionadas ao rural diferente do que foi no passado quando as políticas agrícolas se voltavam para a modernização da produção e somente os grandes e médios produtores rurais tinham acesso.

Porém, nota-se que o agricultor familiar demanda aperfeiçoamento técnico sobre os processos de gestão e comercialização. Isso inclui a formação sobre mercados, gestão de pessoas e participação social de modo que concordamos com Corbari (2020, p. 152) que aponta para a necessidade de uma “qualificação a partir de uma orientação multidisciplinar” para o desenvolvimento de habilidades e competências para a gestão organizacional. Ampliar as capacidades de gestão dos agricultores familiares agroecológicos auxiliará o planejamento de ações e projetos que envolvam a participação de outros atores do sistema agroalimentar territorial (como no caso dos consumidores) no desenho de novos canais de comercialização como, por exemplo, as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA). Portanto, essa dimensão política-organizacional pode influenciar positivamente outras dimensões, sobretudo a dimensão econômica, ao promover a diversificação dos canais de comercialização, ampliando as oportunidades de mercado e diminuindo a dependência dos agricultores familiares das políticas de compras públicas.

#### **4.2.3 DIMENSÃO CULTURAL**

Considerando os 18 entrevistados, foi perguntado sobre quantas pessoas moravam na propriedade onde pedimos para identificar o número de pessoas, idade, gênero e grau de parentesco. Depois, essas informações foram organizadas conforme a tabela 1, em que consideramos dois aspectos: idade e gênero dos moradores das unidades produtivas familiares.

**Tabela 1.** Número de moradores por unidade de produção conforme idade e gênero, região Oeste do Paraná, 2024.

<b>Idade</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Total</b>
0----1	0	1	1
1----10	1	3	4
11---20	4	1	5
21---30	8	4	11
31---40	4	4	8
41---50	2	6	8
51---60	8	7	14

61---70	8	5	13
71---80	2	1	3
81---90	0	0	0
91---100	0	0	0
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>32</b>	<b>69</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nesses dados, vemos que, nas unidades produtivas familiares, a quantidade de homens aparentemente é maior do que a de mulheres, são 37 homens e 32 mulheres. Ainda, a quantidade de adultos é bem superior à de jovens e crianças. Dentro desse universo composto por 18 unidades produtivas familiares, temos um total de 69 indivíduos, dos quais 4 estão na faixa etária de 0 a 10 anos; 16 entre 11 e 30 anos; e 46 com idade entre 31 e 80 anos, sendo que 30 se encontram acima dos 50 anos (cerca de 43% têm mais de 50 anos).

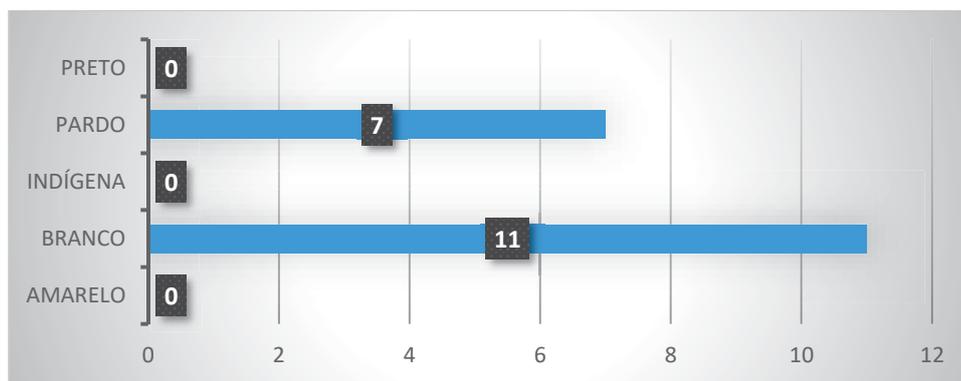
Outro ponto que chama a atenção é a diferença entre homens e mulheres nos espaços de discussão sobre a agroecologia. Como podemos ver na tabela, a diferença entre o número de homens e mulheres nas unidades produtivas é pequena, entretanto, pelas entrevistas realizadas percebemos que há um protagonismo na participação das mulheres quando o assunto é agroecologia. Ainda que o objetivo dessa pesquisa não seja se aprofundar sobre o tema referente aos papéis de gênero, é válida a reflexão quanto à questão da equidade entre homens e mulheres que trabalham com os princípios da agroecologia, para que cada vez mais as mulheres e jovens sejam encorajados a desenvolver sua capacidade de gestão e liderança dentro e fora das unidades produtivas.

Essas informações são interessantes de serem pontuadas porque vão ao encontro de pesquisas que indicam haver uma diminuição da densidade demográfica no meio rural ocasionada pela diminuição no número de filhos por família e, também, pela migração dos jovens para os centros urbanos. Conforme as informações levantadas entre os entrevistados temos uma média de idade de 48 anos para os homens e 46 anos para as mulheres o que significa que a população rural está envelhecendo. Isso gera implicações quanto à produção de

alimentos num futuro próximo, já que a mão de obra nas unidades produtivas costuma ser essencialmente familiar. Portanto, a diminuição no tamanho das famílias e o envelhecimento da população rural afeta diretamente a mão de obra disponível para o trabalho nos sistemas produtivos agroecológicos.

Outra característica sociocultural se refere à cor/etnia e são apresentadas no gráfico 5.

**Gráfico 5:** Cor/etnia de famílias com produção agroecológica na região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme os dados dos entrevistados, 11 se autodeclararam branco e 7 se identificam como pardos. Não teve nenhum que se descreveu amarelo, preto e indígena. Ainda assim, como podemos observar, há uma diversidade étnica presente entre os agricultores familiares que produzem em sistemas agroecológicos na região. No capítulo 2, vimos como o processo de colonização contemplou determinados grupos étnicos, majoritariamente brancos descendentes de europeus vindos do Sul. Entretanto, o território apresenta diferentes territorialidades a começar pelos povos indígenas, os obrageiros que atuaram no ciclo de extração da erva-mate, os posseiros que participaram no ciclo da madeira e desencadearam os primeiros conflitos pela posse da terra. Assim, esse gráfico tem o intuito de mostrar que, muitas vezes, há um discurso hegemônico que opera no sentido de promover o apagamento sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade. Isso se reflete diretamente nos processos de expropriação e ocupação territorial que tem a raça como um marcador social, tal qual vimos.

Considerando a dimensão cultural, observa-se que tanto a atuação da extensão rural como as políticas públicas têm um papel relevante na promoção do bem-estar social dos agricultores familiares. A extensão rural pode colaborar com o levantamento de demandas e construção de processos participativos entre os produtores enquanto as políticas públicas podem favorecer a permanência dos jovens e das mulheres nas unidades produtivas. É possível visualizar ações dessa natureza acontecendo no território através do trabalho desenvolvido pelo Capa-Rondon junto ao Núcleo Oeste da Rede Ecovida. As reuniões dos grupos são momentos de interação entre os agricultores familiares agroecológicos onde tem-se a partilha de mudas e sementes crioulas.

#### **4.2.4 DIMENSÃO NATURAL**

A cobertura vegetal da região Oeste do Paraná teve uma redução significativa desde o final do século XIX até a atualidade. Esse período compreende a ascensão e declínio de diferentes ciclos econômicos (extração de erva-mate; extração da madeira; ocupação; e modernização da agricultura) responsáveis por promover alterações profundas na natureza que se estendeu também sobre os povos e comunidades tradicionais caracterizados por ações de desmatamento e expropriação dos povos indígenas e camponeses do território.

Em relação as características naturais do território, a região Oeste do Paraná está situada no terceiro Planalto paranaense onde apresenta uma área formada principalmente por Floresta Estacional Semidecidual e áreas descontínuas de Floresta de Araucária. O clima na região é subtropical com verões quentes e invernos intensos com precipitações que giram em torno de 1500 milímetros por ano com concentração maior no verão. Dentre as áreas remanescentes de floresta encontram-se as áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal como, por exemplo, as matas ciliares não contíguas dispostas ao longo dos rios e as unidades de conservação, como o Parque Nacional do Iguaçu, a maior reserva de Mata Atlântica do interior do país.

Esses fatores naturais somado com a alta fertilidade do solo colaborou para o intenso desmatamento da região associado principalmente ao ciclo de colonização quando as áreas de florestas nativa foram substituídas por áreas de cultivos a fim de atender o projeto de expansão da fronteira agrícola. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística) a região Oeste do Paraná possui 42.511 propriedades rurais que ocupam uma área de 1,744 milhão de hectares incluindo áreas agricultáveis e APPs. Isso significa que 76% do território é considerado rural (O Paraná, 2018).

Como foi demonstrado ao longo do trabalho, existem diferentes formas de apropriação do espaço e, no que corresponde a agricultura, temos dois modelos operando no território. Há o modelo de produção agrícola vinculado a produção de commodities e responsável por gerar passivos socioambientais em diferentes escalas que é o agronegócio. Mas também há o modelo que expressa formas de produção mais sustentável tanto do ponto de vista social como ambiental que é a agroecologia. Dessa forma, a natureza é a base para a prática da agroecologia, de modo que,

A agroecologia vem sendo praticada por camponeses que, ao conjugarem suas características sociais e econômicas com as potencialidades do ambiente onde estão inseridos, a tornam uma matriz produtiva estratégica para a sua “*r-existência*”. (Eduardo e Finatto, 2018, p.1)

Isso vai ao encontro do uso do solo, os saberes, práticas e técnicas de produção utilizadas pelos agricultores familiares agroecológicos na região. No que corresponde ao uso do solo, a maioria dos produtores buscam alternar os sistemas produtivos, dedicando parte da sua produção a plantações temporárias e outra parte a plantação perene, como indica a figura 18.

**Figura 18.** Uso do solo por produtores agroecológicos na região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

Além das áreas voltadas para as plantações fixas e temporárias, o uso do solo também é partilhado com áreas dedicadas à pastagem para criação animal, com destaque para a pecuária de leite e de corte. Ainda, alguns

responderam que parte da terra é dedicada à agrofloresta, à criação de peixes, à área de mata ciliar (APPs) e às agroindústrias.

Já as principais técnicas trabalhadas na região são ilustradas na figura 19.

**Figura 19.** Técnicas de Produção utilizadas em propriedades familiares agroecológicas na região Oeste do Paraná, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

A técnica mais utilizada é a rotação de culturas, sendo bastante aplicada em cultivos temporários e anuais, por permitir que os nutrientes do solo sejam conservados e fornecidos entre um ciclo e outro. Depois vem o plantio direto, que contribui ao reduzir o risco de erosão, controlar a umidade e a temperatura do solo. Segundo os técnicos do IDR/PR, a massificação da técnica do plantio direto entre os produtores da região contribuiu significativamente para que houvesse uma diminuição no processo de lixiviação do solo, que girava em torno de 20 a 30 toneladas de sedimentos, por ano, depositados nos cursos d'água, caindo para 5 toneladas<sup>18</sup>, a maioria, claro, derivada da agricultura intensiva.

Com menos destaque, aparece o pomicultivo, no qual duas ou mais espécies de culturas são plantadas próximas, tendo em vista a complementaridade biológica entre elas. A vantagem dessa técnica é parecida com a rotação de cultura pela disponibilidade de nutrientes que cada espécie proporciona ao solo, mas também pelo fato de algumas espécies terem ação de repelir possíveis invasores gerando mais estabilidade no agroecossistema. As sementes crioulas, por sua vez, guardam uma herança ancestral sobre a diversidade genética das sementes, contendo processos de adaptação quanto a variação climática de cada localidade. A compostagem e o saneamento

<sup>18</sup> Essa informação foi colhida em visita ao Polo de Pesquisa Inovação do IDR/PR em Santa Tereza do Oeste, durante um encontro do Núcleo Oeste do Paraná da Rede Ecovida de Agroecologia que aconteceu no dia 13 de março de 2024.

ecológico oferecem a vantagem de transformar resíduos em matéria orgânica. Também, aparece a irrigação, tendo em vista o clima quente da região e a dificuldade em manter algumas culturas durante os períodos de estiagem.

Os saberes dos produtores são potencializados quando acompanhado de uma assistência técnica qualificada com foco na agroecologia. Desse modo, aliar as características culturais dos agricultores familiares com as características ambientais do território apresenta muitas oportunidades para quem atua no campo da agroecologia. Isso vem acontecendo principalmente por meio da ATER pública e das parcerias construídas entre os produtores no território. Com exceção de Marechal Cândido Rondon, nenhum outro município da região tem uma política com foco na agroecologia. Contudo, a falta de uma política pública de agroecologia com diretrizes, especificações e orçamento garantido faz com que os processos e programas voltados para a agroecologia acabem e/ou não sejam renovados entre um governo e outro.

Porto Gonzalez (2012) considera que as formas culturais de propriedade familiar e comunitárias com o uso comum dos recursos naturais ainda são pouco considerados dentro do debate político em virtude do modelo de sociedade moderno/colonial/eurocêntrico/capitalista. Giraldo e Rosset (2021, p. 716) corroboram destacando que “los pueblos a través de sus propias organizaciones están disputando con el capital la tierra, el agua, las semillas, los sistemas de distribución, y, en general, la propiedad de los medios de producción”. Isso faz da luta pela terra uma luta por reapropriação social da natureza abrindo um caminho para pensar outros modelos de sociedade possível tendo como base a cultura dos camponeses, dos indígenas e o reconhecimento de suas formas de se relacionar com a natureza.

### **4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O território é um produto das relações socioespaciais, que é colocada em curso através das dimensões econômica, política, cultural e natural (Eduardo e Saquet, 2010). A investigação sobre o sistema agroalimentar territorial mostrou que há um conjunto de atores que participam de ações e processos ligados à agroecologia. Dessa maneira, a territorialização da agroecologia na região Oeste do Paraná ocorre por meio dos arranjos/elos/articulações/interações construídos

no território em que participam produtores, agroindústrias, mercados, ATER, políticas públicas e consumidores mediados pelas dimensões sociais indicadas.

Considerando a dimensão econômica, vimos que os produtores cultivam uma variedade de alimentos em minifúndios, cujo trabalho é essencialmente familiar. Além disso, a transformação dos alimentos é feita de maneira artesanal ou através de agroindústrias familiares. As culturas que mais aparecem nos sistemas produtivos agroecológicos são a mandioca, a banana, a alface, o milho, o feijão e a laranja, e quanto à criação de animais temos a galinha, o porco e a vaca. Com isto, nota-se que a produção agroecológica para o consumo ocupa um papel central dentro da dimensão econômica onde o objetivo é produzir alimentos para o consumo da família e, em seguida, com a venda do excedente no mercado local, principalmente via compras públicas de alimentos para atender as redes municipal e estadual de ensino, e dessa maneira obter renda para satisfazer outras necessidades básicas.

Podemos destacar que as culturas vegetais como a mandioca, o milho e o feijão, assim como a proteína animal (galinha, porco e vaca) são alimentos básicos da dieta alimentar da população e, portanto, são culturas centrais na subsistência da família camponesa. Além do que, com essa variedade de cultivos e criações os produtores conseguem obter uma variedade de alimentos derivados como, por exemplo, farinhas, ovos, leite, manteiga, nata, queijo, banha etc. Assim, produzir em sistemas produtivos agroecológicos é uma forma de garantir autonomia aos produtores, no entanto, essa autonomia é relativa, pois há aí uma subordinação ao mercado, por exemplo, quando o produtor demanda a certificação de conformidade orgânica ele precisa atender certas exigências (Saquet, 2017).

Para tanto, é preciso considerar que os agricultores familiares da região mantem parte da produção para o consumo e uma outra parte para a comercialização. A produção para a comercialização é influenciada pelas políticas públicas de compra direta de alimentos, sobretudo, o PNAE e PAA. Isso porque essas modalidades de compras públicas representam um importante canal para quem produz alimentos agroecológicos ao oferecer incentivos econômicos e a garantia de renda para quem produz alimentos agroecológicos. Conforme vimos no tópico sobre o Núcleo Oeste da Rede Ecovida, na região há

dois escopos de certificação orgânica, via SPG, sendo a maior parte referente a produção primária vegetal e depois as agroindústrias.

No que se refere a dimensão política, os agricultores familiares agroecológicos participam de diferentes espaços de organização social. O estudo mostrou que os principais espaços de gestão referente a agroecologia no território são os grupos ligados ao Núcleo Oeste PR, depois vem as associações e cooperativas. Atualmente há 18 grupos ativos ligados ao Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida. Ainda, entre os entrevistados, identificamos a existência de 6 associações e 4 cooperativas voltadas para a agricultura familiar. No entanto, esse número é maior, como vimos a partir do cadastro de cooperativas no estado, que apontou a existência de 13 cooperativas da agricultura familiar.

Enquanto os grupos são espaços específicos para quem produz com base nos princípios da agroecologia, as associações e cooperativas são instâncias mais amplas e tem no seu quadro de sócios agricultores familiares convencionais e agroecológicos. Essa diferenciação entre os espaços de gestão já apresentou problemas para alguns produtores agroecológicos, como vimos no caso de Foz do Iguaçu, que precisou desvincular a associação do grupo agroecológico. Além disso, de acordo com Corbari (2020), um dos principais problemas enfrentados pelas cooperativas está na participação dos agricultores familiares nos processos de planejamento e a superação da dependência do PNAE que é o principal circuito de comercialização na região.

Soma-se a isso o fato de que, a participação dos produtores em espaços de organização política não é fixa, podendo aumentar ou diminuir a depender do planejamento, organização e disponibilidade da família, dos recursos e incentivos oferecidos. Nesse sentido, as lideranças responsáveis pela gestão dos grupos, das associações e cooperativas têm um papel fundamental relacionado à coesão social, ao promover o engajamento, protagonismo e acesso dos produtores a determinadas políticas públicas.

Na dimensão cultural, destaca-se a diversidade étnica dos agricultores familiares agroecológicos, assim como o saber fazer produtivo que envolve valores, normas, comportamentos e hábitos, saberes e práticas que são reproduzidas nas famílias, na comunidade e nos grupos locais. Como vimos no início, uma característica do campesinato é que o trabalho tem como objetivo principal a reprodução biológica e social das famílias. Famílias que, como o

trabalho de campo mostrou, estão envelhecendo, já que quase metade dos indivíduos que habitam as unidades produtivas familiares se encontram com idade acima dos 50 anos.

Uma das características dos sistemas produtivos agroecológicos é o cultivo temporário de hortaliças utilizando técnicas tradicionais baseadas na rotação de culturas. Nesse ponto, o trabalho conjunto entre produtores e a ATER se faz importante, no sentido de testar diferentes combinações e orientar os produtores sobre quais as melhores técnicas para alcançar e manter o equilíbrio do agroecossistema ao mesmo tempo em que busca diminuir os custos da produção e a energia empregada. Dessa forma, por meio da troca de saberes os produtores, técnicos e pesquisadores constroem estratégias para resolver os problemas ligados aos sistemas produtivos como, por exemplo, no manejo das formigas e demais plantas invasoras que possam afetar a produção.

Contudo, o planejamento sobre o uso do solo pode vir a se tornar um desafio nos próximos anos caso a mão de obra continue a diminuir. Portanto, não basta apresentar técnicas de plantio e/ou manejo mais sustentáveis como vemos a maioria das instituições e programas de ATER focar enquanto assistimos a evasão dos jovens e o envelhecimento da população rural. Nesse caso, a Rede Ecológica tem construído um trabalho pautado na participação das mulheres e jovens, mostrando que o tecido social é um elemento basilar de qualquer proposta de territorialização da agroecologia.

Por fim, a dimensão natural está relacionada à manutenção dos recursos naturais como a água, o solo e a biodiversidade. A literatura demonstra que o campesinato historicamente vem desenvolvendo tecnologias que permitem um equilíbrio entre o sistema social e natural. Dessa forma, diante de todas as ameaças enfrentadas pelo sistema hegemônico controlado por impérios alimentares e que recebem todo tipo de incentivo fiscal por parte dos governos e instituições, a manutenção dos sistemas produtivos agroecológicos no território continua acontecendo através da re-existência dos agricultores familiares, com apoio da ATER e das políticas públicas com foco na segurança alimentar que fortalecem os sistemas agroalimentares territoriais.

O nosso estudo identificou que há investimentos direcionados por organizações locais que reconhecem na agroecologia um sistema de produção capaz de produzir alimentos de forma sustentável, entretanto, eles estão

suscetíveis a programas e projetos descontinuados. Isso significa que o fato de os produtores agroecológicos ficarem sem ATER por períodos indeterminados aumenta o risco de perdas em decorrência do clima além de desmotivar os que se encontram em transição a continuarem na agroecologia. Diante das incertezas quanto ao clima, a oferta de políticas públicas e o acesso aos mercados são as relações construídas nas famílias e entre as famílias que participam do Núcleo Oeste PR que possibilitam a continuação dos processos agroecológicos.

Em resumo, a territorialização da agroecologia acontece por meio das alianças construídas entre os diferentes atores que participam do sistema agroalimentar territorial. No nível local temos os produtores organizados em grupos e que recebem apoio das instituições de ATER, sobretudo, o CAPA-Rondon. No passado ressentido, esses produtores precisaram diversificar seus canais de comercialização quando viram os recursos dos programas de compras públicas diminuírem. Desse modo, as articulações entre os produtores que participam da Rede Ecovida na região foram fundamentais para que eles seguissem firmes no propósito de produzir com base nos princípios agroecológicos.

Ainda, num nível superior, temos as instâncias maiores como a ANA e a APRA que negociam a construção de políticas públicas de agroecologia junto aos setores do governo. A ANA com a campanha “Agroecologia na Boca do Povo” demonstra que é possível construir processos organizativos próprios para tornar essa discussão mais participativa e estruturante na sociedade. Só assim, com a participação de um número cada vez maior de agentes do governo, produtores, movimentos sociais, técnicos e pesquisadores conseguiremos potencializar o movimento-rede em favor da territorialização da agroecologia.

A análise das quatro dimensões presentes na territorialização da agroecologia revela que há uma interdependência entre elas. A dimensão econômica fornece a base material para a subsistência e comercialização, enquanto a dimensão política oferece o suporte institucional necessário para a promoção e implementação de políticas públicas favoráveis. A dimensão cultural preserva e transmite conhecimentos e práticas tradicionais essenciais para a sustentabilidade das unidades produtivas familiares e agroecológicas, e a

dimensão natural garante que os recursos necessários para a produção de alimentos e produtos sejam mantidos e protegidos ao longo do tempo.

Ademais, a construção de alianças entre diferentes atores do sistema agroalimentar, desde os produtores locais até as organizações maiores como a ANA e a APRA, é fundamental para potencializar as ações que orientem a territorialização da agroecologia. A participação ativa de todos, incluindo o governo, movimentos sociais, técnicos e pesquisadores, é necessária para o fortalecimento do movimento agroecológico a longo prazo.

A territorialização da agroecologia no Oeste do Paraná exemplifica a complexa interação entre as dimensões econômica, política, cultural e natural. A sustentabilidade desse sistema depende da coesão social, da mobilização política, da preservação cultural e da gestão cuidadosa dos recursos naturais realizados pela agricultura familiar através da agroecologia. Somente através da integração dessas dimensões e do fortalecimento das alianças entre os diversos atores envolvidos é possível promover um sistema alimentar agroecológico resiliente e sustentável no território.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ecologização do sistema agroalimentar na região Oeste do Paraná compreende um complexo conjunto de atores com relações multidimensionais em diferentes escalas, seja no âmbito local, regional, estadual ou federal. No que se refere a territorialização da agroecologia, ela é tecida através das dinâmicas locais envolvendo diferentes atores, ações, projetos e programas voltados para a transição ecológica dos agricultores familiares locais. O Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço que reúne agricultores familiares, técnicos, pesquisadores e consumidores, consolidando-se como a experiência mais promissora relacionada ao campo da agroecologia no território. Sua arquitetura de movimento-rede preza pela organização social horizontal e o fortalecimento das coletividades, a exemplo da certificação participativa com ações que contribuem de maneira efetiva para a territorialização da agroecologia.

Uma diferença fundamental dos produtores organizados através da Rede Ecovida de Agroecologia é que suas premissas se encontram ancoradas na garantia da soberania e segurança alimentar da população. No âmbito cultural, valoriza-se os processos de aprendizagem coletivos, no ambiental, busca-se construir sistemas produtivos mais diversificados e resilientes, enquanto no econômico, preza-se por uma produção de alimentos agroecológicos para subsistência da família camponesa com incentivos para o aumento da produção e a venda do excedente em circuitos curtos locais e regionais.

O que podemos destacar com a experiência de observação participante nas reuniões do Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida, é que de fato esse é um espaço político de construção coletiva que promove o diálogo de saberes, em que todos participam ativamente. Entretanto, diferentes atores e processos influenciam a transição do sistema agroalimentar local. A Itaipu Binacional, por meio da sua inserção econômica e política no território, foi responsável por acionar diferentes atores locais na busca por alternativas que resolvam os problemas ambientais acarretados pelos processos de modernização agrícola na região. Dessa forma, podemos constatar que a Itaipu, por meio do PDRS, vem ofertando subsídios para a formação de uma rede de ATER regional, sendo assim, um importante *aliado externo*.

Em vista dos arranjos construídos na região Oeste do Paraná, onde há um conjunto de atores trabalhando com processos socioespaciais orientados pelo viés da agroecologia, identificou-se que os fatores determinantes para a territorialização da agroecologia estão ligados às dimensões cultural e natural. Isso porque a agroecologia depende do trabalho realizado com a mão de obra familiar, responsável por implementar e manejar os sistemas produtivos agroecológicos dentro das unidades produtivas. Dessa forma, os agricultores familiares produzem uma diversidade de alimentos para o seu consumo e comercializam o excedente através da venda direta aos consumidores em feiras, lojas especializadas e, mais recentemente, na entrega de cestas orgânicas via delivery. Ainda, vendem parte da produção para o mercado institucional.

Depois vem a dimensão política, já que o Núcleo Oeste PR representa um espaço de organização coletiva onde os produtores conseguem a certificação orgânica. Além disso, os produtores adquirem informação e participam de visitas técnicas, momento no qual compartilham experiências e aprendizados com outros produtores da região. Igualmente, a organização política por meio de associações e cooperativas oportuniza o acesso ao mercado institucional, favorecendo as compras públicas dos alimentos agroecológicos.

Uma maior circulação desses alimentos proporciona mais renda aos produtores, o que está ligada a dimensão econômica. No entanto, o agricultor familiar que produz alimentos agroecológicos ainda encontra muitas barreiras para colocar seus produtos no mercado, pois a legislação sobre o processamento de alimentos apresenta padrões que atendem as grandes agroindústrias de alimentos. Isso faz com que muitos não certifiquem suas agroindústrias ou se mantenham na informalidade.

As principais instituições que apoiam o desenvolvimento da agroecologia na região são o Capa-Rondon, que é a entidade responsável pela gestão da Rede Ecovida de Agroecologia na região, a Itaipu Binacional e a UNIOESTE. O Capa presta assessoria técnica aos produtores que estão em processo de transição e certificação dos sistemas produtivos locais. A Itaipu é um aliado da agroecologia por financiar assistência técnica e mobilizar outras instituições de pesquisa, como o IDR/PR, que desenvolvem projetos direcionados aos agricultores familiares da região, apoiando as associações e cooperativas. A

UNIOESTE, com o PMO, também tem atuado no sentido de massificar os processos agroecológicos entre os produtores locais.

Os processos organizativos e participativos são evidenciados através das reuniões do Núcleo Oeste PR da Rede Ecovida. A Rede Ecovida trabalha no sentido de organização social dos produtores, gerando espaços de aprendizagem construtiva e construção do conhecimento de maneira coletiva. As associações e cooperativas também se destacam como espaço de organização social com foco no acesso aos mercados. Porém, conforme se demonstrou, a agroecologia é praticada por agricultores familiares com características socioculturais específicas, como a mão de obra familiar, a diversificação de cultivos e a produção para subsistência da família.

A diversificação dos canais de comercialização, por sua vez, oferece uma complementação na renda desses produtores com a venda de produtos em feiras, lojas, delivery de cestas orgânicas e compras públicas. Além das políticas de compras públicas, que são as mais acessadas por quem produz com base na agroecologia, observou-se que uma gama de políticas está chegando ao rural, como, por exemplo, o PRONAF, Habitação, Energia, Bolsa Família entre outras. Contudo, há um entrave orçamentário que dificulta a implementação das ações continuadas referente ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Acompanhar essa discussão é importante para buscar estratégias de massificação da agroecologia na sociedade num período que demanda respostas urgentes em virtude das mudanças climáticas, e das vulnerabilidades que os produtores e consumidores encontram para ter acesso a alimentos saudáveis em quantidade e disponibilidade suficientes.

Ressalta-se que não existe até o momento uma estratégia explícita de transformar a região Oeste do Paraná num território agroecológico como aconteceu no período da revolução verde quando o Estado criou uma política concedendo acesso ao crédito para a compra de maquinários e insumos agrícolas. Ainda, as ações de territorialização da agroecologia na região parece por vezes ser mais uma medida para tentar diminuir a erosão que prejudica o Lago de Itaipu do que propriamente um compromisso com a produção ecológica de alimentos pela agricultura familiar com vistas a garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada, a Soberania e a Segurança Alimentar da população.

Por último, considera-se que, nesse panorama de institucionalização da agroecologia há disputas entre agências internacionais, setores governamentais, iniciativa privada e os movimentos sociais cada um com uma orientação ou abordagem. Isso porque alguns projetos de desenvolvimento rural sustentável criam a ilusão de que é possível superar os problemas socioambientais provocados pela modernização da agricultura ao mesmo tempo em que se mantém operante a velha estrutura moderno/colonial nos territórios. Nesse caso, fica como sugestão para estudos futuros uma caracterização dos diferentes modelos de agricultura de base ecológica e sua institucionalização no território para identificar em qual viés eles se enquadram.

Diante do exposto, o trabalho inova ao tratar da ecologização do sistema alimentar na região Oeste do Paraná através da lente da territorialização da agroecologia onde destacam-se a dinâmica multidimensional. O trabalho detalha a complexidade das interações entre diversos atores e escalas, destacando a importância das dinâmicas culturais, naturais, políticas e econômicas na transição ecológica. Também, percebe-se que os maiores entraves estão na vulnerabilidade dos produtores devido à descontinuidade de políticas públicas e programas de apoio a ecologização do sistema agroalimentar. A limitação de recursos financeiros para implementar ações continuadas e políticas públicas específicas para a agroecologia dificulta a consolidação dos sistemas agroecológicos no território.

Embora existam muitos potenciais como, por exemplo, a participação coletiva por meio dos grupos, associações e cooperativas e uma diversificação dos canais de comercialização com foco em circuitos curtos, os desafios são grandes. Consideramos que os entraves legislativos, a dependência de políticas públicas instáveis e os desafios de mercado devido a legislação restritiva representam obstáculos significativos que precisam ser superados para garantir a sustentabilidade e expansão da agroecologia na região tendo em vista a construção de sociedades mais sustentáveis e regenerativas.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **De Camponeses a Agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 1990. 354p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org), **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 13-35, 2004.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. 210p.

ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22126>. Acesso em maio de 2023.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Expressão Popular, 3ª ed. São Paulo, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Ed. da UFRGS, 5ª edição, Porto Alegre, 2009.

ALVARENGA, Augusta Thereza; PHILIPPI JR., Arlindo; SOMMERMAN, Américo; ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; FERNANDES, Valdir. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, A.; NETO, A. J. S. (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 3-67.

BAO, Carlos Eduardo. O discurso do “pioneiro colonizador” como elitismo cultural na cidade de Toledo/PR. **Revista Em Tese**, v. 14, n. 1, jan./jun., 2017, p.140-156. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2017v14n1p155>>> acesso em janeiro de 2023.

BEM, Anderson; DE LIMA, Maria das Graças. A gênese da Pequena Propriedade Agrícola na Região Oeste do Estado do Paraná–Brasil (1930-1970). **Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de Saberes Territoriales latinoamericanos**. Lima, 2013. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/34.pdf>>> acesso em janeiro de 2023.

BEN, Marilucia; SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. A territorialização do cooperativismo empresarial no oeste paranaense. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 13, n. 2, 2012. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1082>>> acesso em janeiro de 2023.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica**. Revista nº 6, Editora UFPR, Curitiba - PR, 2002, p. 11-28.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: Subserviência e Autonomia. In: FERREIRA & BRANDENBURG (Orgs). **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba, Editora UFPR, 2º Ed. 1998, p.81-118.

BRASIL. Decreto Federal nº 10.833 de 07 de outubro de 2021. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Disponível em: <[Base Legislação da Presidência da República - Decreto nº 10.833 de 07 de outubro de 2021 \(presidencia.gov.br\)](http://www.presidencia.gov.br/brasil-decreto/10833)>. Acesso em março de 2022.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-010/2007/decreto/d6323.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-010/2007/decreto/d6323.htm)>. Acesso em outubro de 2023.

BRASIL. Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm)>. Acesso em outubro de 2023.

BRENNEISEN, Eliane. O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2004. Disponível em <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/248>> Acesso em março de 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. Texto para Discussão. FGV: São Paulo, n. 275, nov. 2011.

BRIGHETTI, Clovis; DAIA, Rosângela. Encobrimento indígena no processo de colonização do oeste do Paraná. **Revista SURES**, n. 9, 2017. Disponível em <<<https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/650>>> acesso em janeiro de 2023.

BUONONATO, Flávio José. **Estratégias de Marketing: Estudo de caso sobre as Estratégias do Composto de Marketing implementadas pelo Programa Agricultura Orgânica da Itaipu Binacional na Bacia Do Paraná 3**, 163p. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração, área de Concentração Estratégia e Organizações, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **3rd Congresso Brasileiro de Agroecologia, Florianópolis, Brazil, Anais: CBA**. 2006.

CARIGNANO, Júlio. Diáspora Guarani após construção de Itaipu é tema de documentário. **Porém.net**. Curitiba, 06 de agosto de 2018. Disponível em <

<https://porem.net/2018/08/06/diaspora-guarani-apos-construcao-de-itaipu-sera-tema-de-documentario/>>. Acesso em janeiro de 2021.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: O Dilema Brasileira: Pão ou Açã**. (10ª Edição Revista ed.) Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CASTRO, Terena; PALM, Juliano; LAMINE, Claire. Contribuições de uma Abordagem Sistêmica e Territorial para os Estudos sobre Políticas Públicas e Segurança Alimentar. Disponível em: Brandenburg, Alfio; Lamine, Claire (Orgs). **Transição Agroecológica dos Sistemas Alimentares Territoriais no Brasil e na França**. Curitiba: CVR, 2023, p. 211-231.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORBARI, Fábio. **Transição agroecológica: um estudo de experiências no Brasil e no México** 301p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020. Disponível em <[https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5334/2/F%c3%a1bio\\_Corbari\\_2020.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5334/2/F%c3%a1bio_Corbari_2020.pdf)> Acesso em abril de 2024.

COSTA NETO, Canrobert. Reforma agrária agroecológica em assentamentos rurais sustentáveis: uma visão comparativa. **Revista da ABRA**, [S. l.: s. n.], v. 30, n. 1/ 2, p. 87-100, jan.-dez., 2000.

CREMONESE, C.; SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. p. 49–63, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v12i23.434. Disponível em: <<<https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/434>>> . Acesso em janeiro de 2022.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Conflitos Agrários e Mercado de Terras nas Fronteiras do Oeste do Paraná (1843/1960)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Toledo: UNIOESTE, 2012. Disponível em <<<https://tede.unioeste.br/handle/tede/2291>>> acesso em janeiro de 2023.

CRESTANI, Leandro de Araújo. Narrativas da Diferença: Memórias dos Conflitos Agrários na Região Oeste do Paraná (1950/80). **Anais do V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social** – 24 a 26 de agosto de 2011. P. 823-832. ISSN 2176-4042. Disponível em <<[https://www.academia.edu/download/32552062/21\\_leandro\\_crestani\\_1.pdf](https://www.academia.edu/download/32552062/21_leandro_crestani_1.pdf)>> acesso em janeiro de 2023.

CRESTANI, Leandro de Araújo. Histórias Quase Invisíveis: Posse, Titulação e Conflitos Agrários no Velho Oeste Paranaense (1930/1960). **Anais do Congresso Internacional de História**, UEM, 2011. Disponível em <<<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/11.pdf>>> acesso em janeiro de 2023

CRESTANI, Leandro de Araújo; ENGEL, Werner; ALVES, Antonio Kaminski. Nas Fronteiras da Ocupação e o Desenvolvimento da Região Oeste do Paraná (1930/1980). **I Seminários Internacional dos Espaços de Fronteira**. De 14-17 de set, 2011. UNIOESTE (Campus Marechal Rondon. Disponível em

<<<https://www.academia.edu/download/46900892/Artigo57.pdf>>>. Acesso em junho de 2022.

DAROLT, Moacir Roberto; SILVA Júlio Carlos Bitencourt Veiga; Denardin, Valdir Frigo. Trajetórias da Agroecologia e Transição do Sistema Agroalimentar: o caso da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral do Paraná. Disponível em: Brandenburg, Alfio; Lamine, Claire (Orgs). **Transição Agroecológica dos Sistemas Alimentares Territoriais no Brasil e na França**. Curitiba: CVR, 2023, p.233-259.

DELGADO, Guilherme Costa. Período de Transição – da ‘modernização conservadora’ à economia do agronegócio. In: **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 76 - 109.

DEZORDI, Maurício. Migração, Fronteiras e Identidades: A Ideologia do Progresso, na Colonização do Oeste do Paraná. **REVISTA CANTAREIRA – EDIÇÃO 19 / JUL-DEZ, 2013. P. 45-61** Disponível em <<<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27723>>> acesso em janeiro 2023.

DIAS, Edson dos Santos; CASTELANO, Maria José. O processo de formação social do espaço de fronteira do oeste-sudoeste paranaense. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 07-26, jan./abr. 2015. ISSN 2236-4994. DOI: <<<https://doi.org/10.5902/2236499414908>>>acesso em junho de 2022.

DUARTE, Sonia Oracilio. Invisibilidade Negra no Oeste do Paraná: Uma Revisão Historiográfica. II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO – Produção e Circulação do Conhecimento Histórico no Século XXI 12 a 15 de maio de 2015. Disponível em <<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes\\_teses/artigo\\_sonia\\_oracilio\\_duarte.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/artigo_sonia_oracilio_duarte.pdf)>> Acesso em fevereiro de 2023.

EDUARDO, Márcio Freitas; FINATTO, Roberto Antônio. A territorialização da agroecologia no paraná. **XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária – Questão Agrária e Práxis Social**, Dourados, UFGD, 2018. Disponível in: <[a-territorializacao-da-agroecologia-no-parana.pdf \(researchgate.net\)](#)> Acesso em outubro de 2023.

EDUARDO, Márcio Freitas; SAQUET, M. A. A abordagem territorial como perspectiva teórico-conceitual: insights sobre a agroecologia no sudoeste paranaense. **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, AGB, v. 16, p. 25, 2010. Disponível em [a abordagem territorial como perspectiva teórico-conceitual: insights sobre a agroecologia no sudoeste paranaense \(unesp.br\)](#). Acesso em outubro de 2023.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolvimento & Meio Ambiente**. Vol. 35, dezembro 2015, p. 89-100. Disponível em <<https://www.furb.br/upl/files/ppgdr/Territorios%20de%20diferena.pdf>> Acesso em fevereiro de 2023.

ESCOBAR, A. **La invención del desarrollo**. 2 ed. Popayan: Universidad del Cauca, 2014.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SASCHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas S. A., 6° ed.; São Paulo, 2008.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter Michael; MORALES, Helda; TERÁN, Mateo Mier; FERGUSON, Bruse. Territorialización de la agroecología. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/83638>> Acesso em dezembro de 2021.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter Michael. Principios sociales de las agroecologías emancipadoras. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/77785>> Acesso em dezembro de 2021.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Catie, 2002.

GONÇALVES, Thiago Roberto Zibetti. **Panorama Agroecológico: Atores e Processos no Oeste do Paraná** 101p. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

GOV.BR. Disponível em <<http://www.gov.br>>. Acesso em março de 2024.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HISSA, C. E. V. Fronteiras da transdisciplinaridade moderna. In: HISSA, C. E. V. (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

HISSA, C. E. V. Saberes Ambientais: a prevalência da abertura. In: HISSA, C. E. V. (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

HOLT-GIMENÉZ, Eric. **Campesino a Campesino: voces de Latinoamérica – Movimiento Campesino a Campesino para la Agricultura Sustentable**. Traducción: Leonor Hurtado, Elisa Botella, Dina Mac, Ana Núñez, Celia Nilsen. Managua, Nicaragua: SIMAS, 2008. 294 p.

Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico, IALA AMAZÔNICO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://ialaamazonico.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>>. Acesso em 20 de março de 2018.

Instituto Agroecológico Latinoamericano Guaraní, IALA GUARANÍ. **Agroecología: Diálogos de Saberes en el encuentro de Culturas, 28p**. Material elaborado por los estudiantes de la Carrera de Ingeniería en Agroecología: IALA Guaraní, Nueva Italia, 2014.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br>>. Acesso em fevereiro de 2024.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **Os vários Paranás** – Oeste Paranaense: o 3º espaço relevante, especificidades e diversidade. Curitiba: IPARDES, jul. de 2008.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IPARDES, 2007. 188 p.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense**. Curitiba: IPARDES/BNDE, 2003, 143p.

**Itaipu Mais que Energia**. Disponível em <<https://www.itaipu.gov.br/itaipu-mais-que-energia>>. Acesso em março de 2024.

ITAIPU. **Cultivando Água Boa**. Disponível em: <<http://www.cultivandoaguaboa.com.br/>>. Acesso em: 02 mar. de 2017.

ITAIPU. **Jornal Itaipu Sustentável**. Cultivando Água Boa Recebe Prêmio da ONU. Foz do Iguaçu-PR. Jun/2015; p. 32.

LAMINE, Claire; MARÉCHAL, Gilles; DAROLT, Moacir. Análise da transição ecológica de sistemas agrialimentares territoriais: Ensinaamentos de uma comparação franco-brasileira. 2016. Disponível em <<https://shs.hal.science/halshs-01502432/>>. Acesso em junho de 2022.

LAZZERI, Thais. Famílias indígenas separadas por Itaipu. **Repórter Brasil**. São Paulo, 26 de abril de 2019. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2019/04/familias-indigenas-separadas-por-itaipu/>>. Acesso em janeiro de 2021.

LEITE, Sergio Pereira; JUNIOR, Valdemar João Wesz. Estado, Políticas Públicas e Agronegócio no Brasil: Revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós Ciências Sociais**; Vol. 11, No. 22. Universidade Federal do Maranhão, 2014. Texto disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3432>>. Acesso em maio de 2020.

LITTLE, Paul E. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ha/a/kskpPgWtcXBssgNB56pn3rC/?lang=pt>> Acesso em fevereiro de 2023.

LESSA, Armando S. N. **Agroecologia, participação social e desenvolvimento sustentável**. Revista de Políticas Públicas, v. 4, n. 1.2, 2000, p. 51-70. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3694>> Acesso em 20 de set. de 2017.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: Uma construção a partir de diferentes atores sociais** 194p. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade: da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. Lei nº 4904 de 16 de dezembro de 2016. Regulamenta a obrigatoriedade de aquisição de alimentos orgânicos ou de base

agroecológica na alimentação escolar no âmbito do sistema municipal de ensino de Marechal Cândido Rondon e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/marechal-candido-rondon/decreto/2018/33/339/decreto-n-339-2018-regulamenta-a-lei-n-4904-que-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-de-aquisicao-de-alimentos-org-nicos-ou-de-base-agroecologica-na-alimentacao-escolar-no-mbito-do-sistema-municipal-de-ensino-de-marechal-c-ndido-rondon-e-da-outras-providencias>>. Acesso em abril de 2023.

MATTIELLO, Catiane; QUELUZ, Gilson Leandro. Narrativas de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela usina hidrelétrica de Itaipu. **Histórica**, p. 1-11, 2011. Disponível em <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao49/materia05/texto05.pdf>> Acesso em maio de 2023.

MIER y TERÁN, Mateo Giménez Cacho; GIRALDO, Omar Felipe; ALDAROSO, Miriam; MORALES, Helda; FERGUSON, Bruce G.; ROSSET, Peter; KHADSE, Ashlesha, CAMPOS, Carmen. Masificación de la agroecología: impulsores clave y casos emblemáticos. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, Seção especial – Territorialización de la agroecología, p. 480-508, jul./dez. 2021. <<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v58i0.81503>>. Acesso em: 10/01/2022.

MILITELLI, Edson Matias. Os argentinos em Foz do Iguaçu-PR: Sociabilidades no contexto da exploração da madeira e da erva-mate no espaço de fronteira. (1889-1930). Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXV, Nº. 000074, 29/10/2015. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/os-argentinos-em-foz-do-iguacu-pr-sociabilidades-no-contexto-da-exploracao-da-madeira-e-da>>. Acesso em janeiro de 2023.

MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. **Mastro: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/1774>> Acesso em maio de 2023.

MOREIRA, Tereza e VIEZZER, Moema. Moema Viezzer. **Vocação de Semente. A história de uma facilitadora da inteligência coletiva**. São Paulo: Brasil Sustentável editora, 2017.

O Paraná - Jornal de Fato. **76% das áreas da região oeste do PR são rurais**. 2018. Disponível em: <[76% das áreas da região oeste do PR são rurais - O Paraná - Jornal de Fato \(oparana.com.br\)](https://www.oparana.com.br/76-das-areas-da-regiao-oeste-do-pr-sao-rurais)>. Acesso em abril de 2024.

Paraná. Decreto nº 4.211 de 2020 de 6 de março de 2020. Regulamenta a Lei no 16.751, de 29 de dezembro de 2010, que institui a alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio. Disponível em: <[legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=232535](https://legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=232535)>. Acesso em abril de 2023.

PAVLAK, Ronaldo Juliano; SEIXAS, Claudine Dinali Santos; GRISA, Simone; VIEIRA, Marco Antônio Bilo. **Cartilha de tecnologias: vitrine tecnológica de agroecologia “Wilson Nilson Redel”**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2017. 72p.

PAVLAK, Ronaldo Juliano. **Perfil dos Sistemas de Produção Agroecológicos da Bacia Hidrográfica Paraná 3** 65p. Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Agrônoma – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <<http://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsDiversos/files/AGRO02%20-%202016.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

PICINATTO, Antonio Carlos. Agroecologia no Paraná: evolução e desafios. Em: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. ALVES, Adilson Francelino, CARRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (ORGs). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 169-183.

PICOLOTTO, E. L. BRANDERBURG, A. **O Sindicalismo e seus Projetos de Ecologização da Agricultura Familiar**. Rev. Ambiente & Sociedade - São Paulo v. XVIII, n. 3, p. 1-18, jul.-set. 2015.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo, Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

POLLNOW, Germano. AGROECOLOGIA E TERRITÓRIO: ATUAÇÃO TERRITORIAL A REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega Urcamp**, p. 694-705, 2018.

QUEM SOMOS. **Movimento Sem Terra (MST)**, 2023. Disponível em <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em julho de 2023.

Programa de Aquisição de Alimentos - **PAA**. Disponível em <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produativa-rural/paa>>. Acesso em março de 2024.

Programa Nacional de Alimentação Escolar - **PNAE**. Disponível em <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>>. Acesso em março de 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur, **CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005, p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependência histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. 1ª edición especial – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: **CLACSO**; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: ciência e política**. São Paulo: Editora Unesp, Editora Expressão Popular, Editora UFRGS, 2022.

ROSSI, Dhyeisa Lumena; JORGE, Débora Rocha Faria; NETTO, Emilio Romanini; SILVA, Fabiane Moreira da; HOROKOSKI, Gisele Francisca; YAMAOKA, Juliana Greco; SCARPARI, Karini Aparecida; MARTINS, Luciana Galvão; HÜTNER Jr., Ormy Leocádio; BETTI, Patricia; MATTIA, Rafaela Carla. **Re-existências desde o Sul frente a Conflitos e Injustiças Socioambientais, Destruição da Natureza e Desmonte de Políticas Públicas**. Mimeo: Curitiba, 2021.

SANTOS, Alan Junior dos. **Relações Socioculturais e Comerciais num Contexto Transfronteiriço - A Fazenda Britânia (1880-1940)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UNIOESTE, 2019. 100p. Disponível em <[https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4749/2/Alan\\_Santos\\_2019.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4749/2/Alan_Santos_2019.pdf)>. Acesso em maio de 2022.

SANTOS, Simone Cristina. Estado e Questão Agrária: O Processo de Modernização da Agricultura no Oeste do Paraná (1960-1990). **Revista Vernáculo**, n. 34, 2014. Disponível em <<<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/37349>>> acesso em janeiro de 2023.

SAQUET, Marcus Aurélio. Dos Desenvolvimentos à Práxis Territorial de Libertação como Objeto de Estudos da Geografia. **Territorial**. v.10, n.1, 2021. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/12220>> Acesso em fevereiro de 2023.

SAQUET, Marcus Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. 5ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

SAQUET, Marcus Aurélio. **Saber Popular, Práxis Territorial e Contra-Hegemônica**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2019.

SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 479-505, 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbeur/a/3bck5hHGnk5FrRWJ6JDXYWt/abstract/?lang=pt>> Acesso em fevereiro de 2023.

SAQUET, Marcus Aurélio. **Consciência de Classe e de Lugar, Práxis e Desenvolvimento Territorial**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. Territorio, clase social y lugar: premisas fundamentales del desarrollo territorial de base local, ecológica y cultural. **Arquetipo**, n. 15, p. 39-70, 2017. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6739639>> Acesso em fevereiro de 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio. Agricultura camponesa e práticas (agro) ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator** (Fortaleza), v. 13, p. 125-143, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mercator/a/cnMprDY97QHtxBV8dLMS9gw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em outubro de 2023.

SAQUET, Marcos. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: Saquet, Marco Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFRON, Glaucio José (Orgs) **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Expressão Popular, p. 209-226, 2011.

SCARPARI, Karini Aparecida. **Desenvolvimento da Agroecologia: A Experiência de Organização Social de Agricultores Familiares em Foz do Iguaçu/PR** 113p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

SCARPARI, Karini Aparecida; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. (2021). Agroecologia: a experiência de organização social de agricultores familiares em Foz do Iguaçu/PR. **Revista Campo-Território**, 16(41 Ago.), 20–42. <<https://doi.org/10.14393/RCT164102>>. Acesso em 12/01/2022.

SCHALLENBERGER, Erneldo, SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras Agrícolas e Desenvolvimento Territorial: Ações de Governo e Dinâmica do Capital. **Sociologias**, Porto Alegre, v 12, n° 25, set./dez. 2010, p. 202-222. Disponível em <<  
<<https://www.scielo.br/j/soc/a/vggQzcwdkRmYz9zNZwBNzQQ/abstract/?lang=pt>  
>> Acesso em março de 2022.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2011.

SCHMITT, Claudia Job *et al.* Capítulo 3. A experiência brasileira de construção de políticas públicas em favor da agroecologia. (p. 44-69). Em: **Políticas Públicas a favor de la Agroecología en América Latina y el Caribe**. Red Políticas Públicas y Desarrollo Rural en America Latina, 2017.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana ?Que Quiere Decir “Sustentable”? Montevideo, **Revista Del Sur**, n°. 3, 1991.

SILVA, Silvana Severino da. **Avaliação da Implantação e dos Resultados do Subprograma Gestão por Bacias, Programa Cultivando Água Boa (itaipu) na Sub-Bacia Hidrográfica Santa Rosa - Município de Cascavel (PR)** 151p. Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

SOUZA, Keila Rodrigues de. **Suicídio e Desenvolvimento Regional: Um estudo sócio-econômico da incidência da auto-violência nas regiões Oeste e Sudeste do Paraná**. 141p. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da Agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005, p. 21-42.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOLEDO, Vítor, M. **La Agroecología em Latino-America: Tres Revoluciones, una misma transformacion**. Agroecología 6: 37-46, 2012.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: Icaria editorial, 2009.

TOLEDO, M.; MERTZ, U. T. Rede de Assistência Técnica em Agricultura Orgânica: Uma experiência de trabalho em Parceria no Oeste do Paraná. In: **Prêmio Extensão Rural EMATER Paraná – mimeo**. Marechal Cândido Rondon, 2006.

VANESKI FILHO, Ener. A construção da Usina de Itaipu e o surgimento de atores contra-hegemônicos. **Revista Paradigma**, n. 21, 2012. Disponível em <<https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/207>> Acesso em maio de 2023.

VIEIRA, F. B. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?** Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Anais.Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008. WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ZHOURI, Andréa.; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 484 p.

## 7 ANEXOS

## 7.1 Observação Participante

LOCAL / DATA	TEMA	ATIVIDADE(S) / PAUTA(S)	PROBLEMÁTICA(S)
Sítio Paraná em Santa Helena Velha - 15 de julho de 2023	<b>Manhã de Campo no Sítio Paraná</b>	Palestra com a Agrônoma Jéssica Cenedese da Adeop sobre o cultivo de frutíferas nativas e manejo da bananeira em sistemas agroflorestais seguido de plantio de mudas de árvores frutíferas da Mata Atlântica.	Agricultora relatou ter interesse em realizar um mutirão de trabalho para realizar podas, plantio entre outras atividades, no entanto, a orientação técnica foi de que seria inviável pelo tempo da atividade e a necessidade materiais.
Aldeia Ocoí em São Miguel do Iguaçu/PR – 29/07/2023	<b>Encontro Yvyrupa: Nãnde yvy Nãnde rete: Impactos do Agronegócio e dos Agrotóxicos nas Aldeias Indígenas do Oeste paranaense</b>	Palestra com lideranças Guaranis, professores e organizações que trabalham com conflitos ambientais (UNIOESTE e Terra de Direitos)	Demarcação de terra e retomada do território;  Problemas com o uso de sementes crioulas em terras degradadas;  Uso de agrotóxicos que contaminam o solo, a água e os alimentos. Para os Guaranis corpo é território.  Projeto de intercambio de sementes crioulas
CVT-UNIOESTE em Entre Rios do Oeste – 10/08/2023	<b>Reunião do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia</b>	Participaram os representantes dos Grupos vinculados a Rede Ecovida da região  Apresentação do Programa Paraná mais orgânico (PMO)  Apresentação da organização Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais – projeto Reconecta Paraná – restauração ecológica;  Também, fez-se uma visita no Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia (CVT), Mandioca e Agricultura Sustentável do Oeste do Paraná.	PMO – foco na transição e construção dos planos de manejo para atender a merenda escolar (Profa Vanda – CVT/UNIOESTE)  Visitas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) nas propriedades; formigas;  Organização para as visitas de recertificação das propriedades;

<p>Curitiba - UFPR Setor de Ciências Agrárias em Curitiba com transmissão On-line - 19/09/2023</p>	<p><b>Reunião da Articulação Paranaense de Agroecologia (APRA)</b></p>	<p>Participaram os representantes de assistência técnica do setor público do Paraná, lideranças das organizações de agricultores familiares agroecológicos e estudantes.</p> <p>Discussão sobre a reunião com a comissão parlamentar de agroecologia e economia solidária do PR</p> <p>Discussão do 3º Plano Nacional de Produção Agroecológica e Orgânica (PLANAPO)</p>	<p>Revisão dos últimos 2 PLANAPO;</p> <p>Falta de avaliação do segundo PLANAPO;</p> <p>Questionamentos quanto ao orçamento disponibilizado para a produção agroecológica.</p>
<p>Escola Milton Santos em Maringá - 03/11-05/11</p>	<p><b>XII Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia</b></p>	<p>Participaram delegações formada por integrantes dos núcleos dos 3 estados do Sul do Brasil e de São Paulo que formam a Rede Ecovida de Agroecologia.</p> <p>O tema geral do encontro foi "Agroecologia e Democracia: protagonismo popular e práticas agroecológicas: respeitando vidas e promovendo diversidade.</p>	<p>O encontro tratou de diferentes temas que conversam sobre o momento histórico de retomada da democracia no Brasil, entro os quais encontram-se a relação entre Democracia e Agroecologia;</p> <p>Manejo Ecológico do Solo e Saúde dos Cultivos;</p> <p>Rede de Sementes para superar os desafios da produção orgânica com sementes crioulas e mudas agroecológicas;</p> <p>Democratização do Estado Brasileiro e Políticas Públicas de Agroecologia;</p> <p>Defesa das Comunidades Tradicionais.</p>
<p>Escritório da Itaipu em Santa Helena - 16/11/2023</p>	<p><b>Encontro do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia</b></p>	<p>Roda de Conversa sobre o Encontro Ampliado da Rede Ecovida</p> <p>Agendamento de Olhar Externos para Recertificação dos Produtores</p>	<p>Foi mais uma reunião de alinhamento.</p>

<p>UFPR/Campus Rebouças em Curitiba de 22-25/11/2023</p>	<p><b>XX Jornada de Agroecologia</b></p>	<p>Feiras de Alimentos e Artesanatos</p> <p>Conferência: A crise estrutural e a “Casa Comum”: as tarefas políticas deste tempo de crise;</p> <p>Oficinas temáticas</p> <p>Participaram delegações com agricultores familiares/camponeses de todas as regiões do Paraná</p>	<p>Políticas Públicas Estadual e Municipais de Agroecologia – falta orçamento para efetivar as políticas;</p> <p>Fortalecer a participação Popular;</p> <p>Pronaf Agroecológico - os bancos desconhecem a linha de crédito da agroecologia;</p> <p>Sementes Crioulas – análise das sementes;</p> <p>CNAPO – falta construir um Plano de Trabalho;</p>
<p>IDR/PR em Santa Tereza do Oeste – 13/03/2024</p>	<p><b>Encontro do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia</b></p>	<p>Recebimento da Ata de Exclusão do Grupo Apop-Palotina;</p> <p>Conferência de documentos e agendar as recertificações;</p> <p>Anuidade da Rede Ecovida;</p> <p>Projeto Innova Bioinsumos e Sementes;</p> <p>Visita a Estação de Pesquisa e Inovação do IDR/PR</p>	<p>Falta de Ater, os grupos do assentamento estão tendo acesso a ater, mas os demais não têm;</p> <p>Regra da OPAC exige que 40% das mudas cultivadas precisam ser orgânicas – produzidas pelos produtores ou compradas com certificação;</p>

## 8 APÊNDICES

### 8.1 Diagnóstico sobre a Agroecologia nos Municípios da Região Oeste do Paraná – Grupos do Núcleo Oeste da Rede Ecovida de Agroecologia.

Esse formulário é parte do levantamento de informações para a pesquisa de doutorado que versa sobre a "**Territorialização da Agroecologia na Região Oeste do Paraná**" da discente Karini A. Scarpari no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com orientação do Professor Dr Alfio Brandenburg e coorientação do Professor Dr João Wilson Zonin. Considerando que a **Agroecologia** é um modelo de produção agrícola que promove a sustentabilidade econômica, ambiental e social, nosso objetivo é identificar a incidência da Agroecologia na região Oeste do Paraná e para isso contamos com a sua colaboração para responder as perguntas a seguir.

1. E-mail:
2. Nome:
3. Gênero: Feminino; Masculino; Outro.
4. Escolaridade: Analfabeto; Ensino Fundamental I; Ensino Fundamental II; Ensino Médio; Ensino Técnico; Graduação; Pós-Graduação Lato-Sensu (especialização); Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado/doutorado); Pós-Doutorado; Outro.
5. Qual é o seu município?
6. Qual é o Grupo Agroecológico que você representa?
7. Em que ano o Grupo foi criado?
8. Quantos agricultores familiares agroecológicos participam atualmente do Grupo? (Tanto os certificados como os que se encontram em transição)
9. Quantas propriedades estão certificadas e quantas encontram-se em transição?
10. O Grupo tem a participação de consumidores e técnicos ou outros profissionais? Quantos?
11. Quais as principais vantagens do Grupo em participar da Rede Ecovida de Agroecologia?

12. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares agroecológicos do seu Grupo?

13. Quais as políticas públicas e/ou programas institucionais que apoiam o desenvolvimento da Agroecologia no município? (Tanto no âmbito federal, estadual e municipal - Ex. PRONAF, Ater, PNAE, PAA e etc.)

14. Quais as instituições de assistência técnica e extensão rural atuam no município na promoção da Agroecologia junto aos agricultores familiares: IDR-PR (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná); Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Programa Paraná Mais Orgânico; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA); Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná; Itaipu Binacional - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável; Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP); Secretaria Municipal de Agricultura; Outro(s).

15. Se respondeu outro(s), identifique:

16. No seu município tem associação e/ou cooperativa que representa os agricultores familiares agroecológicos? Identificar cada um pelo nome e sigla

17. O seu município promove alguma feira de produtos agroecológicos ou orgânicos? Sim; Não; Talvez.

18. Se a sua resposta anterior foi sim, com que frequência acontece a feira de produtos agroecológicos ou orgânicos no município? Uma vez por semana; Duas vezes por semana; Uma vez por mês; Duas vezes por mês; Apenas em eventos, festas ou datas comemorativas; Outro.

19. Onde está localizada a feira de produtos agroecológicos no município?

20. Quantos agricultores familiares do seu Grupo participam da feira?

21. O município tem alguma loja (pode ser online) especializada de produtos agroecológicos? Identifique qual.

22. Gostaria de acrescentar alguma outra informação ou fazer um comentário que considere relevante sobre a Agroecologia no Oeste do PR?

## 8.2 Diagnóstico de Agricultores Familiares Agroecológicos da Região Oeste do Paraná

Esse formulário é parte do levantamento de informações para a pesquisa de doutorado que versa sobre a "Territorialização da Agroecologia na Região Oeste do Paraná" da discente Karini A. Scarpari no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com orientação do Professor Dr Alfio Brandenburg e coorientação do Professor Dr João Wilson Zonin. Considerando que a Agroecologia é um modelo de produção agrícola que promove a sustentabilidade econômica, ambiental e social, nosso objetivo é identificar a incidência da Agroecologia na região Oeste do Paraná e para isso contamos com a sua colaboração para responder as perguntas a seguir.

1. E-mail:
2. A utilização das informações (entrevista, depoimento e fotos) são exclusivos para fins científicos e de estudo de acordo com a legislação vigente. Estou de acordo.
3. Nome:
4. Telefone:
5. Gênero: Feminino; Masculino; Outro.
6. Qual é a sua cor ou raça/etnia? Branco (Descendentes de europeus/ocidentais); Preto (Descendentes de africanos/afrobrasileiros); Pardo (Descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes - miscigenação/mestiçagem); Amarelo (Descendentes de asiáticos/orientais) Raça/etnia indígena (Descendentes de indígenas); Outro:
7. Estado Civil: Solteiro(a); Casado(a); Divorciado(a); Viúvo(a); Outro.
8. Escolaridade: Analfabeto; Ensino Fundamental I; Ensino Fundamental II; Ensino Médio Ensino; Técnico; Graduação; Pós-Graduação; Lato-Sensu; Pós-Graduação; Stricto-Sensu; Doutorado; Pós-Doutorado; Outro:
9. Número de Moradores na Unidade de Produção - Indicar nome, grau de parentesco e idade. Exemplo: João, pai, 80.
10. Renda Familiar: Exclusiva da Unidade Produtiva; Aposentadoria Rural; Aposentadoria; Exclusiva de trabalhos fora da propriedade; Mesclada I

(atividades produtivas + atividades fora); Mesclada II (atividades produtivas + aposentadoria).

Dados da Unidade de Produção - As informações a seguir correspondem a Unidade Produtiva.

11. Qual é o nome da Unidade Produtiva:

12. Endereço/Localização:

13. Município:

14. Área total da propriedade em ha (hectare) ou metro quadrado:

15. Pagamento de impostos: IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano; ITR; – Imposto Territorial Rural; Nenhum.

16. Quando a mão de obra utilizada: Mão de Obra Familiar; Mão de Obra Contratada; Mutirão/Formas de trabalho coletiva; Outro.

17. A propriedade possuiu ou já possuiu selo de certificação orgânica? Sim, da Rede Ecovida; Sim, da TECPAR; Não, estamos em transição para ser certificado; Não, já tivemos, mas perdemos o certificado.

18. Se você ainda não é certificado ou perdeu a certificação indique o motivo:

Uso do Solo e Atividades Produtivas Informações sobre o uso da terra e sistemas produtivos desenvolvidos na propriedade.

Uso atual do Solo

19. Quais os tipos de cultivos têm na propriedade? Marque todas que se aplicam. Plantação Perene; Plantação Temporária; Extrativismo; Agrofloresta; Pastagem; Área de Mata Ciliar; Pecuária de corte; Pecuária de leite; Criação de peixes; Agroindústria; Outro.

20. Especificar quais tipos de verduras, legumes, frutas, flores e etc.:

21. Especificar quais os tipos de criações animais há na propriedade? (Ex. 1. Aves, 2. Peixes, 3. Bovinos, 4. Suínos, 5. Ovinos, 6. Caprinos, 7. Apicultura e etc.)

22. Possui agroindústria, qual? (1. Queijos, 2. Doces, 3. Geléias, 4. Panificados, 5. Embutidos e etc.)

23. Trabalha com Turismo Rural? Se sim, identifique quais atividades são oferecidas: Marque todas que se aplicam. Visita à Propriedade; Café Colonial; Almoço; Jantar; Atividades Esportivas: escalada, trilhas e etc.; Cachoeiras.

24. Quais as tecnologias e/ou práticas utilizadas nos sistemas produtivos? Marque todas que se aplicam. Policultivo; Rotação de Culturas; Plantio Direto;

Uso de Sementes Crioulas; Compostagem; Irrigação; Saneamento Ecológico (ciclo de bananeiras para tratamento de águas residuais).

25. Quais os canais de comercialização? Marque todas que se aplicam. Venda Direta; Compras Públicas; Feiras Locais ou Regionais; Lojas Especializadas em produtos orgânicos; Mercados e/ou Supermercados; Vendas Online; Venda para Grupos de Consumidores na modalidade Cestas Orgânicas.

Informações sobre o acesso a programas e políticas públicas municipais, estaduais ou federais.

26. Se você vende em feiras, indique onde e quais os dias:

Acesso a Políticas Públicas.

27. Quais programas ou políticas públicas você tem acesso? Marque todas que se aplicam. PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); Minha casa minha vida; Luz para todos; Bolsa família; (Auxílio Brasil); Assistência técnica e extensão rural; Outro:

28. Se você respondeu outro, qual política ou programa?

Participação em Organizações e Movimentos Sociais - Informações sobre participação em espaços dedicados a organização e/ou mobilização social.

29. Quais as Organizações Sociais você participa? Indique o nome e qual a sua função. (Ex. Grupo de Agroecologia, Associação, Cooperativa, Movimento Social, Igreja, Sindicato, Conselho, Coletivo e etc.).

30. A quanto tempo você trabalha com a agroecologia?

31. O que mais lhe motivou em escolher a agroecologia nos seus sistemas produtivos?

32. Qual(is) é(são) o(s) maior(es) desafio(s) para quem opta pela agroecologia no Oeste do Paraná?

33. Quais as organizações públicas e/ou privadas que apoiam a agroecologia no Oeste do Paraná?

34. Participa ou participou de algum desses movimentos sociais? Marque todas que se aplicam. Rede Ecovida de Agroecologia; ANA - Articulação Nacional de Agroecologia; ABA - Associação Brasileira de Agroecologia; APRA - Articulação Paranaense de Agroecologia; Jornadas de Agroecologia; MST - Movimento Sem Terra; MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná; Movimento por Justiça e Terra; Movimento do Atingidos por Barragens;

Movimento das Mulheres Camponesas; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; Não Participo de nenhum movimento social

35. Quanto a sua resposta na questão anterior, explique o motivo da sua adesão ou não ao(s) movimento(s):

36. Gostaria de comentar algo a mais relacionado a agroecologia na Região Oeste do Paraná?